



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1336

Terça-feira - 01 de Outubro de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce .....	2
Antônio Carlos .....	4
Biguaçu .....	5
Bom Jesus do Oeste .....	7
Bom Retiro .....	7
Braço do Trombudo .....	8
Brunópolis .....	8
Caçador .....	8
Camboriú .....	28
Campo Alegre .....	40
Campos Novos .....	41
Canoinhas .....	47
Capinzal .....	48
Chapadão do Lageado .....	50
Cocal do Sul .....	51
Concórdia .....	52
Cordilheira Alta .....	56
Coronel Freitas .....	56
Corupá .....	58
Curitibanos .....	83
Ermo .....	84
Forquilha .....	85
Fraiburgo .....	86
Garopaba .....	89
Garuva .....	150
Gaspar .....	151
Governador Celso Ramos .....	157
Herval d'Oeste .....	158
Ibiam .....	160
Imbituba .....	163
Iomerê .....	164
Irineópolis .....	170
Itapiranga .....	176
Itapoá .....	179
Jacinto Machado .....	180
Joaçaba .....	181
Lages .....	183
Lauro Muller .....	183
Lindóia do Sul .....	187
Mafra .....	208
Maravilha .....	209
Massaranduba .....	213
Monte Carlo .....	213
Navegantes .....	214
Novo Horizonte .....	216
Ouro Verde .....	216
Paial .....	219
Palhoça .....	220
Palmitos .....	239

Papanduva .....	239
Passos Maia .....	239
Paulo Lopes .....	240
Pinheiro Preto .....	241
Pomerode .....	243
Porto União .....	244
Presidente Castello Branco .....	251
Rio do Sul .....	251
Salto Veloso .....	254
Santa Terezinha do Progresso .....	255
São Bento do Sul .....	257
São Domingos .....	258
São José .....	260
São Lourenço do Oeste .....	286
São Pedro de Alcântara .....	310
Schroeder .....	315
Serra Alta .....	324
Timbé do Sul .....	326
Timbó .....	327
Três Barras .....	329
Tunápolis .....	333
Videira .....	334
Vitor Meireles .....	334

### Associações

AMMVI .....	335
-------------	-----

### Consórcios

CIM-AMAVI .....	336
CINCO .....	336
CIS/AMFRI .....	336
CITMAR .....	336

### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### Metas Arrecadação - 4º Bimestre 2013

#### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE ARRECADAÇÃO 4º BIMESTRE 2013 DETERMINAÇÃO OU NÃO DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO ( ART.9º DA LRF)

ESPECIFICAÇÃO	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR 3º			NO BIMESTRE DE REFERENCIA 4º			ATÉ	BIMESTRE	REFERENCIA
	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.063.471,48</b>	<b>8.400.581,35</b>	<b>+337.109,87</b>	<b>2.737.720,13</b>	<b>2.519.649,63</b>	<b>-218.070,50</b>	<b>10.801.191,61</b>	<b>10.920.230,98</b>	<b>+119.039,37</b>
Receita Tributária	512.665,26	770.099,39	+257.434,13	159.709,17	111.209,96	-48.499,21	672.374,43	881.309,35	+208.934,92
Receita de Contribuições	94.999,98	97.453,19	+2.453,21	31.666,66	28.234,77	-3.431,89	126.666,64	125.687,96	-978,68
Receita Patrimonial	24.774,02	42.986,84	+18.212,82	8.258,34	16.660,51	+8.402,17	33.032,36	59.647,35	+26.614,99
Rec. de Serviços- Agrop.	505,02	21.896,18	+21.391,16	168,34	5.770,19	+5.601,85	673,36	27.666,37	+26.993,01
Trans.Correntes	7.407.323,19	7.420.517,10	+13.193,91	2.530.223,38	2.344.528,51	-185.694,87	9.937.546,57	9.765.045,61	-172.500,96
Transf.de Convênios	<b>211.980,00</b>	<b>179.842,11</b>	<b>-32.137,89</b>	<b>80.240,00</b>	<b>68.354,55</b>	<b>-11.885,45</b>	<b>292.220,00</b>	<b>248.196,66</b>	<b>-44.023,34</b>
Outras Receitas Corrente	23.204,01	47.628,65	+24.424,64	7.694,24	13.245,69	+5.551,45	30.898,25	36.449,70	+5.551,45
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>47.040,00</b>	<b>230.196,11</b>	<b>+183.156,11</b>	<b>10.000,00</b>	<b>233.482,62</b>	<b>+223.482,62</b>	<b>57.040,00</b>	<b>463.678,73</b>	<b>+406.638,73</b>
Operações de Crédito	0,00	+97.731,59	+97.731,59	0,00	0,00	0,00	0,00	97.731,59	+97.731,59
Alienação de Bens	17.040,00	0,00	17.040,00	0,00	0,00	0,00	17.040,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios	30.000,00	132.464,52	+102.464,52	10.000,00	233.482,62	+223.482,62	40.000,00	365.947,14	+325.947,14
<b>TOTAIS</b>	<b>8.110.511,48</b>	<b>8.630.777,46</b>	<b>+520.265,98</b>	<b>2.747.720,13</b>	<b>2.753.132,25</b>	<b>+5.412,12</b>	<b>10.858.231,61</b>	<b>11.383.909,71</b>	<b>+525.678,10</b>

**ADM.DIRETA ( SÓ PREF.) NO 4º BIMESTRE**

Receita Orçada	R\$ 2.747.720,13
Receita Realizada	R\$ 2.753.132,25
a maior	R\$ 5.412,12
Desp.cfe. Cronograma	R\$ 2.204.771,83
Despesa Realizada	R\$ 2.199.331,52
a menor	R\$ 5.440,31
Receita Real.	R\$ 2.753.132,25
Despesa Real.	R\$ 2.199.331,52
Transf.ao Fundos	R\$ 522.207,78
Superávit no 4ºBim.	R\$ 675.651,92

**ADM.DIRETA ( SÓ PREF.) ATÉ 4º BIMESTRE 2013**

Receita Realizada	R\$ 11.383.909,71
Despesa Real.	R\$ 11.360.666,63
Déficit Pref.	R\$ 23.243,08

**ADM.CONSOLIDADA NO 4º BIMESTRE**

Receita Orçada	R\$ 3.029.878,10
Receita Realizada	R\$ 3.103.641,81
a maior	R\$ 73.763,71
Desp.Cronograma	R\$ 2.959.386,85
Desp.Realizada	R\$ 3.073.977,09
a menor	R\$ 114.590,24
Receita Real.	R\$ 3.103.641,81
Despesa Real.	R\$ 3.073.971,09
Superávit 4ºBim.	R\$ 29.664,72

**ADM.CONSOLIDADA ATÉ 4º BIM.2013**

Receita Real.	R\$ 12.691.780,48
Despesa Real.	R\$ 12.635.877,36
Déficit Cons.	R\$ - 55.903,12

Água Doce, 27de setembro de 2013

Obs; Cópias: Controle Interno /Câmara/Pref. Mun./Contabilidade

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Portaria N° 418/2013

PORTARIA N° 418/2013  
Dispensa ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, GEOVANI PEDRO DE SOUZA, do cargo temporário de ENGENHEIRO AGRONOMO, a partir de 30 de setembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

### Portaria N° 419/2013

PORTARIA N° 419/2013  
Admiti ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo n° 004/2013,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, CRISTIANY DECKER, para o cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de outubro de 2013, enquanto perdurar o PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIO DE SAUDE - PACS

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

### Portaria N° 420/2013

PORTARIA N° 420/2013  
Concede Licença Premio.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei n° 558/92,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora efetiva, AUTANEI JUNKES HILLESHEIN, ocupante do Cargo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA - 20H, a partir de 15 de outubro de 2013, referente ao período aquisitivo de agosto/2004 a agosto/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

### Portaria N° 421/2013

PORTARIA N° 421/2013  
Concede Férias a servidor.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor efetivo, LEANDRO CAMPOS, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 03 de outubro de 2013, referente ao período aquisitivo de 02/07/2012 a 01/07/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

### Portaria N° 422/2013

PORTARIA N° 422/2013  
Concede Férias a servidor.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor efetivo, EVALDO PLACIDO DE CAMPOS, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 03 de outubro de 2013, referente ao período aquisitivo de 05/02/2012 a 04/02/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

### Portaria N° 423/2013

PORTARIA N° 423/2013  
Concede Férias a servidor.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor ACT, LYDIANE

TAKIMOTO, ocupante do Cargo de MEDICO - 40 HORAS, a partir de 01 de outubro de 2013, referente ao período aquisitivo de 02/10/2012 a 01/10/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

### Portaria N° 424/2013

PORTARIA N° 424/2013

Prorroga contratação de ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de servidor ACT, LYDIANE TAKIMOTO, ocupante do Cargo de MEDICO - 40 HORAS, a partir de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

### Extrato de Contrato N° 195/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 195/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: WTFaisca Ltda ME; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia civil para a elaboração de projetos de Pontes e Pavimentação Asfáltica no Município de Antônio Carlos. Valor do Contrato: R\$ 69.883,50 (sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos). Prazo: 23/09/2013 - 31/12/2013.

Antônio Carlos, 23 de agosto de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito Municipal

### Extrato da Ata de Registro de Preço N° 194/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 194/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 089/2013 - Pregão Presencial nº. 066/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: JUNCKES COM. E DIST. DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES EPP; Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo perecíveis (frutas e verduras) para merenda escolar da rede do ensino infantil e fundamental do município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 19.326,75 (dezenove mil trezentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos); Prazo: 19/09/2013 -18/03/2014.

Antônio Carlos, 19 de Setembro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato da Ata de Registro de Preço N° 196/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 196/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 090/2013 - Pregão Presencial nº. 067/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: VINICIUS GOEDERT ME; Objeto: prestação de serviços de recuperação de calçamento e alinhamento de meio fio, a realizar-se em diversas ruas no município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 113.400,00 (cento e treze mil e quatrocentos reais); Prazo: 23/09/2013 -22/09/2014.

Antônio Carlos, 23 de Setembro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

## Biguaçu

### PREFEITURA

### Decreto N° 162/2013

DECRETO N° 162/2013 DE: 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora EDNA REGINA DE SOUZA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal à servidora EDNA REGINA DE SOUZA, detentor da matrícula funcional nº 224, inscrita no CPF 59244330997 e no PASEP n. 12113695989, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturária, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela emenda constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 3.289,70 (três mil duzentos e oitenta e nove reais e setenta centavos) que será pago mensalmente pelo PRE-VBIGUAÇU..

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/10/2013.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, em 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito de Biguaçu

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

### Portaria N° 2701 de 04 de Setembro de 2013

PORTARIA n° 2701 de 04 de setembro de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

ART. 1º - A Comissão Permanente encarregada do julgamento das licitações ficará também, incumbida de realizar os Pregões Oficiais do Município de Biguaçu, estabelecidas pela Lei Federal n° 10.520/02.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

ART. 3º - Designar o servidor RAFAEL QUINTINO DOS SANTOS para exercer a atividade de Pregoeiro da CPL, conforme art. 111 caput da Lei Complementar n° 47/2011, em substituição, por motivo de férias, ao Pregoeiro GIOVANNI RAFAEL GASPARETTO.

ART. 4º - Designar os servidores RODRIGO STEFFENS, OIZES VIEIRA MENDES, MARISTELA LIRA, MARTHA HUFF MARTINS para comporem a CPL e a Equipe de Pregão.

ART. 5º - Fica instituída uma Gratificação mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar n° 47/2011.

Parágrafo único. Ao servidor designado para participar como membro titular da CPL que injustificadamente faltar às reuniões deverá ser observada a aplicação do art. 118 caput da Lei Complementar n° 47/2011.

ART. 6º - Fica revogada a Portaria n° 076/2013, bem como, todas as disposições em contrário.

ART. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 16/09/2013.

Biguaçu, 04 de setembro de 2013.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria N° 2854 de 25 de Setembro de 2013

PORTARIA n° 2854 de 25 de setembro de 2013

O Prefeito Municipal de Biguaçu no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar N° 123/2006 no seu Art. 85-A, e a Lei Municipal da Micro e Pequena Empresa N° 2806 .

#### ROSOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Matheus Hoffmann Machado como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município de Biguaçu.

Art. 2º O Agente Municipal de Desenvolvimento e parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre esse município a APRECE e SEBRAE/CE, que tem com objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar N°123-06, resultado da parceria entre a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE, a Confederação Nacional dos Municípios - CNM e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

### Art. 3º Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

- Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Contrato Número 10.181/2013 - Processo: PP 70/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.181/2013

PROCESSO: PP 70/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - 24 HORAS E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 60.510,00 (SESSENTA MIL QUINHENTOS E DEZ REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

### Contrato Número 10.183/2013 - Processo: PP 59/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.183/2013

PROCESSO: PP 59/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratado: COMP1 INFORMÁTICA LTDA.

Valor: R\$ 60.510,00 (SESSENTA MIL QUINHENTOS E DEZ REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto 4453/2013 Reforma Posto de Saude

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO N°. 4453/2013 de 27 de Setembro de 2013.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório n°. 01820/2013, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei n°. 8.666/93, atualizada pela Lei n°. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto n°. 4347/13 de 02 de janeiro de 2.013, sob o Processo de Licitação n°. 01820/2013, que tem por objeto Reforma do Centro Municipal de Saúde com área de 635,17 m².

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	METALÚRGICA METALVIDROS	Reforma do Centro Municipal de Saúde, localizado na Av. Brasília, s/n, centro, município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, com área total de 635,17 m², de conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexo ao presente processo Licitatório.	1,00	75.950,00

setenta e cinco mil novecentos e cinquenta reais  
75.950,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 27/09/13.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### Portaria N° 228/13 de 27 de Setembro de 2013.

PORTARIA N° 228/13, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAUDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Publica Municipal Sra. JANIARA KELLER CECCON, inscrita na matrícula n° 482-0, conforme Atestado Médico, no período de 23 de setembro de 2013 a 07 de outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 23/09/2013, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto n° 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 27 de setembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 894.09.13 - P. Lic. Trat. Saude Marilu Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 894/13 de 30.09.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de setembro de 2013, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 30 de setembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 895.09.13 - P. Lic. Trat. Saude Madalena S. Michels

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 895/13 de 30.09.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 27 de setembro de 2013, a funcionária Madalena Stuepp Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambará Professora Margarida Buggler Wiggers.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 30 de setembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### **Pregão Presencial 05/2013 FMAS** PROCESSO ADMINISTRATIVO 5/2013 EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 5/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 14h00 horas do dia 16.10.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática, imobiliários em geral, material de copa e cozinha e outros materiais e equipamentos para equipar o Centro de Referência assistência Social (CRAS), para o Município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 25 de setembro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal.

#### **Pregão Presencial 60/2013** PROCESSO ADMINISTRATIVO 65/2013 EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 60/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 09h00 horas do dia 16.10.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preços para aquisição de Materiais de Copa/Cozinha e Eletrodomésticos para a Sociedade Esportiva, Recreativa Tiradentes, para o Município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 25 de setembro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal.

## Brunópolis

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **Decreto Legislativo N° 004/2013**

DECRETO N° 004 de 30 de Setembro de 2013.

Nomeia Comissão para organização, condução e fiscalização de Concurso Público n° 001/2013, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Cargos de Carreira do Servidor Público Municipal da Câmara de Vereadores de Brunópolis, e dá outras providências.

ÉDER RODRIGO SCOLARI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brunópolis-SC, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos da Lei Orgânica Municipal resolve baixar o seguinte:

#### DECRETO

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar a Comissão Concurso Público n° 001/2013 destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Cargos de Carreira do Servidor Público Municipal da Câmara de Vereadores de Brunópolis, os seguintes servidores:

Presidente: Andrea Púgsley (Servidora Efetiva da Câmara de Vereadores).

Membros: Lucimari Aparecida Kern (Servidora Efetiva da Câmara de Vereadores); Ricardo Rafael Cordeiro; Cleomar de Oliveira e Tânia Bortolini (Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal).

Art. 2º. As atribuições da Comissão compreende o acompanhamento, fiscalização na aplicação correta dos ditames do edital, organizar o processo de inscrição, bem como responsabiliza-se pela publicidade dos atos do certame, e ainda dirimir questões e dúvidas decorrentes do Concurso Público n° 001/2013.

Parágrafo primeiro. Não compete a comissão qualquer ato inerente ao conteúdo da prova a ser aplicada neste Concurso Público, bem como, ter conhecimento prévio deste conteúdo.

Art.3º. Todas as demais questões de execução do Concurso Público serão de responsabilidade da empresa executora do certame.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Câmara Municipal de Brunópolis-SC, em 30 de Setembro de 2013.

ÉDER RODRIGO SCOLARI

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Certifico que o presente Decreto foi publicado no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no DOM.

## Caçador

### PREFEITURA

#### **Decreto N° 5.738 - Dá Nova Redação ao Art. 1º do Decreto N° 5.448, de 17 de Janeiro de 2013**

DECRETO N° 5.738, de 27 de setembro de 2013.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto n° 5.448, de 17 de janeiro de 2013, que Designa Comissão de Enquadramento para atendimento ao disposto no artigo 20, da Lei Complementar n° 203, de 23/02/11, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas



atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.448, de 17 de janeiro de 2013, que Designa Comissão de Enquadramento para atendimento ao disposto no artigo 20, da Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais Gianni Lúcio Parizotto, Roselaine de Almeida Périco, Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira, Sérgio Luiz Figueroa e Sandra Mara Amadori Nunes, para comporem Comissão de Enquadramento em atendimento ao disposto no art. 20, da Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências.” (NR)

Art. 2º Revoga-se o Decreto n. 5.585, de 12 de junho de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Amostras Aprovadas PR 61-2013 Prefeitura

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCAS APROVADAS
01	Bola de Iniciação Nº 8, matrizada, confeccionada com borracha. Diâmetro: 40 - 42 cm, Peso: 110 - 120 g, Câmara Butil, Miolo Slip System Removível e Lubrificado. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Penalty, Vollo,
02	Bola de Iniciação Nº 10, matrizada, confeccionada com borracha. Diâmetro: 48 - 50 cm, Peso: 180 - 200 g, Câmara Airbility, Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado. SENDO: 350 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 20 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty, Vollo,
03	Bola Oficial de Vôlei pró 7.0, aprovada pela Federação Internacional de Vôlei, 1ª linha, com 18 gomos, Diâmetro: 65 - 67 cm, Peso: 260 - 280 g, Câmara: Câmara Airbility, Construção: Matizada, Material: Microfibras, Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado. SENDO: 150 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 25 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
04	Bola Vôlei oficial em EVA extra macio, matrizada com 18 gomos, válvula removível, medida 65-57 cm, peso 170-200g. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Milano, New Ball, Racer, Vitória, Racer, Scalibu, MX 2000, Kauzer, Apolo

05	Bola Oficial de Futsal Max 100 1ª linha, tamanho mirim (sub-11), com 8 gomos, Diâmetro: 50 - 55 cm, Peso: 300 - 350 g, Câmara: Câmara Airbility, Construção: Termotec, Material: PU, Miolo: Miolo Slip System removível e lubrificado. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Penalty,
06	Bola Oficial de Futsal Max 200 1ª linha, tamanho infantil (sub-13), com 8 gomos, Diâmetro: 55 - 59 cm, Peso: 350 - 380 g, Câmara: Câmara Airbility, Construção: Termotec, Material: PU, Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado. SENDO: 126 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 30 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
07	Bola Oficial de Futsal Max 500 1ª linha, costurada a mão, com 32 gomos, PU, Diâmetro: 61 - 64 cm, Peso: 410 - 440 g, Câmara: Câmara Airbility, Construção: Costurada, Material: PU, Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado. SENDO: 105 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 20 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 20 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Penalty,
08	Bola Oficial de Futebol de Campo 1ª linha, tamanho infantil, costurada à mão, com 32 gomos, Diâmetro: 64 - 66 cm, Peso: 360 - 390 g, Câmara: Câmara Butil, Construção: costurada, Material: PVC, Miolo: Miolo Removível. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Penalty,
09	Bola Oficial de Handebol - aprovada pela Federação Internacional de Vôlei H 1 L / 1ª linha, tamanho Infantil, com 32 gomos, Diâmetro: 49 - 51 cm, Peso: 230 - 270 g, Câmara: Câmara Airbility, Construção: Costurada Material: PVC, Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Penalty,
10	Bola Oficial de Handebol – aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHB), H 2 L / 1ª linha, tamanho feminino, com 32 gomos, Diâmetro: 54 - 56 cm, Peso: 325 - 400 g, Câmara: Câmara Airbility, Construção: Costurada, Material: PVC, Miolo Slip System Removível e Lubrificado. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Penalty,
11	Bola de Basquete 6.5 Oficial 1ª linha, com selo da Confederação Brasileira de Basketball (CBB) tamanho feminino, Diâmetro: 72 - 74 cm, Peso: 510 - 565 g, Airbility, Construção: Matrizada, Material: Microfibras, Miolo: Miolo Slip System Removível e Lubrificado. SENDO: 106 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 10 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
12	Bola Oficial de basquete, tamanho mirim, com selo da Confederação Brasileira de Basketball Diâmetro: 72 - 74 cm, Peso: 450 - 500 g, câmara Airbility, Miolo Slip System removível e lubrificado. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Penalty,

13	Cones de sinalização em material composto emborrachado sintético nas cores laranja e branco com 50 cm de altura, base 273 x 273 mm. SENDO: 295 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 30 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 05 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Vollo, Poker, Golden,
14	Mini Cones para atividades escolares em material flexível e macio, inquebrável e super durável; Tamanho: 25 cm de altura por 12 cm de base. Nas cores: Azul, Amarelo, Verde, Vermelho, Preto e Branco (cores sortidas) DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Pangue, Brinquelonas, Cemar, Vollo, Poker, Golden,
15	Cordas de sisal torcida rolo 8 mm, com 5 metros cada uma. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Redocorda, RM, Carlu,
16	Corda de pular em material poliéster, punhos em PVC, alta densidade, comprimento 2,40m. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reichel, Scallibu, Reichel, Golden,
17	Rede com suporte para tênis de mesa: tamanho oficial, com haste com regulagem de altura e tensão, grampo em aço pintado anodizado em azul, gatilho prolongador para encaixe na mesa, grampo de proteção com borracha, material da rede naylon, material suporte metal zincado pintado SENDO: 66 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 15 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 02 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Vollo, VLL, DHS, Klopff,
18	Raquete para tênis de mesa, composição madeira e borracha, cabo reto, borracha com pinos e folha de 5 mm. Dimensões aproximadas do produto (cm) – A x L x P: 2 x 3x 25cm, nas cores preto e vermelho. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Starflex Basic, Vollo, Tokyo pro, Klopff, Nautika,
19	Bolinha oficial tênis de mesa: classificação: 3 estrelas, tamanho oficial, aprovada pela ITTF.Nível para treino, Modelo Oficial 40mm, material celulósido, cores branco e laranja SENDO: 662 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 500 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 120 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Starflex, Dhs, Butterfly, Vollo, Yashima,
20	Jogos de xadrez escolar Jr., com 32 peças em vinil para xadrez lavável, atóxicas, e 24 peças para Dama acondicionadas em caixa de madeira tipo estojo medindo 320 mm x 315 mm x 55 mm. Peça maior medindo 85 mm. Faixa etária: a partir de 03 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Carimbas, Xalingo, Brink mobil,
21	Jogo Trilha, confeccionado em MDF / madeira. Dimensões: 24 x 24, com 18 peças plásticas.Faixa Etária: a partir de 06 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Xalingo, Brink mobil, Carlu,
22	Jogo de Dama e Ludo, caixa com abertura para as peças, medindo 280 mm x 280 mm x 24 mm, com serigrafia colorida dos jogos nos dois lados. Faixa etária: a partir de 04 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Xalingo, Carimbas, Brink mobil,

23	Colchonete, medindo 100X60X3 em espuma com densidade 20, forrado com napa na cor azul royal 298 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 30 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 40 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Halen, Pangue, Deveras, Reichel,
24	Bomba de ar Double ACTION SAC Bomba com tecnologia double action - infla nos dois sentidos, com mangueira embutida e 2 agulhas. SENDO: 60 UNIDADES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 03 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 02 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Penalty, Poker,
25	Mangueira "para confeccionar bambolês medindo ½" flexível DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reichel,
26	Conexões "para confeccionar bambolês medindo ½" para engate da mangueira. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reichel,
27	Rede de vôlei semi profissional, Medidas: 9.50m, 1.00m, • Malha: 12 cm, Fios: 2.0mm ,Lona Sintética , 100% Polietileno (Nylon) DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Rede Sport, Spitter,
28	Rede de Futsal, Medidas: 3.20m, 2.10m, 0.60m, 1.00m, • Malha: 12 cm, • 100% Polietileno Virgem (Nylon), Fio de Nylon: 4 mm, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Spitter, Master rede,
29	Balança Digital com plataforma em vidro temperado e visor de cristal líquido, graduação de 100g e capacidade de até 150 kg, com bateria 1 bateria 3 V CR2032. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Caumaq, Solo Stocks, Wilson, Wiso, Americana, Crivitta,
30	Rede para cesta de basquete• Oficial Fio Nylon 4.0mm DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Rede Sport, Spitter, Master rede,
31	Jogo Memória Profissões: Material: MDF - nº de peças: 40 - 50x50x 3 mm (cada).embalagem: madeira - 227x127x40 mm,faixa etária: a partir de 04 ano. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Brink Mobil, Carlu, Simque, Xalingo,
32	Jogo Memória dos Opostos da Fazenda, faixa etária: a partir de 04 anos, quantidade de peças: 24 peças em madeira mais resistentes e não deforma. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Brink Mobil, Carlu, Brinquedeira de Criança, Pais e Filhos, Casa da Educação, ABC, Cia Brink
33	Jogo Memória Inglês, material: MDF - nº de peças: 40 - 50x50x 3 mm (cada).Embalagem: madeira - 227x127x40 mm. Faixa etária: a partir de 06 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Brink Mobil, Carlu, Simque, Carimbas,
34	Jogo Memória Animais Vertebrados, material: MDF - nº de peças: 40 - 50x50x 3 mm (cada),embalagem: madeira - 227x127x40 mm.,faixa etária: a partir de 03 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Brink Mobil, Carlu, Simque, Xalingo,
35	Jogo Memória Meios de Transportes, material: MDF - nº de peças: 40 - 50x50x 3 mm (cada),embalagem: madeira - 227x127x40 mm,faixa etária: a partir de 03 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Brink Mobil, Carlu, Simque,
36	Baralho Uno , contendo na embalagem 1 jogo, nas dimensões aproximadas do produto (cm) – A x L x P, 9,2x6x1cm. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Mattel, Fast, Uno,

37	Quebra cabeça: Safári – Meu Que Cabeça, contendo as peças fácil encaixe, formado 8 figuras da selva com 4 peças cada. Faixa etária: a partir de 2 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Pais e Filhos, Joot play,
38	Jogo e Quebra Cabeça Corpo Humano, Contém 180 cartinhas e 4 quebra-cabeças. Podem jogar 2 a 4 participantes. Faixa etária: a partir de 9 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Carlu, Pais e Filhos, Joot play,
39	Quebra cabeça de Futebol, contendo 12 peças, faixa etária a partir dos 2 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Castelo Mágico, Pais e Filhos, Carimbos, Joot play,
40	Dominó até 9, Material: MDF - nº de peças: 55 – 70 x 35 x 3 mm (cada).Embalagem: madeira - 207x102x58 mm. Faixa etária: a partir de 06 anos. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Carlu, Jogos Xequê Mate, Simque, Carlu, Xalingo,
41	Saco para transporte de bolas, Fio 2.0mm, 4.0mm, para 20 bolas. DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Rede Sport, PG, Spitter,
42	Bola oficial de Campo 8S11 R3, confeccionada em PU, costurada, com Câmara Butil, Miolo Removível, com peso entre 410-450 gramas e circunferência entre 68 e 70 cm. A marca deverá ser oficializada pela Confederação Brasileira e/ou Internacional da modalidade. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
43	Bola SOCIETY, 8 S11 R11 KICK OFF Termotec, miolo Slip System removível e lubrificado, com câmara airbilty, confeccionada em PVC, circunferência entre 68 e 69cm, peso entre 425 e 445g, A marca deverá ser oficializada pela Confederação Brasileira e/ou da modalidade DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
44	Bola de FUTSAL MAX 1000 com circunferência de 61 a 64 cm, peso entre 410-440gr Câmara Airbilty, termotec, confeccionada em PU Ultra 100%, miolo Slip System removível e Lubrificado, matéria-prima NeoGel DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
45	Bola de Vôlei PRÓ 6.0 com circunferência de 65 a 67 cm, peso entre 260 A 280gr, Câmara Airbilty, matizada, confeccionada em microfibrã, miolo Slip System removível e Lubrificado. SENDO: 20 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 10 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Penalty,
46	Bola de Vôlei de PRAIA BEATCH VOLEY PRÓ circunferência de 65 a 67 cm, peso entre 260 A 280gr, Câmara Airbilty, termotec, confeccionada em microfibrã, miolo Slip System removível e Lubrificado. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
47	Bola de BASQUETE 7.5 com circunferência de 75 A 78 cm, peso entre 600 A 650gr, Câmara Airbilty, matizada, confeccionada em microfibrã, miolo Slip System removível e Lubrificado. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
48	Bola de BASQUETE SHOOT com circunferência de 75 A 78 cm, peso entre 600 A 650gr, Câmara Butil, matizada, confeccionada em borracha miolo removível. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,

49	BEACH SOCCER PRÓ, com circunferência de 68 A 69cm, peso entre 420 A 450gr, Câmara Airbilty, termotec, confeccionada em PU Ultra 100%, miolo Slip System removível e Lubrificado. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
50	BOLA DE HANDEBOL-SUÉCIA H 3L, com circunferência de 58 a 60 cm, com peso entre 425 a 475gr, câmara butil, costurada, confeccionada em PU, miolo removível. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty ultra grip,
51	BOLA DE HANDEBOL-SUÉCIA H 2L, com circunferência de 54 a 56 cm, com peso entre 325 a 400gr, câmara butil, costurada, confeccionada em PU, miolo removível. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty ultra grip,
52	BOLA DE HANDEBOL-SUÉCIA H 1L, ULTRA GRIP, com circunferência de 49 a 51cm, com peso entre 230 a 270gr, câmara Airbilty, costurada, confeccionada em PU Ultra Grip, miolo removível e lubrificado. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
53	BOLA DE FUTVOLEI PRÓ com circunferência de 68 a 69 cm, com peso entre 485 a 486gr, costurada, câmara Airbilty, Termotec, confeccionada em PU Ultra 100%, miolo Slip System removível e lubrificado, matéria prima NeoGel. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
54	BOLA BEACH HANDBALL MASCULINO, com circunferência de 54a 56 cm, com peso entre 350 a 370gr, câmara butil, matizada, confeccionada em borracha, miolo removível. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
55	BOLA BEACH HANDBALL FEMININO, com circunferência de 50a 52 cm, com peso entre 280 a 300gr, câmara butil, matizada, confeccionada em borracha, miolo removível. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
56	BOLA DE ESPIROBOL com circunferência de 58 a 62cm e altura 30cm, com peso entre 420 a 450gr, câmara butil, costurada, confeccionada em PVC, miolo slip System removível e lubrificado DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
57	MEDICINE BALL- 1KG, matizada, confeccionada em borracha, miolo removível. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
58	MEDICINE BALL- 2KG, matizada, confeccionada em borracha, miolo removível. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
59	MEDICINE BALL- 3KG, matizada, confeccionada em borracha, miolo removível. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
60	ACESSÓRIOS- Calibrador digital DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
61	KIT AGULHAS para bomba SAC DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty, Poker,
62	Cones Prato DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Torian, Cemar, Scalibu, Vollo, Lider,
63	Conjunto de minicones c/ 40 unidades Minicones para treinamento de agilidade. Feito de plástico com 19 cm de diâmetro e 5,1 cm de altura. Conjunto com 40 unidades distribuídas em 4 cores: azul, amarelo, branco e vermelho. Com suporte para armazenamento dos minicones DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Pangue, Vinex, Vollo, Pista e campo, Lider,

64	Halteres 1 kg emborrachado SENDO: 25 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 10 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Deveras, Anilhas e Hal- teres, Cemar, Scalibu, IBJ, Fisic,
65	Halteres 2 kg emborrachado SENDO: 25 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 10 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Deveras, Anilhas e Hal- teres, Scalibu, IBJ, Fisic,
66	Kit de Bocha nacional Composto por 06 bolas de bochas de uma cor mais 06 bolas de bochas de outra cor e 01 bola de bocha pequena DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Faisca, Sinal- blu, Carlitos, Bello,
67	Antena Vareta para rede de voleibol DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Rede Sport, Pangue, PG, Nedel, Spitter, Vollo, Starflex,
68	Rede Oficial de Futebol Society, fio de seda 5mm, de 6 m de largura. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	PG, Spitter, Master rede,
69	Rede Oficial de Voleibol, fio de seda ( polipropileno) médio na cor preta. Malha de 10x10cm, lona de algodão, com 5cm de largura. SENDO: 06 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 02 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Rede Sport, PG, Spitter, Master rede,
70	Rede Oficial de Futsal, corda de seda 5mm, malha 12x12, largura 3,00m, altura 2,10m, lateral, 1,20m, superior 0,50cm DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	PG, Spitter, Master rede,
71	Rede Oficial de Handebol com fundo falso, corda de seda 5mm, malha 10x10, largura 3,00m, altura 2,10m, lateral 1,20m DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	PG, Spitter,
72	Rede Oficial de Futebol de Campo, corda de seda 5mm, tradicional malha 15x15, largura 7,50m, altura 2,50m, lateral 2,00m, superior 0,50m DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	PG, Spitter,
73	Rede Oficial Basquetebol, malha 7x7cm, em fio de seda grossa, largura 0,45cm, altura 0,50cm DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Rede Sport, Spitter, Master rede,
74	Suporte para antena vareta para rede de voleibol com velcro DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Rede Sport, Spitter,
75	Raquete de Badminton muscle Power 05 DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Yonex,
76	Rede para Badminton oficial código 141 DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Yonex, Spitter,
77	Tubo de Petecas mavis/350, cor verde, tubo com 03 uni. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Yonex, Mavis, Lider,
78	Raquete de tênis de mesa, Material: madeira, base lisa, Revestimento: em borracha e esponja nos dois lados. SENDO: 40 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 12 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Starflex, Vollo, Speedo, Nautika,

79	Mesa para tênis de mesa comprimento 2,74m, largura 1,525m, altura 76cm, material: MDF 18mm. Superfície: cor azul sem brilho ou reflexo. Pernas em madeira sem rodinha. SENDO: 10 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 02 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Klopf, Hobby,
80	Placar manual tipo maleta DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vollo, Klopf, Butterfly,
81	Dardo de Bambu DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Sportin, Pista e Campo, Sportin,
82	Disco de aço ABS 1kg Iniciante – IAAF – DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Spor- tin, Pista e campo,
83	Peso de aço 4kg econômico DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Spor- tin, Pista e campo,
84	Peso de Ferro 1kg pista e campo – rústico DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Neo Fit, Sportin, Pista e campo,
85	Martelo econômico 4kg 102mm DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Spor- tin, Pista e campo,
86	Cabo para martelo DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
87	Chave para abrir conexões de martelo DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Gill, Pista e campo,
88	Empunhadura curvada para martelo DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
89	Luva para martelo de couro (direita) DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
90	Bloco de partida econômico DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo, Sportin,
91	Barreira de aço c/ contrapeso DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Polanik, Vinex, Pista e campo,
92	Barreira de alumínio c/ trav macio treinamento DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Polanik, Vinex, Pista e campo,
93	Pula Corda de polipropileno adulta punch DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Zona livre, Pista e cam- po, Punch,
94	Bastão de alumínio IAAF , conjunto com 8 unidades DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Spor- tin, Pista e campo,
95	Barra transversal elástica c/ espuma saltos DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
96	Arcos planos para agilidade com 12 unidades Arcos planos de PVC, Diâmetro: 45 cm. Conjunto com 12 unidades nas cores: vermelho, amarelo, azul e verde (3 de cada cor) DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
97	Barreirinha de treinamento ajustável c/ 4 unidades Barreirinha de treinamento com altura ajustável em 23, 30 e 36 cm. Modelo novo de barreirinha de agi- lidade. Feita de material plástico de alta resistência. Ajuste de três diferentes alturas com pinos intelligen- tes. Largura de 60 cm. Proteção de espuma na parte superior. Conjunto com 04 unidades. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Spor- tin, Pista e campo,



98	Cinto de tração cintura duplo DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Starflex, Actual, Scalibu, Zona livre, Pista e campo, Polimet,
99	Cones de sinalização em material composto emborrachado sintético nas cores laranja e branco com 30 cm de altura DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Nedel, Vollo, Pista e campo, Golden,
100	Escada de agilidade 21 espaços DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Acte, Nedel, Pista e campo,
101	Para quedas para treinamento de força DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Acte, Nedel, Vinex, Pista e campo, Actual
102	Tornezeleiras 2kg DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Deveras, Nedel, Scalibu, Starflex,
103	Tubo de látex elástico n 204 Tubo elástico de látex 15 metros n° 204 para atividades físicas, diâmetro interno 6 mm, externo 11,5mm DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Auriflex, Pista e campo,
104	Apito Profissional DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Poker, Fox,
105	Trena de fibra de vidro 50m DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Wonder, Western, Pista e campo,
106	Medidor de distância até 999m DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Ferton, Wonder, Pista e campo,
107	Cronometro de 10 voltas Cronometro com memória para 10 voltas, 1 alarme de hora, timer, calendário, duplo horário e a função pedômetro (contador de passos) DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vollo, Pista e campo,
108	Cronometro digital DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vollo, Pista e campo,
109	Bola de Medicinebol 3kg c/ alça Acabamento aderente, alças laterais em fibra injetada, composição: em borracha SENDO: 01 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 02 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Torian, Penalty,
110	Bola de ginástica 45cm, sistema AntiBurst: produto atóxico, composição: policloreto de vinila SENDO: 02 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 02 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bioshape, Live up, Acte,
111	Bola Medicinal ( medicine Ball) de couro 4kg DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty, Vinex,
112	Bola de ginástica 75cm , sistema AntiBurst: produto atóxico, composição: policloreto de vinila SENDO: 02 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 02 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bioshape, Acte, Vollo, Live up,
113	Obstáculo de treinamento ajustável 170cm – conj c/4 uni. Obstáculo ajustável de PVC resistente até 1,70m conjunto com 2 bases, 3 bastões e 2 presilhas DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,

114	100 pregos 3,2mm agulha DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
115	100 pregos 4,8mm pirâmide DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
116	Chave universal para sapatilha DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Gill, Pista e campo,
117	Sapatilha de velocidade pista e campo DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Pista e campo, Acics, Asics, Pista e campo,
118	Sapatilha meio fundo e fundo pista e campo DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Pista e campo, Acics, Asics, Pista e campo,
119	Sapatilha arremesso e lançamento DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Asics, Pista e campo,
120	Dardo de espuma DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
121	Dardo de plástico Dardo de plástico com ponteira de borracha Comprimido 70 cm e peso de 300 gramas. Ponteira substituível de borracha. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Turbo Jav, Pista e campo,
122	Disco PVC 350g DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
123	Disco de PVC 500g DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
124	Martelo de Pvc 500g DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
125	Pelota de couro aferida Pelota em couro costurada a mão - Aferida - Peso = 250g DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Pista e campo, Olimpica,
126	Peso de PVC 600g DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Vinex, Pista e campo,
127	Bolsa térmica gel DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Mercur, Scalibu, Pista e campo,
128	Cinto proteção cintura DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Nedel, Scalibu, Pista e campo,
129	Coxal DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Angels Diver, Poker, Pista e campo,
130	Joelheira c/ orifício e reforço DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Angels Diver, Poker, Pista e campo,
131	Munhequeira ajustável DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Angels Diver, Poker, Pista e campo,
132	Suporte para punho DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Angels Diver, Pista e campo,
133	Tornezeleira cano curto DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Angels Diver, Poker, Pista e campo,
134	Anilhas DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Deveras, IBJ, Pista e campo, Neofit,



135	Tatami Dimensão ( 1000mm x 1000mm ) Espesuras: 40mm. Cobertura: película siliconizada com textura especial para pratica desportiva. Composição: E.V.A copolímero etileno acetato de vinila especialmente desenvolvido para absorção de impactos com ótima memória de retorno podendo ser com corte reto ou de encaixe nos 4 lados. Duas cores SENDO: 120 UNIDADES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 124 UNIDADES PARA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	Haiti, Original Tatamis, HT, Nedel, Zanshin, Yamamura, Reichel, Shiroi,
136	KIMONO TRANÇADO JUDÔ tecido trançado (100% algodão) tamanhos A1, A2, e A3. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Adidas, Shinai, Yama, Shogum, Shiroi,
137	KIMONO CRU tecido algodão cru, tamanhos M0, M1, M2, M3 DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Arena, Shinai, Yama, Shogum, Shiroi,
138	BOLA DE RAGBY PRÓ circunferência 65-67cm, com peso de 350-370g, câmara Butil, costurada borracha, Miolo de borracha.A marca deverá ser oficializada pela Confederação Brasileira e/ou Internacional da modalidade. DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Penalty,
139	BOLA DE TÊNIS a granel de 11 à 12 anos estágio 3 DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Wilson, LCM Soft,
140	BOLA DE TÊNIS treinamento e competição pressurizada DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Wilson, Dunlop,
141	RAQUETE DE TÊNIS infantil de 6 à 8 anos tamanho 25 DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Babolat, Ar- tengo, Wilson,
142	RAQUETE DE TÊNIS infantil de 8 à 12 anos tamanho 26 DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Babolat, Ar- tengo, Wilson,
143	CAPACETE TAEKWONDO DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Bong, Shinai, Jugui, Deveras,
144	Colete Protetor de Tórax e Costas com Velcro DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Kwon, Shinai, Jugui, Deveras,
145	Luva Taekwondo - Oficial DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Martiai, Jugui,
146	Aparador de Chute DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Bang, Shinai, Knockout, Jugui, Deveras,
147	Dobok Taekwondo - Adulto DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Strike, Shinai, Jugui, Yama,
148	Dobok Taekwondo - Infantil DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Strike, Shinai, Jugui, Yama,
149	Relógio De Xadrez Oficial Analogico DESTINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Jaehring, Boticelli,

### Edital de Convocação N° 002 - Convoca Aprovados No Processo de Seleção Fundação Municipal de Cultura

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002, de 27 de Setembro de 2013  
Convoca aprovados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar junto à Fundação Municipal de Cultura no Município de Caçador - Edital n° 02/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do

Município de Caçador,

#### CONVOCA:

A cidadã, a seguir relacionada, classificada no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital n° 02/2013, de 10/07/2013, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto n° 5.713, de 19/09/2013 que homologou o resultado final do Processo, conforme sequência de classificação:

INSTRUTOR DE ARTES PLÁSTICAS/ARTESANATO  
Lucimar dos Santos

a) Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Caçador, munidos de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de Setembro de 2013  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Editais de Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1688/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACK8108	55693049D	5010/0	07/08/2013	162 * I
ACQ5092	55693163D	5118/0	01/08/2013	164 c/c 162 * I
ACQ5092	55693164D	5010/0	01/08/2013	162 * I
ACQ5092	55693165D	6599/2	01/08/2013	230 * V
ADL7930	55703434D	6920/0	20/08/2013	233
ADV5076	55693488D	6599/2	03/08/2013	230 * V
AHF3485	55480497C	5118/0	31/07/2013	164 c/c 162 * I
AJU7333	55693168D	5010/0	04/08/2013	162 * I
ARC1997	54149732D	6769/1	08/08/2013	230 * XXII
BHU0942	55699680D	6599/2	05/08/2013	230 * V
BHU0942	55699681D	5010/0	05/08/2013	162 * I
CFW6525	55700021D	6599/2	22/08/2013	230 * V
CPK6984	55699468D	6610/2	03/08/2013	230 * VII
ECQ7650	55703433D	6920/0	20/08/2013	233
HCC0524	55703902D	6599/2	25/08/2013	230 * V
JNP0622	55699502D	5010/0	08/08/2013	162 * I
JNP0622	55699504D	6599/2	08/08/2013	230 * V
LZF4088	55699770D	5010/0	28/07/2013	162 * I
LZF4088	55699772D	5118/0	28/07/2013	164 c/c 162 * I
LZF4088	55699773D	6610/2	28/07/2013	230 * VII
LZY7770	54149777D	5118/0	21/08/2013	164 c/c 162 * I
LZY7770	54149779D	5282/0	21/08/2013	176 * I
MAA3873	55703440D	6920/0	26/08/2013	233
MAY4038	55693978D	5010/0	31/08/2013	162 * I
MCL8772	54149740D	6670/0	24/08/2013	230 * XIII
MCV1698	54149985D	6670/0	25/08/2013	230 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCX5378	54149889D	5010/0	05/08/2013	162 * I
MCX5378	54149951D	5118/0	05/08/2013	164 c/c 162 * I
MDZ0443	55703681D	5010/0	02/08/2013	162 * I
MDZ0443	55703682D	5118/0	02/08/2013	164 c/c 162 * I
MDZ0443	55703683D	6599/2	02/08/2013	230 * V
MEX1803	54149954D	6912/0	05/08/2013	232
MFK6505	55693169D	5010/0	04/08/2013	162 * I
MFK6505	55693171D	5118/0	04/08/2013	164 c/c 162 * I
MFK6505	55693172D	6599/2	04/08/2013	230 * V
MFK6505	55693173D	6610/2	04/08/2013	230 * VII
MHA3476	54150006D	5010/0	09/08/2013	162 * I
MHT3216	55700408D	5010/0	22/08/2013	162 * I
MHT3216	55700409D	5118/0	22/08/2013	164 c/c 162 * I
MKN5560	54149291D	6556/5	07/08/2013	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1689/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADV5076	55693483D	7234/0	03/08/2013	250 * I * a
ADV5076	55693485D	5835/0	03/08/2013	195
ADV5076	55693486D	5185/1	03/08/2013	167
ADV5076	55693487D	6270/0	03/08/2013	220 * II
AHF3485	55480498C	5185/1	31/07/2013	167
CEK3970	54149962D	5541/2	07/08/2013	181 * XVII
CIU7005	54149326D	5959/1	21/08/2013	203 * IV
HCC0524	55703904D	5835/0	25/08/2013	195
HGZ8821	54148928D	5207/0	19/08/2013	169
JFZ5118	54149823D	5452/2	30/07/2013	181 * VIII
KAG1537	54150040D	5541/2	27/08/2013	181 * XVII
MCV8205	55699485D	5207/0	06/08/2013	169
MDA1560	54149742D	5452/2	26/08/2013	181 * VIII
MDP3576	55699676D	5525/0	01/08/2013	181 * XV
MDU2207	54149892D	5541/1	07/08/2013	181 * XVII
MDY2696	54149390D	5541/2	17/08/2013	181 * XVII
MEO5715	55700269D	5428/4	24/07/2013	181 * V
MFI2977	54150038D	5991/0	26/08/2013	206 * I
MHE6426	54148926D	5835/0	06/08/2013	195
MIE2841	54149728D	5541/2	06/08/2013	181 * XVII
MII2807	54149843D	6050/1	26/08/2013	208
MJC3150	54150030D	5541/2	23/08/2013	181 * XVII
MJC4970	54149880D	5541/2	05/08/2013	181 * XVII
MJJ5751	54149961D	5541/2	07/08/2013	181 * XVII
MKN5560	54149959D	5452/7	07/08/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1690/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABX9481	55481847C	6726/1	08/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
ABX9481	55481848C	6912/0	08/05/2013	R\$ 53,20	232
ACW8942	55693724D	6726/1	12/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
ACW8942	55694148D	6599/2	12/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
AKJ5848	55696826D	5010/0	01/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
ALV0962	55693892D	6599/2	12/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
ALZ7693	54149238D	5045/0	24/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
GZX8414	55699320D	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
IBE0719	55692361D	6920/0	25/04/2013	R\$ 127,69	233
KPA0067	55692391D	6920/0	08/05/2013	R\$ 127,69	233
LCZ4344	54149064D	6599/2	02/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXO9316	55700017D	5010/0	13/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZA2171	54149122D	6599/2	21/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZM3588	55700160D	6912/0	08/05/2013	R\$ 53,20	232
MAT3679	54149184D	6599/2	19/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBC1726	54148427D	6599/2	28/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCE9773	55480480C	6556/1	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCE9773	55480481C	6769/1	03/07/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MCE9773	55480483C	6653/1	03/07/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MCE9773	55480484C	6769/2	03/07/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MCE9773	55693745D	5010/0	03/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCE9773	55693746D	6599/2	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCE9773	55693747D	6726/1	03/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDS8077	55693090D	6599/2	30/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGT6938	55700162D	6599/2	12/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGT6938	55700163D	5010/0	12/05/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHX7359	54149264D	6599/2	09/06/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1691/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW8841	54148923D	7366/2	22/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ANJ0462	54149565D	5398/0	20/06/2013	R\$ 53,20	181 * II
DXX8043	55700154D	6564/0	04/05/2013	R\$ 191,53	230 * II
ILV8018	54148781D	5541/6	11/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYQ1478	55693100D	6050/1	24/06/2013	R\$ 191,53	208
LYZ0050	55700008D	5207/0	07/05/2013	R\$ 53,20	169
MAD9022	55699364D	6076/0	08/06/2013	R\$ 191,53	210
MAF8319	55699651D	7234/0	21/04/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MCJ0274	54149458D	5541/2	22/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ5163	55694136D	5185/1	28/04/2013	R\$ 127,69	167
MFZ5163	55694137D	5185/2	28/04/2013	R\$ 127,69	167
MFZ5163	55694138D	7234/0	28/04/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MHW7235	54149618D	5509/0	10/06/2013	R\$ 85,12	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1692/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHF3485	55480495C	5010/0	31/07/2013	162 * I
AHF3485	55480496C	6599/2	31/07/2013	230 * V
AHJ1900	55704063D	5045/0	09/09/2013	162 * V
AJP8607	55704017D	5010/0	09/09/2013	162 * I
DCA2590	54149989D	6670/0	29/08/2013	230 * XIII
KAB5622	55703449D	6920/0	29/08/2013	233
LOE8328	55703710D	6599/2	04/09/2013	230 * V
LWU8166	55699693D	5010/0	06/09/2013	162 * I
LWU8166	55699694D	6726/1	06/09/2013	230 * XVIII
LXJ4447	55704060D	5010/0	09/09/2013	162 * I
LXJ4447	55704061D	6599/2	09/09/2013	230 * V
LXJ4447	55704062D	5118/0	09/09/2013	164 c/c 162 * I
LXK6760	55693190D	6610/2	13/08/2013	230 * VII
LZX6265	55703539D	6769/1	13/08/2013	230 * XXII
MAA5312	55703711D	6599/2	04/09/2013	230 * V
MAJ0102	55703856D	6556/1	14/08/2013	230 * I
MAJ0102	55703857D	5045/0	14/08/2013	162 * V
MBA2924	55703540D	6599/2	18/08/2013	230 * V
MBA2924	55703541D	5169/1	18/08/2013	165
MBH8824	54150114D	6610/2	29/08/2013	230 * VII
MBR8639	55703430D	6920/0	19/08/2013	233
MDT2750	55699197D	7340/0	30/08/2013	252 * IV
MDU3016	55700147D	6920/0	02/08/2013	233
MEU6551	55704065D	5118/0	09/09/2013	164 c/c 162 * I
MEU6551	55704066D	5010/0	09/09/2013	162 * I
MFF8608	55703858D	6599/2	14/08/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFF8608	55703859D	6556/1	14/08/2013	230 * I
MFM0600	55704010D	6637/2	05/09/2013	230 * IX
MFM0600	55704011D	6599/2	05/09/2013	230 * V
MFM0600	55704012D	5045/0	05/09/2013	162 * V
MJK6694	54150251D	6599/2	01/09/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1693/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHT0189	54150056D	5541/2	13/08/2013	181 * XVII
DCA2590	54149988D	5185/1	29/08/2013	167
MBD6309	54149850D	5835/0	31/08/2013	195
MDT2750	55699195D	7030/1	30/08/2013	244 * I
MFL8598	54149132D	5380/0	31/07/2013	181 * I
MKB3093	54149894D	5541/2	07/08/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1694/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIU6832	55693720D	6599/2	08/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
AIU6832	55694145D	6610/2	08/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
AJC1626	55699312D	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
AJC1626	55699313D	5010/0	20/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
AJC1626	55699314D	5118/0	20/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AJY2991	55107432C	6653/2	05/07/2013	R\$ 127,69	230 * XI
ALX4706	55703506D	5010/0	07/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
ALX4706	55703507D	5118/0	07/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ALX4706	55703508D	6610/2	07/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
ALX4706	55703509D	7340/0	07/07/2013	R\$ 85,12	252 * IV
ALX4706	55703511D	6912/0	07/07/2013	R\$ 53,20	232
AMH1361	55107447C	5010/0	11/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
AMH1361	55107448C	5118/0	11/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BNT7114	55692389D	6920/0	08/05/2013	R\$ 127,69	233
CIW6490	54149905D	6599/2	28/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
CJS7199	55700113D	6920/0	05/07/2013	R\$ 127,69	233
DGK8903	55693429D	6599/2	04/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
DGK8903	55693430D	5010/0	04/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
HRD4899	54149685D	6599/2	12/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWT8029	55692355D	6920/0	23/04/2013	R\$ 127,69	233
LWX1105	55699831D	6920/0	24/06/2013	R\$ 127,69	233
LXV6802	55699636D	6599/2	09/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYA7877	55107450C	6726/1	12/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYM1682	55700404D	6599/2	05/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYT1342	55699639D	6599/2	16/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYW0389	54149056D	6912/0	24/04/2013	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZG0862	54149277D	5010/0	07/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZN1934	55700170D	5010/0	01/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZN1934	55700171D	6610/2	01/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZW6542	54148793D	6599/2	10/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAA3310	55699849D	6920/0	01/07/2013	R\$ 127,69	233
MAM1422	55692384D	6920/0	06/05/2013	R\$ 127,69	233
MAT5209	55692385D	6920/0	06/05/2013	R\$ 127,69	233
MCE9843	55107444C	6556/1	09/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MEI0669	55699836D	6920/0	27/06/2013	R\$ 127,69	233
MER5328	55700018D	5010/0	13/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MET4459	55693482D	5010/0	05/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFS7862	55693741D	6599/2	14/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGL3410	55699835D	6920/0	26/06/2013	R\$ 127,69	233
MIP2083	54149270D	6599/2	30/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJN3149	55951332B	6599/2	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MVA4941	55699187D	6912/0	07/07/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1695/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX4706	55703510D	5215/2	07/07/2013	R\$ 191,53	170
ALX4706	55703512D	5835/0	07/07/2013	R\$ 127,69	195
ANQ5190	54148442D	5541/5	21/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DUH6248	54147649D	5738/0	25/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
LZU0508	55699417D	5541/1	02/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZX7245	55699666D	5487/0	08/07/2013	R\$ 127,69	181 * XI
LZZ8002	54149568D	5541/6	01/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU8822	54149573D	5541/6	02/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV1698	54149806D	5380/0	03/07/2013	R\$ 85,12	181 * I
MDX9902	55693477D	5835/0	29/06/2013	R\$ 127,69	195
MFS7862	55693742D	5460/0	14/06/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MJE0831	55703516D	6050/1	13/07/2013	R\$ 191,53	208
MJQ1959	55693075D	6050/2	27/04/2013	R\$ 191,53	208
MJX1403	55694499D	6050/1	21/04/2013	R\$ 191,53	208
MMD9011	55694139D	5185/1	02/05/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

# Camboriú

## PREFEITURA

### Decreto N.º 1.726/2013

DECRETO N.º 1.726/2013

Dispõe sobre o encerramento do mandato dos membros do Conselho Tutelar de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Decreto nº. 1.101/2010 nomeou os membros do Conselho Tutelar para o exercício de 2010 a 2013;

CONSIDERANDO que o Edital n.º 016/2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dispõe sobre o resultado final dos membros eleitos para os cargos de Conselheiro Tutelar para o exercício 2013 a 2016, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 2.499/2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica encerrado, a partir do dia 30 de setembro de 2013, o mandato dos membros do Conselho Tutelar a seguir relacionados:

- I - Adriano Gervásio;
- II - Sônia Regina de Oliveira;
- III - Walmor Dalago;
- IV - Tanalu Garcia Simões;
- V - Elisabete Machado de Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 27 de setembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

### Decreto N.º 1.727/2013

DECRETO N.º 1.727/2013

Dispõe sobre a posse dos membros do Conselho Tutelar de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Decreto nº. 1.726/2013 "Dispõe sobre o encerramento do mandato dos membros do Conselho Tutelar de Camboriú e dá outras providências";

CONSIDERANDO que o artigo 132 da Lei Federal nº. 8.069/1990 - ECA dispõe que o Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população;

CONSIDERANDO que o § 4º do artigo 66 da Lei Municipal nº.

2.372/2011 prevê que "A Comissão Eleitoral encaminhará ao Poder Executivo Municipal o edital com os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos, para que seja elaborado o decreto de posse dos conselheiros eleitos";

CONSIDERANDO que o Edital n.º 016/2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dispõe sobre o resultado final dos membros eleitos para os cargos de Conselheiro Tutelar para o exercício 2013 a 2016, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 2.499/2012;

DECRETA:

Art. 1º Ficam empossados, a partir do dia 01 de outubro de 2013, para comporem o Conselho Tutelar de Camboriú no período de 01/10/2013 a 09/01/2016, regulado pelos artigos 32 ao 105 da Lei Municipal n.º 2.372/2011, os seguintes membros:

I - Membros Titulares do Conselho Tutelar:

- a) Walmor Dalago;
- b) Robson Juscelino de Melo;
- c) Tito Leonardo dos Santos;
- d) Janaína Joana Zimmermann;
- e) Tanalu Garcia Simões.

II - Membros Suplentes do Conselho Tutelar:

- a) Tamires Caroline Faqueti;
- b) Izabel Cristina Vieira Meine;
- c) Gislanine Amorim Moreira;
- d) Eliane Aparecida Rosa de Oliveira;
- e) Elisabete Machado de Oliveira.

Art. 2º Fica revogado o Decreto n.º 1.101/2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 27 de setembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 1044/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 1044/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABK1134	55372814C	6920/0	26/07/2010	R\$ 127,69	233
ABW1942	55959347B	5010/0	19/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
ACB3862	55370549C	6920/0	26/07/2010	R\$ 127,69	233
ADF0404	55372088C	6920/0	10/08/2010	R\$ 127,69	233
ADF6913	55371496C	6599/2	27/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
ADF6913	55371497C	5045/0	27/10/2010	R\$ 191,53	162 * V
AEX2912	55948958C	6920/0	28/10/2010	R\$ 127,69	233
AGQ7901	55371442C	6556/4	19/07/2010	R\$ 191,53	230 * I
AHW1738	55374187C	6653/1	24/10/2010	R\$ 127,69	230 * XI
AKI4705	55372549C	6599/2	23/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
AKI4705	55372550C	6556/5	23/09/2010	R\$ 191,53	230 * I
AKN5471	55957996B	6920/0	18/05/2009	R\$ 127,69	233
ALD2394	55372695C	6548/2	27/06/2010	R\$ 85,12	229
AOL0635	55373441C	6920/0	08/07/2010	R\$ 127,69	233
AOP7464	55948802C	6920/0	18/10/2010	R\$ 127,69	233
BPI3943	55959469B	6920/0	30/09/2009	R\$ 127,69	233
BYO8593	55373443C	6920/0	08/07/2010	R\$ 127,69	233
CME0359	55373099C	5045/0	14/07/2010	R\$ 191,53	162 * V
CME0359	55373100C	6912/0	14/07/2010	R\$ 53,20	232
CPE9506	55370942C	6599/2	16/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
CTP0996	55370215C	6637/1	22/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
GOT2288	55371255C	6599/2	21/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
GUJ2585	55374168C	6599/2	19/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
HXY7489	55373675C	6610/2	23/07/2010	R\$ 127,69	230 * VII
IJ8976	55959849B	6920/0	30/09/2010	R\$ 127,69	233
IPL7330	55653516D	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JZJ0008	55651649D	6548/0	26/05/2013	R\$ 85,12	229
LCZ4930	55369489C	6920/0	13/11/2009	R\$ 127,69	233
LWS0625	55374360C	6599/2	05/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
LWU7571	55370923C	5010/0	24/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
LWV5283	55948563C	6912/0	04/10/2010	R\$ 53,20	232
LWZ1249	55371703C	5274/1	14/02/2010	R\$ 191,53	175
LWZ2078	55369465C	6920/0	27/10/2009	R\$ 127,69	233
LXD6964	55373553C	5010/0	22/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXD6964	55373555C	6912/0	22/06/2010	R\$ 53,20	232
LXD6964	55373556C	5061/0	22/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXG4235	55372730C	5010/0	28/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXG4235	55372731C	6599/2	28/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXM4952	55959717B	6599/2	05/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXQ2644	55959512B	6599/2	24/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXR3259	55370979C	7340/0	05/02/2010	R\$ 85,12	252 * IV
LXR3259	55371629C	7340/0	15/02/2010	R\$ 85,12	252 * IV
LXS4697	55948574C	5045/0	06/10/2010	R\$ 191,53	162 * V
LXS4697	55948575C	6599/2	06/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXW0669	55949437C	6599/2	03/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYA9215	55372274C	5010/0	16/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYA9215	55372275C	6637/2	16/07/2010	R\$ 127,69	230 * IX
LYF6519	55955214B	6599/2	12/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYH0622	55374108C	6599/2	14/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYH8071	55372945C	6599/2	17/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYH8071	55372945C	6912/0	17/06/2010	R\$ 53,20	232
LYM0498	55958769B	6599/2	07/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYR6698	55959110B	6610/2	04/09/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LYR6698	55959112B	6637/1	04/09/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LYR6698	55959113B	6637/2	04/09/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LYZ7059	55959525B	5010/0	23/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYZ8698	55949409C	6599/2	25/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZA1034	55948564C	6599/2	04/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZD2748	55370308C	6920/0	16/12/2009	R\$ 127,69	233
LZD3022	55374403C	5169/1	02/10/2010	R\$ 957,69	165
LZD3022	55374404C	6912/0	02/10/2010	R\$ 53,20	232
LZG0288	55958528B	5010/0	10/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZG0288	55958529B	5061/0	10/11/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAD0621	55958639B	6920/0	23/06/2009	R\$ 127,69	233
MAD7787	55958574B	6602/0	17/05/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MAD7787	55958576B	5010/0	17/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAD7787	55958577B	5061/0	17/05/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAK6122	55541248B	6920/0	27/11/2009	R\$ 127,69	233
MAN4524	55372816C	6920/0	26/07/2010	R\$ 127,69	233
MAP5741	55369904C	6912/0	07/12/2009	R\$ 53,20	232
MAP5741	55369905C	6599/2	07/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAR9172	55371921C	5010/0	09/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAR9172	55371922C	5061/0	09/07/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAR9172	55371923C	6599/2	09/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAX8476	55372194C	6920/0	10/06/2010	R\$ 127,69	233
MBC0201	55374154C	6599/2	29/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBE8020	55958897B	5010/0	26/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBF5607	55373937C	6599/2	28/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBJ4002	55948435C	6920/0	29/09/2010	R\$ 127,69	233
MBO2883	55948587C	5010/0	08/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBP9715	55371707C	5010/0	18/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBP9715	55371708C	5061/0	18/02/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBP9715	55371709C	6556/1	18/02/2010	R\$ 191,53	230 * I
MBP9715	55371796C	5010/0	13/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBS6710	54457157E	6912/0	27/05/2013	R\$ 53,20	232
MBS6710	54457158E	6637/2	27/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBS6710	54457159E	6653/1	27/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MBY0881	55370107C	7340/0	20/12/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MBY7270	55370550C	6920/0	26/07/2010	R\$ 127,69	233
MCC2032	55374029C	6700/1	25/08/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MCC2032	55374030C	6610/2	25/08/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MCC7929	55374017C	5010/0	11/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCD2031	55371447C	6912/0	27/07/2010	R\$ 53,20	232
MCD2031	55371448C	6599/2	27/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCD2031	55371450C	6637/2	27/07/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MCG3682	55369782C	6653/1	13/02/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MCG3950	55373494C	5061/0	31/08/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCG3950	55373494C	6599/2	31/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCG3950	55373495C	5010/0	31/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCL3271	55371242C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCM8726	55374319C	6599/2	25/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCN6807	55948580C	6599/2	08/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCN6807	55948581C	6700/1	08/10/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MCN8034	55369711C	5010/0	02/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCN8034	55369712C	5061/0	02/12/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCS0779	55372728C	6599/2	08/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCV1561	55374055C	6599/2	31/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCW3985	55956280B	5045/0	24/06/2009	R\$ 191,53	162 * V
MCX1564	55958455B	6556/1	19/05/2009	R\$ 191,53	230 * I
MCX1564	55958456B	5010/0	19/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCX4887	55948566C	6599/2	05/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCX9314	55373571C	6912/0	01/07/2010	R\$ 53,20	232
MCX9314	55373572C	6599/2	01/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCX9314	55373573C	5061/0	01/07/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCX9314	55373575C	5274/1	01/07/2010	R\$ 191,53	175
MCZ4914	55370496C	6912/0	06/02/2010	R\$ 53,20	232
MDF9264	55372533C	5010/0	19/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDI0065	55957610B	5010/0	23/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDI6873	55372806C	6920/0	26/07/2010	R\$ 127,69	233
MDJ6518	55372401C	5274/2	20/03/2010	R\$ 191,53	175
MDK6265	55369653C	6556/1	11/11/2009	R\$ 191,53	230 * I
MDK6265	55369654C	6637/1	11/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDK6265	55369655C	6637/2	11/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDK6265	55369817C	6556/1	12/11/2009	R\$ 191,53	230 * I
MDO5362	54457185E	6599/2	11/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDQ0799	55373652C	6599/2	12/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDQ0799	55373653C	5010/0	12/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDR3673	55373596C	6599/2	28/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDR3673	55373597C	6912/0	28/07/2010	R\$ 53,20	232
MDS8364	55958346B	6637/1	17/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDS8364	55958348B	6556/1	17/05/2009	R\$ 191,53	230 * I
MDS8734	55958838B	6599/2	06/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDS8734	55958839B	5010/0	06/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDV8003	55370517C	6912/0	21/02/2010	R\$ 53,20	232
MDV8003	55959892B	6599/2	21/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEE9697	55948592C	6599/2	08/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEG9212	55948758C	6599/2	25/11/2010	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEG9212	55948759C	5010/0	25/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEK5039	55372829C	6920/0	24/08/2010	R\$ 127,69	233
MEK9933	55372266C	6599/2	18/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEO5997	55948508C	7340/0	22/10/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MEP0466	55373185C	5010/0	05/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEP0466	55373196C	6599/2	05/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEQ3462	55374098C	6912/0	18/09/2010	R\$ 53,20	232
MES9230	55373658C	6599/2	19/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEU2336	55372096C	6920/0	10/08/2010	R\$ 127,69	233
MEU3459	55372832C	6920/0	24/08/2010	R\$ 127,69	233
MEV7511	55374354C	6599/2	27/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEV7511	55374355C	6912/0	27/08/2010	R\$ 53,20	232
MEV8692	55373648C	6920/0	26/07/2010	R\$ 127,69	233
MEV8692	55959051B	6556/1	22/08/2009	R\$ 191,53	230 * I
MEY7200	55958255B	6912/0	09/05/2009	R\$ 53,20	232
MFB1349	55371849C	5010/0	15/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFB1349	55371850C	5010/0	15/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFI6328	55959158B	5045/0	29/01/2010	R\$ 191,53	162 * V
MFI8443	55374182C	6599/2	17/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFJ7798	55374176C	5010/0	09/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFL4953	55373770C	5010/0	29/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFL4953	55373771C	5061/0	29/10/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFL4953	55948676C	6912/0	01/11/2010	R\$ 53,20	232
MFL4953	55948677C	6769/1	01/11/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MFL4953	55948903C	5010/0	22/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFN9628	55374180C	6912/0	16/10/2010	R\$ 53,20	232
MFS4479	55370554C	6599/2	25/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFT3782	55955921B	6599/2	03/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFT3911	55371126C	6556/1	01/02/2010	R\$ 191,53	230 * I
MFW3033	55948423C	6920/0	10/09/2010	R\$ 127,69	233
MFY1973	55371920C	6599/2	06/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGA1912	55369716C	5010/0	16/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGA1912	55369717C	5061/0	16/12/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGA1912	55370158C	5010/0	17/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGC5722	55948910C	6599/2	30/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGC5722	55948911C	6912/0	30/08/2010	R\$ 53,20	232
MGC5722	55948912C	6556/1	30/08/2010	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGJ2317	55369534C	6599/2	04/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGO7652	55949114C	6599/2	10/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGS8901	55373989C	5010/0	18/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGU6307	55372523C	5010/0	12/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGU6307	55372525C	5061/0	12/08/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGW2580	55374115C	6599/2	21/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGW2580	55374116C	6653/1	21/08/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MGW2580	55374117C	5045/0	21/08/2010	R\$ 191,53	162 * V
MGX5815	55959505B	6599/2	23/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHA2675	55373277C	5010/0	25/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHA6745	55372222C	6653/1	20/04/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MHA6745	55372522C	6602/0	12/08/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MHG6714	55373267C	5010/0	22/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHG6714	55373268C	5061/0	22/07/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHH6316	55371831C	5010/0	08/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHL6587	55959547B	6548/2	08/10/2010	R\$ 85,12	229
MHO3767	55374052C	5010/0	13/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHO5415	55373820C	5010/0	21/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHO5415	55373822C	5061/0	21/08/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHP3306	55374037C	5045/0	27/08/2010	R\$ 191,53	162 * V
MHQ9580	55948561C	6599/2	04/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHQ9580	55948562C	6912/0	04/10/2010	R\$ 53,20	232
MHS4492	55369753C	5010/0	26/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHV2097	55948519C	5010/0	28/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHV2097	55948521C	5118/0	28/10/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIS5070	55373972C	6769/3	17/08/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MIW5554	54456632E	5010/0	20/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIW5554	54456633E	5061/0	20/05/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIW8591	54456644E	6610/2	28/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MKF6140	55373910C	5037/1	09/10/2010	R\$ 574,61	162 * III



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 1040/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 1040/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAN8490	55373444C	6920/0	08/07/2010	R\$ 127,69	233
AAZ7671	55956985B	6599/2	19/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
ACB3862	55373656C	6599/2	16/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
ACH0857	55371235C	6920/0	18/02/2010	R\$ 127,69	233
AGX2406	55372964C	6920/0	26/05/2010	R\$ 127,69	233
AMD3113	55370307C	6920/0	16/12/2009	R\$ 127,69	233
APM3265	55373857C	5045/0	06/08/2010	R\$ 191,53	162 * V
CCA9419	55371245C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233
CCV7242	55957991B	6920/0	18/05/2009	R\$ 127,69	233
CFT8484	55371571C	6599/2	08/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
CKN4144	55372585C	6548/2	01/06/2010	R\$ 85,12	229
CXM5691	55373436C	6920/0	08/07/2010	R\$ 127,69	233
DQZ4358	55372886C	6548/2	07/06/2010	R\$ 85,12	229
DUG7346	55370509C	6700/2	21/02/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
IDJ6405	55371328C	6599/2	01/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
IDJ6405	55371329C	6912/0	01/02/2010	R\$ 53,20	232
IJU8056	55949713C	5010/0	31/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
IJU8056	55949714C	5118/0	31/12/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IJU8056	55949715C	6556/1	31/12/2010	R\$ 191,53	230 * I
KNQ1219	55371223C	6920/0	09/02/2010	R\$ 127,69	233
LWS9222	55370663C	6599/2	31/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LWV1490	55373164C	6637/2	18/07/2010	R\$ 127,69	230 * IX
LXD6964	55373305C	5010/0	14/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXD6964	55373306C	5061/0	14/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXG5020	55373431C	6920/0	30/06/2010	R\$ 127,69	233
LXI2363	55371593C	6602/0	28/02/2010	R\$ 191,53	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXK2214	55957616B	5010/0	02/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXM1893	55371637C	6599/2	19/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXX1757	55369527C	5169/1	28/02/2010	R\$ 957,69	165
LZA5342	55959455B	6599/2	17/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZA5342	55959456B	5010/0	17/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZJ0087	55371238C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233
LZO8498	55373085C	6599/2	30/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZO8867	55371996C	6599/2	07/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZR5140	55373853C	6599/2	06/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZR5140	55373855C	6912/0	06/08/2010	R\$ 53,20	232
MAD5025	55371814C	6670/0	28/07/2010	R\$ 127,69	230 * XIII
MAI0266	55370501C	5010/0	20/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAN9167	55371905C	6599/2	02/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAS1612	55957131B	5274/1	25/02/2009	R\$ 191,53	175
MAT5243	55542650B	6599/2	28/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBM1099	55371287C	6599/2	13/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBP9893	55373420C	6920/0	23/06/2010	R\$ 127,69	233
MBU9568	55957325B	5010/0	03/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBW4485	55372595C	6548/2	03/06/2010	R\$ 85,12	229
MBY1693	55373200C	5010/0	09/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBY1693	55373803C	5061/0	09/08/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBY1693	55373804C	6610/2	09/08/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MBY1693	55373805C	6637/2	09/08/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MBY7416	55372661C	5010/0	06/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBY7416	55372662C	6599/2	06/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCC7929	55374016C	6599/2	11/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCG5383	55371370C	5010/0	21/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCJ4323	55956993B	5045/0	23/11/2009	R\$ 191,53	162 * V
MCP6255	55371649C	5010/0	16/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCP6255	55371650C	6637/1	16/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MCR7056	55370510C	6599/2	21/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCR7056	55370511C	5010/0	21/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCR7056	55370512C	6912/0	21/02/2010	R\$ 53,20	232
MCS0598	55372593C	6548/2	03/06/2010	R\$ 85,12	229
MCV0599	55371275C	6599/2	15/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCV0599	55371276C	5045/0	15/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MCV2624	55372346C	6920/0	26/05/2010	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCV3843	55371189C	6602/0	12/06/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MCV3843	55371190C	6653/1	12/06/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MDE0455	54456910E	6700/0	15/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MDK3391	55959771B	6670/0	02/07/2010	R\$ 127,69	230 * XIII
MDK3391	55959772B	6726/1	02/07/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDO7787	55373684C	6599/2	05/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDP9937	55959873B	6599/2	02/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDP9937	55959874B	5045/0	02/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDR3673	55959889B	6912/0	21/02/2010	R\$ 53,20	232
MDS2729	55370988C	5010/0	19/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDT8913	55369842C	7340/0	27/12/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MDY4357	55373327C	5010/0	23/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDY4357	55373328C	6599/2	23/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDZ9515	55369944C	5045/0	27/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDZ9515	55369945C	6912/0	27/02/2010	R\$ 53,20	232
MDZ9677	55371626C	6912/0	12/02/2010	R\$ 53,20	232
MEB2798	55372963C	6920/0	26/05/2010	R\$ 127,69	233
MEC1091	55371365C	6912/0	21/02/2010	R\$ 53,20	232
MEC1091	55371368C	5010/0	21/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEF0373	55373265C	6599/2	21/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEF0373	55373266C	5010/0	21/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEH5692	55371366C	6912/0	21/02/2010	R\$ 53,20	232
MEH5692	55371367C	6556/1	21/02/2010	R\$ 191,53	230 * I
MEI2666	55373202C	6599/2	10/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEI2666	55373203C	5045/0	10/06/2010	R\$ 191,53	162 * V
MEQ7257	55373558C	5010/0	26/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEQ7257	55373559C	5061/0	26/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEQ7257	55373560C	6599/2	26/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEQ7257	55373561C	6653/1	26/06/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MER2301	55370027C	6920/0	19/03/2010	R\$ 127,69	233
MET4432	55372076C	6599/2	22/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEW8287	55373602C	5045/0	29/06/2010	R\$ 191,53	162 * V
MEY0814	55370926C	6599/2	25/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEY0814	55370929C	5045/0	25/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MFE8292	55372349C	6920/0	26/05/2010	R\$ 127,69	233
MFH5051	55371217C	6920/0	09/02/2010	R\$ 127,69	233
MFJ6761	55369502C	6599/2	01/11/2009	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFL4953	55370552C	5010/0	24/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFN4765	55371635C	6700/1	19/02/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MFS2254	55371715C	5010/0	22/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFS2254	55371716C	5061/0	22/02/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFV1253	55371737C	5010/0	23/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGA1413	55369987C	7340/0	31/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MGE5969	54456343E	5010/0	17/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGE5969	54456344E	5118/0	17/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGE5969	54456345E	6599/2	17/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGE5969	54456346E	6912/0	17/05/2013	R\$ 53,20	232
MGE5969	54456347E	5274/1	17/05/2013	R\$ 191,53	175
MGE6035	55371752C	6912/0	05/02/2010	R\$ 53,20	232
MGH9466	55371854C	5037/2	20/02/2010	R\$ 574,61	162 * III
MGH9702	55372565C	6599/2	15/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGV7082	55373344C	6637/2	05/08/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MHC9679	55373410C	6920/0	23/06/2010	R\$ 127,69	233
MHI2653	55371859C	6726/1	28/02/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHL7150	55371215C	6920/0	26/01/2010	R\$ 127,69	233
MHS4890	55371614C	6599/2	07/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MIF3624	55653833D	6599/2	21/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIF3624	55653834D	6912/0	21/05/2013	R\$ 53,20	232
MIK4391	54456944E	5010/0	20/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIK4391	54456945E	5061/0	20/05/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MJW5062	54456940E	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJW5062	54456941E	7340/0	20/05/2013	R\$ 85,12	252 * IV
NDA1230	55372399C	5010/0	22/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
NDA1230	55372400C	5061/0	22/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto N° 7.964 de 27 de Setembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.964 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social de n° 09 e 10 de 24 de setembro de 2013 anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de setembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 27/09/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 09 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova partilha de recursos referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Elaine Martins, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, n valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), sendo que deste 100% (cem por cento) destina-0se a custeio.

Art.2º) Que os Recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo Município no âmbito da proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução n° 109/2009, e conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de Setembro de 2013.

ELAINE MARTINS

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2013.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 10 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Aprovação do Demonstrativo Financeiro do Exercício de 2012.

Elaine Martins, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o demonstrativo financeiro do exercício de 2012, conforme anexo parte integrante desta Resolução.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de Setembro de 2013.

ELAINE MARTINS

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2013.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

### Resolução N° 09 de 24 de Setembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 09 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova partilha de recursos referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Elaine Martins, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, n valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), sendo que deste 100% (cem por cento) destina-0se a custeio.

Art.2º) Que os Recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo Município no âmbito da proteção Social Básica segundo a



Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/2009, e conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de Setembro de 2013.

ELAINE MARTINS

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2013.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

### **Resolução Nº 10 de 24 de Setembro de 2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Aprovação do Demonstrativo Financeiro do Exercício de 2012.

Elaine Martins, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o demonstrativo financeiro do exercício de 2012, conforme anexo parte integrante desta Resolução.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de Setembro de 2013.

ELAINE MARTINS

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2013.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

### **Ata Pregão 92/2013 - Saúde**

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 92/2013 - modalidade Pregão (presencial) Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marci niak Munhoz, Pregoeira Municipal, Gustavo Machado do Amaral e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 92/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Contratação de Instituição Hospitalar para realização de consultas

de urgência/emergência destinada à população de Campo Alegre, sendo que as consultas deverão ser realizadas dentro das instalações do hospital, o qual deverá ter disponível em sua estrutura física em caso de necessidade de internamento: Leitos de Uti Geral Credenciados Pelo Estado, Leitos De Uti Neo Natal E Pediátrica Credenciado pelo Estado, Centro De Imagem Disponível Com: Ressonância Magnética, Litotripsia; Credenciado pelo Estado Centro Cirúrgico 24 Horas Para Resolução Imediata, Cirurgia Cardiaca Pediatria Credenciado pelo Estado, Neurocirurgia de Alta Complexidade Credenciado pelo Estado, Centro de Hemodinâmica Credenciado pelo Estado. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Maternidade e Cirurgia N. Senhora do Rocio Ltda. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. O critério de julgamento é o MENOR PREÇO UNITÁRIO. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. A proposta apresentada pela empresa licitante foi de R\$ 20.000,00, sendo que a mesma não concedeu desconto, fechando o valor em R\$ 20.000,00. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa primeira classificada, sendo considerada HABILITADA. Considerando a classificação e habilitação da empresa classificada : Maternidade e Cirurgia N. Senhora do Rocio Ltda a Pregoeira a declara vencedora desta licitação com o valor unitário de R\$ 20.000,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

## **Campos Novos**

### **PREFEITURA**

### **Lei Nº 3.937/2013 Declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores do Reassentamento Rural Coletivo de Campos Novos**

LEI Nº 3.937/2013 DE 26/09/13

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da LEI, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores do Reassentamento Rural Coletivo de Campos Novos, entidade com sede administrativa na OTR Reassentamento São Simão, em Campos Novos, inscrita no CNPJ sob nº 07.889.495/0001-09 e Estatutos Sociais registrados no Cartório de Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas da Comarca de Campos Novos.

Art. 2º. São assegurados à entidade mencionada no artigo 1º os benefícios previstos na Lei Orgânica e na legislação ordinária do município.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 26 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Lei N° 3.938/2013 Declara de Utilidade Pública o Lions Clube Centenário**

LEI N° 3.938/2013 DE 26/09/13

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da LEI,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública o Lions Clube Centenário, entidade com sede administrativa na Rua Darci Correa Pedroso, cidade de Campos Novos, inscrita no CNPJ sob nº 83.826.917/0001-77 e Estatutos Sociais registrados no Cartório de Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas da comarca de Campos Novos.

Art. 2º. São assegurados à entidade mencionada no artigo 1º os benefícios previstos na Lei Orgânica, e na legislação ordinária do município.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 26 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Lei N° 3.940/2013 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social**

LEI N° 3.940/2013 DE 26/09/13

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.027 - Obras, Reformas e Ampliações na Assistência Social do Município, inclusive para o CRAS  
Elementos de despesa: 17 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.000

000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.055 - Manutenção do Programa CRAS - Centro de Referência da Assistência Social  
Elementos de despesa: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 26 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Lei N° 3.941/2013 Estabelece Normas de Saneamento Básico Para a Implantação de Loteamentos**

LEI N° 3.941/2013 DE 26/09/2013

ESTABELECE NORMAS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA A IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Os loteamentos a serem implantados no município de Campos Novos deverão dispor de sistema de coleta de esgoto através de redes coletoras, em todos os seus lotes.

§1º. Caso não seja disponível sistema público de esgotos no local, deverá ser implantada uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) que fará o tratamento de todos os esgotos da área de cobertura do empreendimento, atendidos os padrões construtivos estabelecidos pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

§2º. Os custos relativos à implantação da infraestrutura exigida deverão ser suportados pelos responsáveis pelo loteamento.

Art. 2º. Os interessados deverão requerer junto ao Departamento de Engenharia do SAMAE a análise e aprovação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto a serem implantados, como condição imprescindível para obtenção do alvará de loteamento.

Art. 3º. Caso o Departamento de Engenharia do SAMAE entenda irregular ou insuficiente os sistemas implantados no loteamento, determinará que o loteador adote as providências cabíveis para regularização e aprovação da infraestrutura.

Art. 4º. Após implantada e aprovada pelo SAMAE, a estrutura de coleta e tratamento de esgoto deverá ser doada para a autarquia, que responsabilizar-se-á pela operação, manutenção e regular funcionamento dos sistemas implantados.

Art. 5º. No caso de empreendimentos habitacionais na Zona Rural do Município, em formas de condomínios, loteamentos ou semelhantes, o Departamento de Engenharia do SAMAE poderá aprovar medidas específicas para o destino dos efluentes sanitários proveniente das edificações, considerando as peculiaridades do local, a partir de prévia análise do Setor Técnico.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 26 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

# Decreto N° 6.814/2013 Retifica e Homologa o Resultado Final Classificatório do Concurso Público Edital N° 001/2013

DECRETO N° 6.814/13 DE 26/09/2013

RETIFICA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N° 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e, Considerando que o Anexo I do Decreto nº 6.794/2013, que homologou o Resultado Final Classificatório do Concurso Público Edital nº 001/2013, foi publicado sem a observância de todos os dispositivos estabelecidos no instrumento convocatório, ocorrendo divulgação errônea da ordem de classificação de alguns candidatos;

Considerando que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, conforme Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica Retificado o Resultado Final Classificatório do Concurso Público Edital nº 001/2013, corrigindo-se a classificação conforme Anexo I, em virtude da estrita observância das regras do Edital de Concurso Público.

Art. 2º. Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens não alterados pelo presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente o Decreto 6.794/2013 no que lhe for contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 26 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2013.

INSTRUTOR (A) DE ARTESANATO							
Classificação	Nome	Port.	Mat.	C.Especif	C.Gerais	Nota Prática	Nota Final
01	Sirlei M.da Silva Faedo	04	02	04	10,00	10,00	8,40
02	Carina Valéria L.Alves	05	04	08	04	8,00	8,20
03	Marli Savaris dos Anjos	05	04	06	05	8,00	8,00
04	Ione Ap.Zambom Rosa	05	03	06	04	8,00	7,60
05	Eliane D.A.Dalísso	03	03	09	04	7,00	7,30
06	Alice debastiani	04	03	08	04	7,00	7,30
07	Elirce de Melo Schutz	03	03	06	03	8,00	7,00
08	Margarete de F.F. Zolto	05	04	08	05	5,00	6,90
09	Eliane de F. T.de Macedo	05	02	07	03	7,00	6,90
10	Francieli da Silva	02	04	07	03	7,00	6,70
11	Divane C. S.Ferreira	04	03	07	00	7,00	6,30
12	Vanilda L.dos Santos	03	04	06	05	5,00	6,10
13	Karen A.S.Ortiz	05	03	06	03	5,00	5,90
14	Ivanete F.de A.Brisola	01	00	05	03	7,00	5,30

INSTRUTOR (A) DE ARTESANATO (COSTUREIRA)							
Nº Ide.	Nome	Port.	Mat.	C.Espe.	C.gerais		
01	Eloi Terezinha Pinto	03	03	07	02	10,00	8,00
02	Marlene S.Wilpertt	02	03	06	03	7,00	6,30

Campos Novos, 24 de setembro 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

# Decreto N° 6815/2013 Regulamenta Lei N°3.940/2013 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

DECRETO N° 6815/13 DE 26/09/2013

REGULAMENTA LEI N° 3.940/13 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.027 - Obras, Reformas e Ampliações na Assistência Social do Município, inclusive para o CRAS

Elementos de despesa: 17 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.055 - Manutenção do Programa CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

Elementos de despesa: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 26 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1405/13 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1405/13 de 30/08/2013

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA CARLA FERNANDA VELASQUES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa a servidora CARLA FERNANDA VELASQUES, do cargo de Auxiliar de Serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1406/13 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1406/13 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MARIA JUCELIA LEMOS DAS CHAGAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MARIA JUCELIA LEMOS DAS CHAGAS no período de 05/08/13 a 02/12/13.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1407/13 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1407/13 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA PRISCILA APARECIDA BIALLY.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora PRISCILA APARECIDA BIALLY no período de 05/08/13 a 02/12/13.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1408/12 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1408/12 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA GORETE TEREZINHA LINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a GORETE TEREZINHA LINS pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 21 de Agosto de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1409/12 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1409/12 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA DIRLEI DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a DIRLEI DA SILVA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 21 de Agosto de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1410/12 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1410/12 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR OSVALDO GARIPUNA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a OSVALDO GARIPUNA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 17 de Agosto de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1411/12 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1411/12 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR JOÃO ELI DOARTE



Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a JOÃO ELI DOARTE pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 06 de Agosto de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1412/12 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1412/12 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA FRANCIELI RODRIGUES DA ROSA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a FRANCIELI RODRIGUES DA ROSA MACHADO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1413/13 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1413/13 de 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CARMEN REGINA DE MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a CARMEN REGINA DE MATOS pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1417/13 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1417/13 de 30/08/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MARIA ZÉLIA DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares a servidora MARIA ZÉLIA DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/06/12 a 31/05/13 a serem gozadas no período de 22/08/13 a 21/09/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1452/13 de 05/09/2013**

PORTARIA N° 1452/13 de 05/09/2013

CONCEDE PENSÃO A PESSOA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o falecimento do Servidor Inativo Luiz Antonio Stank, conforme certidão de óbito n° 10835701552013400024112000604217 de 30 de Agosto de 2013, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos e de conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder pensão vitalícia a MARLI SALETE STANK, esposa do servidor aposentado LUIZ ANTONIO STANK, conforme certidão de óbito do Cartório de Registro Civil de Campos Novos.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2013.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 05 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria N° 1486/13 de 25/09/2013**

PORTARIA N° 1486/13 de 25/09/2013

CONCEDE PENSÃO A PESSOA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o falecimento do Servidor Inativo Vasco Marcon, conforme certidão de óbito n° 10835701552013400024122000605280 de 16 de Setembro de 2013, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos e de conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder pensão vitalícia a Erza Alves Marcon, esposa do servidor aposentado VASCO MARCON, conforme certidão de óbito do Cartório de Registro Civil de Campos Novos.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 1487/13 de 27/09/2013**

PORTARIA N° 1487/13 de 27/09/2013

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora ELIAMAR TEREZINHA ANTUNES MAYER, portadora da CNH nº 02885750893, categoria B, ocupante do cargo de Superintendente da Fundação Cultural Des. Cid de Almeida Pedroso, junto a Secretaria de Educação e Cultura, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir, eventualmente, veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 1414/13 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1414/13 de 30/08/2013

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora PATRICIA ELIZANDRA DE LIMA, ocupante de o cargo efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, gratificação por titulação, referente à conclusão do Ensino Médio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 1415/13 de 30/08/13**

PORTARIA N° 1415/13 DE 30/08/13

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA DAYANA TAIZE DOS SANTOS RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora DAYANA TAIZE DOS SANTOS RIBEIRO, referente a FGR - 01 e GFDE Pregão, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de: FGR-01 de 01/03/2012 a 31/12/2012, e GFDE Pregão de 01/02/2013 a 31/05/2013, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 1416/13 de 30/08/13**

PORTARIA N° 1416/13 DE 30/08/13

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA MARITA DE FATIMA FORGIARINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora MARITA DE FATIMA FORGIARINI, referente a Cargo Comissionado, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de: 01/01/12 a 31/12/2012 na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 1418/13 de 30/08/2013**

PORTARIA N° 1418/13 de 30/08/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR ADENILSON TONHOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor ADENILSON TONHOLI referente ao período aquisitivo de 01/08/11 a 31/07/12 a serem gozadas no período de 30/07/13 a 28/08/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal



# Canoinhas

## PREFEITURA

### Resolução N° 017/2013

RESOLUÇÃO N° 017/2013

Dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o art. 2º, do Decreto Municipal n° 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação do Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica entre Fundo Municipal da Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social de setembro a dezembro de 2013;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido extraordinariamente em 24 de setembro de 2013;

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 8400,00, sendo que deste, 100% destina-se a custeio.

Art. 2º Que os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução n° 109/ 2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 25 de setembro de 2013.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social

### Decreto N°199/2013

DECRETO N°. 199/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Fica incluído no Decreto nº004/2013 o art. 6º-B, conforme a seguinte redação:

Art. 6º-B. Fica autorizado o servidor JOSÉ CARVALHO JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto à instituição financeira denominada Banco do Brasil S/A, exclusivamente no tocante à conta corrente nº29.300-8, devidamente cadastrada na agência 0343-3, vinculada ao Poder Executivo Municipal, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 83.102.384/0001-80.

Parágrafo Único. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;
- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### Portaria N° 15/FME/2013

PORTARIA N° 15/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

#### AUTORIZAR

Art. 1º. Fica autorizado o servidor JOSÉ CARVALHO JUNIOR, efetivo no cargo de Professor, à disposição da Fundação Municipal de Esportes, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº. 5.171 de 25/09/2013, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe a responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, a emissão de cheque nominal com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 29/09/2013 e 05/10/2013.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 26 de setembro de 2013.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 26/09/2013.

**Publicação do Edital de Concorrência Pública N° 15/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 132/2013

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 15/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/11/2013, às 09h30min, concorrência pública para REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h15min do dia 05/11/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**Capinzal****PREFEITURA****Decreto 112/2013**

DECRETO N° 112, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Declara de utilidade pública e interesse social imóvel urbano, na forma que especifica.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 182 da Constituição Federal, Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e no art. 58, incisos V e XIII, da Lei Orgânica do Município de Capinzal e demais legislações pertinentes, e;

CONSIDERANDO as prescrições normativas previstas no art. 5º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, em sua alínea "g", que considera caso de utilidade pública a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;

CONSIDERANDO a necessidade do município em construir um prédio para instalação de uma Unidade de Saúde a fim de atender a população dos Loteamentos Lar Imóveis, João Evangelista Parizotto, São Cristóvão, Universitário, Verdes Campos, Recanto dos Pássaros, Novo Horizonte, Vista Alegre e as comunidades de Fazenda Santo Antônio, Fazenda das Palmeiras e Reassentamento Chapada Verde, e a construção de um Centro de Reabilitação para recuperação de trabalhadores (as) da região (Capinzal, Ouro, Zoréa), vítimas de patologias laborais.

CONSIDERANDO que o Município de Capinzal não dispõe de terreno urbano para atender esta demanda;

CONSIDERANDO o interesse social no condicionamento da propriedade para melhor aproveitamento, utilização ou produtividade em benefício da coletividade;

CONSIDERANDO o relevante interesse público, saúde, social, ambiental e sanitário;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social o imóvel urbano a seguir especificado, destinado a construção de um prédio para instalação de uma Unidade de Saúde e a construção de um Centro de Reabilitação:

I - Lote nº 01, da Quadra nº 289, situado na esquina entre as Ruas Debastiane Thomazoni e Domingos João Faccin, no Loteamento Bairro Lar Imóveis, com área de 564,58m² (quinhentos e sessenta e quatro vírgula cinquenta e oito metros quadrados), registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal sob matrícula nº 14.604, Livro nº 2-AAD, Fls. 061, de propriedade de Dirce Nardi dos Santos.

Parágrafo único. O imóvel referido neste artigo constitui-se sem benfeitoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 27 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 113/2013**

DECRETO N° 113, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Declara de utilidade pública e interesse social imóvel, na forma que especifica.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 182 da Constituição Federal, Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e no art. 58, incisos V e XIII, da Lei Orgânica do Município de Capinzal e demais legislações pertinentes, e;

CONSIDERANDO as prescrições normativas previstas no art. 5º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, em sua alínea "i", que considera caso de utilidade pública a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais;

CONSIDERANDO a necessidade do município em utilizar uma área de 1.800,00 m² para fins de acesso ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro;

CONSIDERANDO o interesse social no condicionamento da propriedade para melhor aproveitamento, utilização ou produtividade em benefício da coletividade;

CONSIDERANDO o relevante interesse público, social, ambiental e sanitário;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social o imóvel a seguir especificado, para fins de acesso ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro:

I - Terreno Rural com área de 1.800,00 m² (um mil e oitocentos metros quadrados (30m² x 60m²), parte integrante de uma área total de 17.571,98m², situada na Fazenda Santo Antonio, na Localidade de Engenho Novo, registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal sob matrícula nº 10.965, de propriedade de Lauri Schmidt e Luci Maria Pissolato.

Parágrafo único. O imóvel referido neste artigo constitui-se sem benfeitoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 27 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

**MARCO ANTÔNIO HACHMANN**

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 114/2013

DECRETO Nº 114, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a divisão geográfica do município para fins de implantação dos programas de Estratégia da Saúde da Família (ESF) e Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei Complementar nº 062/2002, de 04 de setembro de 2002, e;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 do Ministério da Saúde que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

#### DECRETA

Art. 1º Fica criado no Centro do Município de Capinzal 01 (uma) equipe para operacionalizar os Programas de Estratégia da Saúde da Família (ESF) e Agentes Comunitários de Saúde (PACS), divididas geograficamente em 07 (sete) micro-áreas de atendimento cada, as quais terão abrangência delimitada aos espaços territoriais a seguir especificados:

MICRO-ÁREA	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
01	Rua Máximo Toaldo, Rua Célio Rocha, Rua Aníbal Ferro, Rua José Cadorin, Rua Paulo Zócolli e Rua dos Almeida.
02	Rua João Caldart, Rua Deolice Zenere, Rua Veranice Golin, Rua Maria Augusta de Oliveira, Rua Antônio Cristófoli, Rua Antônio Zortéa Primo, Rua Dona Linda Santos até a esquina com a Rua Maria Angélica Almeida, Rua José Vicari, Avenida XV de Novembro até a esquina com a Rua Maria Angélica Almeida.
03	Rua Nereu Ramos, Rua Narciso Barison, Rua Carmelo Zócolli até a esquina com a Rua Aparício Ribeiro, Rua Aparício Ribeiro, Rua Adelmo Biavatti, Rua Dom Vicente Gramazzio, XV de Novembro (Calçada até a esquina com a Rua Maria Angélica Almeida), Rua Aleixo Suzin, Rua João D'Agualuzzo, Rua José Marsaro, Rua Sady Domingos Brancher, Avenida José Leonardo Santos até esquina com a Rua Deolice Zenere.
04	Rua Ernesto Hachmann, Rua Rolindo Casagrande, Rua Alexandre Thomazoni, Rua João Sivieiro, Rua Frei Tito Olivetto, Rua Casemiro Epifani, Rua Dr. Vilson Bordim, Rua Luiz Dutra, Rua Angelo Olivo até esquina com a Rua Elvira Hachmann, Rua João Oliveira Bronze até esquina com a Rua Elvira Hachmann, Rua Vicente Alessi, Rua Carmelo Zócolli (da esquina com a Rua Elvira Hachmann até a Igreja Matriz), Rua Elvira Hachmann (lado esquerdo).
05	Rua Ernesto Hachmann (da esquina com a Elvira Hachmann), Rua Alexandre Thomazoni, Rua Atílio Brusso, Rua Carmelo Zócolli, Rua Angelo Olivo, Rua João de Oliveira Bronze, Rua Martinho Chaves, Rua Luiz Faversani, Rua Luiz Lancini, Rua Humberto Toaldo, Rua Emilio Thomaz Farino, Rua Silvio Zenere, Rua Angelo Olivo, Rua Donália Pereira de Lima.
06	Rua Devino Fracasso, Rua Cantídio da Silva Azevedo, Rua Segundo Costenaro, Rua Nelson Pedro Toaldo, Rua Alcyr Silva, Rua Raimundo Micheloto, Vila Anchieta.

07	Rua José Zortéa, Rua Projetada nº 01, Rua Projetada nº 02, Rua Projetada nº 03, Rua Projetada nº 04, Rua Deoclides Helt, Rua Nelson Bernardi, Linha Residência (até a Igreja).
----	--

Parágrafo único. As áreas especificadas no caput deste artigo referem-se à região denominada Centro de Capinzal e adjacências, conforme região de abrangência estabelecida neste artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 27 de setembro de 2013.

**ANDEVIR ISGANZELLA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

**MARCO ANTÔNIO HACHMANN**

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 115/2013

DECRETO Nº 115, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, descrita no quadro a seguir.

	MANUT DAS ATIVID DA CÂMARA MUNIC DE VER	FTE	DR	R\$	
0101.01.031.0001.2001					0,00
31901100-002	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	100	00	R\$	100.000,00
31901300-003	Obrigações Patronais	100	00	R\$	20.000,00
33901400-006	Diárias – Civil	100	00	R\$	15.000,00
	Total			R\$	135.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, o cancelamento parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), na forma do quadro a seguir.

	MANUTENÇÃO DAS ATIVID DA CÂMARA DE VER	FTE	DR	R\$	
0101.01.031.0001.2001					0,00
31900900-001	Salário Família	100	00	R\$	1.000,00
33717000-005	Rateio Pela Participação em Consórcios Públicos	100	00	R\$	1.000,00
33903000-007	Material de consumo	100	00	R\$	67.000,00
33903600-009	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	100	00	R\$	15.000,00

	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	100	00	R\$	50.000,00
33903900-010					
33909100-011	Sentenças Judiciais	100	00	R\$	500,00
	Indenizações e Restituições	100	00	R\$	500,00
33909300-012					
	Total	100	00	R\$	135.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 27 de setembro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

### Edital 030/2013

EDITAL Nº 030, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal, através da Fundação Nacional de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, no dia 03 de setembro de 2013, a seguir especificados, provenientes do Governo Federal através da Fundação Nacional de Saúde - FNS destinados ao Fundo Municipal de Saúde - FMS (repassa Fundo a Fundo), com a finalidade da construção das 03 (três) Unidades Básicas de Saúde - UBS, nos termos da Portaria nº 1.380, de 9 de julho de 2013, que divulga a 1ª lista do processo de seleção de propostas apresentadas para o Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 - 2º Ciclo:

- 1ª Parcela - UBS Loteamento Vila Sete de Julho: R\$ 102.400,00
- 1ª Parcela - UBS Loteamento São Luiz: R\$ 81.600,00
- 1ª Parcela - UBS Localidade de Lindenberg: R\$ 81.600,00

Capinzal - SC, 27 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

## SIMAE

### Portaria N ° 43/2013/SIMAE-Cao

PORTARIA N ° 43/2013/SIMAE-CAO, de 26 de setembro de 2013. Designa Servidor para exercício de Função de Confiança, na forma que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 21, § 2º, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

### RESOLVE:

DESIGNAR o servidor VALDIR MOROSINI, nascido em 12/09/1963, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador, Padrão 04, Nível 01, Referência E, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, para o exercício da Função de Confiança de SUPERVISOR DE SETOR DE CONTROLE OPERACIONAL (FC-4), a partir de 01 de outubro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

### Portaria N° 295/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 295/2013

- CONSIDERANDO, a Portaria 286/2013;

- CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer maior sinergia, no sentido de promover e contribuir para a inclusão digital, visando à inclusão social, combater o êxodo rural, fortalecer a cidadania e o desenvolvimento do município;

- CONSIDERANDO que tendo em vista as ações específicas com foco no desenvolvimento local em consonância com as questões estratégicas do Município e do Estado ligadas à geração de trabalho e renda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 085/1999, que trata sobre a contratação temporária para atender o excepcional interesse público no Sistema Municipal de Ensino e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 001/2013/SMECE;

### RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário ALISSON BORGES DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Professor de Informática ACT - 10 horas, Nível I na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 30.09.2013 a 20.12.2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.09.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria N° 296/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 296/2013



O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar n° 008/99;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15.09.2011 à 14.09.2012, a ZULEIDE DIEL SCHNEIDER, matriculada sob o n° 2407/03, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 30.09.2013 à 29.10.2013, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC n° 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.09.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de setembro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria N° 297/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 297/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar n° 008/99;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 04.10.2012 à 03.10.2013, a ACIR MELLO, matriculada sob o n° 1378/02, ocupante do cargo efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 01.10.2013 a 30.10.2013, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC n° 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de setembro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria N° 298/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 298/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar n° 008/99;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 04.10.2012 à 03.10.2013, a ADRIANO NAU, matriculada sob o n° 2558/02, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 01.10.2013 a 30.10.2013, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC n° 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de setembro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Extrato de Edital do Processo Licitatório N° 79/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 79/2013

- PM

PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 11 de outubro de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futsal e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 01 de outubro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

**Aviso Retificação Edital Pregão N° 26/2013/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 26/2013/FMS (Registro de Preços) - PROCESSO LICITATÓRIO N°. 39/2013/FMS - AVISO DE RETIFICAÇÃO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital Retificado de Pregão Presencial n°. 26/2013/FMS (Registro de Preços), que objetiva o Registro de preços de Materiais e Equipamentos Médicos, Hospitalares e Odontológicos, para aquisições futuras, no atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul. A abertura do Pregão está mantida para as 09:00 horas do dia 02 de outubro de 2013. Cópia do Edital Retificado e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 30 de setembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

### Pregão Presencial Cs N° 110/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL CS N° 110/2013- PMC

Objeto: Aquisição de um Desencarcerador novo, para utilização do Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia, Visando Facilitar o socorro às vítimas, com recursos oriundos do Fundo Municipal de Direitos Difusos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h do dia 15/10/2013.

Abertura: dia 15/10/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 27 de Setembro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### Pregão Presencial N° 111/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N° 111/2013- PMC

Objeto: 1. A presente licitação tem por objeto a seleção de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central, para a cessão onerosa dos direitos de:

1.1. Centralização e processamento da movimentação e aplicação financeira das contas correntes do Município de Concórdia, Fundos e Fundações, excetuando-se os casos em que haja previsão legal ou contratual para a manutenção dos recursos decorrentes de contratos, convênios e condições para transferência legais e constitucionais específicas do Estado e União em outras instituições (Ministério da Saúde, Assistência Social, etc.); Somente poderão concorrer ao objeto disposto no item 1.1. Instituições Financeiras Oficiais, na forma do art. 164, §3 da Constituição Federal.

1.2. Efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos ativos, inativos, estatutários, cargos em comissão, celetistas, contratados temporários e estagiários do Município, em um número aproximado de 2.361 (dois mil, trezentos e sessenta e um), podendo ocorrer variações para mais ou para menos ao decorrer do período de vigência do Contrato;

Tipo: MAIOR OFERTA POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 10h30min. do dia 21/10/2013  
Abertura: dia 21/10/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min,

ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de setembro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### Pregão Presencial N° 112/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N° 112/2013- PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências do Centro Administrativo Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 10h00min. do dia 16/10/2013

Abertura: dia 16/10/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de setembro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### Extrato 1º TA N° 135/2013 -FMS

Contrato N°: 135/2013

Aditivo N°: 1º TA /2013

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada: ABMS COMUNICACAO VISUAL LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 12/2013

Objeto: Aquisição e instalação de sinalização (placas e totem) para as unidades de saúde conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência: Início: 25/09/2013 Término: 20/10/2014

Assinatura: 25/09/2013

Valor R\$: 1.020,00 (Um Mil e Vinte Reais)

Dotação: 224 - 13.001.2102.333903044000000.01640000

### Extrato 1ª TA N° 186/2013 -PMC

Contrato N°: 186/2013

Aditivo N°: 1 TA/2013

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: CBA INFORMÁTICA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 56/2013

Objeto: Aquisição de equipamentos novos diversos para atender as necessidades de diversas secretarias, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 25/09/2013 Término: 06/07/2014

Assinatura: 25/09/2013

Valor R\$: 4.050,00 (Quatro Mil e Cinquenta Reais)



Dotação: 21 - 04.001.1002.344905234000000.01000000

Dotação: 27 - 05.001.1003.344905235000000.01000000

Dotação: 71 - 07.001.2022.333903030000000.01000000

Dotação: 77 - 07.001.2026.344905233000000.01000000

Dotação: 77 - 07.001.2026.344905235000000.01000000

Dotação: 83 - 08.001.2027.333903017000000.01000000

Dotação: 92 - 08.001.1009.344905206000000.01000000

Dotação: 92 - 08.001.1009.344905233000000.01000000

Dotação: 92 - 08.001.1009.344905235000000.01000000

Dotação: 113 - 10.001.2036.333903030000000.01000000

Dotação: 115 - 10.001.1012.344905206000000.01000000

Dotação: 133 - 11.001.1013.344905234000000.01000000

Dotação: 195 - 19.001.1401.344905235000000.01000000

Dotação: 278 - 16.001.2251.344905235000000.01000000

Dotação: 283 - 18.001.1351.344905235000000.02000000

Dotação: 6 - 02.001.1001.344905235000000.01000000

#### **Extrato 4º TA N° 48/2011 -FMS**

Contrato N° : 48/2011/2011

Aditivo N°: 4º TA 48/2011/2013

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada: LUPECAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Licitação: Pregão Presencial 13/2011

Objeto: Locação de veículo

Vigência: Início: 26/09/2013 Término: 26/09/2014

Assinatura: 25/09/2013

Valor R\$: 57.293,40 (Cinquenta e Sete Mil, Duzentos e Noventa e Três Reais e Quarenta Centavos)

Dotação: 231 - 13.001.2103.333903927000000.01650000

#### **Extrato 5ª TA N° 143/2012 -PMC**

Contrato N°: 143/2012/2012

Aditivo N°: 5 TA/2013

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP

Licitação: Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 42/2011

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração e implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, neste Município de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Vigência: Início: 26/09/2013 Término: 19/02/2014

Assinatura: 26/09/2013

Valor R\$: 0,00 (Zero)

#### **Extrato de Contrato N° 2/2013 -FIA**

Contrato N°: 2/2013

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Contratada: UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-MAFRA

Licitação: Pregão Presencial 2/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada, para ministrar curso de formação sobre os direitos da criança e do adolescente, com fulcro no Estatuto da Criança e Adolescente, e, ainda, elaboração e aplicação de provas teórica e prática, a ser realizado no período de 03 a 06 de outubro do ano vigente.

Vigência: Início: 25/09/2013 Término: 10/11/2013

Assinatura: 25/09/2013

Valor R\$: 4.108,00 (Quatro Mil e Cento e Oito Reais)

Dotação: 240 - 14.001.2151.333903948000000.01000000

#### **Extrato de Contratos N° 297/2013 298/2013 299/2013 300/2013 301/2013 302/2013**

Contrato N°: 297/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: IRMA CAVALIERI 94923922915

Licitação: Pregão Presencial 95/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada em sonorização e apresentação musical em ritmos variados para o Encontro dos Grupos de Convivência dos Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 23/09/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura: 23/09/2013

Valor R\$: 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais)

Dotação: 105 - 09.001.2033.333903923000000.01000000

Contrato N°: 298/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação: Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 17/2013

Objeto: Contratação de empresa do ramo de estruturas pré-moldadas, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão-de-obra) para prestação dos serviços de alargamento de ponte e pista, no entroncamento entre a Rua João Suzin Marini com a Rua Tancredo de Almeida Neves, localizadas neste Município.

Vigência: Início: 23/09/2013 Término: 20/02/2014

Assinatura: 23/09/2013

Valor R\$: 149.745,41 (Cento e Quarenta e Nove Mil, Setecentos e Quarenta e Cinco Reais e Quarenta e Um Centavos)

Dotação: 97 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

Contrato N°: 299/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP

Licitação: Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 1/2013

Objeto: Execução de obra de reforma em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra) do Centro de Convivência do Sementes do Amanhã.

Vigência: Início: 24/09/2013 Término: 23/11/2013

Assinatura: 24/09/2013

Valor R\$: 8.648,00 (Oito Mil e Seiscentos e Quarenta e Oito Reais)

Dotação: 104 - 09.001.1010.344905107000000.01000000

Contrato Nº: 300/2013  
Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada: NEIVALDO ZAMPONIO E CIA LTDA ME  
Licitação: Pregão Presencial 97/2013

Objeto: Contratação de mão de obra para instalação, manutenção e retirada das figuras natalinas a serem instaladas nos postes da rede da CELESC em ruas indicadas pela SEDET e aquisição de materiais elétricos para uso em diversos locais para realização do Sonho de Natal 2013

Vigência: Início: 26/09/2013 Término: 23/03/2014

Assinatura: 26/09/2013

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação: 124 - 10.001.2039.333903999000000.01170000

Contrato Nº: 301/2013  
Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada: JANETE F.MOREIRA VIEIRA ME  
Licitação: Pregão Presencial 102/2013

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de preparo de refeições, limpeza, higienização e organização nas dependências das Unidades Escolares Municipais, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência: Início: 26/09/2013 Término: 26/12/2013

Assinatura: 26/09/2013

Valor R\$: 34.950,00 (Trinta e Quatro Mil e Novecentos e Cinquenta Reais)

Dotação: 37 - 06.002.2013.333903401000000.01010000

Contrato Nº: 302/2013  
Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA  
Licitação: Tomada Preços para Compras Serviços 2/2013

Objeto: Contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de Sistema de Gerenciamento Escolar.

Vigência: Início: 01/10/2013 Término: 01/10/2014

Assinatura: 26/09/2013

Valor R\$: 65.500,00 (Sessenta e Cinco Mil e Quinhentos Reais)

Dotação: 46 - 06.002.2017.333903911000000.01010000

#### Extrato de TA Nº 206/2013 -PMC

Contrato Nº: 206/2013  
Aditivo Nº: 1 TA/2013  
Tipo Aditivo: Prazo  
Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada: MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP  
Licitação: Pregão Presencial 5/2013

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por custo unitário (material e mão de obra) para a execução de reforma na Praça do Bairro Santa Cruz, neste Município.

Vigência: Início: 26/09/2013 Término: 22/10/2013

Assinatura: 26/09/2013

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação: 97 - 08.001.1009.344905107000000.01450000

#### Extrato do Convênio Nº 37/2013 - Fumdeagro

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA - FUMDEAGRO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 37/2013 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUI MAR SCORTEGAGNA e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor ADIR JOÃO SOMARIVA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar à Entidade, condições para efetuar o transporte de água aos agricultores, em decorrência da estiagem que assolou o Município.

VALOR: R\$ 10.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2013, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 20 de setembro de 2013.

# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Errata - Balanço Financeiro Iprecon - Agosto 2013****IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**AN TC-05 Balanço Financeiro  
Período de Referência: Agosto / 2013 - ERRATA**BALANÇO FINANCEIRO DE AGOSTO DE 2013 - ERRATA**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	1.200.475,20	13.360.894,73	ORÇAMENTÁRIA	495.596,19	4.023.064,19
Receitas Orçamentárias	1.200.475,20	13.360.894,73	Despesas Correntes	495.596,19	3.992.584,19
Receitas Correntes	619.845,31	8.888.800,69	Pessoal e Encargos Sociais	18.659,89	160.643,91
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	289.554,87	2.238.886,58	Outras Despesas Correntes	476.936,30	3.831.940,28
Receita Patrimonial	127.965,12	2.314.359,53	Despesas de Capital	0,00	480,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	0,00	480,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas IntraOrçamentárias	0,00	30.000,00
Outras Receitas Correntes	202.325,32	4.335.554,58	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00	30.000,00
(-)Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	580.629,89	4.472.094,04			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias	0,00	0,00			
Correntes	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	1.048.882,44	5.111.282,65	EXTRAORÇAMENTÁRIA	5.011.637,88	12.864.295,72
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	473.903,61	473.903,61	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	473.903,61	473.903,61	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	79.382,64	613.688,07	Depósitos	79.380,12	613.685,55
Consignações	11.877,96	105.566,83	Consignações	11.875,44	105.564,31
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	67.504,68	508.121,24	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	67.504,68	508.121,24
Restos a Pagar	495.596,19	4.023.064,19	Restos a Pagar	458.354,15	3.776.706,56
Obrigações a Pagar	495.596,19	4.023.064,19	Obrigações a Pagar	458.354,15	3.776.706,56
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	626,78	Decréscimos Patrimoniais	4.473.903,61	8.473.903,61
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	64.803.426,90	59.960.733,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	61.545.550,47	61.545.550,47
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	42.544,13	894.363,06	Bancos Conta Movimento	166.702,58	166.702,58
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	64.760.882,77	59.066.369,94	Investimentos do RPPS	61.378.847,89	61.378.847,89
<b>TOTAL</b>	<b>67.052.784,54</b>	<b>78.432.910,38</b>	<b>TOTAL</b>	<b>67.052.784,54</b>	<b>78.432.910,38</b>

Notas:

ONEIDE BERTOLINI  
ContadoraLUCILENE L. LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### Decreto N. 635/2013

DECRETO N° 635/2013, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013  
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar N° 018/2001,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família, à servidora municipal, Sra. IZABEL COLOMBELLI, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de setembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### Decreto N. 636/2013

DECRETO N° 636/2013, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
"CONSTITUI A COMISSÃO DE EXAME E AVALIAÇÃO DE BENS E MATERIAIS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas competências privativas que lhe confere o inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais, para efetuar a análise, avaliação e o respectivo laudo de bens inservíveis, bem como dos demais bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio da municipalidade, para fins de alienação e assentamento, sendo nomeados neste ato os seguintes integrantes:

Presidente: Osni Colpani

Suplente: Edimar dos Passos

Secretário: Kely Cristina Ranzan

Suplente: Luciano da Silva

Membro: Everson Vivian

Suplente: Ivonei Breansini

Art. 2º A Comissão terá a incumbência de realizar o levantamento físico, a avaliação dos bens e demais atos que lhe são atribuídos em lei.

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros desta Comissão serão considerados de caráter relevante, não sendo conferida qualquer remuneração e nem caracterizará qualquer vínculo empregatício, e terá a duração de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 366/2013 de 09 de maio de 2013.

Cordilheira Alta, SC, 30 de setembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Alteração de Abertura do Pregão Presencial N° 08/2013

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS

PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2013

Objeto: Registro de Preços - AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL

FICA ALTERADO A DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA PARA O DIA 14/10/2013 AS 09:00 HRS

Coronel Freitas - SC, 30 de Setembro de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

#### Pregão Presencial N° 27/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de PREGÃO PRESENCIAL N°27/2013

Objeto: CONCERTO DA MOTONIVELADORA CATERPILLER 120 B

Tipo: Menor Valor/Global

Entrega dos envelope: até as 09:00 h do dia 11/10/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 11/10/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 16 de Setembro de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

#### Ata de Registro de Preços N° 11/2013

ESTADO E SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços N° 11/2013

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS

PROCESSO N° 81/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 25/2013

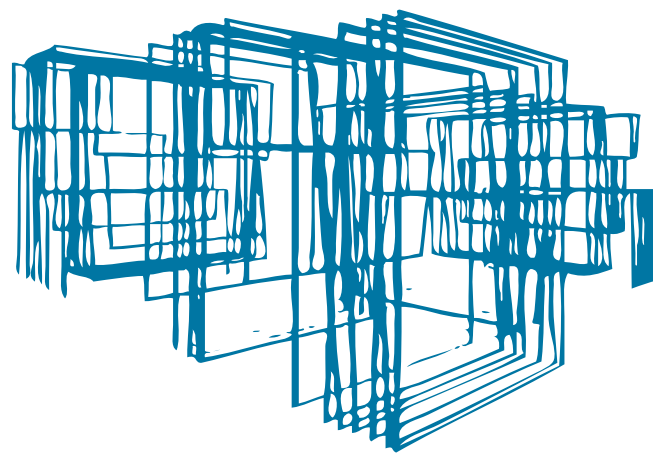
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses

A presente ata tem por objeto o registro de preços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, das empresas, conforme descrito abaixo:



Item	Qunt.	Descrição	Empresa vencedora	Valor Unit.	Classif
01	1200	Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos para manutenção de caminhões, ônibus e micro ônibus, incluindo serviços elétricos, nos sistemas de direção hidráulica, montagem e desmontagem do motor, caixa de marchas e regulagem em geral. o serviço será prestado no parque de máquinas municipal caso a empresa vencedora estiver estabelecida fora do município, caso contrário o vencedor poderá prestar o serviço no seu estabelecimento ou no parque de máquinas, no máximo 8 horas diárias. A responsabilidade pelo ferramental utilizado na prestação do serviço será da contratada, as eventuais peças que serão utilizadas nos veículos será de responsabilidade do município.	AUTO MECÂNICA BRUGALLI LTDA.ME	49,80	1º
02	1000	Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos utilitários, passeio, vans e mini vans, incluindo serviços elétricos, nos sistemas de direção hidráulica, montagem e desmontagem do motor, caixa de marchas e regulagem em geral. o serviço será prestado no parque de máquinas municipal caso a empresa vencedora estiver estabelecida fora do município, caso contrário o vencedor poderá prestar o serviço no seu estabelecimento ou no parque de máquinas, no máximo 8 horas diárias. A responsabilidade pelo ferramental utilizado na prestação do serviço será da contratada, as eventuais peças que serão utilizadas nos veículos será de responsabilidade do município	GLEIDIMAR DE VARGAS ME	33,90	1º

Coronel Freitas (SC), 30/09/2013  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Corupá

## PREFEITURA

## Relatório da Gestão Fiscal



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.199.518,79	1.918,01
Pessoal Ativo	9.199.518,79	1.918,01
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>9.199.518,79</b>	<b>1.918,01</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>9.201.436,80</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>21.746.402,22</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>42,31</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%</b>	<b>13.047.841,33</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%</b>	<b>12.395.449,27</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Corupá, 27/09/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

DILVANE KUHLE KLABUNDE  
CONTADOR



**MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2013**

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013</b>	
		<b>Até o 1º Semestre</b>	<b>Até o 2º Semestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.275.522,57</b>	<b>676.755,63</b>	<b>587.550,97</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.275.522,57	676.755,63	587.550,97
Interna	1.275.522,57	676.755,63	587.550,97
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.226.861,98</b>	<b>2.379.576,63</b>	<b>2.080.681,76</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.946.342,82	2.867.513,23	2.683.153,77
Demais Haveres Financeiros	24.872,30	25.862,37	25.862,37
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	744.353,14	513.798,97	628.334,38
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>48.660,59</b>	<b>-1.702.821,00</b>	<b>-1.493.130,79</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>27.038.769,90</b>	<b>28.863.223,68</b>	<b>21.746.402,22</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>4,72%</b>	<b>2,34%</b>	<b>2,70%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>0,18%</b>	<b>-5,90%</b>	<b>-6,87%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>32.446.523,88</b>	<b>34.635.868,42</b>	<b>26.095.682,66</b>

<b><u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013</b>	
		<b>Até o 1º Semestre</b>	<b>Até o 2º Semestre</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>1.275.522,57</b>	<b>676.755,63</b>	<b>587.550,97</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.275.522,57	676.755,63	587.550,97

<b><u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013</b>	
		<b>Até o 1º Semestre</b>	<b>Até o 2º Semestre</b>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	63.827,33	113.342,67	21.324,45
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	519.251,22	1.353.256,67	1.807.474,06

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br





MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2013

Continuação 2/2

<b><u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u></b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUHLE KLABUNDE  
CONTADOR

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



**MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013**

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>27.038.769,90</b>	<b>28.863.223,68</b>	<b>21.746.402,22</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>5.948.529,38</b>	<b>6.349.909,21</b>	<b>4.784.208,49</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
 LUIZ CARLOS TAMANINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIA HELENA MULLER BUENO  
 DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
 VALQUIRIA MICHALAK  
 RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DILVANE KUHLE KLABUNDE  
 CONTADOR



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>21.746.402,22</b>	<b>—</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.479.424,36</b>	<b>16,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.522.248,16</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUHLE KLABUNDE  
CONTADOR



**MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2013/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica	304,11	0,00	304,11
Atenção Ambulatorial e Hospitalar - MAC	13.313,91	12.240,59	1.073,32
Atenção Básica	163.773,75	28.229,16	135.544,59
Bolsa Família	20.348,81	0,00	20.348,81
Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	210,22	0,00	210,22
Contribuição para o COSIP	39.137,19	0,00	39.137,19
Convênio Trânsito - Militar	2.124,40	0,00	2.124,40
Oper. Créd. Internas Outros Programas	194.747,41	22.259,85	172.487,56
Outros Recursos Educação - FNDE	79.813,57	0,00	79.813,57
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	3.592,02	(3.592,02)
Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	0,00	(32.479,32)	32.479,32
Receitas Impostos e Transf. de Impostos Educacao	0,00	(33.176,62)	33.176,62
Salário Educação	3.279,08	0,00	3.279,08
Transf. de Convênios da União Saude	805.428,21	0,00	805.428,21
Transferências de Convênios - Educação	5,58	0,00	5,58
Transferências de Convênios - Outros	469.441,10	0,00	469.441,10
Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	45.763,71	65.206,89	(19.443,18)
Vigilância em Saúde	18.387,63	1.326,84	17.060,79
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.856.078,68</b>	<b>67.199,41</b>	<b>1.788.879,27</b>
Convênio Trânsito - Civil	4.723,44	0,00	4.723,44
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	1,95	0,00	1,95
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	22,89	0,00	22,89
Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	0,00	(19.362,33)	19.362,33
Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	0,00	12.082,18	(12.082,18)
Recursos Ordinários	822.326,81	664.627,50	157.699,31
Recursos Ordinários	0,00	1.707,27	(1.707,27)
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>827.075,09</b>	<b>659.054,62</b>	<b>168.020,47</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>2.683.153,77</b>	<b>726.254,03</b>	<b>1.956.899,74</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
 LUIZ CARLOS TAMANINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIA HELENA MULLER BUENO  
 DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
 VALQUIRIA MICHALAK  
 RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DILVANE KUHLM KLABUNDE  
 CONTADOR



**MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2013/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	20.999,66	304,11
Atenção Ambulatorial e Hospitalar - MAC	0,00	12.025,68	0,00	1.981,46	1.073,32
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	26.561,62	135.544,59
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	6.735,81	20.348,81
Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	0,00	0,00	0,00	13.602,00	210,22
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	3.412,16	2.124,40
Oper. Créd. Internas Outros Programas	0,00	0,00	22.259,85	42.189,82	172.487,56
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	3.509,40	0,00	28.936,99	(3.592,02)
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	47.001,10	3.279,08
Transf. de Convênios da União Saude	0,00	0,00	0,00	32.406,06	805.428,21
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	440.012,06	469.441,10
Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	0,00	63.011,23	0,00	0,00	(19.443,18)
Vigilância em Saúde	0,00	1.283,97	0,00	894,40	17.060,79
<b>TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	<b>0,00</b>	<b>79.830,28</b>	<b>22.259,85</b>	<b>664.733,14</b>	<b>1.604.266,99</b>
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	631,05	4.723,44
Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	0,00	34.691,62	0,00	220.613,17	19.362,33
Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	0,00	31.050,90	0,00	127.332,62	(12.082,18)
Recursos Ordinários	90.921,55	391.840,03	54.335,35	708.500,13	155.992,04
Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	0,00	0,00	0,00	9.068,75	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	<b>90.921,55</b>	<b>457.582,55</b>	<b>54.335,35</b>	<b>1.066.145,72</b>	<b>167.995,63</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>90.921,55</b>	<b>537.412,83</b>	<b>76.595,20</b>	<b>1.730.878,86</b>	<b>1.772.262,62</b>

**FONTE:**

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
 LUIZ CARLOS TAMANINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIA HELENA MULLER BUENO  
 DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
 VALQUIRIA MICHALAK  
 RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DILVANE KUHL KLABUNDE  
 CONTADOR

R\$ 1,00

EMPENHOS NÃO  
LIQUIDADOS  
CANCELADOS(  
NÃO INSCRITOS  
POR  
INSUFICIÊNCIA  
FINANCEIRA)

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

**0,00**

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

**0,00****0,00**



**MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 2º Semestre de 2013**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.201.436,80	42,31
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	13.047.841,33	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	12.395.449,27	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.493.130,79	-6,87
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.095.682,66	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.784.208,49	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.479.424,36	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.522.248,16	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.730.878,86	1.772.262,62

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
 LUIZ CARLOS TAMANINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIA HELENA MULLER BUENO  
 DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
 VALQUIRIA MICHALAK  
 RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DILVANE KUHLMANN  
 CONTADOR



## Relatório Resumido da Execução Orçamentária



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	42.261.482,00	42.856.119,21	5.621.321,24	21.223.168,05	5.138.857,88	19.483.642,18	100,00	45,46	23.372.477,03
Legislativa	1.100.000,00	1.080.000,00	191.781,10	692.896,09	191.781,10	692.896,09	3,56	64,16	387.103,91
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.080.000,00	191.781,10	692.896,09	191.781,10	692.896,09	3,56	64,16	387.103,91
Administração	5.461.600,00	5.178.600,00	536.306,61	2.340.627,12	548.957,58	2.105.348,92	10,81	40,65	3.073.251,08
Administração Geral	5.411.600,00	5.128.600,00	536.306,61	2.333.528,72	548.557,58	2.100.650,52	10,78	40,96	3.027.949,48
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	0,00	7.098,40	400,00	4.698,40	0,02	9,40	45.301,60
Segurança Pública	886.000,00	860.969,84	12.523,59	35.063,91	11.878,83	30.247,46	0,16	3,51	830.722,38
Policiamento	35.000,00	49.969,84	11.891,40	30.909,48	9.482,19	26.538,32	0,14	53,11	23.431,52
Defesa Civil	851.000,00	811.000,00	632,19	4.154,43	2.396,64	3.709,14	0,02	0,46	807.290,86
Assistência Social	795.000,00	852.492,17	152.541,75	461.338,87	140.305,14	433.219,41	2,22	50,82	419.272,76
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	1.017,00	9.190,00	1.017,00	8.173,00	0,04	32,69	16.827,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	280.000,00	280.000,00	16.054,60	30.478,66	12.377,83	24.364,57	0,13	8,70	255.635,43
Assistência Comunitária	490.000,00	547.492,17	135.470,15	421.670,21	126.910,31	400.681,84	2,06	73,18	146.810,33
Saúde	6.133.432,00	6.443.948,40	1.210.688,31	4.689.455,66	1.104.355,78	4.374.825,43	22,45	67,89	2.069.122,97
Atenção Básica	6.059.432,00	6.369.948,40	1.204.962,47	4.659.607,62	1.099.364,04	4.346.500,69	22,31	68,23	2.023.447,71
Vigilância Epidemiológica	74.000,00	74.000,00	5.725,84	29.848,04	4.991,74	28.324,74	0,15	38,28	45.675,26
Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Empregabilidade	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação	13.048.500,00	13.195.572,09	1.563.850,48	6.412.422,33	1.448.421,91	6.093.280,49	31,27	46,18	7.102.291,60
Alimentação e Nutrição	293.000,00	293.000,00	21.250,53	202.536,36	23.039,48	157.090,49	0,81	53,61	135.909,51
Ensino Fundamental	9.830.500,00	9.843.976,59	1.212.757,06	4.830.659,56	1.107.327,04	4.575.413,08	23,48	46,48	5.268.563,51
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	4.267,67	18.494,60	2.276,49	16.503,42	0,08	66,01	8.496,58
Educação Infantil	2.800.000,00	2.933.595,50	324.008,84	1.357.741,78	315.062,52	1.342.133,47	6,89	45,75	1.591.462,03
Educação de Jovens e Adultos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	1.566,38	2.990,03	716,38	2.140,03	0,01	4,28	47.859,97
Cultura	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Urbanismo	9.804.100,00	9.868.686,71	1.108.053,05	3.933.111,47	875.295,95	3.211.039,86	16,48	32,54	6.657.646,85
Infra-Estrutura Urbana	3.858.800,00	3.923.364,22	461.222,46	923.460,13	127.722,46	587.460,13	3,02	14,97	3.335.904,09
Serviços Urbanos	5.945.300,00	5.945.322,49	646.830,59	3.009.651,34	747.573,49	2.623.579,73	13,47	44,13	3.321.742,76

Continua 1/3



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	42.261.482,00	42.856.119,21	5.621.321,24	21.223.168,05	5.138.857,88	19.483.642,18	100,00	45,46	23.372.477,03
Habitação	140.000,00	140.000,00	0,00	10.576,28	0,00	10.576,28	0,05	7,55	129.423,72
Habitação Urbana	140.000,00	140.000,00	0,00	10.576,28	0,00	10.576,28	0,05	7,55	129.423,72
Saneamento	1.839.650,00	1.839.650,00	458.844,56	1.156.431,91	423.695,56	1.120.224,12	5,75	60,89	719.425,88
Saneamento Básico Urbano	1.839.650,00	1.839.650,00	458.844,56	1.156.431,91	423.695,56	1.120.224,12	5,75	60,89	719.425,88
Gestão Ambiental	71.200,00	71.200,00	18.063,12	44.545,50	11.866,52	28.349,90	0,15	39,82	42.850,10
Preservação e Conservação Ambiental	71.200,00	71.200,00	18.063,12	44.545,50	11.866,52	28.349,90	0,15	39,82	42.850,10
Agricultura	922.000,00	922.000,00	86.713,45	332.108,58	100.344,29	316.030,01	1,62	34,28	605.969,99
Extensão Rural	922.000,00	922.000,00	86.713,45	332.108,58	100.344,29	316.030,01	1,62	34,28	605.969,99
Comércio e Serviços	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Turismo	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Energia	250.000,00	250.000,00	20.995,53	93.935,36	20.995,53	93.935,36	0,48	37,57	156.064,64
Energia Elétrica	250.000,00	250.000,00	20.995,53	93.935,36	20.995,53	93.935,36	0,48	37,57	156.064,64
Desporto e Lazer	420.000,00	420.000,00	0,00	91.920,69	0,00	44.934,57	0,23	10,70	375.065,43
Desporto Comunitário	420.000,00	420.000,00	0,00	91.920,69	0,00	44.934,57	0,23	10,70	375.065,43
Encargos Especiais	700.000,00	1.043.000,00	260.959,69	928.734,28	260.959,69	928.734,28	4,77	89,04	114.265,72
Serviço da Dívida Interna	650.000,00	993.000,00	260.959,69	928.734,28	260.959,69	928.734,28	4,77	93,53	64.265,72
Outras Transferências	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 2/3



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	42.261.482,00	42.856.119,21	5.621.321,24	21.223.168,05	5.138.857,88	19.483.642,18	100,00	45,46	23.372.477,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	42.261.482,00	42.856.119,21	5.621.321,24	21.223.168,05	5.138.857,88	19.483.642,18	100,00	45,46	23.372.477,03

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUEN VALQUIRIA MICHALAK  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZEND. RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUHLE KLABUNDE  
CONTADOR

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>4.763.155,99</b>	<b>11,27</b>	<b>20.634.196,66</b>	<b>48,83</b>	<b>21.627.285,34</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>33.000.682,00</b>	<b>33.000.682,00</b>	<b>4.710.086,48</b>	<b>14,27</b>	<b>19.382.660,92</b>	<b>58,73</b>	<b>13.618.021,08</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.876.050,00	4.876.050,00	500.040,53	10,26	2.496.593,63	51,20	2.379.456,37
IMPOSTOS	3.056.400,00	3.056.400,00	328.220,25	10,74	1.889.429,66	61,82	1.166.970,34
TAXAS	1.204.650,00	1.204.650,00	137.442,06	11,41	565.029,96	46,90	639.620,04
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	615.000,00	615.000,00	34.378,22	5,59	42.134,01	6,85	572.865,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	220.000,00	220.000,00	26.645,59	12,11	135.980,72	61,81	84.019,28
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	220.000,00	220.000,00	26.645,59	12,11	135.980,72	61,81	84.019,28
RECEITA PATRIMONIAL	209.500,00	209.500,00	22.797,05	10,88	110.534,41	52,76	98.965,59
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	209.500,00	209.500,00	22.797,05	10,88	110.534,41	52,76	98.965,59
RECEITA AGROPECUÁRIA	27.500,00	27.500,00	3.306,69	12,02	11.570,53	42,07	15.929,47
Outras Receitas Agropecuárias	27.500,00	27.500,00	3.306,69	12,02	11.570,53	42,07	15.929,47
RECEITA DE SERVIÇOS	1.770.000,00	1.770.000,00	355.354,29	20,08	1.278.039,14	72,21	491.960,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.101.132,00	25.101.132,00	3.687.248,84	14,69	14.957.338,42	59,59	10.143.793,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.213.132,00	24.213.132,00	3.568.320,70	14,74	14.728.994,89	60,83	9.484.137,11
Transf. de Conv.	888.000,00	888.000,00	118.928,14	13,39	228.343,53	25,71	659.656,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.500,00	796.500,00	114.693,49	14,40	392.604,07	49,29	403.895,93
Multas e Juros de Mora	381.600,00	381.600,00	41.354,83	10,84	149.581,48	39,20	232.018,52
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.000,00	16.000,00	483,35	3,02	21.124,35	132,03	-5.124,35
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	326.400,00	326.400,00	67.205,31	20,59	203.515,02	62,35	122.884,98
RECEITAS DIVERSAS	72.500,00	72.500,00	5.650,00	7,79	18.383,22	25,36	54.116,78
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>9.260.800,00</b>	<b>9.260.800,00</b>	<b>53.069,51</b>	<b>0,57</b>	<b>1.251.535,74</b>	<b>13,51</b>	<b>8.009.264,26</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.110.000,00	4.110.000,00	0,00	0,00	356.379,68	8,67	3.753.620,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.110.000,00	4.110.000,00	0,00	0,00	356.379,68	8,67	3.753.620,32
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.900.800,00	4.900.800,00	49.100,00	1,00	880.300,82	17,96	4.020.499,18
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.900.800,00	4.900.800,00	49.100,00	1,00	880.300,82	17,96	4.020.499,18
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	3.969,51	7,94	14.855,24	29,71	35.144,76
Outras Receitas	50.000,00	50.000,00	3.969,51	7,94	14.855,24	29,71	35.144,76
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>4.763.155,99</b>	<b>11,27</b>	<b>20.634.196,66</b>	<b>48,83</b>	<b>21.627.285,34</b>

Continua 1/3



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>4.763.155,99</b>	<b>11,27</b>	<b>20.634.196,66</b>	<b>48,83</b>	<b>21.627.285,34</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	42.261.482,00	42.261.482,00	4.763.155,99	11,27	20.634.196,66	48,83	21.627.285,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	152.437,72	—	—	152.437,72	—	—
Superávit Financeiro	—	152.437,72	—	—	152.437,72	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>594.637,21</b>	<b>42.856.119,21</b>	<b>5.621.321,24</b>	<b>21.223.168,05</b>	<b>5.138.857,88</b>	<b>19.483.642,18</b>	<b>45,46</b>	<b>23.372.477,03</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>29.040.084,00</b>	<b>371.232,97</b>	<b>29.411.316,97</b>	<b>4.568.660,71</b>	<b>18.985.285,34</b>	<b>4.468.972,80</b>	<b>17.686.878,67</b>	<b>60,14</b>	<b>11.724.438,30</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.850.056,00	262.810,59	14.112.866,59	2.330.214,52	9.253.194,31	2.329.506,16	9.246.976,66	65,52	4.865.889,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	-32.000,00	118.000,00	16.823,25	85.830,90	16.823,25	85.830,90	72,74	32.169,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.040.028,00	140.422,38	15.180.450,38	2.221.622,94	9.646.260,13	2.122.643,39	8.354.071,11	55,03	6.826.379,27
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.721.398,00</b>	<b>223.404,24</b>	<b>12.944.802,24</b>	<b>1.052.660,53</b>	<b>2.237.882,71</b>	<b>669.885,08</b>	<b>1.796.763,51</b>	<b>13,88</b>	<b>11.148.038,73</b>
INVESTIMENTOS	12.221.398,00	-151.595,76	12.069.802,24	808.524,09	1.394.979,33	425.748,64	953.860,13	7,90	11.115.942,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	375.000,00	875.000,00	244.136,44	842.903,38	244.136,44	842.903,38	96,33	32.096,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>594.637,21</b>	<b>42.856.119,21</b>	<b>5.621.321,24</b>	<b>21.223.168,05</b>	<b>5.138.857,88</b>	<b>19.483.642,18</b>	<b>45,46</b>	<b>23.372.477,03</b>

Continuação 2/3



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>594.637,21</b>	<b>42.856.119,21</b>	<b>5.621.321,24</b>	<b>21.223.168,05</b>	<b>5.138.857,88</b>	<b>19.483.642,18</b>	<b>45,46</b>	<b>23.372.477,03</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.150.554,48	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>594.637,21</b>	<b>42.856.119,21</b>	<b>5.621.321,24</b>	<b>21.223.168,05</b>	<b>5.138.857,88</b>	<b>20.634.196,66</b>	<b>45,46</b>	<b>23.372.477,03</b>

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUHLL KLABUNDE  
CONTADOR





Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.319.750,56	2.355.917,32	2.543.273,13	3.027.313,24	2.444.057,75	2.683.309,52	3.225.749,37	2.573.692,30	2.875.933,45	2.690.705,02	2.497.605,21	2.773.903,55	32.011.210,42	36.988.822,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	201.971,23	195.072,19	149.406,60	230.130,53	86.099,77	138.380,87	1.083.874,68	216.315,84	234.670,43	237.211,51	234.973,95	265.066,58	3.273.174,18	4.876.050,00
I.P.T.U.	38.285,06	39.235,08	8.552,28	21.952,30	3.305,64	18.897,62	734.544,86	47.030,13	40.014,09	43.728,76	37.713,84	39.697,10	1.072.956,76	1.277.800,00
I.R.R.F	20.920,70	27.849,52	29.394,27	91.110,24	19.186,12	32.196,19	22.614,17	29.211,84	26.827,95	28.917,82	30.496,34	25.271,98	383.997,14	361.700,00
I.S.S.	84.019,98	66.436,37	59.891,17	75.095,70	52.322,39	54.683,01	78.803,92	68.147,02	69.880,64	69.094,07	65.178,65	74.906,74	818.459,66	1.122.600,00
I.T.B.I.	20.193,34	22.079,28	29.513,26	15.718,00	4.582,90	17.883,96	23.573,75	15.135,00	33.052,00	27.575,56	36.319,60	18.636,00	294.300,00	294.300,00
Outras Receitas Tributárias	38.552,15	39.471,94	22.055,62	26.254,29	6.702,72	14.720,09	224.337,98	56.791,85	64.895,75	67.895,30	65.265,52	106.554,76	733.497,97	1.819.650,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.903,00	13.179,72	14.998,23	15.116,36	17.709,27	17.051,70	17.798,01	15.894,79	22.451,18	18.430,18	10.885,78	15.759,81	194.178,03	220.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.055,82	8.748,79	7.804,80	7.744,89	14.290,05	8.699,26	17.639,49	15.126,39	11.423,50	20.558,67	11.870,80	10.926,25	144.888,71	209.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.438,97	1.855,59	1.532,64	3.056,02	0,00	735,42	2.116,84	2.076,10	1.971,97	1.363,51	1.228,31	2.078,38	19.453,75	27.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	126.137,95	146.974,67	151.595,18	151.617,84	167.414,83	135.054,95	170.620,09	147.445,22	149.598,05	152.551,71	153.837,60	201.516,69	1.854.364,78	1.770.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.942.580,96	1.936.317,71	2.179.536,11	2.551.216,67	2.127.043,18	2.335.832,90	1.885.232,88	2.114.304,84	2.407.438,38	2.221.110,37	2.039.118,71	2.209.552,41	25.949.285,12	29.089.272,00
Cota-Parte do F.P.M.	511.814,33	543.313,99	734.378,11	1.193.817,15	765.342,92	1.029.687,06	593.023,27	636.300,60	914.277,48	762.774,91	543.193,07	710.216,26	8.938.139,15	9.782.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	650.022,03	612.413,21	659.081,53	666.243,11	664.590,31	596.715,38	563.343,22	679.267,29	675.040,40	632.299,27	627.657,81	658.082,77	7.684.756,33	8.639.900,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	99.867,22	99.014,91	56.693,26	38.536,60	52.005,39	64.831,80	86.069,87	103.863,59	103.965,73	105.504,87	126.510,82	114.337,57	1.051.201,63	1.304.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.341,02	17.908,85	1.718,77	57,87	12,72	0,00	6,64	6,67	522,40	282,24	61,85	15,00	21.934,03	32.700,00
Outras Transferências Correntes	247.615,36	253.282,89	293.210,47	242.798,93	197.109,86	213.528,77	263.423,83	242.030,83	241.349,42	256.209,73	322.644,96	274.967,83	3.048.172,88	3.756.572,00
Transferências da LC 61/1989	10.246,77	9.903,62	10.026,23	11.512,59	11.752,01	9.023,54	7.965,85	7.304,24	9.821,97	10.229,86	10.076,64	10.782,07	118.645,39	139.500,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	6.171,44	3.085,72	3.085,72	0,00	0,00	0,00	12.359,62	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	37.062,14	42.600,00
Transferências do FUNDEB	421.674,23	394.308,80	421.342,02	395.164,70	436.229,97	422.046,35	371.400,20	433.172,00	459.371,07	450.719,58	405.883,65	438.061,00	5.049.373,57	5.392.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.662,63	53.768,65	38.399,57	68.430,93	31.500,65	47.554,42	48.467,38	62.529,12	48.379,94	39.479,07	45.690,06	69.003,43	575.865,85	796.500,00
DEDUÇÕES (II)	254.658,06	257.745,01	292.996,51	309.901,73	145.671,90	134.113,96	131.476,94	160.560,11	158.487,90	150.281,06	153.479,20	157.261,26	2.306.633,64	2.031.740,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	254.658,06	257.745,01	292.996,51	309.901,73	145.671,90	134.113,96	131.476,94	160.560,11	158.487,90	150.281,06	153.479,20	157.261,26	2.306.633,64	2.031.740,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.065.092,50	2.098.172,31	2.250.276,62	2.717.411,51	2.298.385,85	2.549.195,56	3.094.272,43	2.413.132,19	2.717.445,55	2.540.423,96	2.344.126,01	2.616.642,29	29.704.576,78	34.957.082,00

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPALMARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDAVALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNODILVANE KUHLE KLABUNDE  
CONTADOR



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Jun 2013 (B)	Em 31 Ago 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.275.522,57	1.033.135,31	788.998,87
DEDUÇÕES (II)	1.226.861,98	2.802.454,05	2.577.433,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.946.342,82	2.867.513,23	2.642.493,07
Demais Haveres Financeiros	24.872,30	25.862,37	25.862,37
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	744.353,14	90.921,55	90.921,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	48.660,59	-1.769.318,74	-1.788.435,02
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>48.660,59</b>	<b>-1.769.318,74</b>	<b>-1.788.435,02</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-19.116,28</b>	<b>-1.837.095,61</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-33.404,05</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Jun 2013 (B)	Em 31 Ago 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUHLE KLABUNDE  
CONTADOR



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>32.791.182,00</b>	<b>4.687.289,43</b>	<b>19.272.126,51</b>	<b>17.793.423,05</b>
Receita Tributária	4.876.050,00	500.040,53	2.496.593,63	2.448.389,43
I.P.T.U.	1.277.800,00	77.410,94	964.932,04	775.040,09
I.S.S.	1.122.600,00	140.085,39	533.016,44	621.541,56
I.T.B.I.	294.300,00	54.955,60	176.758,77	159.127,93
I.R.R.F.	361.700,00	55.768,32	214.722,41	205.955,98
Outras Receitas Tributárias	1.819.650,00	171.820,28	607.163,97	686.723,87
Receita de Contribuição	220.000,00	26.645,59	135.980,72	123.875,50
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	220.000,00	26.645,59	135.980,72	123.875,50
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	209.500,00	22.797,05	110.534,41	114.393,91
(-) Aplicações Financeiras	209.500,00	22.797,05	110.534,41	114.393,91
Transferências Correntes	25.101.132,00	3.687.248,84	14.957.338,42	13.701.548,98
F.P.M.	7.825.600,00	1.002.727,51	4.763.852,65	4.462.235,91
I.C.M.S.	6.911.920,00	1.028.592,63	4.077.597,85	3.694.126,22
Convênios	888.000,00	118.928,14	228.343,53	244.048,22
Outras Transferências Correntes	9.475.612,00	1.537.000,56	5.887.544,39	5.301.138,63
Demais Receitas Correntes	2.594.000,00	473.354,47	1.682.213,74	1.519.609,14
Dívida Ativa	326.400,00	67.205,31	203.515,02	182.615,23
Diversas Receitas Correntes	2.267.600,00	406.149,16	1.478.698,72	1.336.993,91
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>9.260.800,00</b>	<b>53.069,51</b>	<b>1.251.535,74</b>	<b>2.679.525,57</b>
Operações de Crédito (III)	4.110.000,00	0,00	356.379,68	656.317,58
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.900.800,00	49.100,00	880.300,82	2.022.710,39
Convênios	4.900.800,00	49.100,00	880.300,82	2.022.710,39
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00	3.969,51	14.855,24	497,60
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>4.950.800,00</b>	<b>53.069,51</b>	<b>895.156,06</b>	<b>2.023.207,99</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>37.741.982,00</b>	<b>4.740.358,94</b>	<b>20.167.282,57</b>	<b>19.816.631,04</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>29.411.316,97</b>	<b>4.468.972,80</b>	<b>17.686.878,67</b>	<b>16.623.794,41</b>
Pessoal e Encargos Sociais	14.112.866,59	2.329.506,16	9.246.976,66	8.482.072,38
Juros e Encargos da Dívida (IX)	118.000,00	16.823,25	85.830,90	82.065,53
Outras Despesas Correntes	15.180.450,38	2.122.643,39	8.354.071,11	8.059.656,50
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>29.293.316,97</b>	<b>4.452.149,55</b>	<b>17.601.047,77</b>	<b>16.541.728,88</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>12.944.802,24</b>	<b>669.885,08</b>	<b>1.796.763,51</b>	<b>5.280.657,95</b>
Investimentos	12.069.802,24	425.748,64	953.860,13	4.932.616,68
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	875.000,00	244.136,44	842.903,38	348.041,27
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>12.069.802,24</b>	<b>425.748,64</b>	<b>953.860,13</b>	<b>4.932.616,68</b>



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>500.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>41.863.119,21</b>	<b>4.877.898,19</b>	<b>18.554.907,90</b>	<b>21.474.345,56</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.121.137,21</b>	<b>-137.539,25</b>	<b>1.612.374,67</b>	<b>-1.657.714,52</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	152.437,72	0,00
Superávit Financeiro	-	-	152.437,72	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-3.048.214,44</b>

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUHLE KLABUNDE  
CONTADOR



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	939,39	743.413,75	653.431,59	-	90.921,55	-	519.251,22	442.656,02	442.656,02	-	76.595,20
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	939,39	743.413,75	653.431,59	0,00	90.921,55	0,00	503.142,83	428.363,18	428.363,18	0,00	74.779,65
GABINETE DO PREFEITO	0,00	6.756,30	6.756,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	0,00	62.183,13	62.183,13	0,00	0,00	0,00	130.425,56	87.425,56	87.425,56	0,00	43.000,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E H	0,00	5.805,43	5.805,43	0,00	0,00	0,00	6.755,00	6.755,00	6.755,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	5.352,89	5.352,89	0,00	0,00	0,00	18.550,80	9.738,27	9.738,27	0,00	8.812,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	0,00	452.896,00	361.974,45	0,00	90.921,55	0,00	315.882,78	292.915,66	292.915,66	0,00	22.967,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	60.118,87	60.118,87	0,00	0,00	0,00	9.775,29	9.775,29	9.775,29	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO	939,39	150.301,13	151.240,52	0,00	0,00	0,00	21.753,40	21.753,40	21.753,40	0,00	0,00
AGUAS DE CORUPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.545,60	8.545,60	8.545,60	0,00	0,00
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.545,60	8.545,60	8.545,60	0,00	0,00
FUNDACAO MUN.ESPORTES,TURISMO,CULTURA L	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.562,79	5.747,24	5.747,24	0,00	1.815,55
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES, TURISMO, CUL I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.562,79	5.747,24	5.747,24	0,00	1.815,55
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>939,39</b>	<b>743.413,75</b>	<b>653.431,59</b>	<b>0,00</b>	<b>90.921,55</b>	<b>0,00</b>	<b>519.251,22</b>	<b>442.656,02</b>	<b>442.656,02</b>	<b>0,00</b>	<b>76.595,20</b>

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUH. KLABUNDE  
CONTADOR



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	4.110.000,00	356.379,68		3.753.620,32
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.944.802,24	1.796.763,51	0,00	11.148.038,73
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.944.802,24	1.796.763,51	0,00	11.148.038,73
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.834.802,24	-1.440.383,83		-7.394.418,41

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUHLMAN  
CONTADOR





Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200.000,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DILVANE KUHLE KLABUNDE  
CONTADOR



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.231.100,00	23.231.100,00	13.974.443,08	60,15
Impostos	3.050.000,00	3.050.000,00	1.889.362,16	61,95
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.277.800,00	1.277.800,00	964.932,04	75,52
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	294.300,00	294.300,00	176.758,77	60,06
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.122.600,00	1.122.600,00	533.016,44	47,48
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	355.300,00	355.300,00	214.654,91	60,42
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	240.400,00	240.400,00	173.596,30	72,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.100,00	10.100,00	6.393,39	63,30
Dívida Ativa dos Impostos	148.600,00	148.600,00	117.523,61	79,09
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	81.700,00	81.700,00	49.679,30	60,81
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	19.940.700,00	19.940.700,00	11.911.484,62	59,73
Da União	9.857.300,00	9.857.300,00	5.980.442,35	60,67
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.782.000,00	9.782.000,00	5.954.815,57	60,88
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	32.700,00	32.700,00	907,52	2,78
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	42.600,00	42.600,00	24.719,26	58,03
Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	10.083.400,00	10.083.400,00	5.931.042,27	58,82
Cota-Parte do ICMS	8.639.900,00	8.639.900,00	5.096.996,45	58,99
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	139.500,00	139.500,00	76.956,18	55,17
Cota-Parte do IPVA	1.304.000,00	1.304.000,00	757.089,64	58,06
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.243.272,00	1.243.272,00	868.398,13	69,85
Da União para o Município	1.243.272,00	1.243.272,00	868.398,13	69,85
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.818.850,00	19.818.850,00	6.982.687,78	35,23
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.031.740,00	-2.031.740,00	-1.191.332,33	58,64
<b>TOTAL</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>42.261.482,00</b>	<b>20.634.196,66</b>	<b>48,83</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	4.865.468,00	5.201.916,46	4.103.180,05	78,88
Pessoal e Encargos Sociais	1.831.920,00	2.034.254,00	1.728.764,04	84,98
Outras Despesas Correntes	3.033.548,00	3.167.662,46	2.374.416,01	74,96
DESPESAS DE CAPITAL	1.286.000,00	1.260.067,94	271.645,38	21,56
Investimentos	1.286.000,00	1.260.067,94	271.645,38	21,56

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	1.286.000,00	1.260.067,94	271.645,38	21,56
Investimentos	1.286.000,00	1.260.067,94	271.645,38	21,56
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>6.151.468,00</b>	<b>6.461.984,40</b>	<b>4.374.825,43</b>	<b>67,70</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.151.468,00	6.461.984,40	4.374.825,43	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.271.572,00	1.379.961,94	1.130.363,95	25,84
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.271.572,00	1.379.961,94	1.130.363,95	25,84
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>4.879.896,00</b>	<b>5.082.022,46</b>	<b>3.244.461,48</b>	<b>74,16</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=² [(V - VI) / I]</b>	<b>23,22</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	6.059.432,00	6.369.948,40	4.346.500,69	99,35
Vigilância Epidemiológica	74.000,00	74.000,00	28.324,74	0,65
Outras Subfunções	18.036,00	18.036,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.151.468,00</b>	<b>6.461.984,40</b>	<b>4.374.825,43</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Corupá, 27/09/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPALMARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDAVALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNODILVANE KUHLMANN  
CONTADOR



Município de Corupá - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Corupá, 27/09/2013

\_\_\_\_\_  
 LUIZ CARLOS TAMANINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIA HELENA MULLER BUENO  
 DIRETORA DE ADMIN. E FAZENDA

\_\_\_\_\_  
 VALQUIRIA MICHALAK  
 RESP. CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DILVANE KUHLMANN  
 CONTADOR

# Curitibanos

## PREFEITURA

### Ata de Recebimento e Análise da Documentação de Habilitação, Referente ao Edital de Concorrência Nº 208/2013

ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, REFERENTE AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 208/2013.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, e os demais presentes, para análise e recebimento do envelope documentação de habilitação do participante abaixo relacionado: ROBSON CICHACZ DE SOUZA & CIA LTDA - ME; PEFON CONSTRUÇÕES LTDA EPP; CONSTRUTORA MACIEL LTDA; TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA.

Em seguida verificou-se que os participantes protocolaram seus envelopes em tempo hábil, portanto foram considerados participantes do processo licitatório na modalidade de concorrência nº 207/2013.

No decorrer da reunião e após a análise da documentação apresentada, verificou-se a habilitação dos concorrentes: ROBSON CICHACZ DE SOUZA & CIA LTDA - ME; PEFON CONSTRUÇÕES LTDA EPP; CONSTRUTORA MACIEL LTDA. A empresa TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA foi inabilitada por não apresentar Balanço Patrimonial, descumprindo o item 6.3 alínea b) do Edital.

Nada mais tendo a tratar a Comissão indagou as participantes da intenção de interposição de recurso sendo que os mesmos renunciavam expressamente ao direito recursal concordando com o prosseguimento do processo licitatório.

Por fim o Presidente da Comissão encerrou a sessão.

DIEGO SEBEM WORDELL      CRISTINA MELO MENEGOTO PEREIRA  
Presidente da CPL              Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO  
Membro

### Ata de Recebimento e Análise das Propostas de Preços, Referente ao Edital de Concorrência Nº 208/2013

ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 208/2013.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, e os demais presentes, para análise e recebimento do envelope proposta de preço da empresa habilitada a participar do edital de concorrência nº 208/2013: ROBSON CICHACZ DE SOUZA & CIA LTDA - ME com o valor total de R\$ 252.243,30 (Duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta e três reais e trinta centavos); PEFON CONSTRUÇÕES LTDA EPP com o valor total de R\$ 243.205,65 (Duzentos e quarenta e três mil e duzentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos); CONSTRUTORA MACIEL LTDA com o valor total de R\$ 216.755,00 (Duzentos e dezesseis mil e setecentos e cinquenta e cinco reais).

A empresa CONSTRUTORA MACIEL LTDA foi desclassificada por não apresentar Cronograma da Obra, descumprindo com o item 7.3 do Edital.

A empresa PEFON CONSTRUÇÕES LTDA EPP foi desclassificada por apresentar Acervo em desconformidade com o item 7.8 exigido em Edital, sendo que é exigido a execução de serviço de construção de calçada, passeio público ou semelhante (acervo técnico de pavimentação asfáltica, pavimentação paiver, lajota ou concreto) em nome da Empresa Licitante, e a empresa apresentou de Estrutura de concreto armado.

Considerando vencedora do certame a empresa ROBSON CICHACZ DE SOUZA & CIA LTDA - ME foi classificada com o valor de R\$ 252.243,30 (Duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta e três reais e trinta centavos).

A empresa PEFON CONSTRUÇÕES LTDA EPP interpôs recurso quanto a decisão da CPL, sendo que ficou apazado 5 (cinco) dias úteis para apresentação.

DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da CPL

CRISTINA MELLO MENEGOTTO  
Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO  
Membro

### Edital de Pregão Presencial Nº 244/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 244/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA USO EM GERAL NOS EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS E DEPENDÊNCIA DO 2ºBBM/SEDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/10/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 09/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 26 de Setembro de 2013.

ALDO DOLBERTH

DIEGO SEBEM WORDELL

Prefeito Municipal em Exercício

Pregoeiro

### Edital de Pregão Presencial Nº 245/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 245/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE PORTAS DE VIDRO, PARA MANUTENÇÃO DO PRÉDIO DA POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia

14/10/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 14/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 26 de Setembro de 2013.

ALDO DOLBERTH                      DIEGO SEBEM WORDELL  
Prefeito Municipal em Exercício      Pregoeiro

### **Edital de Pregão Presencial N° 40/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 40/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de empresa para fornecimento de sistema de gestão de Assistência Social totalmente on-line, incluindo: migração de dados, customização e treinamentos, manutenção corretiva e evolutiva e hospedagem, também fornecer suporte técnico ao usuário, conforme anexos.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 14/10/2013, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 14/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 25 de Setembro de 2013.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS  
Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro

### **Justificativa de Dispensa de Licitação N° 246/2013**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 246/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o município de Curitiba e a empresa Superauto Distribuidora Ltda com o valor total de R\$ 392,00 (Trezentos e noventa e dois reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 30.000 KM DO VEÍCULO FIESTA PLACA MKK 2813, NA FORMA DO ART. 24 INCISO XVII DA LEI N° 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:  
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta

Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 27 de Setembro de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA  
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO  
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 27 de Setembro de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA  
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 27 de Setembro de 2013.

ALDO DOLBERTH  
Prefeito Municipal em Exercício

**Ermo**

**PREFEITURA**

### **Decreto N.º 057, de 27 de Setembro de 2013.**

DECRETO N.º 057, de 27 de Setembro de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), a saber:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.0080 (06) - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0001 (25) - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0018 (26) - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

27.812.0028.2.011 - Manutenção do Desporto Amador

3.1.90.00.00.00.00.0080 (43) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta



do excesso de arrecadação de recursos da fonte (001) no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), da fonte (080) no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e da fonte (018) no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do orçamento vigente.

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.1.90.00.00.00.00.00.0093 (03) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0093 (11) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 4º. A suplementação de que trata o Art.3º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte (093) no valor de R\$ 50.000,00 (cem mil reais do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde..

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de Setembro de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

### Resultado da Concorrência Pública N° 32/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 32/2013

Objeto: Alienação de Imóvel Urbano de propriedade do município, considerando inservível para a Administração (terreno urbano de 240,00m²).

Vencedor: Maria de Lourdes Trevisol Sareto

Valor: 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato N° 26/2013

EXTRATO DO CONTRATO n° 26/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: ABI Construção Civil Ltda MR

OBJETO: Reforma da Unidade de Saúde Central do Município, com área de 283,66m²

VALOR ESTIMADO: R\$ 78.946,86 (setenta e oito mil novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos)

Data da assinatura: 26/09/2013.

**Forquilha**

**PREFEITURA**

### Extrato de Contrato FMS N°. 83/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N°. 83/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - INNO INFORMATICA LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos de informática para uso na área operacional das Unidades de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 32.280,00 (trinta e dois mil duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO - 0101.2052.4490 (32).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite n°. 28/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 04 de setembro de 2013.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito em Exercício

### Extrato de Contrato PMF N°. 213/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 213/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DICRIL PRODUTOS E EQUIP. P/ LIMPEZA E HIGIENE LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de diversos equipamentos de proteção individual (EPI) para uso obrigatório dos diversos colaboradores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 30.335,40 (trinta mil trezentos e trinta e cinco e quarenta centavos).

VIGÊNCIA - 30/06/2014

DOTAÇÃO - 0501.2011.3390 (47), 0701.2033.3390 (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 136/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 24 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMF N°. 216/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 216/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA ME

OBJETO - Constitui objeto do presente termo a contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para cobertura da VI Heimatfest, que acontecerá entre os dias 04 a 13 de outubro do exercício corrente, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 31.155,00 (trinta e um mil cento e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (116).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 138/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMF N°. 217/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 217/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MDJ SERVIÇOS LTDA ME

**OBJETO** - Constitui objeto do presente termo a contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para cobertura da VI Heimatfest, que acontecerá entre os dias 04 a 13 de outubro do exercício corrente, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC.

**VALOR** - R\$ 6.201,00 (seis mil duzentos e um reais).

**VIGÊNCIA** - 31/12/2013

**DOTAÇÃO** - 0802.2042.3390 (116).

**FUNDAMENTO LEGAL** - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 138/PMF/2013.

**DATA DA ASSINATURA** - 27 de setembro de 2013.

**VANDERLEI ALEXANDRE**

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo Aditivo FMS N° 23/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS N° 23/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N°. 44/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

**DO OBJETO** - Execução de serviços na construção da Unidade de Vigilância Epidemiológica, com área de 198,13 m², situada na Avenida 25 de Julho, Centro, Município de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo de acordo com a proposta da contratada.

**DO PRAZO** - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 44/FMS/2013 de 01/10/2013 para 30/11/2013 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 27/01/2014.

**DO FUNDAMENTO LEGAL** - Art. 57 da Lei n° 8.666/93.

**DATA DA ASSINATURA** - 02 de setembro de 2013.

**VANDERLEI ALEXANDRE**

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo Aditivo PMF N° 47/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 47/2013

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N°. 184/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

**DO OBJETO** - Execução de obras de infraestrutura, construção de 01 (um) centro comunitário no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso n°. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

**DO VALOR** - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 22.705,44 (vinte e dois mil setecentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos) do Contrato PMF n° 184/2011 para maior, relativo a solicitação de reajuste da proposta conforme planilha anexa aprovada pelo Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

**DO FUNDAMENTO LEGAL** - Art. 65 da Lei n° 8.666/93.

**DATA DA ASSINATURA** 09 de agosto de 2013.

**VANDERLEI ALEXANDRE**

Prefeito Municipal

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### **Portaria N° 2169/2013**

PORTARIA N.º 2.169, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1225/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 13 horas semanais o professor efetivo FERNANDO ANDRÉ MARQUES, que se encontra afastado em Auxílio Doença;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSÉ MASSOCCO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 296.589.939-15, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 18 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

**IVO BIAZZOLO**

Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N° 2170/2013**

PORTARIA N° 2.170, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora GILCE CRISTINA DE OLIVEIRA PERES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n° 693.267.899-34, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 01 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

**IVO BIAZZOLO**

Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2171/2013**

PORTARIA N° 2.171, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora SIMONE PATRICIA HEPP, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 053.349.719-12, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 01 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2172/2013**

PORTARIA N.º 2.172, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022, de 09 de abril de 2013 e Contrato Administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais, a professora ANDRÉA JOMBRA PEREIRA, que se encontra em Licença Maternidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARISTELA MARCONDES SCAIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.648.959-62, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2013 até 20 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2173/2013**

PORTARIA N.º 2.173, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0019, de 15 de março de 2013 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANA CAROLINA VICENTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.848.829-28, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 22 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2174/2013**

PORTARIA N.º 2.174, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 1231/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GILCE CRISTINA DE OLIVEIRA PERES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 693.267.899-34, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2175/2013**

PORTARIA N.º 2.175, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 1232/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SIMONE PATRICIA HEPP, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 053.349.719-12, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2176/2013**

PORTARIA N.º 2.176, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012, de 30 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOANIR FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 985.878.629-87, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2177/2013**

PORTARIA N° 2.177, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede ao servidor LUCAS DALAGNOLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 063.285.679-36, nomeado no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Função Gratificada Nível 3, responsável pelos serviços bancários e por auxiliar no Setor de Tesouraria do Departamento de Tributos, a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso de Interposição de Recurso Administrativo - CC 0005/2013-PMF Dom**

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 0005/2013 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa para construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, na Rua 25 de agosto, no Bairro Vila Salete, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão de obra e materiais houve a interposição de RECURSO ADMINISTRATIVO previsto no art. 109, I, "a", tempestivamente, pela

empresa CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME contra a sua INABILITAÇÃO. Assim, nos termos do § 3º deste mesmo artigo, ficam as licitantes habilitadas: FEMAKS CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA; CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA; ANDRA-DE CONSTRUÇÕES LTDA; GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; BRILE CONSTRUÇÕES LTDA; CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA-ME; CONSTRUTORA MAYOR LTDA; ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA-EPP; FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA; CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA e NICOL NAKAZIMA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA devidamente intimadas, para que, querendo, possam IMPUGNÁ-LO no prazo de 5 (cinco) dias úteis desta publicação.

Fraiburgo (SC), 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**Aviso do Pregão Presencial N° 0132/2013-PMF**

Aviso do Pregão Presencial nº 0132/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de mudas de flores de época para embelezamento da cidade. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 9:15 horas do dia 11.10.2013. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 30 de setembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**Decisão Impedimento - Vigilância Sanitária**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2013

INTERESSADO: VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**DECISÃO**

Vistos etc.

Os autos me vieram concluso para decisão de segunda instância administrativa, que envolve o auto de infração de n. 205 de 22/05/2013 lavrado contra o Comércio Atacadista e Varejista Progresso Ltda - ME, em face de recurso impetrado contra a imposição da mencionada multa, que foi ratificada pela Secretaria de Saúde como autoridade competente para tanto.

Tendo em vista que o recurso foi impetrado pelo advogado André Golin que é meu genro, me declaro impedido para o julgamento do feito, devendo ser encaminhado a Procuradoria para decisão por um dos procuradores.

Assim sendo, por tudo que consta nos autos, me julgo impedido, publique-se e encaminhe-se a Procuradoria Geral para distribuição do feito.

Fraiburgo, 17 de SETEMBRO de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### Lei N.º 1.753/2013

LEI N.º 1.753 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Garopaba, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Garopaba, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – As metas fiscais;
- II – As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – A estrutura dos orçamentos;
- IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – As disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – As disposições gerais.

#### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que contera ainda:

- I - Demonstrativo II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2012;
- II - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;
- III - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- IV - Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;
- V - Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;
- VI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VII - Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;
- VIII - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
- IX - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- X - Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- XI - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XIII - Demonstrativo IX – Prioridades e Metas;
- XIV - Demonstrativo X – Demonstrativo dos Riscos fiscais;
- XV - Demonstrativo XI – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
  - II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
  - III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
  - IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
  - V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
  - VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
  - VII – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
  - VIII – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
  - IX – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
  - X – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
- § 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.
- § 2º. A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada

Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º. O Orçamento da Autarquia e dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,001% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREGOBA será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF) Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 14. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei



Complementar n° 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,001% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO n° 42/99, art. 5º, Portaria STN n° 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC n° 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar n° 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n° 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2014, serão

desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da LRF).

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras.

III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Garopaba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos

de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2013.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais.

Art. 48. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Garopaba, 27 de Setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

13

#### DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE GAROPABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

#### METAS ANUAIS

2014

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	40.540.442,00	38.981.194,23	0,0435	42.972.868,52	39.730.832,58	0,0461	45.551.240,63	40.497.191,17	0,0489
Receitas Primárias (I)	39.285.842,00	37.774.848,08	0,0422	41.642.992,52	38.501.287,46	0,0447	44.141.572,07	39.243.929,65	0,0474
Despesa Total	40.540.442,00	38.981.194,23	0,0435	42.972.868,52	39.730.832,58	0,0461	45.551.240,63	40.497.191,17	0,0489
Despesas Primárias (II)	39.596.233,00	38.073.300,96	0,0425	41.972.006,98	38.805.479,83	0,0450	44.490.327,40	39.553.989,51	0,0477
Resultado Primário (III) = (I – II)	-310.391,00	-298.452,88	-0,0003	-329.014,46	-304.192,36	-0,0004	-348.755,33	-310.059,86	-0,0004
Resultado Nominal	176.799,00	169.999,04	0,0002	-823.200,00	-761.094,67	-0,0009	-808.038,00	-718.383,71	-0,0009
Dívida Pública Consolidada	1.751.684,00	1.684.311,54	0,0019	888.132,00	821.127,96	0,0010	39.742,00	35.332,50	0,0000
Dívida Consolidada Líquida	1.751.684,00	1.684.311,54	0,0019	888.132,00	821.127,96	0,0010	39.742,00	35.332,50	0,0000

FONTE:

NOTA:

1) NA = não se aplica

2) Valor Corrente = Valor projetado com o índice de inflação acumulada de cada exercício.

3) Valor Constante = Valor deflacionado para evidenciar a preço de 2012, ano da elaboração da LDO.

4) O cálculo das metas fiscais acima descritas foi realizado considerando as seguintes premissas:

a) Comportamento histórico da arrecadação em cada uma das principais contas de receita;

b) Medidas adotadas de combate à evasão e a sonegação fiscal;

c) Inflação de 4% ao ano;

d) Crescimento de 2% do PIB

5) Metodologia de cálculo dos valores a preços constantes (sem inflação):

a) Ano de referência 2014 = Valor Corrente / 1.04 {1.04 = 1 + (4 / 100)}

b) Ano de referência 2015 = Valor Corrente / 1.0816 {1.0816 = 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100)}

c) Ano de referência 2016 = Valor Corrente / 1.1248 {1.1248 = 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100)}

6) PIB de SC 2006 = R\$ 93.173.498.000,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100

e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

14

**DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

MUNICÍPIO DE GAROPABA  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2014**

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em <Ano-2> 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	34.614.912,00	0,0372	42.919.610,27	0,0461	8.304.698,27	23,9917
Receitas Primárias (I)	33.614.412,00	0,0361	39.409.496,61	0,0423	5.795.084,61	17,2399
Despesa Total	34.614.912,00	0,0372	41.294.724,72	0,0443	6.679.812,72	19,2975
Despesas Primárias (II)	33.714.712,00	0,0362	40.608.260,76	0,0436	6.893.548,76	20,4467
					-1.098.464,15	1.095,1786
Resultado Primário (III) = (I-II)	-100.300,00	-0,0001	-1.198.764,15	-0,0013		
Resultado Nominal	1.696.445,00	0,0018	29.652,44	0,0000	-1.666.792,56	-98,2521
Dívida Pública Consolidada	2.856.535,00	0,0031	2.051.020,27	0,0022	-805.514,73	-28,1990
Dívida Consolidada Líquida	2.856.535,00	0,0031	2.051.020,27	0,0022	-805.514,73	-28,1990

FONTE:

NOTA :

1) PIB de SC 2006 = R\$ 93.173.498.000,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
 e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

15

### DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE GAROPABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

### METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2014

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso

1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	26.832,00	34.614,00	29,00	38.069,00	9,98	40.540,00	6,49	42.972,00	6,00	45.551,00	6,00
Receitas Primárias (I)	25.866,00	33.614,00	29,95	36.864,00	9,67	39.285,00	6,57	41.642,00	6,00	44.141,00	6,00
Despesa Total	26.832,00	34.614,00	29,00	38.069,00	9,98	40.540,00	6,49	42.972,00	6,00	45.551,00	6,00
Despesas Primárias (II)	26.387,00	33.714,00	27,77	37.054,00	9,91	39.596,00	6,86	41.972,00	6,00	44.490,00	6,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-521,00	-100,00	-80,81	-190,00	90,00	-310,00	63,16	-329,00	6,13	-348,00	5,78
Resultado Nominal	-114,00	1.696,00	-1.587,72	1.153,00	-32,02	176,00	-84,74	-823,00	-567,61	-808,00	-1,82
Dívida Pública Consolidada	522,00	2.856,00	447,13	4.760,00	66,67	1.751,00	-63,21	888,00	-49,29	39,00	-95,61
Dívida Consolidada Líquida	522,00	2.856,00	447,13	4.760,00	66,67	1.751,00	-63,21	888,00	-49,29	39,00	-95,61

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2015	%
Receita Total	29.021,49	35.998,56	24,04	38.069,00	5,75	38.980,77	2,40	39.730,03	1,92	40.496,98	1,93
Receitas Primárias (I)	27.976,67	34.958,56	24,96	36.864,00	5,45	37.774,04	2,47	38.500,37	1,92	39.243,42	1,93
Despesa Total	29.021,49	35.998,56	24,04	38.069,00	5,75	38.980,77	2,40	39.730,03	1,92	40.496,98	1,93
Despesas Primárias (II)	28.540,18	35.062,56	22,85	37.054,00	5,68	38.073,08	2,75	38.805,47	1,92	39.553,70	1,93
Resultado Primário (III) = (I - II)	-563,51	-104,00	-81,54	-190,00	82,69	-298,08	56,88	-304,18	2,05	-309,39	1,71
Resultado Nominal	-123,30	1.763,84	-1.530,50	1.153,00	-34,63	169,23	-85,32	-760,91	-549,63	-718,35	-5,59
Dívida Pública Consolidada	564,60	2.970,24	426,08	4.760,00	60,26	1.683,65	-64,63	821,01	-51,24	34,67	-95,78
Dívida Consolidada Líquida	564,60	2.970,24	426,08	4.760,00	60,26	1.683,65	-64,63	821,01	-51,24	34,67	-95,78

FONTE:

Metodologia de Cálculo dos Valores a Preços Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2011	2012	2013	2014	2015	2016
4	4	4	4	4	4

2011 = Valor Corrente X 1,0816 (1,0816 = 1,04 X 1,04)

2012 = Valor Corrente X 1,04

2013 = Valor Corrente X 1,00

2014 = Valor Corrente / 1,04

2015 = Valor Corrente / 1,0816 (1,0816 = 1,04 X 1,04)

2016 = Valor Corrente / 1,1248 (1,1248 = 1,04 X 1,04 X 1,04)

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100

e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

16

#### Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita – Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

#### MUNICÍPIO DE GAROPABA

#### Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014

Código	Código Destino	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO 2014
		<b>UNIDADE GESTORA PREFEITURA</b>	<b>34.581.442,00</b>
<b>1000.00.00</b>		<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>34.055.242,00</b>
<b>1100.00.00</b>		<b>Receita Tributária</b>	<b>10.071.000,00</b>
1110.00.00		Impostos	<b>8.335.000,00</b>
1112.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	<b>4.800.000,00</b>
1112.02.00	0.1.00.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	2.880.000,00
	0.1.01.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	1.200.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	720.000,00
1112.04.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	<b>535.000,00</b>
		IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	<b>500.000,00</b>
1112.04.31	0.1.00.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	300.000,00
	0.1.01.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	125.000,00
	0.1.02.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	75.000,00
		IRRF sobre Outros Rendimentos	<b>35.000,00</b>
1112.04.34	0.1.00.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	21.000,00
	0.1.01.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	8.750,00
	0.1.02.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	5.250,00
		Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	<b>1.600.000,00</b>
1112.08.00	0.1.00.000000	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	960.000,00
	0.1.01.000000	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	400.000,00
	0.1.02.000000	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	240.000,00
1113.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	<b>1.400.000,00</b>
1113.05.00	0.1.00.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	840.000,00
	0.1.01.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	350.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	210.000,00
1120.00.00		Taxas	<b>1.735.000,00</b>
1121.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	<b>795.000,00</b>
1121.17.00	0.1.00.000000	Taxas de Fiscalização Sanitária	120.000,00
1121.25.00	0.1.00.000000	Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços	400.000,00
1121.29.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença para Execução de Obras	70.000,00
1121.41.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença para Funcionamento Temporário	120.000,00
1121.43.00	0.1.60.000000	Tx. De Vistoria Segurança Contra Sinistro-Funrebom	80.000,00
1121.45.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença de Tráfego	5.000,00
1122.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços	<b>940.000,00</b>
1122.05.00	0.1.00.000000	Taxa de Expediente	190.000,00
1122.90.00	0.1.00.000000	Taxa de Limpeza Pública	750.000,00
1130.00.00		Contribuição de Melhoria	<b>1.000,00</b>
1130.04.00	0.1.00.000000	Contribuição de Melhoria p/ Pavimentação e Obras Complementares	1.000,00
<b>1200.00.00</b>		<b>Receita de Contribuições</b>	<b>900.000,00</b>
1210.00.00		Contribuições Sociais	<b>0,00</b>
1210.29.00		Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	0,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90







## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

17

1210.29.09		Contribuições de Servidor Inativo Civil	0,00
1220.00.00		Contribuições Econômicas	<b>900.000,00</b>
1230.00.00	0.1.17.000000	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	900.000,00
<b>1300.00.00</b>		<b>Receita Patrimonial</b>	<b>186.800,00</b>
<b>1310.00.00</b>		<b>Receitas Imobiliárias</b>	<b>10.000,00</b>
1311.00.00		<b>Aluguéis</b>	<b>10.000,00</b>
13.11.01.00	0.1.00.000000	Serv. De Loc. De Equip. Esportes	10.000,00
1325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	<b>176.800,00</b>
1325.01.00		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	<b>26.800,00</b>
1325.01.02.01	0.1.18.000000	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	9.000,00
1325.01.02.02	0.1.19.000000	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	6.000,00
1325.01.03	0.1.14.000008	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FS-PAB FIXO	0,00
1325.01.09	0.1.16.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. CIDE	1.000,00
1325.01.10	0.1.29.000004	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS-SF-PAC/PBT	500,00
1325.01.11	0.1.15.000049	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Sal.Educação	6.000,00
1325.01.13	0.1.15.000051	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNDE-Mer. Escolar	300,00
1325.01.14	0.1.64.000017	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	325,00
1325.01.14	0.1.64.000018	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	325,00
1325.01.14	0.1.64.000019	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	350,00
1325.01.15	0.1.22.001002	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNDE-BRALF	300,00
1325.01.16	0.1.17.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Cosip	500,00
1325.01.17	0.1.60.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Funrebom	1.000,00
1325.01.18	0.1.62.001005	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -Fia-Gerdau-Unid Saude	0,00
1325.01.20	0.1.24.001018	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Conv.Min Esport-Cont/Rep	0,00
1325.01.21	0.1.90.001100	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Oper Crédito Pmat	100,00
1325.01.22	0.1.65.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FMSB	1.000,00
1325.01.23	0.1.24.001007	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Pmg/ECT	100,00
1325.02.00		Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	<b>150.000,00</b>
1325.02.01		Receita de Remuneração de Depósito de Poupança	
1325.02.99	0.1.00.000000	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	150.000,00
<b>1400.00.00</b>		<b>Receita Agropecuária</b>	<b>0,00</b>
1490.00.00		Outras Receitas Agropecuárias	0,00
<b>1600.00.00</b>		<b>Receita de Serviços</b>	<b>1.000,00</b>
1600.03.00		Serviços de Transporte	<b>0,00</b>
1600.41.00	0.1.61.000000	Serviços de Capt/Adução/Trat/Res e Dist de Agua	0,00
1600.45.00	0.1.00.000000	Serviços Preparação Terra Propriedades Particulares	1.000,00
<b>1700.00.00</b>		<b>Transferências Correntes</b>	<b>25.857.820,00</b>
1720.00.00		Transferências Intergovernamentais	<b>25.558.100,00</b>
1721.00.00		Transferências da União	<b>12.308.100,00</b>
1721.01.00		Participação na Receita da União	<b>11.025.000,00</b>
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	<b>11.000.000,00</b>
1721.01.02	0.1.00.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.600.000,00
1721.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	2.750.000,00
1721.01.02	0.1.02.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.650.000,00
		Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	<b>25.000,00</b>

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

18

1721.01.05	0.1.00.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	15.000,00
1721.01.05	0.1.01.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	6.250,00
1721.01.05	0.1.02.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	3.750,00
1721.09.00		Outras Transferências da União	<b>0,00</b>
1721.22.00		Transferência da Compensação Financeira	<b>161.000,00</b>
1721.22.20	0.1.00.000000	Cota-Parte da Com. Finac. De Extração Mineral - CFEM	1.000,00
1721.22.70	0.1.00.000000	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira p/Prod. Petróleo	160.000,00
1721.33.00		Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - <b>FMS</b>	<b>0,00</b>
1721.33.01	0.1.14.000008	Transferência PAB	0,00
1721.33.02	0.1.14.000010	Transferência ESF	0,00
1721.33.03	0.1.14.000011	Transferência Saúde Bucal	0,00
1721.33.04	0.1.14.000012	Transferência - P.A.C.S	0,00
1721.33.05	0.1.14.000013	Transferência - PAB - Farmácia Básica	0,00
1721.33.06	0.1.14.000015	Transferência - Vigilância Sanitária	0,00
1721.33.07	0.1.14.000020	Transferência - Samu	0,00
1721.34.00		Transf. de Recursos do <b>FNAS - FMAS</b>	<b>197.100,00</b>
1721.34.01	0.1.29.000003	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-API/BIDO/PBT	0,00
1721.34.02	0.1.29.000004	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PAC/API/PBT	54.000,00
1721.34.03	0.1.29.000005	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PPD/EADEPTMC	7.000,00
1721.34.04	0.1.29.000006	Transf. PMG/FMAS/SF/SAS-BPPETI/ACPETI	18.000,00
1721.34.05	0.1.29.001001	Transf. PMG/FMAS/SF/SAS-CPBF/IGD	30.000,00
1721.34.06	0.1.29.001024	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CRAS	100,00
1721.34.07	0.1.29.000007	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PMTC-2	78.000,00
1721.34.08	0.1.29.001044	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-IGD-SUAS	10.000,00
1721.35.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação	<b>880.000,00</b>
1721.35.01	0.1.15.000049	Transferências do Salário Educação*	500.000,00
1721.35.02	0.1.15.000050	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE*	100.000,00
1721.35.03	0.1.15.000051	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE*/PNAC/PNAP	150.000,00
1721.35.04	0.1.15.000052	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	125.000,00
1721.35.05	0.1.22.001002	Transf. FNDE-BRASIL ALFABETIZADO	5.000,00
		Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	<b>25.000,00</b>
1721.36.00	0.1.00.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	15.000,00
1721.36.00	0.1.01.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	6.250,00
1721.36.00	0.1.02.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	3.750,00
1721.99.00		Outras Transferências da União	<b>20.000,00</b>
1721.99.01	0.1.00.000000	Demais Transferências da União - FEX	20.000,00
1722.00.00		Transferências dos Estados	<b>7.250.000,00</b>
1722.01.00		Participação na Receita dos Estados	<b>6.750.000,00</b>
		Cota-Parte do ICMS	<b>5.200.000,00</b>
1722.01.01	0.1.00.000000	Cota-Parte do ICMS	3.120.000,00
1722.01.01	0.1.01.000000	Cota-Parte do ICMS	1.300.000,00
1722.01.01	0.1.02.000000	Cota-Parte do ICMS	780.000,00
		Cota-Parte do IPVA	<b>1.450.000,00</b>
1722.01.02	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPVA	870.000,00
1722.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPVA	362.500,00
1722.01.02	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPVA	217.500,00
		Cota-Parte do IPI sobre Exportação	<b>70.000,00</b>
1722.01.04	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	42.000,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

19

1722.01.04	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	17.500,00
1722.01.04	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	10.500,00
1722.01.13	0.1.16.000000	Cota-Parte da CIDE	30.000,00
1722.33.01	0.1.04	Transf. Pab - Farmácia Básica	0,00
1722.99.00		Outras Transferências dos Estados	<b>500.000,00</b>
1722.99.01.	0.1.22.001003	Transf. Transp. Escolar Estadual	500.000,00
1724.00.00		Transferências Multigovernamentais	<b>6.000.000,00</b>
1724.01.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	<b>6.000.000,00</b>
1724.01.01	0.1.18.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	3.600.000,00
1724.01.02	0.1.19.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	2.400.000,00
1730.00.00		Transferência de Instituições Privadas	<b>9.900,00</b>
1730.01.00	0.1.62.001004	Transf. de Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Apae	9.900,00
1730.02.00	0.1.62.001005	Transf. de Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saúde	<b>0,00</b>
1750.00.00		Transferências de Pessoas	<b>20.000,00</b>
1750.01.00	0.1.63.001006	Transf. de Pessoas/Fia/Apae	20.000,00
1760.00.00		Transferências de Convênios	<b>269.820,00</b>
1761.00.00		Transfência de Convênios da União e suas Entidades	<b>0,00</b>
1761.01.00		Transfência de Conv. Da União para SUS	0,00
1761.01.01	0.1.14.000016	Convênio FNS/ECD/DENGUE	0,00
1761.99.00		Outras Transferências de Conv. Da União	
1761.99.01	0.1.24.001007	Convênio PMG/ECT	8.820,00
1761.99.02	0.1.24.001025	Convênio Ministério das Cidades-FNHIS	1.000,00
1761.03.00		Transfência de Convênios da União Destin. A Prog. De Assist. Social	<b>10.000,00</b>
1761.03.01	0.1.24.001008	Convênio Projeto Juventude Cidadã	10.000,00
1762.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e de suas Entidades	
1762.03.00		Transf. de Conv. Do Estado p/ Assist. Social	
1762.99.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados	<b>250.000,00</b>
1762.99.01	0.1.65.000000	Convênio Casan	250.000,00
1762.99.03		Convênio SEF - Creche - <b>FMAS</b>	0,00
1762.99.04		Convênio SEF - APAE - <b>FMAS</b>	0,00
1762.99.05		Convênio SSP - Parte Polícia Civil e Militar	0,00
1762.99.06		Convênio SSP - Parte Município	0,00
<b>1900.00.00</b>		<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1.811.806,00</b>
1910.00.00		Multas e Juros de Mora	<b>553.606,00</b>
1911.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos	<b>30.000,00</b>
		Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	<b>10.000,00</b>
1911.38.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	6.000,00
1911.38.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	2.500,00
1911.38.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	1.500,00
1911.39.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
1911.39.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
1911.39.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
		Multas e Juros de Mora sobre o ISS	<b>10.000,00</b>
1911.40.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	6.000,00
1911.40.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	2.500,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

20

1911.40.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	1.500,00
1911.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	10.000,00
1913.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	<b>523.000,00</b>
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	<b>470.000,00</b>
1913.11.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	282.000,00
1913.11.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	117.500,00
1913.11.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	70.500,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	<b>15.000,00</b>
1913.13.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	9.000,00
1913.13.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	3.750,00
1913.13.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	2.250,00
1913.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	<b>38.000,00</b>
1915.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	<b>606,00</b>
1918.00.00		Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	
1919.00.00		Multas de Outras Origens	<b>100.000,00</b>
1919.15.00		Multas por Infração da Legislação de Trânsito	<b>100.000,00</b>
1919.15.00.01	0.1.64.000017	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Militar	32.500,00
1919.15.00.02	0.1.64.000018	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Civil	32.500,00
1919.15.00.03	0.1.64.000019	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Prefeitura	35.000,00
1920.00.00		Indenizações e Restituições	<b>200,00</b>
1921.00.00		Indenizações	0,00
1921.99.00	0.1.00	Outras Indenizações	0,00
1922.99.00		Outras Restituições	
1922.99.01	0.1.00	Restituição Gasto c/Telefone	100,00
1922.99.02	0.1.00	Restituição Gasto/INSS	100,00
1930.00.00		Receita da Dívida Ativa	<b>1.133.000,00</b>
1931.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária	<b>1.130.000,00</b>
		Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	<b>1.000.000,00</b>
1931.11.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	600.000,00
1931.11.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	250.000,00
1931.11.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	150.000,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	<b>40.000,00</b>
1931.13.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	24.000,00
1931.13.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	10.000,00
1931.13.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	6.000,00
1931.99.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos	<b>90.000,00</b>
1932.00.00		Receita de Dívida Ativa não Tributária	<b>3.000,00</b>
1932.99.00	0.1.00.000000	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	3.000,00
1990.00.00		Receitas Diversas	<b>25.000,00</b>
1990.02.01	0.1.00.000000	Receita Honorário Advogados	15.000,00
1990.99.00	0.1.00.000000	Outras Receitas	10.000,00
<b>2000.00.00</b>		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>526.200,00</b>
<b>2100.00.00</b>		<b>Operações de Crédito</b>	<b>31.000,00</b>

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

21

2110.00.00		Operações de Crédito Internas	0,00
2114.00.00		Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	0,00
2114.01.00		Op. de Crédito Internas p/ Programas de Educação	0,00
2119.00.00		Outras Operações de Crédito Internas	31.000,00
2119.01.00	0.1.90.001100	Outras Operações de Crédito Internas-PMAT	1.000,00
2119.02.00	0.1.90.001101	Outras Operações de Crédito Internas-PRO-FDM	10.000,00
2119.03.00	0.1.90.001105	Outras Operações de Crédito Internas-BNDES-Onibus	10.000,00
2119.04.00	0.1.90.001106	Outras Operações de Crédito Internas-BNDES-Pró-vias	10.000,00
<b>2200.00.00</b>		<b>Alienação de Bens</b>	<b>20.000,00</b>
2210.00.00		Alienação de Bens Móveis	20.000,00
2216.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados	10.000,00
2216.01.00	0.1.92.001102	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados-Fundeb	10.000,00
2216.02.00	0.1.92.001103	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados-FMS	0,00
2217.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	10.000,00
2217.01.00	0.1.92.001104	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	10.000,00
<b>2400.00.00</b>		<b>Transferências de Capital</b>	<b>475.200,00</b>
2470.00.00		Transferências de Convênio	475.200,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	311.000,00
2471.06.00	0.1.24.001009	Convênio Ministério do Esporte - INDESP	10.000,00
2471.07.00	0.1.24.001010	Convênio Ministério do Meio ambiente	110.000,00
2471.08.00	0.1.22.001011	Convênio FNDE	60.000,00
2471.09.00	0.1.24.001012	Convênio Ministério do Turismo	60.000,00
2471.10.00	0.1.24.001013	Convênio Ministério do Planejamento	10.000,00
2471.11.00	0.1.24.001014	Convênio Ministério da Cultura	11.000,00
2471.12.00	0.1.23.001015	Convênio Ministério da Saúde	0,00
2471.13.00	0.1.24.001016	Convênio Ministério das Cidades	10.000,00
2471.14.00	0.1.24.001017	Convênio Ministério da Agricultura	10.000,00
2471.15.00	0.1.24.001018	Convênio Ministério do Esporte-Contrato de Repasse	10.000,00
2471.16.00	0.1.24.001029	Convênio Ministério do Desenvolvimento Social	10.000,00
2471.17.00	0.1.24.001031	Convênio Ministério da Pesca	10.000,00
2472.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e suas Entidades	164.200,00
2472.06.00	0.1.24.001019	Convênio DETER	12.000,00
2472.07.00	0.1.23.001020	Convênio Secretaria de Estado da Saúde - FMS	0,00
2472.08.00	0.1.22.001021	Convênio Secretaria de Estado da Educação	20.000,00
2472.09.00	0.1.24.001022	Convênio Secretaria de Estado Infra-Estrutura	102.200,00
2472.10.00	0.1.24.001023	Convênio Secretaria de Agricultura	20.000,00
2472.11.00	0.1.24.001030	Convênio Secretaria Estado Turismo	10.000,00
7000.00.00		Receitas Infra-Orçamentárias Correntes	
7600.00.00		Receitas Infra-Orçamentárias Correntes	
7600.41.00	0.1.61.000000	Serv. De Captação/Adução/Trat./Res. E Dist. De Agua	0,00
<b>9000.00.00</b>		<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>-4.773.184,00</b>
<b>9100.00.00</b>		<b>Dedução da Receita Tributária</b>	<b>-800.000,00</b>
		Dedução de Receita/Dev./Renúncia de IPTU	-800.000,00
911202.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Renúncia de IPTU	-480.000,00
911202.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/Dev./Renúncia de IPTU	-200.000,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

22

911202.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/Dev./Renúncia de IPTU	-120.000,00
<b>9721.01.00</b>		<b>Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. União</b>	<b>-2.210.000,00</b>
9721.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM	-2.200.000,00
9721.01.05.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5.000,00
9721.36.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS Desoner.	-5.000,00
<b>9722.01.00</b>		<b>Dedução Receita p/Formação FUNDEB - Transf. Estados</b>	<b>-1.344.000,00</b>
9722.01.01.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS	-1.040.000,00
9722.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA	-290.000,00
9722.01.04.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-14.000,00
<b>9900.00.00</b>		<b>Dedução de Outras Receitas Correntes</b>	<b>-419.184,00</b>
		Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	<b>-377.000,00</b>
9913.11.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-226.200,00
9913.11.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-94.250,00
9913.11.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-56.550,00
		Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	<b>-11.800,00</b>
9913.13.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-7.080,00
9913.13.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-2.950,00
9913.13.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-1.770,00
9913.99.00.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At OT	<b>-29.900,00</b>
1915.99.00.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At OR	<b>-484,00</b>
		<b>SOMA</b>	<b>34.581.442,00</b>
		<b>UNIDADE GESTORA - IPREGOBA</b>	<b>2.830.000,00</b>
<b>1000.00.00</b>		<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.550.000,00</b>
<b>1200.00.00</b>		<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>550.000,00</b>
1210.00.00		Contribuições Sociais	<b>550.000,00</b>
1210.29.00		Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	<b>550.000,00</b>
1210.29.07	0.2.03.000000	Contribuição de Servidor Ativo Civil	550.000,00
1210.29.09		Contribuição de Servidor Inativo Civil	0,00
1210.29.11		Contribuição de Servidor Pensionista Civil	0,00
<b>1300.00.00</b>		<b>Receita Patrimonial</b>	<b>1.000.000,00</b>
1320.00.00		Receitas de Valores Mobiliários	<b>1.000.000,00</b>
1321.00.00		Juros de Títulos de Renda	<b>1.000.000,00</b>
1321.06.00		Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	<b>1.000.000,00</b>
1321.06.01	0.2.94.001150	Títulos de Responsabilidade do Governo Federal - Vinc. ao RPPS	1.000.000,00
1324.00.00		Fundos de Investimentos	<b>0,00</b>
1324.04.00		Fundos de Aplicações em Cotas – Renda Variável	0,00
<b>1900.00.00</b>		<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>0,00</b>
1910.00.00		Multas e Juros Mora	<b>0,00</b>
1912.00.00		Multas e Juros de Mora das Contribuições	<b>0,00</b>
1912.34.00		Multas e Juros de Mora Contr. Plano Seg.Social Serv. Público*	0,00
		<b>SOMA</b>	<b>1.550.000,00</b>

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90







## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

23

		<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	
7210.29.01.00	0.2.03.000000	<b>Contribuição Previdenciária Patronal</b>	<b>1.100.000,00</b>
7210.29.13.00	0.2.03.000000	<b>Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit</b>	<b>180.000,00</b>
		<b>Taxa de Administração</b>	
		<b>SOMA</b>	
		<b>TOTAL</b>	<b>2.830.000,00</b>
<b>SUB TOTAL GERAL</b>			<b>37.411.442,00</b>

		<b>UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>9.065.087,00</b>
<b>1000.00.00</b>		<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.087.900,00</b>
<b>1300.00.00</b>		<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>16.800,00</b>
1325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	<b>16.800,00</b>
1325.01.03		Receita Remuneração de Dep.de Rec Vinc-F Saude	<b>16.800,00</b>
1325.01.03.01	0.2.14.000060	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL AT BASICA	10.000,00
1325.01.03.02	0.2.14.000061	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL MAC	5.000,00
1325.01.03.03	0.2.14.000062	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL VIG EM SAUDE	500,00
1325.01.03.04	0.2.14.000063	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL AFB	1.000,00
1325.01.03.05	0.2.62.001005	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -Fia-Gerdau-Unid Saude	300,00
<b>1700.00.00</b>		<b>Transferências Correntes</b>	<b>3.071.100,00</b>
<b>1721.33.00.00.00</b>		<b>Transf. De Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS</b>	<b>2.765.000,00</b>
1721.33.00.01.00		<b>Bloco da Atenção Básica</b>	<b>1.650.000,00</b>
1721.33.00.01.01	0.2.14.000060	Transferência PAB FIXO	420.000,00
1721.33.00.01.02	0.2.14.000064	Transferência ESF	550.000,00
1721.33.00.01.03	0.2.14.000065	Transferência Saude Bucal	170.000,00
1721.33.00.01.04	0.2.14.000066	Transferência PACS	387.000,00
1721.33.00.01.05	0.2.14.000073	Transferência Pab Variável PMAQ	123.000,00
1721.33.00.02.00		<b>Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade</b>	<b>989.000,00</b>
1721.33.00.02.01	0.2.14.000061	Transferência MAC	500.000,00
1721.33.00.02.02	0.2.14.000067	Transferência CAPS	339.000,00
1721.33.00.02.03	0.2.14.000068	Transferência SAMU	150.000,00
1721.33.00.03.00		<b>Bloco da Vigilância em Saúde</b>	<b>41.000,00</b>
1721.33.00.03.01	0.2.14.000062	Transferência Vig. Sanitária	16.000,00
1721.33.00.03.02	0.2.14.000069	Transferência Dengue-Vig.Epidemiológica	25.000,00
1721.33.00.04.00		<b>Bloco da Assistência Farmacêutica</b>	<b>85.000,00</b>
1721.33.00.04.01	0.2.14.000063	Transferência Farmácia Básica	85.000,00
<b>1722.33.00.00.00</b>		<b>Transf. De Recursos do Estado p/ Programa de Saúde</b>	<b>306.000,00</b>
1722.33.00.01.00		<b>Bloco da Atenção Básica</b>	<b>226.000,00</b>
1722.33.00.01.01	0.2.14.000070	Transf. Cofinanciamento-ESF-Incentivo	130.000,00
1722.33.00.01.02	0.2.14.000071	Transf. NASF	96.000,00
1722.33.00.02.00		<b>Bloco da Assistência Farmacêutica</b>	<b>80.000,00</b>
1722.33.00.02.01	0.2.14.000072	Transf. Farmácia Básica	80.000,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90


**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

24

17.300.000		Transf. De Instituições Privadas	100,00
1730.00.01	0.2.62.001005	Transf. De Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saúde	100,00
<b>20.000.000</b>		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>41.100,00</b>
<b>2200.00.00</b>		<b>Alienação de Bens</b>	<b>10.000,00</b>
2216.02.00	0.2.92.001103	Alienação de Bens Móveis Aquiridos com Recursos Vinculados-FMS	10.000,00
<b>2400.00.00</b>		<b>Transferência de Capital</b>	<b>31.100,00</b>
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	10.000,00
24.71.06.00	0.2.23.001015	Convênio Ministério da Saúde	10.000,00
2472.00.00		Transferência de Convênios dos Estados e suas Entidades	21.100,00
2472.06.00	0.2.23.001020	Convênio Secretaria Estado da Saúde	21.100,00
		<b>SOMA RECEITA</b>	<b>3.129.000,00</b>
		<b>TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.00</b>	<b>1.966.907,00</b>
		<b>TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.02</b>	<b>3.969.180,00</b>
		<b>Transf. Do Município</b>	<b>5.936.087,00</b>
		<b>TOTAL FUNDO DE SAUDE</b>	<b>9.065.087,00</b>
		<b>TOTAL GERAL DA RECEITA CONSOLIDADA</b>	<b>40.540.442,00</b>
		<b>RECEITA DO MUNICIPIO DE GAROPABA CONSOLIDADA</b>	<b>40.540.442,00</b>

### Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

01. O estudo para estimativa das receitas levou em consideração as variáveis capazes de afetar cada uma das fontes de recursos, como índice de inflação, crescimento econômico, crescimento populacional, alteração da legislação tributária, recadastramento imobiliário, intensificação da fiscalização, incentivos fiscais, aperfeiçoamento da máquina arrecadadora, etc.
02. Para projeção das receitas, levou-se em consideração uma previsão de inflação da ordem de 4% (quatro por cento), um crescimento econômico do país em torno de 2% (dois por cento), além da correção da planta de valores para arrecadação dos tributos e intensificação na fiscalização municipal.
03. Levamos em consideração, também, o efetivo censo escolar de 2013 para determinação dos valores de retorno do FUNDEB.
04. Previmos ainda, a realização de convênios com os Governos Federal e Estadual e a alienação de bens móveis inservíveis.

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90


**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

25

### Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa

MUNICÍPIO DE GAROPABA

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014

R\$ 1,00			
CÓDIGO	PROGRAMA	CÓDIGO	R\$
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA	DR	2014
1	Processo Legislativo	0.1.00.000000	1.802.000,00
6	Gestão Administrativa Superior (Gabinete do Prefeito)	0.1.00.000000	965.000,00
6	Gestão Administrativa Superior (Gabinete do Vice-Prefeito)	0.1.00.000000	130.500,00
9	Administração Geral e Planejamento	0.1.00.000000	1.295.062,00
		0.1.60.000000	81.000,00
		0.1.24.001007	8.920,00
		0.1.92.001104	10.000,00
12	Administração Financeira e Tributária	0.1.00.000000	838.000,00
		0.1.90.001100	1.100,00
16	Administração Orçamentária e Contabilidade	0.1.00.000000	320.600,00
25	Saúde para a População	0.1.00.000000	1.966.907,00
		0.1.02.000000	3.969.180,00
		0.2.14.000060	430.000,00
		0.2.14.000061	505.000,00
		0.2.14.000062	16.500,00
		0.2.14.000063	86.000,00
		0.2.14.000064	550.000,00
		0.2.14.000065	170.000,00
		0.2.14.000066	387.000,00
		0.2.14.000067	339.000,00
		0.2.14.000068	150.000,00
		0.2.14.000069	25.000,00
		0.2.14.000070	130.000,00
		0.2.14.000071	96.000,00
		0.2.14.000072	80.000,00
		0.2.14.000073	123.000,00
		0.2.23.001015	10.000,00
		0.2.23.001020	21.100,00
		0.2.62.001005	400,00
		0.2.92.001103	10.000,00
56	Assistência Social e Habitação	0.1.00.000000	765.500,00
		0.1.24.001008	10.000,00
		0.1.24.001025	1.000,00
		0.1.24.001029	10.000,00
		0.1.29.000004	54.500,00
		0.1.29.000005	6.000,00
		0.1.29.000006	18.000,00
		0.1.29.000007	78.000,00
		0.1.29.001001	30.000,00
		0.1.29.001024	100,00
		0.1.29.001044	10.000,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

26

		0.1.62.001004	9.900,00
		0.1.63.001006	20.000,00
<b>28</b>	<b>Educando com Qualidade</b>	0.1.00.000000	704.500,00
		0.1.01.000000	3.061.300,00
		0.1.15.000049	506.000,00
		0.1.15.000050	100.000,00
		0.1.15.000051	150.300,00
		0.1.15.000052	125.000,00
		0.1.18.000000	5.692.950,00
		0.1.19.000000	322.050,00
		0.1.22.001002	5.300,00
		0.1.22.001003	500.000,00
		0.1.22.001011	60.000,00
		0.1.22.001021	20.000,00
		0.1.24.001014	11.000,00
		0.1.29.000005	1.000,00
		0.1.90.001105	10.000,00
		0.1.92.001102	10.000,00
<b>31</b>	<b>Obras e Serviços para o bem estar da população</b>	0.1.00.000000	4.534.364,00
		0.1.16.000000	31.000,00
		0.1.17.000000	900.500,00
		0.1.24.001010	110.000,00
		0.1.24.001013	10.000,00
		0.1.24.001016	10.000,00
		0.1.24.001019	12.000,00
		0.1.24.001022	102.200,00
		0.1.64.000017	32.825,00
		0.1.64.000018	32.825,00
		0.1.64.000019	35.350,00
		0.1.65.000000	251.000,00
		0.1.90.001101	10.000,00
		0.1.90.001106	10.000,00
<b>33</b>	<b>Planejando o Futuro</b>	0.1.00.000000	505.000,00
<b>48</b>	<b>Atendimento aos Agricultores e Pescadores</b>	0.1.00.000000	874.800,00
		0.1.24.001017	10.000,00
		0.1.24.001023	20.000,00
		0.1.24.001031	10.000,00
<b>51</b>	<b>Garopaba Quatro Estações</b>	0.1.00.000000	1.609.900,00
		0.1.24.001012	60.000,00
		0.1.24.001009	10.000,00
		0.1.24.001018	10.000,00
		0.1.24.001030	10.000,00
<b>0</b>	<b>Encargos Gerais</b>	0.1.00.000000	1.669.009,00
<b>9999</b>	<b>Reserva de Contingência</b>	0.1.00.000000	30.000,00
<b>60</b>	<b>Regime Próprio de Previdência</b>	0.2.03.000000	2.830.000,00
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>40.540.442,00</b>



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

27

### Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa

O estudo para definição das prioridades e metas para 2014 levou em consideração os seguintes aspectos:

01. Os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual;
02. O volume de recursos previstos para 2014;
03. Os custos de operação e manutenção dos serviços já criados;
04. A geração de despesas oriundas da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
05. O crescimento nominal dos gastos com ações continuadas nos últimos três exercícios;
06. A inflação projetada para 2014, medida pela variação do INPC, estimada em 4,0%;
07. O custo unitário das diversas obras priorizadas para 2014, conforme memorial descritivo, orçamento ou revistas especializadas.

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS - RECEITAS PRIMÁRIAS		
CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
IDUSO GRUPO PRIMÁRIA	0.X.XX	Recursos não destinados a contrapartida
	0.1.XX	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
	0.1.00.000000	Recursos Ordinários
	0.1.01.000000	Recursos 25% Educação
	0.1.02.000000	Recursos 15% Saúde
	0.1.15.000049	Convênio Salário Educação
	0.1.15.000050	FNDE/PDDE
	0.1.15.000051	FNDE/Merenda Escolar
	0.1.15.000052	Transferência PNTE - Federal
	0.1.16.000000	Convênio CIDE
	0.1.17.000000	COSIP
	0.1.18.000000	Transferência FUNDEB - 60%
	0.1.19.000000	Transferência FUNDEB - 40%
	0.1.22.001002	Transferência FNDE - Brasil Alfabetizado
	0.1.22.001003	Transferência Transporte Escolar Estadual
	0.1.22.001011	FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
	0.1.22.001021	Convênio Secretaria de Educação
	0.1.24.001007	Recursos PMG/ECT
	0.1.24.001008	Convênio Juventude Cidadã
	0.1.24.001009	Convênio Ministério dos Esportes
	0.1.24.001010	Convênio Ministério do Meio-Ambiente
	0.1.24.001012	Convênio Ministério do Turismo
	0.1.24.001013	Convênio Ministério do Planejamento
	0.1.24.001014	Convênio Ministério da Cultura
	0.1.24.001016	Convênio Ministério das Cidades
	0.1.24.001017	Convênio Ministério da Agricultura
	0.1.24.001018	Convênio Ministério dos Esportes-Contra Repasse
	0.1.24.001019	Convênio DETER
	0.1.24.001022	Convênio Secretaria de Estado Infra Estrutura
	0.1.24.001023	Convênio Secretaria da Agricultura
	0.1.24.001025	Convênio Ministério das Cidades-FNHIS
	0.1.29.000004	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PAC/BINF/PBT

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

28

0.1.29.000005	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PPD/EADE/PTMC
0.1.29.000006	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PBPETI/ACPETI
01.29.0000007	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PMTC-2
0.1.29.001001	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CPBF/IGD
0.1.29.001024	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CRAS
0.1.29.001044	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-IGD-SUAS
0.1.60.000000	Recursos FUNREBOM
0.1.65.000000	Recursos FMSB
0.1.62.001004	Recursos Vinculados - GERDAL FIA APAE-CNPJ
0.1.63.001006	Recursos Vinculados - GERDAL FIA APAE-CPF
0.1.64.000017	Multas de Trânsito-Militar
0.1.64.000018	Multas de Trânsito-Civil
0.1.64.000019	Multas de Trânsito-Prefeitura
0.2.14.000060	Transf. BL AT BASICA-PAB FIXO
0.2.14.000061	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-MAC
0.2.14.000062	Transf. BL VIG EM SAUDE-VIG SANITARIA
0.2.14.000063	Transf. BL AFB-FARMACIA BASICA FEDERAL
0.2.14.000064	Transf. BL AT BASICA-ESF
0.2.14.000065	Transf. BL AT BASICA-SAUDE BUCAL
0.2.14.000066	Transf. BL AT BASICA-PACS
0.2.14.000067	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-CAPS
0.2.14.000068	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-SAMU
0.2.14.000069	Transf. BL VIG EM SAUDE-VIG EPIDEMIOLOGICA
0.2.14.000070	Transf. BL AT BASICA-ICENTIVO ESF
0.2.14.000071	Transf. BL AT BASICA-NASF
0.2.14.000072	Transf. BL AFB-FARMACIA BASICA ESTADUAL
0.2.14.000073	Transf. BL -AT BASICA-PMAQ
0.2.23.001015	Convênio Ministério da Saúde
0.2.23.001020	Convênio Secretaria da Saúde
0.2.24.001200	Convênio Ministério da Cultura
0.2.24.001201	Convênio Secretaria de Estado da Cultura
0.2.62.001005	Transfer. Inst. Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saude
0.2.03.000000	Contribuição do Regime Proprio de Previdência

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS - RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
IDUSO GRUPO NÃO-PRIMÁRIA	0.X.XX	Recursos não destinados a contrapartida
	0.1.XX	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
	0.1.90.001100	Recursos PMAT
	0.1.90.001101	Recursos BADESC PRO - FDM
	0.1.90.001105	Recursos BNDES-Onibus
	0.1.90.001106	Recursos BNDES-Pró-Vias
	0.1.92.001102	Alienação de Bens Móveis-Educação
	0.1.92.001104	Alienação de Bens Móveis - Outros Não Vinculados
	0.2.92.001103	Alienação de Bens Móveis - Saúde





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

29

**Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário**

R\$ 1,00

METAS FISCAIS – RESULTADO PRIMÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016
<b>RECEITA TOTAL</b>	40.540.442,00	42.972.868,52	45.551.240,63
(-) Rendimento de Aplicações	1.193.600,00	1.265.216,00	1.341.128,96
(-) Operações de Crédito	31.000,00	32.860,00	34.831,60
(-) Alienação de Bens	30.000,00	31.800,00	33.708,00
(-) Amortização de Empréstimos			
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)</b>	39.285.842,00	41.642.992,52	44.141.572,07
<b>DESPESA TOTAL</b>	40.540.442,00	42.972.868,52	45.551.240,63
(-) Juros e Encargos da Dívida	380.100,00	402.906,00	427.080,36
(-) Concessão de Empréstimos			
(-) Aquisição de Título de Capital			
(-) Amortização da Dívida	564.109,00	597.955,54	633.832,87
(+) Reserva de Contingência			
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)</b>	39.596.233,00	41.972.006,98	44.490.327,40
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	-310.391,00	-329.014,46	-348.755,33



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

30

**Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal**

R\$ 1,00				
ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.615.237,00	1.751.684,00	888.132,00	39.742,00
DEDUÇÕES (II)				
Ativo Disponível				
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	1.615.237,00	1.751.684,00	888.132,00	39.742,00
Receitas de Privatizações (IV)				
Passivos Reconhecidos (V)	160.798,00	120.446,00	80.094,00	39.742,00
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	1.454.439,00	1.631.238,00	808.038,00	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL (VI de X1 – VI de X0)</b>		<b>176.799,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
			<b>823.200,00</b>	<b>808.038,00</b>



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

31

### Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS		
	2014	2015	2016
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>1.751.684,00</b>	<b>888.132,00</b>	<b>39.742,00</b>
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	1.631.238,00	808.038,00	0,00
Precatórios posteriores a 05.05.2000			
Operações de crédito inferiores a 12 meses			
Parcelamento de dívidas			
De tributos			
De contribuições Sociais			
Previdenciárias	120.446,00	80.094,00	39.742,00
Demais contribuições Sociais			
Do FGTS			
Outras dívidas			
<b>DEDUÇÕES (II)</b>			
Ativo Disponível			
Haveres Financeiros			
(-) Restos a pagar processados			
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>			
Precatórios anteriores a 05.05.2000			
Insuficiência financeira			
Outras obrigações			
<b>DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (I – II)</b>	<b>1.751.684,00</b>	<b>888.132,00</b>	<b>39.742,00</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	33.369.958,00	35.372.155,00	37.494.484,00
<b>% DE COMPROMETIMENTO DA RCL</b>	<b>5,25</b>	<b>2,51</b>	<b>0,16</b>

A meta fiscal montante da dívida para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, foi calculada levando em consideração o limite de endividamento autorizado na LDO e/ou na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, o estoque da dívida projetada para o final de 2013, os novos financiamentos, atualizações e as amortizações programadas até 2016.



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

32

### DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE GAROPABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2014**

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	27.813.383,03	100,00	25.863.457,98	100,00	19.495.023,08	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>27.813.383,03</b>	<b>100,00</b>	<b>25.863.457,98</b>	<b>100,00</b>	<b>19.495.023,08</b>	<b>100,00</b>

#### REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio	1.471.581,80	100,00	854.420,29	100,00	86.389,83	100,00
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
<b>TOTAL</b>	<b>1.471.581,80</b>	<b>100,00</b>	<b>854.420,29</b>	<b>100,00</b>	<b>86.389,83</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

33

### DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE GAROPABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

### ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2014

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	21.750,00	38.440,00	94.500,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	46.000,00	65.210,00	29.290,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	2012 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	2011 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2010 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	14.190,00	38.440,00	65.210,00

FONTE:

Nota :

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

### DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE GAROPABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

#### RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil	316.773,00	430.677,19	473.881,63
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	757.903,82	1.099.492,90	2.047.494,25
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	11.094,88	49.466,77	22.922,44
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		-9.207,30	-1.986,03
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil	633.362,15	861.357,03	947.282,23
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			180.616,06
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.972,06
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	1.719.133,85	2.431.786,59	3.666.238,52

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

35

<u>DESPESAS</u>	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil	176.253,05	267.672,76	368.962,69
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes	58.623,23	70.576,06	89.209,19
Despesas de Capital	350,00		
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>235.226,28</b>	<b>338.248,82</b>	<b>458.171,88</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>1.483.907,57</b>	<b>2.093.537,77</b>	<b>3.208.066,64</b>
<b><u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO</u></b>			
<b><u>DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u></b>			
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE:			

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

36

Município de Garopaba  
Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2013

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA	DESPESA PREVIDENCIÁRIA	SALDO FINANCEIRO
2013	1.316.765,78	365.555,30	13.581.554,96
2014	1.232.783,42	431.738,07	14.382.600,30
2015	1.159.119,34	476.898,36	15.064.821,28
2016	1.095.777,50	499.921,95	15.660.676,83
2017	1.023.895,58	555.593,67	16.128.978,74
2018	967.293,86	574.777,55	16.521.495,05
2019	908.883,77	604.152,71	16.826.226,11
2020	801.781,03	778.324,65	16.849.682,50
2021	725.097,79	869.847,91	16.704.932,38
2022	656.180,14	942.886,72	16.418.225,80
2023	581.248,03	1.037.371,38	15.962.102,45
2024	515.869,99	1.106.451,29	15.371.521,15
2025	451.792,41	1.173.593,76	14.649.719,80
2026	396.921,84	1.216.474,60	13.830.167,04
2027	353.009,44	1.230.994,22	12.952.182,27
2028	321.349,36	1.214.182,29	12.059.349,33
2029	277.045,04	1.237.639,25	11.098.755,12
2030	245.996,98	1.225.600,35	10.119.151,76
2031	215.857,57	1.213.946,17	9.121.063,15
2032	191.552,12	1.188.831,32	8.123.783,96
2033	177.834,71	1.136.555,15	7.165.063,51
2034	157.860,17	1.106.407,58	6.216.516,11
2035	145.283,90	1.058.912,57	5.302.887,44
2036	135.102,72	1.008.240,39	4.429.749,76

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

37

2037	123.675,39	964.707,32	3.588.717,84
2038	108.442,11	934.558,75	2.762.601,20
2039	96.953,59	897.343,59	1.962.211,20
2040	92.963,77	841.852,03	1.213.322,94
2041	88.543,49	790.822,57	511.043,86
2042	84.105,05	743.356,76	-148.207,85
2043	81.352,74	694.007,77	-760.862,88
2044	77.609,27	650.443,26	-1.333.696,86
2045	75.389,09	605.198,46	-1.863.506,23
2046	967,40	558.436,71	-2.420.975,54
2047	908,79	512.404,09	-2.932.470,84
2048	365,93	470.656,19	-3.402.761,10
2049	343,68	429.991,61	-3.832.409,03
2050	322,36	392.074,47	-4.224.161,13
2051	0,01	357.536,58	-4.581.697,10
2052	0,01	324.283,44	-4.905.981,13
2053	0,01	292.891,04	-5.198.872,16
2054	0,01	263.957,41	-5.462.829,56
2055	0,01	236.610,21	-5.699.439,76
2056	0,01	210.907,04	-5.910.346,79
2057	0,01	187.686,10	-6.098.032,88
2058	0,01	166.947,34	-6.264.980,22
2059	0,01	147.182,67	-6.412.162,88
2060	0,01	129.644,55	-6.541.807,42
2061	0,01	113.616,99	-6.655.424,40
2062	0,01	99.195,64	-6.754.620,03
2063	0,01	86.424,48	-6.841.044,50
2064	0,01	75.166,64	-6.916.211,13
2065	0,01	64.231,82	-6.980.442,94
2066	0,01	55.128,83	-7.035.571,76
2067	0,01	47.058,66	-7.082.630,41
2068	0,01	39.513,34	-7.122.143,75
2069	0,01	33.247,68	-7.155.391,42
2070	0,01	28.054,04	-7.183.445,44
2071	0,01	23.474,89	-7.206.920,32
2072	0,01	19.228,50	-7.226.148,82
2073	0,01	15.934,22	-7.242.083,03

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

38

2074	0,01	12.687,15	-7.254.770,17
2075	0,01	9.988,92	-7.264.759,08
2076	0,01	8.175,80	-7.272.934,87
2077	0,01	6.480,96	-7.279.415,82
2078	0,01	5.185,16	-7.284.600,97
2079	0,01	4.149,92	-7.288.750,87
2080	0,01	3.232,05	-7.291.982,91
2081	0,01	2.583,09	-7.294.565,99
2082	0,01	1.887,40	-7.296.453,38
2083	0,01	1.390,64	-7.297.844,00
2084	0,01	1.152,06	-7.298.996,05
2085	0,01	925,12	-7.299.921,17
2086	0,01	792,99	-7.300.714,15
2087	0,01	709,42	-7.301.423,56

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

### DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE GAROPABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2014**

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU		Desconto de 80% do IPTU – Art. 18 do CTM	800.000,00	848.000,00	898.880,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
IPTU		Juros e Multa da Dívida ativa de IPTU	377.000,00	399.620,00	423.597,20	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
ISS		Juros e Multa da Dívida ativa de ISS	11.800,00	12.508,00	13.258,48	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
TLLF, TFS, TE, Contribuição de Melhoria		Juros e Multa da Dívida Ativa de outros tributos	29.900,00	31.694,00	33.595,64	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
STR		Juros e Multa da Dívida Ativa de outras Receitas	484,00	513,04	543,82	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
TOTAL			1.219.184,00	1.292.335,04	1.369.875,14	-

FONTE:

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

40

**DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARATER CONTINUADO**

MUNICIPIO DE GAROPABA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARATER CONTINUADO  
2014**

ANEX - TABELA 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2014
Aumento Permanente da Receita	1.482.880,00
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.482.880,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.482.880,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.482.880,00

FONTE:

APR de 2014 = RC de 2014 – RC de 2013  
APR de 2013 = 33.369.958,00 – 31.887.078,00  
APR de 2013 = 1.482.880,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

41

**DEMONSTRATIVO IX – PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 01	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO					
DIAGNÓSTICO: O Legislativo municipal, composto por 9 (nove) vereadores, funciona sem sede própria, com autonomia financeira, com apoio de 10 (dez) servidores.					
DIRETRIZES: Realização de sessões ordinárias, conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocados; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis, apresentação de projetos, projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Legislativo Municipal.					
OBJETIVOS: Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
1 – Funcionamento e manutenção da Câmara de Vereadores	Sessão	Un	40	1.802.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.802.000,00	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

42

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA			DEMONSTRATIVO IX – 02			
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA						
PROGRAMA: 0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR (GABINETE DO PREFEITO)						
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito e sua Assessoria.						
DIRETRIZES: Elaboração da legislação necessária à gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação de atos da administração; coordenação de audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do município; planejamento das ações da administração; acompanhamento do Sistema de Controle Interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo.						
OBJETIVOS: Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.						
AÇÕES		PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
2 – Aquisição de Terreno p/ Construção da Sede Fórum		Área	m²	400	1.000,00	
3 – Funcionamento e manutenção do Gabinete do Prefeito		Manutenção	Manutenção	01	964.000,00	0.1.00.000000
TOTAL					965.000,00	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

43

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 03		
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA						
PROGRAMA: 0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR (GABINETE DO VICE-PREFEITO)						
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Vice-Prefeito e sua Assessoria.						
DIRETRIZES: Elaboração da legislação necessária à gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação de atos da administração; coordenação de audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do município; planejamento das ações da administração; acompanhamento do Sistema de Controle Interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo.						
OBJETIVOS: Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.						
AÇÕES		PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
4 – Funcionamento e manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito		Manutenção	Manutenção	01	130.500,00	0.1.00.000000
TOTAL					130.500,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

44

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 04	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0009 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e seus departamentos.					
DIRETRIZES: Planejamento e o acompanhamento de programas e projetos, consolidando os indicadores e analisando-os periodicamente de forma integrada. Planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas aos serviços de atendimento ao cidadão, protocolo, comunicações, reprografia, zeladoria, segurança do Paço Municipal e patrimonial. Execução das atividades relativas ao desenvolvimento e manutenção dos sistemas de tecnologia da informação mantidos pela Prefeitura Municipal; Promoção da administração de pessoal, em consonância com a política de recursos humanos e execução da gestão de compras, licitações e contratos. Administração e coordenação geral da Administração.					
OBJETIVOS: Modernização dos sistemas administrativos/gerenciais de pessoal, patrimônio, compras, planejamento, informática e comunicação. Reformulação da legislação de pessoal com implantação de estatuto, plano de carreira, cargos e salários. Realização de concurso público e capacitação de pessoal. Modernização dos sistemas de informação e do parque de informática. Aperfeiçoamento da comunicação interna e institucional do Executivo Municipal. Produzir os relatórios gerenciais de acordo com as normas do controle interno. Atrair e efetivar recursos das mais diversas fontes legais para todas as áreas da administração municipal. Integrar e coordenar as ações da administração municipal.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
5 – Aquisição de Veículos	Veículo	Un	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.92.001104
6 – Funcionamento e manutenção da Secretaria de Administração	Manutenção	Manutenção	01	1.293.062,00 8.920,00	0.1.00.000000 0.1.24.001007
7 – Apoio ao Fórum de Garopaba	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00	0.1.00.000000
8 – Aquisição de Veículos (FUNREBOM)	Veículo	Un	01	1.000,00	0.1.60.000000
9 – Funcionamento e manutenção do Funrebom	Manutenção	Manutenção	01	80.000,00	0.1.60.000000
TOTAL				1.394.982,00	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

45

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 05		
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA						
PROGRAMA: 0012 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA						
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria da Fazenda e seus departamentos.						
DIRETRIZES: Gerenciamento e controle da movimentação econômica das empresas, quanto a entradas e saídas de mercadorias, para apuração do coeficiente de distribuição do ICMS, Gerenciar e controlar os sistemas de emissão da nota fiscal eletrônica e-nota, livro eletrônico para fins de apuração de do issqn, Regin – registro mercantil integrado e cidadão web; cadastro e identificação de Imóveis; controle dos processos administrativos relativos as questões tributárias e financeiras; atualização dos cadastros imobiliário e econômico; lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, arrecadação de tributos e outras receitas, etc.						
OBJETIVOS: Manter o controle dos atos de gestão fiscal e dos serviços gerais da administração tributária e financeira fiscal, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões, responde pela previsão, lançamento, cobrança, controle, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, garantir as fontes próprias de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais.						
AÇÕES		PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
10 – Funcionamento da Secretaria da Fazenda		Manutenção	Manutenção	01	838.000,00	0.1.00.000000
11 – Desenvolvimento do PMAT		Manutenção	Manutenção	01	1.100,00	0.1.90.001100
TOTAL					839.100,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

46

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA			DEMONSTRATIVO IX – 06			
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA						
PROGRAMA: 0016 - ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE						
DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Orçamento e Contabilidade, estruturada na Diretoria Técnica de Contabilidade e Diretoria Administrativa de Tesouraria conta com 05 servidores para desempenho de suas funções. Ela é responsável pela condução do processo de elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA); planejamento financeiro através do desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, elaboração da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso; execução orçamentária; registro contábil dos fenômenos econômicos; emissão e publicação dos relatórios da LRF; emissão dos balancetes e balanços; prestação de contas; preparação dos dados e informações a serem enviadas ao Tribunal de Contas; cumprimento da agenda de obrigações de responsabilidade das diretorias.						
DIRETRIZES: Gerenciamento da movimentação e registros dos bens; controle dos processos administrativos relativos a questões financeiras; Coordenação do orçamento, participação na elaboração e fiscalização das metas fixadas em contratos; pagamento a fornecedores; controle dos saldos de caixa e bancos, registro contábil dos atos e fatos da administração Tributária e financeira, controle da aplicação de recursos próprios e vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc.						
OBJETIVOS: Manter o controle dos atos de gestão fiscal, contábil, e dos serviços gerais da administração financeira fiscal, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões. Controlar a arrecadação, garantir o controle das fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional relativos aos demais limites.						
AÇÕES		PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
12 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Orçamento e Contabilidade		Manutenção	Manutenção	01	320.600,00	0.1.00.000000
TOTAL					320.600,00	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

47

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 07	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0028 - EDUCANDO E PRESERVANDO A CULTURA COM QUALIDADE					
DIAGNÓSTICO: O Município de Garopaba possui 14 escolas do pré escolar ao ensino fundamental das séries iniciais, 06 centro de educação infantil totalizando 1998 alunos. Contando com 302 profissionais. Atendemos o EJA de Ensino Fundamental e o Programa Brasil Alfabetizado. O transporte escolar diário atende 1.032 alunos da rede municipal, 1100 alunos da rede estadual através de convenio com o governo estadual e programas do governo federal, este é realizado com 05 ônibus, 08 micro – ônibus e uma transit e o fretamento de 05 ônibus. Há necessidade de renovar e ampliar a frota, capacitar professores, e construir, reformar, manter e equipar as escolas. Levando em conta que Garopaba é uma cidade que desde a sua fundação recebeu elementos provenientes de culturas externas. Foi a partir da soma destes elementos ao que já havia aqui que resultou no que hoje é o nosso município. E que cada um destes grupos étnicos contribuiu para a formação cultural do nosso município em certo grau, nos deixando um rico legado traduzido na forma dos mitos, crenças, hábitos e atividades que, até hoje foi transmitido de geração para geração através da oralidade. Este legado constitui o que denominamos "conhecimentos tradicionais". É preciso realizar um resgate destes "conhecimentos tradicionais" e apresentá-los às novas gerações e para as pessoas que vem todos os anos dos mais variados destinos visitar nossa cidade.					
DIRETRIZES: Melhoria e ampliação da rede física, aquisição de equipamentos para as escolas, melhoria das condições do transporte escolar, ampliação do programa merenda escolar , ampliação da rede física do Ensino Infantil, capacitar professores e compor as escolas com área para esporte, biblioteca , laboratório de informática e parque infantil. Criar e desenvolver meios que possibilitem o resgate e a manutenção dos "conhecimentos tradicionais" que constituem o arcabouço cultural de Garopaba. Planejar e acompanhar programas e projetos que visem desenvolver em nosso cidadão o hábito de consumir as mais diferentes formas de expressão culturais.					
OBJETIVOS: Dar mais qualidade a Educação no município visando melhorar a frequência escolar e a valorização do docente, realizar um trabalho de resgate e preservação da nossa história e cultura.					
AÇÕES	PRODUTO	UN. DE MEDIDA	META	VALOR	DR
13 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	Manutenção	Manutenção	01	200.00	01.01.000000

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

14- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas Ensino Fundamental	Área	m²	450	100,00 101.000,00 415.000,00 115.050,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 0.1.19.000000 0.1.22.001021
15 – Aquisição de Veículos Escolares	Veículo	Un	01	100,00 1.000,00 60.000,00 10.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.22.001011 0.1.90.001105 0.1.92.001102
16 – Construção de Biblioteca	Área	m²	100	2.000,00 2.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000
17 – Construção do Museu Municipal	Área	m²	100	6.000,00 11.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001014
18- Construção, Reforma e Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	Área	m²	300	50.000,00 1.000,00 10.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.19.000000 0.1.22.001021
19- Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico	Área	m²	200	1.000,00	0.1.00.000000
20- Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	Aluno/dia	Un	1998	60.000,00 150.300,00	0.1.00.000000 0.1.15.000051
21 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno/dia	Um	1998	170.100,00 2.050.500,00 91.000,00 100.000,00 5.156.900,00 10.000,00 5.300,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 0.1.15.000050 0.1.18.000000 0.1.19.000000 0.1.22.001002
22 – Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Un	1200	10.000,00 727.100,00 125.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000052

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

49

				94.000,00 500.000,00	0.1.19.000000 0.1.22.001003
23 – Manutenção do EJA	Aluno	Um	200	1.200,00 20.300,00 130.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.18.000000
24 – Manutenção da Educação Infantil	Criança	Dia	250	200,00 158.100,00 406.050,00 102.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.18.000000 0.1.19.000000
25 – Manutenção da Educação Especial	Criança	Dia	100	62.300,00 100,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.29.000005
26 – Apoio ao Universitário	Aluno	Un	50	253.000,00	0.1.00.000000
27 – Apoio a Cultura	Manutenção	Manutenção	01	88.500,00	0.1.00.000000
<b>TOTAL</b>				<b>11.279.400,00</b>	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

50

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA	DEMONSTRATIVO IX – 08
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA	
<b>PROGRAMA:</b> <b>0056 - ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO</b>	
<b>DIAGNÓSTICO:</b> <p>O município de Garopaba, apesar de ser um balneário turístico, enfrenta graves problemas de ordem econômica e social. A população nativa, que por muitos anos viveu através de atividades de pesca e agricultura de subsistência, hoje praticamente não consegue mais sobreviver destas atividades. Além disso, maioria da população possui baixo nível de escolaridade, e, portanto, grande parte da mão-de-obra é absorvida em empregos de baixa qualificação, temporários e informais. Após o término do verão, observa-se que aumenta significativamente o número de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Além disso, o município de Garopaba possui um grande déficit habitacional, seja por construção, ampliação ou reforma de moradias. Há, portanto, uma grande demanda por unidades habitacionais estruturadas, bem como, por pavimentação de ruas, boa iluminação noturna, linha viária adequada, dentre outras necessidades referentes à habitação de interesse social.</p>	
<b>DIRETRIZES:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar o número de atendimento às famílias, levando em conta o aumento da população e o agravamento das questões sociais;</li> <li>• Fortalecer a rede sócio-assistencial local, através do apoio dos conselhos e do órgão gestor, levando em conta as diretrizes do SUAS;</li> <li>• Aprimorar a estrutura de gestão e do Fundo de Assistência Social em consonância com o Plano de Assistência;</li> <li>• Construir Unidades de Assistência Social;</li> </ul> <p>Acompanhamento familiar e comunitário da população usuária da política habitacional.</p> <p>Por níveis de Proteção</p> <p><b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento familiar pelo PAIF</li> <li>- Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC</li> <li>- Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico</li> <li>- Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</li> </ul> <p><b>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas</li> <li>- Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil</li> </ul>	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

51

-Ampliar os serviços de alta-complexidade (abrigo de idosos, crianças e adolescentes), consórcio com outros municípios

**OBJETIVOS:** Garantir os direitos sociais e a cidadania aos usuários da assistência social, através do reordenamento da política de assistência social, e dar continuidade, implementação e implantação de programas, projetos, serviços e benefícios, nos eixos de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, aprimoramento da gestão e da rede Sócio-Assistencial, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Prestar um serviço qualificado à comunidade, realizando as ações necessárias para que o direito à habitação seja respeitado.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
28 – Assistência à Criança e ao Adolescente (FMIA)	Manutenção	Manutenção	01	25.200,00 9.900,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.62.001004 0.1.63.001006
29 – Aquisição de veículo (FMAS)	Veículo	Un	01	1.000,00	0.1.00.000000
30 – Construção de Unidades de Assistência Social – CRAS-CREAS (FMAS)	Obra	Un	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001029
31 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	632.200,00 54.500,00 6.000,00 18.000,00 78.000,00 30.000,00 100,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.29.000004 0.1.29.000005 0.1.29.000006 0.1.29.000007 0.1.29.001001 0.1.29.001024 0.1.29.001044

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

52

32 – Projeto Juventude Cidadã (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001008
33 – Apoio ao Conselho Tutelar (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	80.000,00	0.1.00.000000
34 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais (FMHIS)	Obra	Un	20	15.100,00 900,00	0.1.00.000000 0.1.24.001025
35 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS)	Manutenção	Manutenção	01	10.000,00 100,00	0.1.00.000000 0.1.24.001025
<b>TOTAL</b>				<b>1.013.000,00</b>	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90







**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

53

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 09	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0031 - OBRAS E SERVIÇOS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Infra-Estrutura em parceria com as demais secretarias e órgãos competentes, e terá como finalidade a execução de obras para promoverem o desenvolvimento do Município de Garopaba, como as melhorias e construção de praças, pavimentação de ruas, construção de passeios públicos, construção de prédio para funcionamento do Centro Administrativo Municipal, elaboração de projeto e execução de obras para a rede de coleta de esgoto e tratamento do efluente final do esgoto doméstico e tendo o Município em sua grande maioria rodovias e estradas revestidas em saibro, é necessária a constante manutenção dessas vias urbanas e rurais. A coleta de resíduos (lixo) e seu destino final devem ser efetuadas e fiscalizadas constantemente.					
DIRETRIZES: Execução e fiscalização de obras a serem realizadas pelo Poder Público Municipal em parceria com os Governos Federal, Estadual e iniciativa privada, fiscalização e execução dos serviços de coleta e tratamento dos resíduos, bem como a conservação e limpeza das rodovias, ruas e avenidas do município de Garopaba.					
OBJETIVOS: Desenvolver a cidade buscando melhorar a qualidade de vida da população.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
36 – Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010 0.1.90.001101
37– Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	Obra	Un	01	21.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.90.001101
38 – Construção de Casas Populares	Obra	Un	20	200,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001013
39 – Ampliação da Rede de Saneamento Básico	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

54

40 – Construção de Banheiros Públicos	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
41 – Construção do Centro Administrativo Municipal	Obra	Un	01	15.100,00	0.1.00.000000
42– Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	Obra	m²	20.000	250.000,00 31.000,00 9.000,00 90.200,00 8.000,00	0.1.00.000000 0.1.16.000000 0.1.24.001016 0.1.24.001022 0.1.90.001101
43 – Recuperação do Lixão Sanitário	Obra	Un	01	1.000,00 50.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
44 – Aquisição de veículos e Equipamentos Rodoviários	Veículo/ Equipamento	Un	02	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.90.001106
45 – Construção e Reforma de Abrigos e Pontos de Ônibus	Obras	M2	20	1.100,00 12.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001019
46 – Construção do Terminal Rodoviário Urbano	Obra	Un	01	1.000,00 12.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001022
47 – Empreendimentos de Infra-Estrutura	Obra	Un	01	1.000,00 1.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001016 0.1.64.000019
48 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	Manutenção	Manutenção	01	1.310.100,00	0.1.00.000000
49 – Projeto Guarda Municipal	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00	0.1.00.000000
50 – Manutenção e Ampl. dos Serviços de Iluminação Pública	Manutenção	Manutenção	01	900.500,00	0.1.17.000000
51 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	Manutenção	Manutenção	01	2.928.864,00 32.825,00 32.825,00 34.350,00	0.1.00.000000 01.64.000017 01.64.000018 01.64.000019
52 – Construção, Ampliação do Sistema Saneamento Básico	Obra	Un	08	100.000,00	0.1.65.000000
53 – Funcionamento e Manutenção do FMSB	Manutenção	Manutenção	01	22.900,00	0.1.65.000000
54- Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos	Manutenção	Manutenção	01	118.100,00	0.1.65.000000
55 – Recuperação de Malha Viária	Manutenção	Manutenção	01	10.000,00	0.1.65.000000
<b>TOTAL</b>				<b>6.082.064,00</b>	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

55

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX- 10	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0033 – PLANEJANDO O FUTURO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente e seus departamentos.					
DIRETRIZES: Coordenar, acompanhar e supervisionar planos, programas e projetos relacionados ao desenvolvimento urbano, regularização fundiária e meio ambiente no âmbito do Município; apreciar e opinar sobre anteprojetos de alteração do plano diretor a serem submetidos ao poder legislativo; manifestar-se sobre projetos construtivos de prédios públicos e privados, emitindo declarações de viabilidade, alvarás de construção, habite-se e certidões de averbação; promover a regularização dos parcelamentos de solo irregulares existentes, visando à melhoria das condições de habitação das famílias e o fortalecimento da preservação do meio ambiente, entre outras atribuições.					
OBJETIVOS: Coordenar, instruir, desenvolver e monitorar o processo de planejamento, em consonância com os objetivos previstos no Plano Diretor, e exercer atividades relacionadas à área de urbanismo, uso do solo, obras, áreas públicas e parcelamentos, no âmbito do Município.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
56– Funcion. e Man. da Sec. De Planejamento Territorial e Meio Ambiente	Manutenção	Manutenção	01	505.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				505.000,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

56

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 12		
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA						
PROGRAMA: 0048 - ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES E PESCADORES						
DIAGNÓSTICO: Este planejamento de realizações são atribuições da Secretaria da Agricultura e Pesca, que pretende realiza-las, para atender as solicitações de duas categorias de trabalhadores, (Agricultores e Pescadores), que precisam de todo apoio desta Secretaria para a realizações de suas atividades, além de todo o suporte de todos os projetos inerentes as atividades agrícolas e pesqueiras.						
DIRETRIZES: O pronto atendimento aos pedidos dos agricultores e pescadores. Inovação nos projetos, como: Inseminação, Reflorestamento, Cursos de capacitação, Atendimento Veterinário, Aquisição de novas máquinas e Implementos agrícolas, Implantar Entrepósitos de Pescados, Unidades de Processamentos, Implantar Abatedouro municipal com certificado de inspeção Estadual. Manutenção dos Equipamentos Agrícolas e Pesqueiros, Aquisição de novos Equipamentos de Pesca para dar suporte aos pescadores artesanais, como compra de guinchos, Redes, Programa de subsídio do óleo diesel marítimo através da Isenção de impostos, Subsídio do óleo diesel aos pequenos produtores,pecuaristas e pescadores. Intermediar linha de Crédito, manter em funcionamento ou reativar os engenhos de mandioca e cana-de-açúcar, motivar campanhas de vacinação nos rebanhos suscetíveis as zoonoses, elaborar projetos que tragam melhoria na qualidade de vida de nossos agricultores e pescadores. Promover parcerias entre as secretarias que contribuam para melhorar o aprendizado, diminuindo o analfabetismo e incentivando a inclusão digital nas comunidades pesqueira e agropecuária.						
OBJETIVOS: Melhorar os atendimentos prestados por esta secretaria aos nossos agricultores e pescadores. Manter o trabalho de melhoria genética no rebanho bovino deste município. Incentivar a criação e manutenção das cooperativas e associações rural e pesqueira, no sentido de incrementar a renda familiar. Intermediar linhas de crédito para os agricultores e pescadores.						
AÇÕES		PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
57 – Aquisição de equipamentos agrícolas e pesqueiros		Máquina	Un	01	1.000,00	0.1.00.000000
					5.000,00	0.1.24.001017
					10.000,00	0.1.24.001023

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

57

				5.000,00	0.1.24.001031
58- Const., Ref. Apar. De Empreendimentos Rurais e Pesqueiros	Área	M2	500	1.000,00	0.1.00.000000
				5.000,00	0.1.24.001017
				10.000,00	0.1.24.001023
				5.000,00	0.1.24.001031
59 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Agricultura e Pesca	Manutenção	Manutenção	01	872.800,00	0.1.00.000000
<b>TOTAL</b>				<b>914.800,00</b>	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

58

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 13	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0051 - GAROPABA QUATRO ESTAÇÕES					
DIAGNÓSTICO: A cidade de Garopaba é conhecida internacionalmente por suas belezas naturais, suas praias de águas límpidas e areias cristalinas. No entanto, por seu forte potencial turístico é necessário investir cada vez mais na divulgação da cidade e de suas belezas naturais, até hoje inexploradas e pouco promovidas pelo Brasil e pelo mundo. Investir na ampliação e construção de infra-estrutura turística de forma planejada com sustentabilidade e premissa para posicionar e potencializar o município de Garopaba no cenário turístico e esportivo mundial, alinhado a mecanismos de atendimento turístico, divulgação de suas potencialidades e valorização cultural. Estas serão prioridades da Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento.					
DIRETRIZES: Construção de uma identidade forte de Garopaba, perante o cenário nacional e internacional elevando suas potencialidades: belezas naturais, praias, esportes, eco-turismo, cultura e meio ambiente. Promoção de eventos, shows, festas e turismo de qualidade durante todas as estações do ano. Além disso, identificar roteiros turísticos, criar um calendário de eventos, investir em capacitação turística, valorizar nossa gastronomia, hospitalidade, aumentar a temporada de verão, construir mirantes e trapiches.					
OBJETIVOS: Criar uma identidade profissional no setor turístico, atraindo assim público de alto padrão atendendo-os com ótima infra-estrutura, qualidade no atendimento principalmente motivando a mão de obra local. Valorizar as potencialidades da cidade com o suporte necessário para ser auto-sustentável durante o ano inteiro.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
60 – Empreendimentos Turísticos	Obra	Un	02	10.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
61- Const., Ref. Apar. Do Centro de Convenções	Obra	Un	01	1.000,00 10.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012 0.1.24.001030
62 – Construção, Reforma e Apar. de Equipamentos Esportivos	Obra	Un	01	1.000,00 5.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001009 0.1.24.001018

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

59

63 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Turístico	Manutenção	Manutenção	01	1.343.600,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
64 – Garopaba 04 Estações	Manutenção	Manutenção	01	15.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
65 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte	Manutenção	Manutenção	01	131.200,00 5.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001009
66 – Incentivo ao Esporte Amador	Manutenção	Manutenção	01	108.100,00	0.1.00.000000
<b>TOTAL</b>				<b>1.699.900,00</b>	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

60

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 14	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0000 - ENCARGOS GERAIS					
DIAGNÓSTICO: Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviços a serem gerados no processo produtivo corrente, como dívidas, contribuições ao PASEP					
DIRETRIZES: Pagamentos mensais de compromissos assumidos por empréstimos, financiamentos e parcelamentos de dívidas					
OBJETIVOS: Manter em dia as obrigações assumidas					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
67 – Amortização e encargos da dívida interna	Manutenção	Manutenção	01	1.114.009,00	0.1.00.000000
68 – Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM e C.N.M.	Manutenção	Manutenção	01	185.000,00	0.1.00.000000
69 – Contribuição ao PASEP	Manutenção	Manutenção	01	370.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.669.009,00	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

61

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 15	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
DIAGNÓSTICO:					
DIRETRIZES:					
OBJETIVOS: Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
99 – Reserva de contingência	Manutenção	Manutenção	01	30.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				30.000,00	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

62

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX – 16	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0060 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA					
DIAGNÓSTICO: O regime próprio de previdência possui 200 servidores vinculados ao instituto					
DIRETRIZES: Administrar o regime próprio de previdência conforme disposto na legislação vigente.					
OBJETIVOS: Constitui um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
70 – Funcionamento e Manutenção do IPREGOBA	Manutenção	Manutenção	01	112.000,00	0.2.03.000000
71 – Amparo aos Inativos e Pencionistas	Manutenção	Manutenção	01	470.000,00	0.2.03.000000
72 – Reserva de Contingência	Manutenção	Manutenção	01	2.248.000,00	0.2.03.000000
TOTAL				2.830.000,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

63

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA			DEMONSTRATIVO IX – 17			
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA						
PROGRAMA: 0025 - SAÚDE PARA POPULAÇÃO						
DIAGNÓSTICO: <ul style="list-style-type: none"><li>• Atividade médica restrita ao atendimento da demanda clínica sem a aplicação da filosofia de trabalho preventivo da ESF.</li><li>• Inexistência de sistema de informática em rede operante nas unidades e postos de saúde, precariedade da logística de transporte das equipes.</li><li>• Inexistência de programas de educação continuada e treinamentos.</li><li>• Precariedade do tratamento de dependência química.</li><li>• Precariedade logística do fornecimento de medicação.</li><li>• Precariedade do serviço de vigilância em saúde.</li><li>• Precariedade do serviço de assistência social.</li></ul>						
DIRETRIZES: <ul style="list-style-type: none"><li>• Fortalecer, expandir e qualificar a atenção básica como estratégia central de reordenamento do sistema.</li><li>• Atender a critérios e prioridades dos programas e políticas já publicadas em instrumentos próprios do Ministério da Saúde.</li><li>• Fortalecer a política de gestão de tecnologia em saúde por meio da informatização e promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.</li><li>• Fortalecer a logística das redes ambulatoriais e hospitalares.</li><li>• Fortalecer a rede de urgências e emergências.</li></ul> Compatibilizar a aplicação dos recursos financeiros da saúde às prioridades definidas no Pacto pela Saúde pelas três esferas de gestão do SUS						
OBJETIVOS: Melhorar a qualidade dos serviços ofertados pelo município, através da Secretaria da Saúde, aos usuários do SUS.						
AÇÕES		PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
73 – Aquisição de veículos		Veículo	Un	02	10,00	0.1.00.000000
					100,00	0.1.02.000000
					5.000,00	0.2.23.001015

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

64

				100,00	0.2.23.001020
				10.000,00	0.2.92.001103
74 – Construção, Ampliação, Reforma Apar. de Unidades de saúde	Obra	Un	12	10,00	0.1.00.000000
				6.000,00	0.1.02.000000
				5.000,00	0.2.23.001015
				21.000,00	0.2.23.001020
				400,00	0.2.62.001005
75 – Manutenção da Atenção Básica	Manutenção	Manutenção	01	1.966.887,00	0.1.00.000000
				3.662.980,00	0.1.02.000000
				553.000,00	0.2.14.000060
				550.000,00	0.2.14.000064
				170.000,00	0.2.14.000065
				387.000,00	0.2.14.000066
				130.000,00	0.2.14.000070
				96.000,00	02.14.000071
76 – Manutenção da Média e Alta Complexidade	Manutenção	Manutenção	01	160.100,00	0.1.02.000000
				505.000,00	0.2.14.000061
				339.000,00	0.2.14.000067
				150.000,00	0.2.14.000068
77 – Manutenção da Assistência Farmacêutica	Manutenção	Manutenção	01	100.000,00	0.1.02.000000
				86.000,00	0.2.14.000063
				80.000,00	0.2.14.000072
78 – Manutenção da Vigilância em Saúde	Manutenção	Manutenção	01	40.000,00	0.1.02.000000
				16.500,00	0.2.14.000062
				25.000,00	0.2.14.000069
<b>TOTAL</b>				<b>9.065.087,00</b>	

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
 e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

65

**DEMONSTRATIVO X - RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS**

MUNICIPIO DE GAROPABA  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS**  
**2014**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>Unidade Gestora: Prefeitura</b>			
Outros Riscos Fiscais	15.000,00		
Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	30.000,00
SOMA	30.000,00		
<b>Unidade Gestora : IPREGOBA</b>			
Outros Riscos Fiscais	30.000,00		
Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	30.000,00	Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	60.000,00
TOTAL	90.000,00	TOTAL	90.000,00

FONTE:

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone/Fax (48) 3254-8100  
 e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

66

**DEMONSTRATIVO XI – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público. Art. 45 da LRF.**

R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
<b>OBRAS EM ANDAMENTO</b>	
1. Pavimentação e Drenagem de Ruas	414.000
<b>CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO</b>	
1. Reforma de Escolas	124.000
2. Reforma de Posto de Saúde	73.000
3. Reparação de Ruas e Rodovias	68.000
4. Conservação de Veículos e Equipamentos	90.000
<b>TOTAL</b>	<b>769.000</b>

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 – Centro, Garopaba/SC, CEP 88.495-000 Fone (048)3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**Lei N.º 1.754/2013**

LEI N.º 1.754 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

INSTITUI QUADRO DE FUNÇÕES PÚBLICAS VINCULADAS, ESTABELECE CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO, REVOGA AS LEIS 1249/08 E 1382/10 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o quadro de pessoal vinculado à contratação temporária para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e demais programas sociais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, composto de cargos, vagas, carga horária, habilitação e respectivos vencimentos, conforme segue:

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO BASE MENSAL (R\$)
Monitor de Oficina de Arte-Terapia / teatro (PETI)	01	08 horas	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Artes (ou experiência comprovada)	472,39
Monitor de Oficina de Esportes (PETI)	01	08 horas	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Esportes (ou experiência comprovada)	435,10
Monitor de Oficina de Dança (PETI)	01	08 horas	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Dança (ou experiência comprovada)	435,10
Psicólogo (PSBInf)	01	40 horas	Curso Superior Completo de Psicologia e Registro no Conselho de Classe	1.593,20
Monitor da Oficina de Informática (programa Inclusão Digital)	01	40 horas	Ensino Médio completo, curso técnico ou superior na área de informática	1.214,54
Assistente Social – CRAS	01	40 horas	Curso Superior completo e registro no Conselho de Classe	1.593,20
Psicólogo – CRAS	01	40 horas	Curso superior completo e registro no conselho de classe.	1.593,20
Educador Social - CRAS	01	40 horas	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de (ou experiência comprovada)	744,63
Assistente Social – CREAS	01	40 horas	Curso Superior completo e registro no Conselho de Classe	1.593,20
Psicólogo – CREAS	01	40 horas	Curso superior completo e registro no conselho de classe.	1.593,20

Art. 2º Para os cargos previstos na presente lei, observar-se-á as atribuições, conforme segue:

I - Monitor de Oficina de Arte-Terapia / teatro (PETI): Executar aulas de arte aliada ao trabalho terapêutico junto às crianças e adolescentes da Jornada Ampliada do PETI com intuito de promover

o desenvolvimento infanto-juvenil; estabelecer vínculos com os usuários atendidos pelo programa, de forma a instigar o seu autoconhecimento como sujeito social, além de estimular sua autoestima, promovendo seu enriquecimento cultural e convívio em grupo; considerar o conhecimento que as crianças e adolescentes possuem advindo das mais variadas condições sociais e culturais de seu cotidiano; promover juntos com os usuários atividades extras com o intuito de despertar o interesse da criança em atingir um nível superior de conhecimento; contribuir com o desenvolvimento de todas as oficinas da instituição.

II - Monitor de Oficina de Esportes (PETI): Executar aulas de jogos esportivos junto às crianças e adolescentes da Jornada Ampliada do PETI; estabelecer vínculos com os usuários atendidos pelo programa, desenvolvendo competências e habilidades das crianças e adolescentes para o esporte e o espírito coletivo; considerar o conhecimento que as crianças e adolescentes possuem advindo das mais variadas condições sociais e culturais de seu cotidiano; promover junto aos usuários atividades extras com o intuito de despertar o interesse da criança em atingir um nível superior de conhecimento; contribuir com o desenvolvimento de todas as oficinas da instituição.

III - Monitor de Oficina de Dança (PETI): Executar aulas de dança junto às crianças e adolescentes da Jornada Ampliada do PETI; estabelecer vínculos com os usuários atendidos pelo programa, desenvolvendo competências e habilidades das crianças e adolescentes para a dança; considerar o conhecimento que as crianças e adolescentes possuem advindo das mais variadas condições sociais e culturais de seu cotidiano; promover juntos com os usuários atividades extras com o intuito de despertar o interesse da criança em atingir um nível superior de conhecimento; contribuir com o desenvolvimento de todas as oficinas da instituição.

IV - Psicólogo (PSBInf): Executar trabalho psicossocial com famílias de crianças de 0 a 6 anos, através de orientação e apoio sócio-familiar; promover ações grupais com as famílias visando trabalhar aspectos relacionados a educação, relações inter-pessoais, relações intra-pessoais, e outros aspectos referentes ao convívio familiar e comunitário, desenvolver ações relacionadas a inclusão social e capacitação para ações produtivas e emancipatórias.

V – Monitor da Oficina de Informática (Projeto Inclusão Digital): Ensinar a operação de computador com softwares de uso comum, como Windows, Word e Excel para crianças e adolescentes; proporcionar conhecimento básico sobre digitação e Internet; proporcionar a aprendizagem no campo das tecnologias da informação e comunicação; preparar para o mercado de trabalho ou formação profissional; ampliar o conhecimento a partir do contato com novas tecnologias de informação e comunicação, não só na área específica de informática; promover o cuidado e manutenção dos equipamentos de informática a serviço do Programa de Inclusão Digital.

VI – Assistente Social - CRAS: Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população que subsidiem a formulação dos planos municipais de assistência social; formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços de proteção Social Básica; participar da elaboração dos planos municipais, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas da Seguridade Social; favorecer a participação dos (as) usuários (as) e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; acompanhar os recursos orçamentários nos benefícios e serviços sócio-assistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS; realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações; assessorar os movimentos sociais na perspectiva de identificação de demandas,

fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS. Realizar estudo e estabelecer cadastro atualizado de entidades e rede de atendimentos públicos e privados; prestar assessoria às entidades não governamentais que constituem a rede sócio-assistencial; participar nos conselhos municipais de assistência social; prestar assessoria aos conselhos, na perspectiva de fortalecimento do controle democrático e ampliação da participação de usuário(as) e trabalhadores(as); Organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para materialização da política de Assistência Social; Participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais de assistência social e afins; Acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos(as) usuários(as); Supervisionar direta e sistematicamente os(as) estagiários (as) de Serviço Social. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho. Executar outras atividades correlatas.

VII – Psicólogo - CRAS: Promover estudos sobre características psicossociais de famílias, grupos e comunidades; atuar junto à equipe multiprofissional no diagnóstico, planejamento, execução e avaliação de programas de assistência social; atuar nas relações interpessoais e intergrupais estendendo-a ao contexto sócio-cultural; Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e sócio-culturais dos seus membros; Atuar inter e multiprofissionalmente em programas de nível de proteção social básica, em ações de caráter preventivo; participar da operacionalização de serviços sócio-assistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS; contribuir na organização de seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para materialização da política de Assistência Social; participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais de assistência social e afins; acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos(as) usuários(as); supervisionar direta e sistematicamente os(as) estagiários (as) de Psicologia. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho. Executar outras atividades correlatas”.

VIII - Educador Social - CRAS: Prover atenção sócio-assistencial, realizar oficinas sócio-educativas sob orientação do técnico de nível superior responsável pelas ações no território definido no projeto; atuar na mediação dos processos grupais próprios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ofertados no CRAS; atuar como referência para as crianças/adolescentes participantes do projeto; organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas transversais e conteúdos programáticos do Serviço; colaborar para o processo de efetivação, execução e avaliação de Plano de Atendimento Individual (PIA); registrar as atividades desenvolvidas semanalmente, através de relatório próprio; participar de reuniões de planejamento e de avaliação do processo de trabalho; participar das atividades e encontros de capacitação da equipe de trabalho responsável pelo Serviço;

IX – Assistente Social - CREAS:

Participar da elaboração do planejamento estratégico das atividades a serem desenvolvidas no CREAS; Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaboração, junto às famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Solicitar reuniões com a rede de atendimento e participar quando solicitado; Alimentação de registros e sistemas de informação sobre todas as ações desenvolvidas;

Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;- Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; promover palestras informativas referente a situações de violação de direitos e formas de denúncia;

Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população que subsidiem a formulação dos planos municipais de assistência social; formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços de proteção Social Especial; participar da elaboração dos planos municipais, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas da Seguridade Social; realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CREAS , na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações; realizar visitas domiciliares, perícias técnica, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CREAS; participar nos conselhos municipais de assistência social; Organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para materialização da política de Assistência Social; Participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais de assistência social e afins; Acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos(as) usuários(as); Supervisionar direta e sistematicamente os(as) estagiários (as) de Serviço Social. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho. Executar outras atividades correlatas.

X – Psicólogo - CREAS: Participar da elaboração do planejamento estratégico das atividades a serem desenvolvidas no CREAS; acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; elaboração, junto às famílias/ indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; realização de encaminhamentos monitorados para a rede sócio-assistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; trabalho em equipe interdisciplinar; solicitar reuniões com a rede de atendimento e participar quando solicitado; alimentação de registros e sistemas de informação sobre todas as ações desenvolvidas; participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; acompanhar crianças e adolescentes nas audiências junto ao Ministério Público; desenvolver e coordenar grupos de apoio a crianças, adolescentes, mulher, idoso, famílias e indivíduos em situação de violação de direitos; promover palestras informativas referente a situações de violação de direitos e formas de denúncia; participar de cursos, grupos de estudo, eventos e reuniões convocadas pela coordenação do CREAS; exercer a funções de sua competência com ética profissional; zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; supervisionar direta e sistematicamente os(as) estagiários (as) de Psicologia; participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais de assistência social e afins;

Art. 3º. A contratação dos servidores regidos por esta Lei

obedecerá ao previsto na Lei Municipal n.º 1.000/2005, e demais dispositivos legais vigentes.

Art. 4º. As contratações para as funções previstas nesta Lei, serão realizadas por prazo determinado, observando-se, em especial:  
I – Seleção dos profissionais através de processo seletivo simplificado;

II - Prazo máximo de contratação, de até 36 (trinta e seis) meses, no caso da execução do Convênio;

III – Substituição por vinculação de vaga, para gozo de férias, licença maternidade, afastamento para tratamento de saúde ou outro motivo que gere impedimento para o exercício da função.

Art. 5º. As funções públicas descritas nesta Lei não integram, sob nenhum aspecto, o quadro de servidores efetivos do Município de Garopaba.

Parágrafo único. As funções serão regidas pelo sistema estatutário, aplicando-se a legislação municipal, no que couber, o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 6º. Constituem hipóteses de rescisão contratual:

I – Demissão, na forma do art. 216, da Lei Municipal n.º 1.000/2005;

II – Acumulação ilegal de Cargos, Empregos e Funções públicas nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

III – Necessidade de redução de pessoal, por excesso de despesa, conforme Lei Federal 9.801/1999;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas conforme Lei Federal 11.350/2006;

V - Nos termos do inciso I do art. 7º da Constituição Federal, em face da:

a) Extinção do Programa Federal;

b) Desativação de equipe;

c) Renúncia ou cancelamento de Convênio de adesão, por iniciativa da União ou do próprio Município;

d) Cessação do repasse de recursos da União para o Município;

Art. 7º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei, serão apuradas mediante sindicância ou processo administrativo, assegurado o contraditório, com a aplicação das penalidades no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 8º. São devidas, ainda, aos servidores contratados para o desempenho das funções públicas, o gozo de 30 (trinta) dias de férias remuneradas, e o respectivo adicional constitucional, além de Décimo Terceiro Salário.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta dos recursos provenientes de dotações próprias do orçamento do Município, destinados às ações da Secretaria de Assistência Social, financiadas em co-participação com recursos de convênios federais.

Art. 10. O reajuste salarial será anual, nos mesmos índices dos demais servidores municipais.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.12. Ficam revogadas às disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 1.249 de 26 de Junho de 2008 e a Lei Municipal n.º 1.382 de 15 de março de 2010.

Garopaba, 27 de Setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no DOM/SC em 01/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

### **Aviso de Licitação Pe079/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 079/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de filtros e lubrificantes, incluindo o serviço de troca, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 14/10/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 14/10/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 27 de setembro de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação Pr027/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2013

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de assessoria e consultoria administrativa para efetuar levantamentos de dados, auditá-los, apontar com precisão os possíveis valores pagos indevidamente e conseqüentemente proceder a compensação com tributos da mesma espécie, em que o município paga mensalmente ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e ao Instituto Próprio. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 11/10/2013. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 11/10/2013, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 27 de setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal



# Garuva

## PREFEITURA

### Lei Complementar N° 76/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 76, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
"DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO DO CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE GARUVA".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fixa o vencimento do cargo de Procurador Geral constante no anexo II na LC 044/2009, Símbolo CC1, em R\$ 5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais).

Parágrafo Único - o vencimento constante no caput terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Decreto N° 225/2013

DECRETO N° 225 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1650/2012, de 17/12/2012.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1001.2002	Manutenção e investimentos do Gabinete	3390	01.00.00	R\$	10.000,00
05.001.027.812.1031.2019	Manutenção do Setor de Esportes	3390	01.00.00	R\$	3.000,00
12.001.017.512.1042.2091	Manut. do sistema de abastec de água e esgoto	3390	01.00.00	R\$	25.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1001.2002	Manutenção e investimentos do Gabinete	3190	01.00.00	R\$	7.600,00
02.001.004.122.1001.2002	Manutenção e investimentos do Gabinete	4490	01.00.00	R\$	2.400,00
05.001.027.812.1031.2019	Manutenção do Setor de Esportes	3190	01.00.00	R\$	3.000,00
12.001.017.512.1042.2091	Manut. do sistema de abastec de água e esgoto	4490	01.00.00	R\$	25.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de 18 de setembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Decreto N° 228/2013

DECRETO N.º 228, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei N° 1496, de 29 de setembro de 2010,

Considerando a solicitação da Sra. Dione Romanzini de deposição do Conselho Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

ART. 1º - Deixa de ser membro do Conselho Municipal de Assistência Social como representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a servidora Dione Romanzini..

ART. 2º - Fica designado como representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, com mandato até fevereiro de 2015:

I - MARCELO EDUARDO PERSON no lugar de Dione Romanzini.

ART. 3º - Ficam mantidos os demais membros nomeados no Decreto nº 083/2013.

ART. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Portaria N° 539/2013

PORTARIA N°. 539, de 27 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 490/2013, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:



Art. 1o. Dar posse, no cargo de Assistente Social, a Senhora Dai-me Elizandra Hacker da Rocha, CPF nº 037.980.239-21, RG nº 7.259.013-9 - SSP/PR, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, por 110 (cento e dez) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Especialista Superior, Classe Junior, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratam dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 27 de setembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **Editais de Convocação Para Audiência Pública Nº 004/2013**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2013

A audiência pública tem por finalidade, além de atender disposições legais, realizar demonstração e discussão de projeto de Lei que busca aprovar o Orçamento do Município de Garuva para o exercício financeiro de 2014.

Diante do exposto, faz-se o CHAMAMENTO para a audiência pública que será realizada no Plenário da Câmara Municipal, às 17h do dia 10/10/2013.

CONVIDAMOS a população em geral, os representantes de entidades governamentais, não governamentais, setoriais, comunitárias e outras devidamente constituídas, para exercer seu direito de opinar sobre esse assunto e participar do debate.

Garuva, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **Extrato de Protocolo de Intenções do Cisnorte/SC**

EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA (CISNORDESTE/SC)

Os municípios adiante discriminados, consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CIS/AMUNESC), por meio de seus respectivos chefes do poder executivo, reunidos na 2ª Assembleia Extraordinária de Prefeitos do CIS/AMUNESC, na sede da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), na cidade de Joinville, às 14:30 horas do dia 17 de setembro de 2013, resolvem subscrever este Protocolo de Intenções com o objetivo de transformar o CIS/AMUNESC em consórcio público, nos termos da Lei federal nº 11.107/05 e do Decreto federal nº 6.017/07, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, mantida a denominação, alterando-se a sigla para CISNORDESTE/SC.

Uma vez firmado o presente Protocolo de Intenções e devidamente publicado, os chefes do poder executivo dos municípios comprometem-se a encaminhá-lo para ratificação legal, estabelecendo-se o novo consórcio a partir da vigência da ratificação da última lei dentre o número mínimo de municípios exigidos para constituição do consórcio, procedendo-se à celebração do Contrato de Consórcio Público.

A transformação do CIS/AMUNESC em consórcio público tem por objetivo a adequação do mesmo às novas normas jurídicas,

condição necessária à adequada prestação dos serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), além de permitir a otimização dos recursos públicos disponíveis e cumprir a atribuição dos municípios na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos a receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

Desse modo, os chefes do poder executivo dos Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroeder, do Estado de Santa Catarina, e Piên, do Estado do Paraná, resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções, contendo as cláusulas necessárias para a transformação e funcionamento do CISNORDESTE/SC, as quais integrarão o corpo do Contrato de Consórcio Público a ser celebrado com a ratificação legal do protocolo de intenções.

A íntegra do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE/SC) encontra-se disponível no sítio [www.cisamunesc.sc.gov.br](http://www.cisamunesc.sc.gov.br).

Garuva, 17 de setembro de 2013.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal

## Gaspar

### PREFEITURA

### **Decreto Nº 5.613, de 13 de Setembro de 2013.**

DECRETO Nº 5.613, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

EXONERA DO CARGO DE DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, O SERVIDOR ALCIDES DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir de 13 de setembro de 2013, o servidor ALCIDES DA SILVA, do cargo em comissão de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 5.205/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### **Decreto Nº 5.614, de 13 de Setembro de 2013.**

DECRETO Nº 5.614, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA ANDRÉ PASQUAL WALTRICK PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o servidor ANDRÉ PASQUAL WALTRICK, CPF nº 505.923.439-87 e RG nº 1639.117, para o cargo em comissão de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais, a partir de 16/09/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de setembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### **Decreto N° 5.623, de 25 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 5.623, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental  
Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental  
Dotação: 607 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 22.728,21

Art. 2º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental  
Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental  
Dotação: 606 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 972,12

Art. 3º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social  
Atividade: 2.200192 Proteção Social Básica  
Dotação: 72 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
Atividade: 2.200194 Proteção Social Especial - Média Complexidade  
Dotação: 106 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 64.012,00  
Dotação: 32 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 4º Por conta da anulação do art. 3º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social  
Atividade: 2.200192 Proteção Social Básica  
Dotação: 115 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
Atividade: 2.200194 Proteção Social Especial - Média Complexidade  
Dotação: 105 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 64.012,00

Dotação: 102 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de setembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### **Decreto N° 5.625, de 26 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 5.625, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.  
NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrarem o CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

ENTIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria Municipal de Educação	Titular: Luiz Otávio B. Rebolsas	Titular: Simara Emília Dalcastagné Capistrano
Secretaria Municipal de Educação	Suplente: Simara Emília Dalcastagné Capistrano	Suplente: Lurdes Maria Caresia da Silva

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de setembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **Decreto N° 5.626, de 26 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 5.626, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DO DIRETOR GERAL DE ESCOLAS E CDIs MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município

#### **DECRETA:**

**TÍTULO I**  
**DA ELEIÇÃO PARA DIRETOR(A) DAS ESCOLAS E CDIs MUNICIPAIS**

#### **Capítulo I** **Dos Princípios**

Art. 1º A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no inciso VI do Art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil, inciso VIII do Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, será exercida pelo Diretor Geral na forma da Legislação pertinente, nas Unidades Escolares/CDIs da Rede Pública do Município de Gaspar no Estado de Santa Catarina.

§ 1º A Gestão Democrática de que trata o caput deste artigo obedecerá aos seguintes princípios:

- I - autonomia relativa dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com a legislação específica e com os Princípios Norteadores da Secretaria Municipal de Educação;
- II - Livre organização dos segmentos da comunidade escolar: pais,

professores, funcionários e alunos;

III - Participação dos segmentos da Unidade Escolar/CDI nos processos decisórios da: APP; Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.

IV - Transparência administrativa, financeira e pedagógica;

V - Valorização dos profissionais da educação.

Art. 2º Os diretores (as) das Escolas e dos CDIs municipais serão eleitos de forma direta através do voto da comunidade escolar, o qual será facultativo.

## Capítulo II

### Da Gestão do Diretor

Art. 3º O mandato do Diretor Geral do estabelecimento de ensino será de 2 (dois) anos, permitida uma única reeleição em toda a Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º Os Diretores que já completaram 2 (dois) mandatos consecutivos ou incompletos não será permitido nova reeleição. O candidato deverá aguardar o período de 2 (dois) anos para candidatar-se novamente.

Art. 5º A cerimônia de posse do cargo de Diretor Geral será definida pela Comissão Municipal, iniciando-se as atividades a contar da data estipulada no respectivo decreto de nomeação, no ano subsequente ao das eleições.

Art. 6º São atribuições do Diretor Geral:

I – Elaborar e fazer cumprir as diretrizes gerais de ação da instituição na parte pedagógica e administrativa em consonância com as diretrizes da administração municipal;

II – Aplicar as diretrizes gerais da Secretaria Municipal de Educação na parte administrativa, de documentos e de pessoal;

III – Liderar o processo de construção de instrumentos gerenciais, acompanhando o desenvolvimento de ações pertinentes a etapa de ensino;

IV – Garantir e promover dias de estudo para todos os profissionais da educação;

V – Garantir que os professores e demais profissionais da escola cumpram as determinações legais;

VI – Acompanhar os serviços da secretaria da escola;

VII – Promover diálogos com a comunidade;

VIII – Promover uma gestão democrática com participação da APP, do Conselho escolar e Grêmio Estudantil;

IX – Acompanhar o funcionamento geral da Escola/CDI;

X – Fazer o levantamento de vagas e distribuição de turmas;

XI – Responsabilizar-se por todas as ações e decisões tomadas na gestão da Unidade Escolar/CDI;

XII – Participar ativamente de eventos educacionais promovidos pelo governo federal, estadual e municipal;

XIII – Manter-se atualizado quanto às políticas educacionais vigentes no país, sendo um multiplicador na comunidade escolar;

XIV – Zelar pelo patrimônio público e pela segurança na instituição;

XV – Cumprir outras atribuições que lhe forem confiadas.

Art. 7º O ato de designar para as funções de Diretor e Diretor Adjunto é de competência do Chefe do Poder Executivo, que nos termos deste Decreto, acatará a escolha da comunidade escolar, mediante eleição direta a ser realizada simultaneamente em todos os estabelecimentos de ensino.

Art. 8º O Diretor Adjunto será designado de acordo com o número de alunos matriculados no ato da inscrição para o provimento da função, na unidade escolar, com base no Censo Escolar, conforme o disposto no anexo único deste Decreto, sendo de livre escolha do diretor eleito, e observado ao que dispõe a Lei nº 2.612/2005, referente ao número de vagas existentes.

## TÍTULO II

### DO PROCESSO DE ESCOLHA

#### Capítulo I

##### Seção I

##### Dos Requisitos

Art. 9º Para candidatar-se à função de Diretor de Escola ou CDI, o candidato deverá comprovar os seguintes requisitos:

I – Ser servidor estável, contudo, não havendo o interesse por parte destes, o candidato poderá estar em estágio probatório e, se ainda assim, não existir candidato interessado nesta condição, será permitida a participação de profissional ACT;

II - Ser habilitado em curso superior na área da educação para Diretor de Escola e de CDI formado em curso de Pedagogia com habilitação em Educação Infantil;

III - Estar 2 (dois) anos ininterruptos, no mínimo, em efetivo exercício na atividade de magistério ou outra a esta assemelhada na Rede Pública Municipal de Gaspar;

IV– Ter no mínimo atuado um ano letivo na unidade escolar pleiteada, nos últimos 3 anos.

V – Não estar investido em outro cargo, em razão do instituto da readaptação;

VI – Ter concluído curso de formação continuada para gestores escolares, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Gaspar;

VII - Não ter sido condenado em processo administrativo disciplinar;

VIII – Não ter sido demitido ou destituído de cargo em comissão, conforme preconiza o art. 167 da Lei 1.305/92;

IX – Possuir negativa de antecedentes criminais expedida pelo Fórum da Comarca de Gaspar;

X – Apresentar para a Secretaria da Educação plano de gestão escolar, que contemple os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros a serem implementados na Escola/CDI, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino, seguindo os princípios da Formação Continuada oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo definido em cronograma a ser divulgado pela Comissão Municipal.

XI – Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

XII – No dia da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Ficha de inscrição fornecida pela Secretaria Municipal de Gaspar, Anexo II;

b) Certificado de Conclusão do Curso Superior;

c) Comprovante de tempo de serviço prestado na Rede Municipal de Ensino;

d) Comprovante de participação no Curso de Formação para Futuros Candidatos a Gestão das Escolas e CDIs no ano de 2013;

e) Declaração por não ter sido demitido do serviço público de Gaspar em razão de Processo Administrativo Disciplinar, emitida pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Gaspar;

f) Declaração da Escola ou CDI que trabalhou durante no mínimo um ano letivo.

§ 1º Para efeito do que dispõe o inciso III deste artigo, considera-se como de efetivo exercício o afastamento, devidamente remunerado, decorrente de:

I – licença para tratamento de saúde, pelo período máximo de 3 (três) meses; ou

II – licença prêmio; ou

III – licença maternidade.

§ 2º O candidato que prestar informações que não condizem com a verdade, omiti-las ou apresentar declarações falsas responderá por seus atos na esfera administrativa, sem prejuízo de ação penal cabível quando for o caso.



## Seção II Das Comissões

Art. 10. Para conduzir o processo eleitoral serão constituídas as seguintes Comissões:

- I – Comissão Municipal
- II - Comissão Eleitoral Escolar

Art. 11. A Comissão Municipal será constituída e instalada por iniciativa do Prefeito com a seguinte composição:

- I – Secretário da Educação;
- II – Representante do Departamento Pedagógico da SEMED;
- III – Representante do Departamento da Educação Infantil;
- IV – Diretor Geral;
- V – Diretor da EJA;
- VI – Representante dos servidores de Educação Infantil;
- VII – Representante dos servidores do Ensino Fundamental;
- VIII – Representante dos Diretores de CDIs;
- IX – Representante dos Diretores das Escolas;
- X – Representante das Associações de Pais e Professores das Unidades Escolares;

§ 1º Poderão ser convidados pelo Presidente da Comissão para acompanharem a discussão, sem direito a voto das decisões, representantes do SINTRASPUG, COMED e Câmara de Vereadores.

§ 2º O Presidente da Comissão Municipal será escolhido por seus membros.

Art. 12. Caberá à Comissão Municipal a homologação dos candidatos inscritos, a fiscalização de todo o processo eleitoral, bem como a resolução dos casos omissos.

§ 1º O mandato da Comissão Municipal encerrará em primeiro de janeiro.

§ 2º O edital de convocação da eleição, que indicará os requisitos e prazos para inscrição, homologação e divulgação dos candidatos, dia, hora e local de votação e apuração, credenciamento de fiscal de votação e de apuração, além de outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral, serão fixados no mural das Escolas e CDIs da Rede Pública Municipal.

Art. 13. A Comissão Eleitoral Escolar será instalada por iniciativa da escola ou CDI constituída por: 1(um) representante da APP, 1(um) representante dos professores, 1(um) representante dos funcionários, 1 (um) representante do Conselho Escolar e 1 (um) representante do Grêmio Estudantil.

Parágrafo único. Os profissionais da educação, integrantes da Comissão Municipal e Eleitoral Escolar, não poderão ser candidatos.

Art. 14. Caberá à Comissão Eleitoral Escolar:

- I – eleger seu Presidente, Secretário e mesário dentre os membros que as compõem, registrando-se em ata, bem como todos os demais trabalhos pertinentes ao processo eleitoral;
- II – responsabilizar-se pela organização e deliberações referentes ao processo eleitoral em consonância com a Comissão Municipal;
- III – constituir as mesas eleitorais necessárias, com um Presidente e um Secretário, escolhidos dentre os integrantes da comunidade escolar;
- IV – responsabilizar-se por todo material necessário à eleição, como: providenciar as relações de votantes; providenciar local próprio e adequado para votação, orientar os votantes que estes deverão apresentar documento de identificação com foto e assinar a lista ao lado do seu nome, antes de votar;

- V – o Mesário será o responsável pelos trâmites legais da votação orientados previamente sobre o processo eleitoral;
- VI – definir e divulgar com antecedência o horário de funcionamento das mesas eleitorais, como forma de garantir a participação do conjunto da comunidade escolar;
- VII – o Secretário deverá registrar todos os atos que se fizerem necessários, preencher a Ata com todas as informações solicitadas, bem como colher assinaturas dos membros da Comissão Eleitoral Escolar que participaram do Processo eleitoral, providenciar o envio de todos os documentos relativos ao processo eleitoral à Comissão Municipal;
- VIII – promover, junto ao candidato, a apresentação do seu Plano de Gestão Escolar à comunidade, registrando em Ata a ser entregue a Comissão Municipal;
- IX – resolver os casos omissos referentes à eleição Escolar sob orientação da Comissão Municipal;
- X – responsabilizar-se pela ampla divulgação e convocação da eleição aos pais ou responsáveis pelos alunos, a partir do momento em que for fixado o edital nos murais da escola;
- XI – fixar no mural das Escolas, 48 horas após o encerramento do prazo de inscrição, a homologação dos candidatos inscritos;
- XII – credenciar 1 (um) fiscal por candidato, para acompanhar o processo de escolha, desde a votação até o escrutínio e proclamação dos eleitos.
- XIII – lavrar as atas circunstanciadas da eleição;
- XIV – encaminhar a ata com o resultado da eleição para a Comissão Municipal;

Art. 15. A Comissão Eleitoral Escolar será instalada no mês de novembro, conforme cronograma a ser divulgado pela Comissão Municipal.

Parágrafo único. Os membros da comunidade escolar, com direito a voto, serão convocados pela Comissão Municipal, através de edital, para realização da eleição.

## Seção III Da Eleição

Art. 16. A eleição nas Escolas e CDIs da Rede Pública dar-se-á através do Sistema de votação informatizada em mesas eleitorais da seguinte forma:

I – nas Escolas em que três segmentos têm direito ao voto:

- a) um computador para os profissionais da educação e servidores públicos em exercício na Escola;
- b) um computador para o pai, mãe ou outro responsável por aluno regularmente matriculado no Ensino Fundamental, devidamente cadastrado na ficha de matrícula constante no acervo da Unidade Escolar;
- c) um computador para alunos (as), a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

II – nas Escolas e CDIs em que dois segmentos têm direito ao voto:

- a) um computador para os profissionais da educação e servidores públicos em exercício na Escola/CDI;
- b) um computador para o pai, mãe ou outro responsável por aluno regularmente matriculado na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental, devidamente cadastrado na ficha de matrícula constante no acervo da Unidade Escolar/CDI.

Art. 17. Os Sistemas de votação informatizada iniciarão a partir das 6 horas encerrando às 17 horas, sem intervalo para almoço, conforme a necessidade de cada Escola/CDI.

Art. 18. Havendo um único candidato inscrito, a eleição será por

referendo devendo constar na cédula os campos “sim” e “não” para a escolha do eleitor.

#### Seção IV Das inscrições

Art. 19. A inscrição do candidato será numerada conforme ordem de inscrição, cabendo a cada um (a), entregar à Comissão Municipal os documentos que comprovam os requisitos exigidos no art. 9º.

Parágrafo único. O candidato a Diretor Geral de Escolas ou CDIs Municipais não poderá fazer inscrição, simultaneamente, em mais de uma Unidade Escolar ou CDI.

Art. 20. A publicação da relação dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral será feita pela Comissão Municipal.

Art. 21. Após a publicação mencionada acima, os candidatos terão prazo de 1 (um) dia útil para apresentarem recurso administrativo, junto a Secretaria da Educação, o qual será analisado e julgado pela Comissão Municipal.

Art. 22. O candidato deverá apresentar cópia(s) da(s) ata(s) da(s) reunião(ões) cujo projeto de gestão tenha sido apresentado à comunidade escolar, devendo a mesma ter pauta específica e somente para este fim, com a assinatura de todos os presentes, nos quinze dias anteriores às eleições.

#### Seção V Do Direito Ao Voto

Art. 23. Na eleição, terão direito a voto:

I – os (as) alunos (as) matriculados (as) e freqüentando, a partir da 6º ano do Ensino Fundamental;

II – pai ou mãe, ou responsável, pelos alunos (a) matriculados (as), freqüentando a Educação Infantil ou o Ensino Fundamental, desde que esteja devidamente cadastrado na ficha de matrícula constante no acervo da Unidade Escolar/CDI;

III – os profissionais da educação, estagiários e servidores públicos em exercício nas Escolas e CDIs da Rede Municipal de Educação na época da eleição.

§ 1º Ninguém poderá votar mais de uma vez, na mesma Escola/CDI ainda que represente segmentos diversos ou acumule cargos, funções ou empregos públicos.

§ 2º Não terão direito ao voto os servidores afastados para trato de interesses particulares e à disposição em outras secretarias, órgãos e autarquias públicas.

§ 3º O funcionário afastado por motivo de doença, com devido atestado médico, não terá direito a voto, devendo constar, se possível, justificativa e cópia do atestado na ata ou ofício da direção da Escola/CDI, salvo se o afastamento for superior a 15 dias, caso em que o substituto terá o direito a voto;

§ 4º Não é permitido o voto por representação ou por procuração, na forma deste Decreto.

#### Seção VI Do Escrutínio

Art. 24. Quando houver apenas um candidato para o cargo de Diretor da Unidade Escolar/CDI, será considerado eleito pela comunidade escolar o candidato que alcançar o primeiro número inteiro acima da metade do total de votos válidos em cada um dos segmentos da comunidade escolar.

§ 1º Os segmentos da comunidade escolar são divididos da seguinte maneira:

I – nos CDIs:

a) Segmento dos profissionais da educação e servidores públicos em exercício naquele CDI (S<sup>1</sup>);

b) Segmento dos pais ou responsáveis das crianças (S<sup>2</sup>).

II – Escolas de Ensino Fundamental de 1º ano a 9º ano:

Segmento dos profissionais da educação e servidores públicos em exercício naquela unidade escolar (S<sup>1</sup>);

Segmento dos pais ou responsáveis dos alunos (S<sup>2</sup>);

Segmento dos alunos da 6º ao 9º ano (S<sup>3</sup>).

III – Escolas de Ensino Fundamental de Educação Infantil ao 5º ano:

Segmento dos profissionais da educação e servidores públicos em exercício naquela unidade escolar (S<sup>1</sup>);

Segmento dos pais ou responsáveis dos alunos (S<sup>2</sup>);

§ 2º Terá direito a voto apenas um dos pais ou responsáveis.

§ 3º Em caso de o candidato não atingir o montante de votos definidos no caput deste artigo em todos os segmentos, ele não será considerado eleito, procedendo ao que dispõe o art. 29, inciso II.

Art. 25. Nos casos em que houver mais de um candidato para o cargo de Diretor, será considerado eleito aquele que atingir a maior pontuação geral a ser calculada conforme a apuração de votos nos segmentos da comunidade escolar, especificados no § 1º, incisos I, II e III do artigo anterior, com a aplicação das fórmulas especificadas nos parágrafos seguintes.

§ 1º Nas Unidades Escolares/CDIs que possuírem dois segmentos, a pontuação geral será obtida com a seguinte fórmula:

$$P = 0,6 \times N(S^1) + 0,4 \times N(S^2)$$

Sendo:

P – Pontuação Geral

N – Porcentagem dos votos obtidos pelo candidato em cada segmento da comunidade escolar (S<sup>1</sup> e S<sup>2</sup>)

§ 2º Nas Unidades Escolares que possuírem três segmentos, a pontuação geral será obtida com a seguinte fórmula:

$$P = 0,5 \times N(S^1) + 0,25 \times N(S^2) + 0,25 \times N(S^3)$$

Sendo:

P – Pontuação Geral

N – Porcentagem dos votos obtidos pelo candidato em cada segmento da comunidade escolar (S<sup>1</sup>, S<sup>2</sup> e S<sup>3</sup>)

§ 3º A Porcentagem dos votos obtidos pelo candidato em cada segmento da comunidade escolar (N) será obtida com a seguinte fórmula:

$$N = \frac{Nc}{Nt} \times 100$$

Sendo:

Nc – o nº de votos do candidato no segmento escolar (S<sup>1</sup>, S<sup>2</sup> ou S<sup>3</sup>)

Nt – o nº total de votos válidos do segmento (S<sup>1</sup>, S<sup>2</sup> ou S<sup>3</sup>)

#### Seção VII Da Vacância

Art. 26. A vacância da função do Diretor ocorrerá por encerramento do mandato, renúncia, aposentadoria, falecimento ou destituição.

Parágrafo único. O afastamento do Diretor (a) ou do (a) Diretor

(a) Adjunto, por período superior a um mês, excetuando-se os casos de licenças e afastamentos legais, implicará na vacância da função.

Art. 27. Ocorrendo a vacância da função, o substituto para complementar o mandato será indicado pelo Prefeito Municipal.

Art. 28. A destituição do Diretor (a) ou do (a) Diretor (a) Adjunto, somente poderá ocorrer, motivadamente por duas hipóteses:

I – Após processo administrativo, em que lhe tenham sido assegurados a ampla defesa e o contraditório, em fase de ocorrência de infração ou irregularidade funcional, previstas na Lei Municipal 1305/91, como sendo passíveis da imposição da pena de demissão.

II – Por descumprimento deste Decreto, no que diz respeito às suas atribuições.

§ 1º A Comunidade Escolar mediante decisão, fundamentada e documentada, pela maioria absoluta dos membros, e a Secretaria Municipal da Educação, mediante despacho fundamentado, poderão propor a instauração de processo administrativo para os fins previstos neste artigo.

§ 2º Após deliberação, em assembléia geral da comunidade escolar, convocada pela Secretaria da Educação para esta finalidade específica, a partir de requerimento encaminhado à mesma, com as assinaturas de pelo menos a maioria absoluta dos membros de cada segmento da comunidade escolar.

§ 3º Havendo a destituição do Diretor, por qualquer dos motivos acima elencados, o seu substituto será nomeado pelo Prefeito Municipal.

#### Seção VIII Dos Recursos

Art. 29. Qualquer membro da comunidade escolar poderá devidamente fundamentado, requerer a impugnação, relativa ao processo eleitoral, no prazo de 24 horas, após as ocorrências, junto à:

- I – Comissão Eleitoral Escolar em primeira instância;
- II – Comissão Municipal em segunda instância;

Parágrafo único. Cada instância terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da divulgação oficial para emitir parecer.

#### Seção IX Disposições Gerais e Transitórias

Art. 30. Caberá ao Prefeito Municipal indicar o Diretor quando:

I – a Escola de Educação Básica e CDIs da Rede Municipal não realizarem o processo eleitoral, em virtude de não haver inscrição de candidatos;

II – quando houver a inscrição de um ou mais candidatos, e nenhum deles atingir o mínimo dos votos necessários em todos os segmentos da Comunidade Escolar específica para a sua situação.

Parágrafo único. O Diretor indicado deverá ser integrante da Rede Municipal de Ensino.

Art. 31. A Secretaria Municipal de Educação nomeará os eleitos por meio de Decreto, no ano subsequente ao das eleições.

Art. 32. As datas relativas ao presente Processo Eleitoral serão fixadas por ato do presidente da Comissão Eleitoral Escolar, nas Escolas e CDIs.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, 26 de setembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

#### ANEXO I

Numero de alunos	Diretor	Diretor Adjunto
Até 400	01(um)	-----
Acima de 401	01(um)	01 (um)

#### ANEXO II

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

##### 1. DADOS PESSOAIS

NOME:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
TELEFONE:
DATA NASCIMENTO:
CPF:
Nº DE FILHOS/IDADE:

##### FORMAÇÃO:

##### 2.1 ENSINO SUPERIOR

CURSO:
INSTITUIÇÃO:
ANO DE CONCLUSÃO:

##### 2.2 PÓS –GRADUAÇÃO:

ESPECIALIZAÇÃO: ( ) COMPLETA INCOMPLETA ( )
CURSO:
INSTITUIÇÃO:
ANO DE CONCLUSÃO:

MESTRADO: ( ) COMPLETO ( ) INCOMPLETO
CURSO:
INSTITUIÇÃO:
ANO DE CONCLUSÃO

OBS: para efeitos de declaração valem os dados informados no ato de inscrição.

Afirmo que os dados por mim declarados são verdadeiros.

Gaspar, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato

#### ELEIÇÃO DE DIRETORES 2013

#### PROTOCOLO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS:

- ( ) Ficha de inscrição fornecida pela secretaria Municipal de Educação de Gaspar;
- ( ) Diploma de Conclusão do Curso superior (cópia autenticada pela SEMED);
- ( ) Diploma de Conclusão de Pós- Graduação (cópia autenticada

pela SEMED);  
 ( ) Certificado de cursos realizados (cópia autenticada pela SEMED);  
 ( ) Comprovante de tempo de serviço prestado na Rede Municipal de Ensino de Gaspar;  
 ( ) Comprovante de não ter sido condenado em processo administrativo disciplinar;  
 ( ) Comprovante de participação no Curso de Formação para Futuros candidatos a Direção de escolas e CDIs;  
 ( ) Negativa de antecedentes criminais expedida pelo Fórum da Comarca de Gaspar;  
 ( ) Declaração de não estar investido em outro cargo, em razão de Readaptação;  
 ( ) Comprovante de efetivo exercício na Unidade Escolar/CDI pleiteada, de no mínimo um ano letivo, nos últimos 3 anos.

Gaspar, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura da Comissão

### Decreto N° 5.627, de 27 de Setembro de 2013.

DECRETO N° 5.627, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, A SERVIDORA ZULMA TERESA DESCHAMPS TRIDAPALLI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o cargo de Conselheira Tutelar, a servidora ZULMA TERESA DESCHAMPS TRIDAPALLI, em substituição a servidora Silvania Janoelo dos Santos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Governador Celso Ramos**

**PREFEITURA**

### Decreto N° 97/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013.

DECRETO N° 97/2013

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe conferem os artigos 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

Gabinete do Prefeito

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
04.122.0005.2.2.015	Funcionamento e Manutenção do Gabinete	
<b>REDUÇÃO</b>	5.200,00	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	5.200,00
4.4..90.00	Aplicações Diretas	5.200,00
0.1.00.000000		
<b>SUPLEMENTAÇÃO</b>		
04.123.0007.2.2.021	Funcionamento e Manutenção do Gabinete	5.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.200,00
3.3.20.00	Transferência da União	5.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 24 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### Decreto N°098/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013.

DECRETO N°098/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere os artigos 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
12.361.0014.2.042	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil	
<b>REDUÇÃO</b>	20.000,00	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000		
<b>SUPLEMENTAÇÃO</b>		
12.361.0014.2.042	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil	20.000,00
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 24 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### Decreto N°099/2013 - Denomina Gestor Para o Fundo Municipal de Assistência Social e Dá Outras Providências.

DECRETO N°099/2013

Denomina gestor para o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.



JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com os artigos 130 a 133, da Lei Orgânica Municipal, que versam sobre a política municipal de Desenvolvimento Social.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado gestor para o Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com o preceito do art. 3º da Lei Municipal 348/96;

Art. 2º - O gestor municipal para o Fundo Municipal de Assistência Social para o município de Governador Celso Ramos é o senhor Secretário da Saúde Josué Ocker da Silva, matrícula 524/2013;

Art. 3º - Fica o gestor para o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a criar e movimentar conta corrente denominada "SST/FEAS/PM DE GOVERNADOR CELSO RAMOS" do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ 18.369.800/0001-40.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 26 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### Lei Complementar N° 312/2013.

LEI COMPLEMENTAR N° 312/2013

"ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE A PLANTA DE VALORES DO IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Herval D'Oeste(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica revogado o inciso IV do art. 11 da Lei Municipal n. 680/77.

Art. 2º Os Anexos I e II da Planta de Valores de Imóveis Urbanos para fins de cobrança de IPTU passa a ter a seguinte redação:

#### ANEXO I ÍNDICE DE DEPRECIACÃO

Classificação de valores de acordo com o zoneamento do Plano Diretor de Organização Físico Territorial Urbano:

ZMC - Zona Mista Central  
ZMD - Zona Mista Diversificada  
ZRA - Zona Residencial da Alta Densidade  
ZRM - Zona Residencial de Baixa Densidade  
ZRB - Zona Industrial Predominante  
ZIP - Zona Industrial Fechada  
ZUE - Zona de Usos Especiais  
ZLP - Zona de Preservação Limitada  
ZPP - Zona de Preservação Permanente  
ZAP - Zona Agropecuária Predominante

ZONA - CLASSIFICAÇÃO.....VALOR/m2

ZMC

01.....R\$ 126,00

#### ZMD

01.....R\$ 126,00

02.....R\$ 122,00

03.....R\$ 119,00

#### ZRA

01.....R\$ 126,00

02.....R\$ 122,00

#### ZRB

01.....R\$ 112,00

02.....R\$ 133,00

03.....R\$ 77,00

#### ZRM

01.....R\$ 126,00

02.....R\$ 122,00

#### ZIP

01.....R\$ 29,00

#### ZIF

01.....R\$ 84,00

02.....R\$ 63,00

#### ZUE

01.....R\$ 42,00

#### ZLP

01.....R\$ 77,00

02.....R\$ 59,00

03.....R\$ 50,00

#### ZPP

01.....R\$ 0,00

#### ZAP

01.....R\$ 29,00

02.....R\$ 17,00

Classificação do terreno de acordo com a situação, topografia e metragem:

Situação.....Pontos

Esquina.....1,00

Meio quadra.....0,90

Encravado.....0,50

Topografia.....Pontos

Até 30%.....1,00

30 a 40 %.....0,60

Acima de 45 %.....0,20

Metragem.....Pontos

Até 1.000,00m2.....1,00

De 1.001,00m2 à 2.000,00m2.....0,90

De 2.000,00m2 à 5.000,00m2.....0,80

De 5.000,00m2 à 10.000,00m2.....0,65

De 10.000,00m2 à 30.000,00m2.....0,50

Índices para cálculo das construções conforme valores abaixo:

#### BENFEITORIAS:

Qualificação:.....Pontos

Novo:.....1,0

Bom:.....0,8

Regular:.....0,6

Ruim:.....0,4



Função:.....Pontos  
 Casa:.....1,00  
 Em construção.....0,60  
 Apartamento:.....1,00  
 Sala Comercial:.....0,50  
 Garagem:.....0,50  
 Galpão:.....0,40  
 Silo:.....0,20  
 Telheiro:.....0,20  
 Edícula:.....0,40  
 Especial:.....0,10

Valores estabelecidos por m<sup>2</sup> (metro quadrado) de construção  
 Tipo.....Valor  
 Alvenaria.....R\$ 378,00  
 Madeira.....R\$ 175,00  
 Metálica.....R\$ 235,00  
 Concreto.....R\$ 252,00

## ANEXO II FÓRMULA PARA CÁLCULO DO (ITU) IMPOSTO TERRITORIAL URBANO

### A - TERRENO BALDIO:

Área do terreno x valor da zona (m<sup>2</sup>) x situação x topografia x metragem = V. Venal  
 Valor Venal x alíquota = Valor do imposto

### B - TERRENO COM EDIFICAÇÃO:

Área do terreno x valor da Zona (m<sup>2</sup>) x situação x topografia x metragem = V. Venal  
 Valor venal x alíquota = valor do imposto

## FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO (IPU) IMPOSTO PREDIAL URBANO

Área construída x valor do m<sup>2</sup> de edificação x função x qualificação = valor venal x alíquota = Valor do imposto

Art. 3º. O art. 14 da Lei 680/77 passa a ter a seguinte redação:  
 Art. 14 - O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado mediante a aplicação sobre o valor venal dos imóveis, das seguintes alíquotas:

I - para terreno não edificado alíquota de 0,80 % (zero vírgula oitenta por cento) para fato gerador ocorrido em 2014; 0,90% (zero vírgula noventa por cento) para fatos geradores ocorridos a partir de 2015 e 1,00% (um por cento) para fatos geradores ocorridos a partir de 2016;

II - para terreno edificado alíquota de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) para fato gerador ocorrido em 2014; 0,60% (zero vírgula sessenta por cento) para fatos geradores ocorridos a partir de 2015 e 0,70% (zero vírgula setenta por cento) para fatos geradores ocorridos a partir de 2016;

III - para edificações alíquota de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) para fato gerador ocorrido em 2014; 0,60% (zero vírgula sessenta por cento) para fatos geradores ocorridos a partir de 2015 e 0,70% (zero vírgula setenta por cento) para fatos geradores ocorridos a partir de 2016.

Parágrafo Único - O terreno que se limita com mais de um logradouro será considerado como situado naquele em que a testada apresentar maior valor.

Art. 4º. Fica revogada a alínea "f" do art. 26 da Lei 680/77.

Art. 5º. Fica revogada a Lei Complementar n. 69/95.

Art. 6º. Fica extinta a Taxa de Limpeza Pública prevista nos artigos

63 à 67 da Lei 680/77.

Art. 7º. Fica extinta a Taxa de Conservação de Calçamento prevista nos artigos 68 à 72 da Lei 680/77.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

HERVAL D' OESTE(SC), 27 de setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

## Portaria N° 689/2013

PORTARIA N° 689/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 581/2013, da Servidora MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ (Matr. 3695), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", anexo XI da LC Nº 286/2011, 40 horas semanais, Educação Infantil, sendo que a contar de 02 de setembro de 2013, passou a substituir a servidora MARIA RAQUEL BARBOSA, a qual se encontra afastada em gozo de Licença Prêmio, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, aprovada e classificada em 113º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

## Portaria N° 690/2013

PORTARIA N° 690/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 689/2013, da Servidora MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ (Matr. 3695), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", anexo XI da LC Nº 286/2011, 40 horas semanais, Educação Infantil, sendo que a contar de 16 de setembro de 2013, passou a substituir a servidora LUZINETE DE OLIVEIRA, a qual se encontra afastada em gozo de Licença Prêmio, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, aprovada e classificada em 113º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 691/2013**

PORTARIA N° 691/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 27 de Setembro de 2013, da servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (Matr. 69), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível - 10/2, Referência "G", 20 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar N° 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Setembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Ibiam****PREFEITURA****Decreto N° 2539/2013**

DECRETO N° 2539/2013

"APROVA REGULAMENTO DO PROGRAMA - NOTA PREMIADA VOCÊ É QUEM GANHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a implementação do Programa Nota Premiada Você é Quem Ganha, criado pela Lei N° 219 de 18 de Dezembro de 2002;

Amparado no artigo 88, incisos VII - XIII, da Lei Orgânica.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Programa Nota Premiada Você é Quem Ganha, na forma da minuta anexa a este Decreto, que passará a integra-lo independente de transcrição.

Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 26 DE SETEMBRO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Contrato N° 030/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

P. L. N° 045/2013 - Pregão Presencial n° 035/2013

Extrato de Contrato n° 030/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - GRAFICA AMERICA LTDA

CNPJ: 82.827.627/0001-85

OBJETO - Aquisição de Mobiliário para a Creche Municipal.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$: 535,90 (Quinhentos e trinta e cinco reais e noventa centavos)

DATA ASSINATURA - 12/09/2013

**Contrato N° 031/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

P. L. N° 045/2013 - Pregão Presencial n° 035/2013

Extrato de Contrato n° 031/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

CNPJ: 85.248.680/0001-10

OBJETO - Aquisição de Mobiliário para a Creche Municipal.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$: 1.738,00 (Um mil, setecentos e trinta e oito reais)

DATA ASSINATURA - 12/09/2013

**Contrato N° 032/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

P. L. N° 045/2013 - Pregão Presencial n° 035/2013

Extrato de Contrato n° 032/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - TARCIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 04.956.052/0001-97

OBJETO - Aquisição de Mobiliário para a Creche Municipal.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$: 743,00 (Setecentos e quarenta e três reais)

DATA ASSINATURA - 12/09/2013

**Contrato N° 033/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

P. L. N° 045/2013 - Pregão Presencial n° 035/2013

Extrato de Contrato n° 033/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - ANDRÉIA LORENZI ME,



CNPJ: 17.189.700/0001-79

OBJETO - Aquisição de Mobiliário para a Creche Municipal.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$: 20.707,00(Vinte mil e setecentos e sete reais)  
DATA ASSINATURA - 12/09/2013

#### **Contrato N° 034/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 045/2013 - Pregão Presencial n° 035/2013

Extrato de Contrato n° 034/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
CONTRATADO - GESUL COMERCIAL LTDA  
CNPJ: 14.711.959/0001-40

OBJETO - Aquisição de Mobiliário para a Creche Municipal.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$: 3.440,00(Três mil, quatrocentos e quarenta reais)  
DATA ASSINATURA - 12/09/2013

#### **Contrato N° 035/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 045/2013 - Pregão Presencial n° 035/2013

Extrato de Contrato n° 035/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
CONTRATADO - VIOLA CENTER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME  
CNPJ: 15.593.052/0001-96

OBJETO - Aquisição de Mobiliário para a Creche Municipal.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$: 18.922,00(Dezoito mil, novecentos e vinte e dois reais)  
DATA ASSINATURA - 12/09/2013

#### **Contrato N° 036/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 045/2013 - Pregão Presencial n° 035/2013

Extrato de Contrato n° 036/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
CONTRATADO - VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE LTDA ME  
CNPJ: 14.682.896/0001-40

OBJETO - Aquisição de Mobiliário para a Creche Municipal.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$: 5.071,20(Cinco mil, setenta e um reais e vinte centavos)  
DATA ASSINATURA - 12/09/2013

#### **Extrato Ata N° 015/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 039/2013 - PREGÃO PRESENCIAL n° 031/2013 - SRP N° 012/2013

Extrato de ATA de SRP n° 015/2013

Município - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
Fornecedor - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA  
CNPJ: 82.989.096/0001-27

OBJETO - Possíveis aquisições futuras com pedidos parcelados de recapagens, recauchutagens, vulcanizações e consertos de pneus das Sec.de Obras, Educação e Agricultura, pelo período de doze meses.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$: 41.866,00(Quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais).  
DATA ASSINATURA - 12/08/2013.

#### **Extrato Contrato N° 010/2013**

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 044/2013 - PREGÃO n° 034/2013

Extrato do CONTRATO n° 010/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam-Fundo Municipal de Saúde  
CNPJ: 11.250.761/0001-18  
CONTRATADO - CLÍNICA MÉDICA HENNING LTDA  
CNPJ: 07.182.078/0001-13

OBJETO - Prestação de serviços de Médico Psiquiatra para atendimento na Unidade Básica de Saúde durante o ano de 2013.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$: 5.500,00(Cinco mil e quinhentos reais).  
DATA ASSINATURA - 01/08/2013.

#### **TA 01/2013 ao Contrato 034/2009**

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 030/2009 - Tomada de Preço n° 003/2009

Extrato de Termo Aditivo n° 001/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
CONTRATADO - RIO BRANCO CORRETORA DE SEGUROS LTDA  
CNPJ: 00.066.446/0001-19

OBJETO - Prorroga a vigência da apólice de seguro, do processo acima descrito para o período 2013/2014, entrando em vigor em 21/06/2013 e termino da vigência em 21/06/2014.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO:R\$: 11.002,81(Onze mil, dois reais e oitenta e um centavos).  
DATA ASSINATURA - 21/06/2013.

**TA 01/2013 Seguro**

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. Nº 030/2009 - Tomada de Preço nº 003/2009

Extrato de Termo Aditivo nº 001/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
CONTRATADO - RIO BRANCO CORRETORA DE SEGUROS LTDA  
CNPJ: 00.066.446/0001-19

OBJETO - Prorroga a vigência da apólice de seguro, do processo acima descrito para o período 2013/2014, entrando em vigor em 21/06/2013 e termino da vigência em 21/06/2014.

VALOR TOTAL DO ADITIVO:R\$: 11.002,81(Onze mil, dois reais e oitenta e um centavos).

DATA ASSINATURA - 21/06/2013.

**Regulamento Decreto Nº 2539/2013**

REGULAMENTO DO PROGRAMA "NOTA PREMIADA - VOCÊ É QUEM GANHA"

**CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA**

Art. 1º. A execução do PROGRAMA NOTA PREMIADA - VOCÊ É QUEM GANHA, instituído pela Lei nº 219, de 18 de Dezembro de 2002, será desenvolvida segundo normas deste regulamento e demais instruções que se fizerem necessárias.

Art. 2º. A Coordenação Geral do Programa, será exercida pela Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal, competindo-lhe organizar e determinar a execução das tarefas inerentes.

Art. 3º. O PROGRAMA NOTA PREMIADA - VOCÊ É QUEM GANHA, tem por objetivo o aumento da arrecadação municipal, através do estímulo a emissão de notas fiscais, pagamento de tributos e conscientização da população sobre os fins sociais da tributação.

Art. 4º. As ações para atingir os objetivos mencionados no artigo anterior consistirão na apresentação:

I - da 1ª via ou via original ou cupom fiscal de compra de mercadorias no comércio local e nota fiscal de pagamento de prestação de serviço;

II - da via amarela da nota fiscal de venda de produtor rural, acompanhada da contra nota de compra;

III - do carnê do IPTU correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento;

IV - do carnê de Contribuição de Melhoria correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento;

V - do comprovante de pagamento do IPVA;

VI - Comprovante de pagamentos de serviços prestados pelo Município: ISS, Alvarás, ISTR, ITBI, horas máquinas, correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento.

Art. 5º. Serão desenvolvidas ações, através dos meios de comunicação, publicação de cartazes e folders, objetivando a participação e conscientização da população para que façam a apresentação dos documentos previstos no artigo anterior.

Art. 6º. A participação no programa é voluntária e facultativa às pessoas físicas, jurídicas, entidades, associações, que apresentarem os documentos fiscais mencionados no artigo 4º.

**CAPÍTULO II - DA APRESENTAÇÃO E VALIDADE DOS DOCUMENTOS FISCAIS**

Art. 7º. Caberá a Comissão Coordenadora do Programa realizar a verificação dos documentos fiscais para entrega dos cupons de premiação na forma deste regulamento.

Parágrafo único. A documentação fiscal para verificação da validade, e consequente recebimento dos cupons de premiação, poderão ser apresentados e retirados, junto ao posto instalado na Secretaria Municipal de Agricultura.

**CAPÍTULO III - DOS CUPONS DE PREMIAÇÃO**

Art. 8º. Os cupons de premiação, serão entregues aos participantes do Programa, apresentando os documentos fiscais previstos no art. 4º, ensejando o direito:

I - para notas ou cupons fiscais de compra de mercadorias no comércio local e nota fiscal de pagamento de prestação de serviço, a cada R\$ 100,00 (cem reais), um cupom branco;

II - Para nota fiscal de venda de produtor rural, acompanhada da contra nota de compra, a cada R\$ 1.000,00 (hum mil reais), um cupom verde;

III - A cada R\$100,00 (cem reais) de comprovantes apresentados e relativo a pagamentos mencionados no art. 4º, itens III, IV, V e VI, um cupom branco.

§ 1º. Os documentos apresentados para troca por cupons prevista neste artigo, serão carimbados e devolvidos.

§ 2º. Os participantes do Programa poderão acumular os documentos fiscais até perfazer, no mínimo, os valores que darão direito a um cupom de premiação, desconsiderando-se as frações e sobras encontradas.

§ 3º. Os documentos fiscais apresentados para a troca por cupons, terão sua validade vinculada ao período da realização do sorteio, previsto no art. 9º.

**CAPÍTULO IV - DO SORTEIO E PRÊMIOS**

Art. 9º. O sorteio será realizado na semana das comemorações do aniversário de criação do Município, em data a ser definida posteriormente ou a constante nos cartazes de divulgação do Programa.

Art. 10. Os prêmios a serem entregues serão os constantes nos cartazes de divulgação do Programa.

Art. 11. O sorteio dos cupons a serem premiados, será realizado em local de livre acesso ao público em dia e horário a ser divulgado nos cartazes de promoção do Programa.

Art. 12. O sorteio será devidamente fiscalizado pela Comissão Coordenadora do Programa, e, se dará pelo lançamento para alto de cupons, e uma pessoa escolhida aleatoriamente dentre o público presente, apanhará ainda no ar um cupom somente, e tal cupom sorteado será entregue a Comissão do Programa, que verificará sua autenticidade, e, em seguida será divulgado ao público presente o nome do respectivo ganhador do prêmio.

Parágrafo único. A premiação será efetuada, iniciando-se a apuração pelo 10º até o 1º prêmio.

Art. 13. A divulgação do resultado dos sorteios, também será efetuada através dos meios de comunicação, rádio, jornal, site oficial do Município.

Art. 14. Os prêmios deverão ser reclamados até 90 (noventa) dias a contar da data do sorteio, perdendo o direito aos mesmos depois desta data.

Art. 15. Cada participante fará jus a apenas um prêmio.

Art. 16. Após o sorteio os cupons que não foram premiados serão incinerados.

#### CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Programa.

Art. 18. A Comissão Coordenadora do Programa, poderá recusar notas fiscais e cupons fiscais de empresas estabelecidas no Município, e que não estão em condições de regularidade fiscal.

Art. 19. Este regulamento entra em vigor na data da aprovação, decretada pelo Prefeito Municipal.

Ibiam, 26 de Setembro de 2013.

#### Extrato Ata N° 015/2013

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 039/2013 - PREGÃO PRESENCIAL n° 031/2013 - SRP N° 012/2013

Extrato de ATA de SRP n° 015/2013

Município - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
Fornecedor - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA  
CNPJ: 82.989.096/0001-27

OBJETO - Possíveis aquisições futuras com pedidos parcelados de recapagens, recauchutagens, vulcanizações e consertos de pneus das Sec.de Obras, Educação e Agricultura, pelo período de doze meses.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$: 41.866,00(Quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais).

DATA ASSINATURA - 12/08/2013.

#### Extrato Ata N° 016/2013

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 039/2013 - PREGÃO PRESENCIAL n° 031/2013 - SRP N° 012/2013

Extrato de ATA de SRP n° 016/2013

Município - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
Fornecedor - F. VACHILESKI E CIA LTDA  
CNPJ: 93.388.031/0001-42

OBJETO - Possíveis aquisições futuras com pedidos parcelados de recapagens, recauchutagens, vulcanizações e consertos de pneus das Sec.de Obras, Educação e Agricultura, pelo período de doze meses.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$: 45.450,00(Quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

DATA ASSINATURA - 12/08/2013.

#### Extrato Ata SRP N° 014/2013

Prefeitura Municipal de Ibiam  
Estado de Santa Catarina

P. L. N° 039/2013 - PREGÃO PRESENCIAL n° 031/2013 - SRP N° 012/2013

Extrato de ATA de SRP n° 014/2013

Município - Prefeitura Municipal de Ibiam  
CNPJ: 01.612.745/0001-74  
Fornecedor - FM PNEUS LTDA  
CNPJ: 81.374.845/0004-91

OBJETO - Possíveis aquisições futuras com pedidos parcelados de recapagens, recauchutagens, vulcanizações e consertos de pneus das Sec.de Obras, Educação e Agricultura, pelo período de doze meses.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$: 59.232,00(Cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais).

DATA ASSINATURA - 12/08/2013.

**Imbituba**

**PREFEITURA**

#### Edital SEAGP N° 088/2013

EDITAL SEAGP N° 088/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2012, divulgado através do Edital n° 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado n° 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, n° 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de Setembro a 26 de Outubro de 2013, no horário das 14h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 27 de setembro de 2013.

ANA PAULA BARCELOS

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 088/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

MARCIA REGINA ESPINDULA

Iomerê

PREFEITURA

### Lei 747/2013

LEI Nº 747 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do município, para o exercício 2014, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2014, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais;

VII - das disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - das disposições gerais.

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício

financeiro de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

### CAPÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº 001, de 20 de Junho de 2011, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 001, de 20 de Junho de 2011 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);

Art. 6º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2010 a 2012, fixada para 2013 e projetada para 2014 a 2016;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2012 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2014 a 2016;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2010 a 2012;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2014;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2010 a 2012, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2014 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2014, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo

de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2014 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2014.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2014, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2013, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações insuficientes.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2014, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta)

dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2014, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2014, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2014, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da

lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 1º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

§ 2º - Respeitados os limites fixados na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, poderá o Poder Executivo Municipal disponibilizar servidores públicos efetivos ao Poder Judiciário, desde que seja comprovado o interesse público pelo requisitante.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante



dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2013, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 31 de Outubro de 2013, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2013, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 27 de setembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### Lei 748/2013

LEI Nº. 748, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito especial alterando a lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 15.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2046 Programa Atividade Leiteira  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 27 de setembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### Lei 749/2013

LEI Nº. 749, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 27.700,00 (vinte e sete mil setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 8.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2048 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 4.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2059 Manutenção da Malha Rodoviária  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 15.700,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2046 Programa Atividade Leiteira  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 7.700,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2054 Programa de Incentivos Industriais  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 27 de setembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 1452/2013**

DECRETO Nº. 1452 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.  
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições

legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
04.01 Secretaria de Educação  
2021 Aplicação do FUNDEB  
31900000 Aplicações Diretas  
118.00 Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof. do Magistério - Educação Básica)  
R\$ 82.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
04.01 Secretaria de Educação  
2022 Aplicação do Salário Educação  
33900000 Aplicações Diretas  
158.00 Salário Educação  
R\$ 5.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 26 de setembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 1453/2013**

DECRETO Nº. 1453 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.  
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
07.01 Fundo Municipal de Saúde  
2061 Manutenção do Fundo de Saúde  
31900000 Aplicações Diretas  
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde  
R\$ 18.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
07.01 Fundo Municipal de Saúde  
2061 Manutenção do Fundo de Saúde  
31900000 Aplicações Diretas  
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde  
R\$ 45.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
 07.01 Fundo Municipal de Saúde  
 2061 Manutenção do Fundo de Saúde  
 33900000 Aplicações Diretas  
 364.08 Atenção Básica - Piso de Atenção Básica PAB  
 R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente, do Superávit financeiro de 2012 e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
 07.01 Fundo Municipal de Saúde  
 2061 Manutenção do Fundo de Saúde  
 44900000 Aplicações Diretas  
 102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde  
 R\$ 18.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
 Iomerê, 26 de setembro de 2013.  
 LUCIANO PAGANINI  
 Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
 Secretário de Administração e Finanças

#### **Decreto 1454/2013**

DECRETO Nº. 1454 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.  
 Abre crédito especial alterando a lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 748/2013 de 27 de setembro de 2013.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
 33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos  
 100.00 Recursos Ordinários  
 R\$ 15.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 2046 Programa Atividade Leiteira  
 33900000 Aplicações Diretas  
 100.00 Recursos Ordinários  
 R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
 Iomerê, 27 de setembro de 2013.  
 LUCIANO PAGANINI  
 Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
 Secretário de Administração e Finanças

#### **Decreto 1455/2013**

DECRETO Nº. 1455 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.  
 Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 749/2013 de 27 de setembro de 2013.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 27.700,00 (vinte e sete mil setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
 33900000 Aplicações Diretas  
 100.00 Recursos Ordinários  
 R\$ 8.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 2048 Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 33900000 Aplicações Diretas  
 100.00 Recursos Ordinários  
 R\$ 4.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 2059 Manutenção da Malha Rodoviária  
 33900000 Aplicações Diretas  
 100.00 Recursos Ordinários  
 R\$ 15.700,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
 2046 Programa Atividade Leiteira  
 33900000 Aplicações Diretas  
 100.00 Recursos Ordinários  
 R\$ 7.700,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 2054 Programa de Incentivos Industriais  
 33900000 Aplicações Diretas  
 100.00 Recursos Ordinários  
 R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 27 de setembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Portaria 2241/2013**

PORTARIA Nº 2241 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Nomeia Conselho Municipal de alimentação Escolar para o Quadriênio 2013/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear o Conselho Municipal de alimentação Escolar para o Quadriênio 2013/2017 constituída pelos seguintes integrantes:

#### **I - Do Poder Executivo :**

Titular I : Elizete Barrichelo Baldo  
Suplente I: Loreni Marta Zardo

#### **II - Das Entidades Docentes, Discentes ou Trabalhadores na Área da Educação:**

Titular I : Marinez Zanetti Zago  
Suplente I: Veridiana Zanetti  
Titular II : Simone Valmorbida Cendron  
Suplente II: Ana Maria Epeling Turmina

#### **III - Das Entidades Cívis Organizadas:**

Titular I : Isabela Rech Biscaro  
Suplente I: Iolete Maria Borga Mugnol  
Titular II : Monica Gemelli Balbinot  
Suplente II: Diana Nava Peretti

#### **IV - Dos Pais e Alunos (APP):**

Titular I : Leonilde Ferronato Faccin  
Suplente I : Deisi Cantú Paganini  
Titular II : Alaor Lidani  
Suplente II: Neusa de Moraes Lidani

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito

Iomere, 27 de setembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretario de Administração e Finanças

#### **Portaria 2242/2013**

PORTARIA Nº 2242 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições

legais:

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor JOSELITO LUIZ MUNARO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2012 a 03/01/2013 a contar de 01/10/2013 a 30/10/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 30 de setembro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

## **Irineópolis**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto N.º 2481/2013.**

DECRETO N.º 2481/2013.

“FIXA NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PARA ATENDIMENTO EXTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparada no que dispõe o inciso VI, do artigo 85, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001;

#### **DECRETA:**

Art 1º - Fica fixado novo horário de funcionamento na Prefeitura Municipal de Irineópolis, para atendimento externo, na forma estabelecida no parágrafo único do presente artigo;

Parágrafo Único - A partir da data de 01/10/2013, o novo horário para atendimento ao público será das 08h30m às 11h30m e das 13h00 às 15h00m, de segunda a sexta-feira.

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 27 de Setembro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **Portaria N.º 319/2013.**

PORTARIA N.º 319/2013.

“DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELO SETOR DE CONTABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

DESIGNAR, LUCIO FLÁVIO LIMA, servidor público Municipal efetivo, em exercício do Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Contabilidade, inscrito no CRC/SC nº 033719/0-2, para



responder sem ônus para o Município, pelo Setor de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 27 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N.º 313/2013**

PORTARIA N.º 313/2013.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições do art. 7º, § 5º da Lei nº 1315/2007 de 27/07/2007,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - SUBSTITUIR a pedido devidamente justificado, na Comissão de Processo Administrativo nº 006/2013, instituída pela Portaria nº 275/2013, a servidora CÍCERA ANGÉLICA DE SOUZA COSTA, código 797, designando para fazer parte da composição da referida Comissão, a servidora PATRICIA HERBST CRESTANI, código nº 1358, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Consultório Dentário, do Quadro de Emprego Público da Administração Direta do Município, com a incumbência de apurar as disposições contidas na Lei nº 1315/2007 de 27/09/2007, combinado com o disposto na LC nº 01/97 de 30/12/1997, com relação a insuficiência de desempenho da servidora PATRICIA CAROLINA TEODOROVECZ FERREIRA, código 1799 ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem vinculada a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N.º 314/2013.**

PORTARIA N.º 314/2013.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, a contar de 15/09/2013, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, Nº 007/2013, instaurado através da Portaria nº 283/2013, de 15/08/2013.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15/09/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 23 de setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N.º 316/2013.**

PORTARIA N.º 316/2013.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - SUBSTITUIR a pedido devidamente justificado, na Comissão de Processo Administrativo nº 006/2013, instituída pela Portaria nº 275/2013, a servidora do Quadro Efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus, CRISTIANE KRÜGER, código 087, nomeando para fazer parte da composição da referida Comissão e designando para as funções de Presidente o servidor RÔMULO ANTONIO AZAMBUJA, código nº 1034, ocupante do cargo efetivo de Agente de Combate a Dengue, do Quadro de Emprego Público da Administração Direta do Município, com a incumbência de apurar as disposições contidas na Lei nº 1315/2007 de 27/09/2007, combinado com o disposto na LC nº 01/97 de 30/12/1997, com relação a insuficiência de desempenho da servidora PATRICIA CAROLINA TEODOROVECZ FERREIRA, código 1799 ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem vinculada a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N.º 317/2013.**

PORTARIA N.º 317/2013.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art 1º - DELEGAR a RENATO FELIPE LENARTOWICZ, servidor em exercício das atividades temporárias de Professor de Educação Física, portador da CNH Registro nº 04672792972, categoria AB, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Municipalidade, quando no desempenho de atividades inerentes as suas funções.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 27 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Portaria N.º 318/2013.**

PORTARIA N.º 318/2013.

NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada LEI,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, LUCIO FLÁVIO LIMA, nascido em 15/06/1978, portador do CPF n.º 024.793.129-25, RG n.º 3.627.119, inscrito no CRC/SC sob o n.º SC n.º 033719/0-2, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, criado através da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/09/2013.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 27 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Extrato de Homologação 56/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

PROCESSO LICITATORIO N.º. 56/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 26/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: João Silvestre Jacobovski- ME, Lech & Cia Ltda- EPP.

Irineópolis, 24 de setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Extrato Processo Licitatorio 65/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2013

TOMADA DE PREÇOS N.º 13/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 18 de outubro de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com empreitada por preço unitário, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DO NÚCLEO EDUCACIONAL ADOLFO KONDER, COM ÁREA DE 164,65 M², COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no

Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 30 de setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 134/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N.º 134/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: João Silvestre Jacobovski- ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, para manutenção das Unidades Escolares da Rede de Ensino do Município na sede em diversas localidades do interior, no segundo semestre do exercício de 2013, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 8.157,70 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais, setenta centavos).

Vigência: 24/09/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 56/2013 - Pregão Presencial 26/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 135/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N.º 135/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Lech & Cia Ltda- EPP

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, para manutenção das Unidades Escolares da Rede de Ensino do Município na sede em diversas localidades do interior, no segundo semestre do exercício de 2013, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 12.001,28 (doze mil e um reais, vinte e oito centavos).

Vigência: 24/09/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 56/2013 - Pregão Presencial 26/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Ata Processo N.º 14/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO N.º. 14/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 09/2013 – Registro de Preços

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 14/2013, Pregão Presencial nº 09/2013, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Romulo Antonio Azambuja e Cícera Angelica de Souza Costa - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2013; Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Máxima Papelaria Eireli, Sr. Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa Papelaria São Bento Ltda., Sr. Luiz Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski ME, e Sr. Genuir



Kurek, representante da empresa Dial Departamentos Eireli Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Máxima Papelaria Eireli, Papelaria São Bento Ltda, Luis Kaminski ME, Dial Departamentos Eireli EPP e Muller Informática Ltda. ME, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas. A empresa Muller Informática Ltda. ME, encaminhou seus envelopes por motoboy.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 14/2013, Pregão Presencial nº 09/2013, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Romulo Antonio Azambuja e Cícera Angelica de Souza Costa - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2013; Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Máxima Papelaria Eireli, Sr. Charles Gilson Ritmann, representante da empresa Papelaria São Bento Ltda., Sr. Luiz Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski ME, e Sr. Genuir Kurek, representante da empresa Dial Departamentos Eireli Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Máxima Papelaria Eireli, Papelaria São Bento Ltda., Luis Kaminski ME, Dial Departamentos Eireli Ltda. e Muller Informática Ltda. ME, e foi constatado que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

**PAPELARIA SÃO BENTO LTDA**

Item	Quant	Unidade	Descrição	MARCA	Valor unitário	Valor total
09	20	Unidade	Bateria 3V	ALFACEL	4,99	99,80
16	50	Unidade	Caixa para arquivo morto em plástico	POLIBRAS	5,60	280,00
17	10	Unidade	Calculadora eletrônica média a pilha (não de bolso) 08 dígitos	KENKO	18,10	181,00
39	03	Unidade	Fichário em acrílico para fichas padronizadas 6X9	ACRIMET	79,28	237,84
41	70	Rolo	Fita adesiva larga transparente 48mmX50mt	POLO	3,90	273,00
42	80	Rolo	Fita crepe adesiva 18mmX50m	POLO	3,42	273,60
53	300	Resma	Papel sulfite A4 branco 210X297mm com 500 folhas	NOBILY	14,20	4.260,00
54	50	Pacote	Papel vergê cores variadas com 50 folhas	FILIPAPER	12,41	620,50
87	05	Unidade	Refil para impressora de calculadora eletrônica IR40T	PROCALC	15,98	79,90
89	02	Unidade	Suporte para fita adesiva grande	VALEU	15,15	30,30
90	10	Unidade	Tesoura grande em aço inox resistente	JOCAR	9,68	96,80
<b>TOTAL</b>						<b>6.432,74</b>

**LUIS KAMISNKI – ME**

Item	Quant	Unidade	Descrição	MARCA	Valor unitário	Valor total
24	10	Unidade	Cartucho de tinta colorida HP 122 original	HP	51,92	519,20
25	10	Unidade	Cartucho de tinta colorida HP 22 original	HP	74,89	748,90
26	10	Unidade	Cartucho de tinta colorida HP 57 original	HP	87,97	879,70
27	10	Unidade	Cartucho de tinta colorida HP 60 original	HP	69,95	699,50
28	10	Unidade	Cartucho de tinta colorida HP 662 original	HP	33,94	339,40
29	10	Unidade	Cartucho de tinta preta HP 122 original	HP	41,94	419,40
30	10	Unidade	Cartucho de tinta preta HP 21 original	HP	48,92	489,20
31	10	Unidade	Cartucho de tinta preta HP 56 original	HP	51,94	519,40
32	10	Unidade	Cartucho de tinta preta HP 60	HP	55,69	556,90
33	10	Unidade	Cartucho de tinta preta HP 662 original	HP	33,89	338,90
<b>TOTAL</b>						<b>5.510,50</b>

**MAXIMA PAPELARIA EIRELI**

Item	Quant	Unidade	Descrição	MARCA	Valor unitário	Valor total
03	05	Caixa	Alfinete de cabeça colorido para mapas com 50 unidades	LYKE	4,28	21,40
07	50	Pacote	Balão pacote com 50 unidades	HAPPYDAY	6,47	323,50
12	05	Unidade	Caderno espiral capa dura 48 fls	CREDEAL	3,63	18,15
13	05	Unidade	Caderno espiral grande capa dura 96 fls	MEGALIFE	6,90	34,50
19	20	Unidade	Caneta marca texto	LYKE	1,55	31,00
22	02	Estojo	Canetinha com 12 unidades	LEONORA	6,21	12,42
23	50	Unidade	Cartolina colorida tamanho mínimo 65X50cm	ALL FORM	0,52	26,00
34	02	Caixa	Clips nº 1/0 500 gr	RG	9,18	18,36
35	02	Caixa	Clips nº 2/0 500 gr	RG	9,18	18,36
36	02	Caixa	Clips nº 3/0 500 gr	RG	9,18	18,36
45	10	Caixa	Grampo galvanizado 26/6 com 5000 un	JOCAR	4,90	49,00
46	10	Caixa	Grampo trilho de metal com 50 jogos	LYKE	10,92	109,20
50	10	Unidade	Molha dedos 12 g	RADEX	4,61	46,10
55	100	Unidade	Pasta AZ	MARCARI	8,47	847,00
59	100	Unidade	Pasta plástica 40mm cores variadas	POLIBRAS	4,02	402,00
61	200	Unidade	Pasta suspensa em papelão resistente, para arquivo, com grampo	FRAMA	1,49	298,00
64	50	Unidade	Pilha alcalina AA	ELGIN	2,14	107,00
65	50	Unidade	Pilha alcalina AAA	ELGIN	2,80	140,00
79	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 310	ECOLOGIC	66,80	668,00
80	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 311	ECOLOGIC	66,80	668,00
81	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 312	ECOLOGIC	66,80	668,00

82	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 313	ECOLOGIC	66,80	668,00
83	10	Unidade	Recarga de toner impressora laser HP CB 435A	ECOLOGIC	38,99	389,90
84	10	Unidade	Recarga de toner impressora laser HP CB 436A	ECOLOGIC	38,99	389,90
85	10	Unidade	Recarga de toner impressora laser HP CE 285A	ECOLOGIC	38,99	389,90
86	04	Unidade	Recarga de toner impressora laser Samsung D105S/D105L	ECOLOGIC	54,99	219,96
<b>TOTAL</b>						6.582,01

### DIAL DEPARTAMENTO EIRELI- EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	MARCA	Valor unitário	Valor total
01	20	Unidade	Agenda 2014	S.D.	22,93	458,60
02	10	Unidade	Agenda de telefone	S.D.	18,86	188,60
04	05	Unidade	Almofada para carimbo nº 03 preta	J.STAMP	5,83	29,15
05	05	Unidade	Apagador para quadro branco	J.STAMP	5,20	26,00
06	20	Unidade	Apontador de lápis sem reservatório	LEONORA	1,15	23,00
08	20	Unidade	Bastão de cola quente grosso	JOCAR	1,00	20,00
10	10	Unidade	Bobina para fax	S.R.	6,90	69,00
11	20	Unidade	Borracha branca de látex 38X26X8mm	REDBOR	0,39	7,80
14	05	Unidade	Caixa de correspondência tripla acrílica	DELFTTEC	52,73	263,65
15	50	Unidade	Caixa para arquivo morto em papelão	DIAL	5,85	292,50
18	10	Caixa	Caneta azul ponta média com 50 unidades	JOCAR	41,72	417,20
20	02	Caixa	Caneta preta ponta média com 50 unidades	JOCAR	41,72	83,44
21	02	Caixa	Caneta vermelha ponta média com 50 unidades	JOCAR	41,72	83,44
37	10	Tubo	Cola 90g	PIRATININGA	1,35	13,50
38	50	Unidade	E.V.A. diversas cores tamanho mínimo 45X60 cm	LEO LEO	2,00	100,00
40	50	Unidade	Fita adesiva 18X40	JOCAR	1,32	66,00
43	02	Caixa	Giz de cera com 12 unidades	PIRATININGA	2,90	5,80
44	10	Unidade	Grampeador médio em material resistente para grampo 26/6	JOCAR	17,90	179,00
47	02	Caixa	Lápis de cor com 12 unidades grande	LEONORA	5,90	11,80
48	02	Caixa	Lápis preto nº 2 com 50 unidades	LEONORA	18,90	37,80
49	02	Caixa	Massa de modelar com 12 cores	LEONORA	4,80	9,60
51	02	Caixa	Papel carbono com 100 unidades	CIS	42,86	85,72
52	50	Metro	Papel contact transparente	POLITAC	2,61	130,50
56	100	Unidade	Pasta com elástico em papelão	ICL	1,35	135,00
57	100	Unidade	Pasta com elástico em plástico	OFF PAPER	1,83	183,00
58	100	Unidade	Pasta com grampo trilho em papelão	ICL	1,20	120,00
60	10	Unidade	Pasta sanfonadas A4 plástica com 12 divisórias	JOCAR	25,82	258,20
62	10	Unidade	Pen drive 4gb	SANDISK	25,15	251,50
63	05	Unidade	Perfurador médio em material resistente com capacidade para 50 folhas	JOCAR	58,45	292,25
66	20	Unidade	Pincel atômico cores diversas	J.STAMP	2,40	48,00
67	10	Unidade	Pincel para quadro branco	JOCAR	3,85	38,50
68	04	Unidade	Pistola de cola quente grande	CIS	22,85	91,40
69	100	Unidade	Plástico transparente reforçado para pastas de arquivo	DAC	0,30	30,00
70	05	Unidade	Porta canetas e clips em plástico resistente	NOVACRIL	14,11	70,55
71	20	Unidade	Prancheta 34X23 cm	BACCHI	5,90	118,00
72	02	Unidade	Protocolo de correspondências 100 folhas	MEGALIFE	8,25	16,50
88	20	Unidade	Régua 30 cm em metal	JOCAR	4,09	81,80
91	02	Caixa	Tinta guache com 06 pots	PIRATININGA	4,35	8,70
92	02	Frasco	Tinta preta para carimbo automático 30 ml	J.STAMP	6,20	12,40
<b>TOTAL</b>						4.357,90

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Irineópolis, 18 de setembro de 2013.

Giseli Kempinski – Gestora do FMS

# Itapiranga

## PREFEITURA

**Decreto N° 177, de 24 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 177, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a composição e designação do Conselho Municipal de Educação de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 28, de 8 de dezembro de 2009;

Decreta:

Art. 1º A composição e designação do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPIRANGA - SC, de conformidade com o artigo 9º da Lei Complementar nº 28, de 8 de dezembro de 2009, será a seguinte:

I - representantes dos Pais de alunos:

- a) Educação Infantil - Camila Fassbinder,
- b) Ensino Fundamental - Simone da Luz Reichert;

II - representantes dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino, sendo efetivos:

- a) Professor da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino - Carlise Diell;
- b) Professor do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino - Denise Friedrich;

III - representante dos funcionários que não pertence ao quadro do magistério - Astor José Müller;

IV - representante dos professores da Rede Estadual do Ensino - Elisa Schoenhals Sehnem;

V - representante do Poder Legislativo - Nodivar Carati;

VI - representantes da Secretaria Municipal da Educação - Clenice dos Santos Becker e Elaine Kummer Mueller.

§ 1º Fazem parte do Conselho Municipal de Educação de Itapiranga, representantes dos alunos entre 12 a 16 anos, matriculados na rede municipal de ensino, sem direito a voto, escolhidos anualmente pelos estudantes.

§ 2º Os membros efetivos que em virtude de falecimento, alteração de atividade ou função deixarem de representar a respectiva entidade, ou que se afastarem por qualquer motivo, poderão ser substituídos por suplente ou por indicação da respectiva entidade.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação é de 02 (dois) anos à contar desta data.

Art. 3º O exercício do cargo de CONSELHEIRO é de natureza gratuita sendo considerado de relevante interesse público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 24 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

**Decreto N° 178 de 25 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 178 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito em exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atividades de Educação - Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atividades de Educação - Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 25 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

**Extrato de Dispensa**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 150/2013

Dispensa de Licitação nº 150/2013

Partes: Município de Itapiranga e Fey Probst & Brustolin Advocacia

Objeto: Prestação de serviços advocatícios para ajuizamento de ação judicial, com vistas ao ressarcimento dos valores da cota-parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Fundamento: Inciso II, artigo 24, da Lei nº 8.666/93

Valor: Honorários de Sucumbência

Itapiranga - SC., 26 de setembro de 2013

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

**Extrato de Dispensa**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 152/2013

Dispensa de Licitação nº 152/2013  
Partes: Município de Itapiranga e Viemaq Equip. Ltda

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de peças para conserto da motoniveladora CM 165, marca Cowdin, da Secretaria de Transportes, desta municipalidade.  
Fundamento: Inciso XVII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93  
Valor: R\$ 2.400,00

Itapiranga - SC., 27 de setembro de 2013  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **Extrato de Contrato - Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2013  
PARTES: Município de Itapiranga e Serv. Nac. de Aprendizagem Industrial - SENAI.  
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 34/2013.

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar treinamento/capacitação de boas práticas em manipulação de alimentos, destinados para público que trabalha nos serviços de alimentos em restaurante e similares.  
VALOR: R\$ 3.400,00  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 18 de setembro de 2013.  
LUIS CARLOS STEFFENON  
Administrador do FMS

#### **Extratos dos Contratos - Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2013  
PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda.

OBJETO: Contratação de seguro para o ônibus, placas MKC 5835, do Transporte Escolar.  
VALOR: R\$ 1.317,51  
VIGÊNCIA: 23 de setembro de 2014.

Itapiranga - SC., 23 de setembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2013  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2012  
PARTES: Município de Itapiranga e Erni Neiss.  
ORIGEM: Concorrência nº 123/2012

OBJETO: Concessão de direito Real de uso de uma sala Comercial, identificada como sala nº 05 do Terminal Rodoviário de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 368,00 mensais  
VIGÊNCIA: 23 de setembro de 2014.

Itapiranga - SC., 23 de setembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2013  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2012  
PARTES: Município de Itapiranga e Valdecir Baumgarten - ME.  
ORIGEM: Concorrência nº 123/2012

OBJETO: Concessão de direito Real de uso de uma sala Comercial, com cozinha e lanchonete, identificada como sala nº 03 do Terminal Rodoviário de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 2.354,70 mensais  
VIGÊNCIA: 23 de setembro de 2014.

Itapiranga - SC., 23 de setembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2013  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2012  
PARTES: Município de Itapiranga e Ricardo Ruhoff.  
ORIGEM: Concorrência nº 123/2012

OBJETO: Concessão de direito Real de uso de uma bilheteria para venda de passagens e depósito de materiais, identificada como sala nº 02 do Terminal Rodoviário de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 263,00 mensais  
VIGÊNCIA: 23 de setembro de 2014.

Itapiranga - SC., 23 de setembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2013  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2013  
PARTES: Município de Itapiranga e Coop. Da Agricultura Familiar de Itapiranga COOAFI.  
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 31/2013

OBJETO: Conforme solicitação e parecer jurídico, foi efetuado ajuste de preços do item de nº 20, Queijo.  
VALOR: 3.375,81.  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 24 de setembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **Extrato de Convênios - Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATOS CONVENIOS - PREFEITURA

EXTRATO CONVÊNIO Nº 020/2013  
PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Cultura, Esporte e Turismo - ACETI.

OBJETO: Repasse de recurso financeiro para a entidade, com a finalidade de manutenção de entidades associadas no exercício de 2013 conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.861, de 03 de setembro de 2013.  
VALOR: R\$ 19.500,00  
VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013

Itapiranga(SC), 19 de setembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONVÊNIO Nº 021/2013  
PARTES: Município de Itapiranga e Instituto de Assistência e Educação São Canísio IAESC.



OBJETO: Repasse de recurso financeiro para a entidade, com a finalidade de custear despesas relativas a mensalidade escolar de alunos do município de Itapiranga, que estudam nesta instituição, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.838 de 14 de maio de 2013.

VALOR: R\$ 8.424,00

VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013

Itapiranga(SC), 24 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONVÊNIO Nº 022/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Secretaria de Estado da Segurança Pública.

OBJETO: Repasse de recurso financeiro para Secretaria, para a Instalação de Videomonitoramento Urbano com câmeras de segurança no Município de Itapiranga, conforme autoria a Lei Municipal nº 2.863 de 24 de setembro de 2013.

VALOR: R\$ 108.000,00

VIGÊNCIA: 26 de setembro de 2018

Itapiranga(SC), 26 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

#### **Extratos Atas de Registro de Preços - Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2013.

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 38/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço do item nº 217, da aquisição de Medicamentos para as Farmácias Básicas.

VALOR: R\$ 1.244,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 16 de setembro de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Comercial Cirúrgica RioClarense Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 38/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço do item nº 22, da aquisição de Medicamentos para as Farmácias Básicas.

VALOR: R\$ 5.920,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 16 de setembro de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2013

PARTES: Município de Itapiranga e DMC Distribuidora de Medicamentos e Correlatos Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço do item nº 24, da aquisição de Medicamentos para as Farmácias Básicas.

VALOR: R\$ 3.486,99

VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 18 de setembro de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

#### **Extratos das Atas de Registro de Preços - Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 143/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de placas de sinalização de trânsito para instalação nas ruas da cidade e interior.

VALOR: R\$ 1.635,00

VIGÊNCIA: 17 de setembro de 2014.

Itapiranga - SC., 17 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Gilson Wuttke - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 143/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de placas de sinalização de trânsito para instalação nas ruas da cidade e interior.

VALOR: R\$ 19.760,00

VIGÊNCIA: 17 de setembro de 2014.

Itapiranga - SC., 17 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2013.

3º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 193/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço.

VALOR: R\$ 2.250,99



VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 17 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2013.

3º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 193/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço.

VALOR: R\$ 7.204,26

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 17 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2013.

2º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 25/2013.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço.

VALOR: R\$ 5.221,85

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 17 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Padaria Jung Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 192/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço.

VALOR: R\$ 1.361,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 23 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2013.

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa A1.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 06/2013.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o preço.

VALOR: R\$ 1.185,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 24 de setembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

## Itapoá

### PREFEITURA

#### **Aviso de Abertura de Envelope de Habilitação Tomada de Preço Nº 05/2013 Processo Nº 89/2013**

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2013 PROCESSO Nº 89/2013

O Município de Itapoá vem se manifestar quanto a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 05/2013 - Processo nº 89/2013, para a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a cobertura de EMEF João Monteiro Cabral, na localidade de Pontal do norte, compreendendo 767,96, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital, visto que julgado parcialmente procedentes as razões apresentadas pela empresa BROOKFIELD CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP a mesma permanece sendo considerada INABILITADA. Portanto, para a sessão pública de abertura de envelope de propostas das demais empresas habilitadas, fica estipulado o dia 09/10/2013 às 09h:30m, em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, sala de reuniões.

Atenciosamente,

Itapoá, 30 de setembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Alteração de Edital e de Reabertura de Prazo**

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DE REABERTURA DE PRAZO

Ref.: TOMADA DE PREÇO Nº 04/2013 - PROCESSO Nº 82/2013 - OBJETO: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde do município de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital.

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna público, as alterações promovidas no edital de Tomada de Preço nº 04/2013, em virtude do recurso impetrado pela empresa: BFA AMBIENTAL SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS LTDA, Protocolo nº 3670/2013, julgado provido, que culminou na presente errata, alterando os seguintes itens:

AONDE LÊ-SE

2.3.1.1 - Da Certidão acima deve figurar como responsável técnico pela empresa proponente, Engenheiro Sanitarista e/ou Engenheiro

Químico.

**PASSA A VIGORAR:**

2.3.1.1 - Da Certidão acima deve figurar como responsável técnico pela empresa proponente, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro Químico e/ou Engenheiro Ambiental ou ainda responsáveis técnicos com qualificação demonstrada para a execução dos serviços.

Os envelopes com as propostas e documentos de habilitação devem ser protocolados impreterivelmente até as 09h:00min do dia 16 de outubro de 2013 no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá. O Município não se responsabiliza por envelopes protocolados fora do prazo, sendo inabilitadas de pronto as licitantes que perderem o horário de recebimento do protocolo, conforme edital.

Às 09h:30min do dia 16/10/2013, a sessão de abertura dos envelopes de habilitação e proposta.

Itapoá, 30 de outubro de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

CRISTIAN ANGELO GRASSI  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

**Despacho de Julgamento - Tomada de Preço N° 04/2013**

**DESPACHO DE JULGAMENTO**

Ref.: TOMADA DE PREÇO N° 04/2013 - PROCESSO N° 82/2013  
- OBJETO: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde do município de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas pela Secretaria de Saúde sob fl. n° 116 e Departamento Jurídico sob fls. n° 117 à 120, como se minhas fossem, considerando-as integradas a este, e julgo PROVIDO o recurso apresentado pela empresa: BFA AMBIENTAL SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS LTDA, com sede à Rua Otto Pfutzenreuter, n° 208, Bairro: Costa e Silva, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 08.156.073/0001-89, para que seja dada sequência ao processo licitatório e tomadas as medidas cabíveis para o andamento do interesse público.

Itapoá, 30 de setembro de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**Errata ao Processo de Licitação Pública Tomada de Preço N° 06/2013.**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
ERRATA AO PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA  
Tomada de Preço N° 06/2013.  
Processo n° 98/2013

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS  
DATA: 02 de outubro de 2013. HORÁRIO: 09h:00min (protocolo envelopes)

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Tomada de preço.

OBJETO: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a execução

e revitalização urbanística da Praça no Balneário Rainha do Mar, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

1.) Altera o cronograma de desembolso nos itens n° 02 a 08, conforme anexo.

Conforme o Art. 21 &#61540; 4º da Lei n° 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES passará para o dia: 17/10/2013 mantendo os horários de 09h:00min para entrega de envelopes, e 09h:30 min para abertura de sessão pública de julgamento de habilitação e propostas.

Itapoá, 30 de outubro de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**Jacinto Machado**

**PREFEITURA**

**Decreto N°. 087 de 30 de Setembro de 2013.**

DECRETO N°. 087 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 139, e parágrafo único, da Lei Complementar no. 243, de 30 de janeiro de 2003, na Lei Federal no. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual no. 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual no. 10.306, de 26 de dezembro de 1996, Lei Municipal no. 166, de 17 de dezembro 1997, e alterado pela Lei Municipal no. 339, de 28 de maio de 2002.

**DECRETA:**

Ar. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I. 1º de janeiro, terça-feira, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II. 11 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- III. 12 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV. 29 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- V. 21 de abril, domingo, Tiradentes (feriado nacional)
- VI. 01 de maio, quarta-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- VII. 30 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
- VIII. 31 de maio, sexta-feira (ponto facultativo);
- IX. 23 de julho, terça-feira, Emancipação Política do Município (feriado municipal);
- X. 07 de setembro, sábado, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XI. 03 de outubro, quinta-feira, Dia de Santa Terezinha, Padroeira do Município (feriado municipal);
- XII. 04 de outubro, sexta-feira (ponto facultativo);

XIII. 12 de outubro, sábado, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);  
XIV. 28 de outubro, segunda-feira, dia do Servidor Público (ponto facultativo);  
XV. 01 de novembro, sexta-feira, todos os Santos (ponto facultativo);  
XVI. 02 de novembro, sábado, Finados (feriado nacional);  
XVII. 15 de novembro, sexta-feira, Proclamação da República (feriado nacional);  
XVIII. 24 de dezembro, terça-feira, véspera de natal (ponto facultativo);  
XIX. 25 de dezembro, quarta-feira, Natal (feriado nacional);  
XX. 31 de dezembro, terça-feira, véspera de ano novo (ponto facultativo);

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de Servidores designados para serviço e/ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº. 051 de 27 de maio de 2013.

Jacinto Machado - (SC), 30 de setembro de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

### **Extrato Homologação PL 88/2013 PP 51/2013 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 88/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 88/2013/PMJ,  
- Modalidade: PP 51/2013/PMJ.

Objeto: a aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário, materiais recreativos e demais materiais, destinados às novas instalações da Creche do Bairro Armindo de Medeiros Haro, neste Município.

EMPRESAS VENCEDORAS:

BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA  
VALOR R\$ 32.473,00  
BRINQMOVEIS LTDA  
VALOR R\$ 5.208,00  
DILSO LUIZ FRAPORTI  
VALOR R\$ 8.400,00  
GEFERSON JUNIOR WOGNEI - ME  
VALOR R\$ 5.631,60  
GESUL COMERCIAL LTDA  
VALOR R\$ 3.016,00  
KALINOVSKI & KALINOSKI LTDA -ME  
VALOR R\$ 9.947,60  
LUIS CESAR REIS ME

VALOR R\$ 6.756,10  
MOVEIS ANDRIEI LTDA  
VALOR R\$ 9.695,80  
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA  
VALOR R\$ 10.267,00  
TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME  
VALOR R\$ 7.959,00  
VIOLACENTER MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA  
VALOR R\$ 3.028,50

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 25 de setembro de 2013.  
ELOI HOFFELDER  
Prefeito em Exercício

### **Extrato Homologação PL 93/2013 PMJ - PP 55/2013**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 93/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 93/2013/PMJ,  
- Modalidade: PP 55/2013/PMJ.

Objeto: a aquisição de microcomputador, banheiros desmontáveis, pia em aço inox e cobertores, destinados à manutenção das creches da rede municipal de ensino.

EMPRESAS VENCEDORAS:

ANDRADE, PASSINI COMERCIO DE MATERIAIS LTDA  
VALOR R\$ 1.660,50  
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA  
VALOR R\$ 1.600,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de setembro de 2013.  
ELOI HOFFELDER

### **Extrato TP 18/2013/PMJ - PL 104/2013/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2013/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 18/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração do Projeto de Engenharia Rodoviária de vias laterais à BR - 282. Tipo: Técnica e Preço. Data da abertura: Dia 04/11/2013, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 04/11/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 30 de setembro de 2013.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em Exercício

**SIMAE****Homologação Pr35-13**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 35/2013 - PR</b>  Processo Administrativo: 48/2013 Processo de Licitação: 48/2013 Data do Processo: 20/08/2013
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 48/2013  
b ) Licitação Nr.: 35/2013-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/09/2013  
e ) Data da Adjudicação: 23/09/2013 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA A SEREM UTILIZADOS NAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO DO SIMAE LOCALIZADAS NAS RUAS CARLOS GOMES E ERNESTO SCHUNNING NA CIDADE DE JOAÇAB/SC E NA RUA ITORORÓ NA CIDADE DE HERVAL D' OESTE/SC.

			(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006402 - SULZER PIMPS WASTEWATER BRASIL LTDA	<u>3</u>	0,0000	<u>16.800,00</u>
	3		16.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 299.375,00

Joaçaba, 23 de Setembro de 2013.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



**Contrato JHL 0093/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0093/2013  
PREGÃO JHL Nº 0035/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2013  
PROTOCOLO Nº 2398/2013  
Data: 23/09/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA A SEREM UTILIZADOS NAS ELEVATÓRIAS DE ESGOTO DAS RUAS: ERNESTO SCHUNNING E CARLOS GOMES NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA E RUA ITORORÓ NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, TODAS DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: SULZER PUMPS WASTWATER BRASIL LTDA  
Valor Total do Contrato: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.052

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 90 dias.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

**Lages****PREFEITURA****Pe 24-2013 SMS; PP 38 e 41-2013 FMAS; PP 65-2013 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 24-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Leites especiais para atender demanda judicial.

Tipo: Menor Preço Por Iten

Abertura: 14/10/2013 às 14:30

Valor Estimado: 47.452,48

Modalidade: PP 38-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais de Expediente e Escolar para o ABRIGO

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 24/10/2013 às 14:30

Valor Estimado: 6.417,68

Modalidade: PP 41-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 25/10/2013 às 09:00

Valor Estimado: 10.854,36

Modalidade: PP 65-2013 PML

Objeto: Prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP

Tipo: Menor Preço Mensal

Abertura: 18/10/2013 às 14:30

Valor Estimado: 51.513,56

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 30 de setembro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

**Lauro Muller****PREFEITURA****Decreto Nº 065/2013**

DECRETO Nº 065/2013.

DESIGNA SERVIDOR PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO PERANTE A SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI, II da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Alan Jung Crocetta para, na qualidade de titular, representar o Município de Lauro Müller perante a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE SETEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**Portaria Nº 301/2013**

PORTARIA Nº 301/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal e art. 25 da Lei Municipal Nº 1.145/2001 de 25/09/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 01.05.2013 a 30.04.2014, a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, BEATRIZ WESSLER, ocupante do cargo de Bióloga.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 302/2013**

P O R T A R I A N° 302/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais n° 1.145/2001, n° 1.349/2005, n° 1.598/2009, n° 1.628/2010 e n° 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARCOS AURELIO MATEUS, aprovado no Concurso Público 01/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o cargo de MOTORISTA junto a Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**TERMO DE POSSE**

No dia 02 do mês de Maio do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu o senhor MARCOS AURELIO MATEUS, aprovado no Concurso Público n° 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratado pela Portaria n° 302/2013. Na oportunidade o mesmo foi empossado pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Maio de 2013.

MARCOS AURELIO MATEUS

Servidor

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 303/2013**

P O R T A R I A N° 303/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal n° 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado n° 002/2013, para admissão em caráter temporário,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - ADMITIR, LENIR DE FÁTIMA DALPONTE ANTUNES, para a função de Servente, em caráter temporário, pelo período de 02 de Maio de 2013 a 20 de Dezembro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Irani Vargas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 304/2013**

P O R T A R I A N° 304/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR, ANTONIO FERNANDES MADEIRA, Motorista, do Quadro Funcional junto a Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão do servidor é em razão de sua aposentadoria por invalidez.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 305/2013**

P O R T A R I A N° 305/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal n° 1.145/2001 e Decreto Municipal n° 024/2002, de 08/04/2002,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, RENATO OFELIO DAMINELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Agrônomo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 306/2013**  
P O R T A R I A N° 306/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - ADMITIR, STEFANI DE FREITAS DAGOSTIM, para a função de Professor I, em caráter temporário, pelo período de 02 de Maio de 2013 a 20 de Dezembro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLAJ.

**Portaria N° 307/2013**  
P O R T A R I A N° 307/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, JULIANO RODRIGUES LUCIANO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE SETOR junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 06 de Maio de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário Adm., Fin. e Plaj.

**Portaria N° 308/2013**  
P O R T A R I A N° 308/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, REGIANE VASIELEVISK MIRANDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora II.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 309/2013**  
PORTARIA N° 309/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal e art. 25 da Lei Municipal N° 1.145/2001 de 25/09/2001,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 03.06.2013 a 31.05.2014, a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JULIANA MARIOT, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 03 de Junho de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MAIO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**Portaria N° 310/2013**  
PORTARIA N° 310/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, MARCELO KEITI NAKATA, Médico ESF, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Saúde,

da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.  
Art. 2º - Esta portaria entrará a partir de 06 de Junho de 2013.  
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JUNHO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### **Errata ao Edital Tomada de Preço N° 57/2013**

ERRATA AO EDITAL TOMADA DE PREÇO N° 57/2013

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Walter Vetterli, 239 - Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que houveram alterações referente a planilha orçamentária no edital do pregão presencial n.º 57/2013.

O edital retificado encontra-se no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).  
A data de abertura do Pregão Presencial fica mantida para o dia 17 de outubro de 2013 às 10:00 horas.

Lauro Müller, 01 de outubro de 2013.  
FÁBIO LEAL  
Pregoeiro

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Anexos da RREO 4º Bimestre

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.135.505,42	1.159.983,56	1.350.251,22	1.540.324,14	1.238.553,80	1.322.021,96	1.048.359,46	1.158.562,49	1.427.919,34	1.244.766,20	1.199.342,04	1.209.512,80	15.035.102,43	16.830.320,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.995,79	34.652,94	51.137,51	36.532,34	23.058,59	51.736,85	30.724,69	58.829,13	109.173,78	40.378,21	29.850,46	37.737,51	526.807,80	737.585,00
I.P.T.U.	2.012,76	321,65	843,07	2.297,62	0,00	0,00	0,00	13.173,33	58.023,60	2.430,26	3.640,86	3.078,58	85.821,73	143.465,00
I.R.R.F	1.439,42	12.006,21	9.988,92	5.909,85	0,00	7.287,36	9.253,05	18.748,88	320,27	13.480,56	473,85	6.795,11	85.703,48	70.120,00
I.S.S.	14.812,63	16.540,92	19.539,37	19.853,67	13.692,47	16.500,32	15.330,10	13.440,07	17.668,45	15.982,28	16.875,20	18.827,80	199.063,28	308.000,00
I.T.B.I.	2.333,48	4.619,00	18.339,00	6.120,73	7.632,54	3.012,58	1.666,00	3.500,89	6.402,00	5.075,80	5.039,32	6.345,74	70.087,08	72.100,00
Outras Receitas Tributárias	2.397,50	1.165,16	2.427,15	2.350,47	1.733,58	24.936,59	4.475,54	9.965,96	26.759,46	3.409,31	3.821,23	2.690,28	86.132,23	143.900,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.126,56	18.886,13	13.144,55	13.743,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.900,89	70.200,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.252,94	28.086,31	18.122,63	12.156,19	12.280,98	12.164,80	14.467,02	15.334,04	14.286,52	13.978,38	15.464,73	14.489,01	173.083,55	165.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.097,26	4.308,67	4.555,00	2.446,84	3.368,43	3.054,17	2.616,99	3.174,86	3.942,43	2.160,44	4.493,68	4.610,68	41.829,45	67.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.093.226,42	1.069.565,08	1.256.535,65	1.466.555,79	1.196.497,77	1.250.438,89	988.545,34	1.075.605,74	1.296.346,89	1.180.918,21	1.139.659,49	1.146.991,47	14.160.886,74	15.596.190,00
Cota-Parte do F.P.M.	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	5.362.883,40	6.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	540.290,93	509.031,05	547.821,18	553.773,79	489.127,63	437.154,53	412.705,98	497.631,98	494.535,34	463.223,15	579.268,58	482.112,17	6.006.676,31	6.690.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	27.452,40	32.233,83	14.839,07	5.264,78	14.616,25	22.432,29	31.939,43	30.452,86	40.247,02	29.430,11	35.139,45	36.634,66	320.682,15	370.000,00
Cota-Parte do ITR	1.981,55	3.984,99	36,63	126,02	35,06	6,13	0,00	9,01	264,28	676,22	12,77	18,88	7.151,54	2.500,00
Outras Transferências Correntes	109.400,67	92.862,14	143.895,74	86.663,80	120.924,35	65.729,43	93.639,91	47.977,74	94.342,38	121.760,18	94.397,04	89.099,98	1.160.693,36	1.101.526,00
Transferências da LC 61/1989	8.517,01	8.231,81	8.333,70	9.569,17	8.609,53	6.610,65	5.835,78	5.351,07	7.195,58	7.494,38	7.382,15	7.898,95	91.029,78	138.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	5.129,64	2.564,82	2.564,82	0,00	0,00	0,00	9.054,68	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	28.368,64	36.600,00
Transferências do FUNDEB	98.495,27	92.103,23	98.417,65	92.303,12	103.979,21	100.693,64	88.610,28	103.348,05	108.932,15	98.405,56	95.280,01	102.833,39	1.183.401,56	1.257.564,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.806,45	4.484,43	6.755,88	8.889,33	3.348,03	4.627,25	12.005,42	5.618,72	4.169,72	7.330,96	9.873,68	5.684,13	78.594,00	193.545,00
DEDUÇÕES (II)	177.065,89	176.919,70	202.844,24	213.868,40	194.318,68	216.802,99	161.241,71	184.855,75	218.614,25	192.150,26	189.996,20	191.011,39	2.319.689,46	2.647.420,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	177.065,89	176.919,70	202.844,24	213.868,40	194.318,68	216.802,99	161.241,71	184.855,75	218.614,25	192.150,26	189.996,20	191.011,39	2.319.689,46	2.647.420,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	958.439,53	983.063,86	1.147.406,98	1.326.455,74	1.044.235,12	1.105.218,97	887.117,75	973.706,74	1.209.305,09	1.052.615,94	1.009.345,84	1.018.501,41	12.715.412,97	14.182.900,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Administ.Ordenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	1.466,96	38.533,04
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	1.466,96	38.533,04
<b>TOTAL</b>	40.000,00	1.466,96	38.533,04

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Investimentos	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
<b>TOTAL</b>	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	2.991,96	1.466,96	4.458,92

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Administ.Ordenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			664.210,00	664.210,00	313.048,23	47,13	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			143.465,00	143.465,00	80.346,63	56,00	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			72.100,00	72.100,00	38.674,87	53,64	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			308.000,00	308.000,00	128.316,69	41,66	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			70.120,00	70.120,00	56.359,08	80,38	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			19.500,00	19.500,00	1.462,90	7,50	
Dívida Ativa dos Impostos			39.255,00	39.255,00	4.228,03	10,77	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			11.770,00	11.770,00	3.660,03	31,10	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			13.237.100,00	13.237.100,00	7.745.050,50	58,51	
Cota-Parte FPM			6.000.000,00	6.000.000,00	3.572.889,27	59,55	
Cota-Parte ITR			2.500,00	2.500,00	1.022,35	40,89	
Cota-Parte IPVA			370.000,00	370.000,00	240.892,07	65,11	
Cota-Parte ICMS			6.690.000,00	6.690.000,00	3.855.759,36	57,63	
Cota-Parte IPI-Exportação			138.000,00	138.000,00	56.378,09	40,85	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			36.600,00	36.600,00	18.109,36	49,48	
Desoneração ICMS (LC 87/96)			36.600,00	36.600,00	18.109,36	49,48	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			13.901.310,00	13.901.310,00	8.058.098,73	57,97	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			534.696,00	534.696,00	398.711,05	74,57	
Provenientes da União			467.376,00	467.376,00	359.930,67	77,01	
Provenientes dos Estados			51.050,00	51.050,00	29.677,12	58,13	
Provenientes de Outros Municípios			16.270,00	16.270,00	9.103,26	55,95	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	46,87		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			534.696,00	534.696,00	398.757,92	74,58	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		2.999.951,00	3.487.328,28	2.415.908,30	69,28	1.857.044,41	53,25
Pessoal e Encargos Sociais		1.288.115,00	1.351.086,58	775.046,73	57,36	772.021,73	57,14
Outras Despesas Correntes		1.711.836,00	2.136.241,70	1.640.861,57	76,81	1.085.022,68	50,79
DESPESAS DE CAPITAL		98.900,00	166.763,90	38.346,56	22,99	38.346,56	22,99
Investimentos		98.900,00	166.763,90	38.346,56	22,99	38.346,56	22,99

Continua 1/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	98.900,00	166.763,90	38.346,56	22,99	38.346,56	22,99
Investimentos	98.900,00	166.763,90	38.346,56	22,99	38.346,56	22,99
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>3.098.851,00</b>	<b>3.654.092,18</b>	<b>2.454.254,86</b>	<b>67,16</b>	<b>1.895.390,97</b>	<b>51,87</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	527.596,00	762.837,18	398.711,05	16,25	398.711,05	21,04
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	527.596,00	762.837,18	398.711,05	16,25	398.711,05	21,04
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>527.596,00</b>	<b>762.837,18</b>	<b>398.711,05</b>	<b>16,25</b>	<b>398.711,05</b>	<b>21,04</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.571.255,00</b>	<b>2.891.255,00</b>	<b>2.055.543,81</b>	<b>50,92</b>	<b>1.496.679,92</b>	<b>30,83</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						<b>25,51</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]</b>						<b>846.906,10</b>

Continua 2/4



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	135.714,62	0,59	47.866,10	87.848,52	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>135.714,62</b>	<b>0,59</b>	<b>47.866,10</b>	<b>87.848,52</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.021.881,00	3.524.001,31	2.413.373,41	98,33	1.860.842,47	98,18
Vigilância Sanitária	35.570,00	88.690,87	36.945,93	1,51	33.662,98	1,78
Vigilância Epidemiológica	41.400,00	41.400,00	3.935,52	0,16	885,52	0,05
<b>TOTAL</b>	<b>3.098.851,00</b>	<b>3.654.092,18</b>	<b>2.454.254,86</b>	<b>100,00</b>	<b>1.895.390,97</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

---

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

---

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Administ.Ordenadora de Despesas

---

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

\_\_\_\_\_  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Administ.Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	27.178,94	27.178,94	-	-	186.500,00	617.715,90	561.524,86	561.524,85	99.781,79	142.909,26
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	24.445,13	24.445,13	0,00	0,00	186.500,00	481.967,67	425.810,23	425.810,23	99.748,18	142.909,26
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.098,00	7.098,00	7.098,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	13.376,36	13.376,36	0,00	0,00	0,00	26.084,68	25.904,68	25.904,68	180,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AM	0,00	7.815,45	7.815,45	0,00	0,00	20.000,00	347,30	161,46	161,46	185,84	20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUF	0,00	1.998,89	1.998,89	0,00	0,00	0,00	366.481,06	267.397,07	267.397,07	98.613,99	470,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA I	0,00	899,79	899,79	0,00	0,00	166.500,00	77.285,63	121.822,02	121.822,02	768,35	121.195,26
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E AÇÃO SOC	0,00	354,64	354,64	0,00	0,00	0,00	4.671,00	3.427,00	3.427,00	0,00	1.244,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINDOIA DO SUL	0,00	2.253,81	2.253,81	0,00	0,00	0,00	135.748,23	135.714,63	135.714,62	33,61	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL	0,00	2.253,81	2.253,81	0,00	0,00	0,00	135.748,23	135.714,63	135.714,62	33,61	0,00
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>27.178,94</b>	<b>27.178,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>186.500,00</b>	<b>617.715,90</b>	<b>561.524,86</b>	<b>561.524,85</b>	<b>99.781,79</b>	<b>142.909,26</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Administ.Ordenadora de Despes:

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	662.890,00	662.890,00	64.256,13	313.004,66	47,22
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	191.025,00	191.025,00	8.144,56	84.972,78	44,48
1.1.1- IPTU	143.465,00	143.465,00	6.719,44	80.346,63	56,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.480,00	7.480,00	219,43	244,65	3,27
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	31.500,00	31.500,00	781,61	2.493,18	7,91
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.580,00	8.580,00	424,08	1.888,32	22,01
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI</b>	72.100,00	72.100,00	11.385,06	38.674,87	53,64
1.2.1- ITBI	72.100,00	72.100,00	11.385,06	38.674,87	53,64
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS</b>	329.645,00	329.645,00	37.457,55	132.997,93	40,35
1.3.1- ISS	308.000,00	308.000,00	35.703,00	128.316,69	41,66
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.700,00	10.700,00	461,23	1.174,68	10,98
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.755,00	7.755,00	784,95	1.734,85	22,37
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.190,00	3.190,00	508,37	1.771,71	55,54
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF</b>	70.120,00	70.120,00	7.268,96	56.359,08	80,38
1.4.1- IRRF	70.120,00	70.120,00	7.268,96	56.359,08	80,38
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	13.237.100,00	13.237.100,00	1.905.040,54	7.745.050,50	58,51
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	752.045,59	3.572.889,27	59,55
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	752.045,59	3.572.889,27	59,55
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.690.000,00	6.690.000,00	1.061.380,75	3.855.759,36	57,63
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	36.600,00	36.600,00	4.527,34	18.109,36	49,48
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	138.000,00	138.000,00	15.281,10	56.378,09	40,85
2.5- Cota-Parte ITR	2.500,00	2.500,00	31,65	1.022,35	40,89
2.6- Cota-Parte IPVA	370.000,00	370.000,00	71.774,11	240.892,07	65,11
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>13.899.990,00</b>	<b>13.899.990,00</b>	<b>1.969.296,67</b>	<b>8.058.055,16</b>	<b>57,97</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	547,38	5.619,86	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	253.360,00	253.360,00	40.538,92	150.984,23	59,59
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.500,00	120.500,00	20.582,50	86.005,44	71,37
5.2- Outras Transferências do FNDE	132.860,00	132.860,00	19.532,14	63.794,97	48,02
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	424,28	1.183,82	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	0,00	48.689,84	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	48.689,84	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	176.440,00	176.440,00	32.565,04	97.500,62	55,26
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>429.800,00</b>	<b>429.800,00</b>	<b>73.651,34</b>	<b>302.794,55</b>	<b>70,45</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.647.420,00	2.647.420,00	381.007,59	1.548.991,23	58,51
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	150.409,06	714.577,63	59,55
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.338.000,00	1.338.000,00	212.275,93	771.151,10	57,63
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.320,00	7.320,00	905,46	3.621,85	49,48
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	27.600,00	27.600,00	3.056,20	11.275,54	40,85
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	500,00	500,00	6,32	204,43	40,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	74.000,00	74.000,00	14.354,62	48.160,68	65,08
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.257.564,00	1.257.564,00	198.407,82	803.390,64	63,88
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.257.564,00	1.257.564,00	198.113,40	802.082,29	63,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	294,42	1.308,35	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.389.856,00</b>	<b>-1.389.856,00</b>	<b>-182.894,19</b>	<b>-746.908,94</b>	<b>53,74</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	754.530,00	1.294.530,00	173.805,45	766.283,04	59,19
13.1- Com Educação Infantil	120.000,00	290.000,00	28.010,91	188.288,11	64,93
13.2- Com Ensino Fundamental	634.530,00	1.004.530,00	145.794,54	577.994,93	57,54
14- OUTRAS DESPESAS	503.034,00	49.304,92	1.560,00	29.270,92	59,37
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	503.034,00	49.304,92	1.560,00	29.270,92	59,37
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.257.564,00	1.343.834,92	175.365,45	795.553,96	59,20
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					16.270,92
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					16.270,92
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					93,36
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				16.270,92	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				16.270,92	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	3.474.997,50	3.474.997,50	492.324,17	2.014.513,79	57,97
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	400.000,00	622.607,69	129.601,23	376.339,38	60,45
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	120.000,00	290.000,00	28.010,91	188.288,11	64,93
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	280.000,00	332.607,69	101.590,32	188.051,27	56,54
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.445.764,00	2.451.034,92	361.327,55	1.496.496,73	61,06
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.137.564,00	1.053.834,92	147.354,54	607.265,85	57,62
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.308.200,00	1.397.200,00	213.973,01	889.230,88	63,64
25- ENSINO MÉDIO	24.500,00	24.500,00	2.660,00	6.920,00	28,24
26- ENSINO SUPERIOR	141.000,00	155.700,00	29.393,26	83.504,98	53,63
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.011.264,00	3.253.842,61	522.982,04	1.963.261,09	60,34
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-746.908,94
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.308,35
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					16.270,92
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-729.329,67
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.602.165,78
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					32,29

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	120.500,00	153.124,25	18.519,27	61.669,03	40,27
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	374.300,00	407.827,00	64.474,04	184.943,22	45,35
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	494.800,00	560.951,25	82.993,31	246.612,25	43,96
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.506.064,00	3.814.793,86	605.975,35	2.209.873,34	57,93
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	18.041,86	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	802.082,29	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	790.333,42	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.308,35	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	31.099,08	0,00

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

\_\_\_\_\_  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 16.270,92, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.757.005,53	1.626.014,48	0,00	2.130.991,05
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.757.005,53	1.626.014,48	0,00	2.130.991,05
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.757.005,53	-1.626.014,48		-2.130.991,05

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Administ.Ordenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>14.467.900,00</b>	<b>14.467.900,00</b>	<b>2.147.404,58</b>	<b>14,84</b>	<b>8.961.632,69</b>	<b>61,94</b>	<b>5.506.267,31</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.377.900,00</b>	<b>14.377.900,00</b>	<b>2.047.782,81</b>	<b>14,24</b>	<b>8.403.816,99</b>	<b>58,45</b>	<b>5.974.083,01</b>
RECEITA TRIBUTARIA	737.585,00	737.585,00	67.587,97	9,16	381.489,22	51,72	356.095,78
IMPOSTOS	593.685,00	593.685,00	61.076,46	10,29	303.697,27	51,15	289.987,73
TAXAS	136.200,00	136.200,00	6.511,51	4,78	76.266,96	56,00	59.933,04
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	7.700,00	7.700,00	0,00	0,00	1.524,99	19,81	6.175,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.200,00	180.200,00	19.935,56	11,06	103.770,13	57,59	76.429,87
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	70.200,00	70.200,00	5.992,84	8,54	42.456,89	60,48	27.743,11
Contribuição p/ Custeio Serviço de Iluminação Públ	110.000,00	110.000,00	13.942,72	12,68	61.313,24	55,74	48.686,76
RECEITA PATRIMONIAL	165.000,00	165.000,00	29.953,74	18,15	112.465,48	68,16	52.534,52
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	165.000,00	165.000,00	29.953,74	18,15	112.465,48	68,16	52.534,52
RECEITA DE SERVIÇOS	67.800,00	67.800,00	9.104,36	13,43	27.421,68	40,44	40.378,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.033.770,00	13.033.770,00	1.905.643,37	14,62	7.726.012,57	59,28	5.307.757,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.854.530,00	12.854.530,00	1.871.876,25	14,56	7.624.212,25	59,31	5.230.317,75
Transf. de Pessoas	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	499,00	17,82	2.301,00
Transf. de Conv.	176.440,00	176.440,00	33.767,12	19,14	101.301,32	57,41	75.138,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	193.545,00	193.545,00	15.557,81	8,04	52.657,91	27,21	140.887,09
Multas e Juros de Mora	78.600,00	78.600,00	11.113,98	14,14	36.911,34	46,96	41.688,66
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.180,00	19.180,00	235,66	1,23	1.721,30	8,97	17.458,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	71.895,00	71.895,00	4.208,17	5,85	13.923,81	19,37	57.971,19
RECEITAS DIVERSAS	23.870,00	23.870,00	0,00	0,00	101,46	0,43	23.768,54
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>90.000,00</b>	<b>90.000,00</b>	<b>99.621,77</b>	<b>110,69</b>	<b>557.815,70</b>	<b>619,80</b>	<b>-467.815,70</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	73,31	0,18	1.466,96	3,67	38.533,04
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	73,31	0,18	1.466,96	3,67	38.533,04
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.000,00	50.000,00	6.055,78	12,11	15.474,88	30,95	34.525,12
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	93.492,68	0,00	540.873,86	0,00	-540.873,86
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	93.492,68	0,00	540.873,86	0,00	-540.873,86
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>82.100,00</b>	<b>82.100,00</b>	<b>6.920,91</b>	<b>8,43</b>	<b>44.242,02</b>	<b>53,89</b>	<b>37.857,98</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>82.100,00</b>	<b>82.100,00</b>	<b>6.920,91</b>	<b>8,43</b>	<b>44.242,02</b>	<b>53,89</b>	<b>37.857,98</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	82.100,00	82.100,00	6.920,91	8,43	44.242,02	53,89	37.857,98
Receitas Intra-Orçamentárias	82.100,00	82.100,00	6.920,91	8,43	44.242,02	53,89	37.857,98
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>2.154.325,49</b>	<b>14,81</b>	<b>9.005.874,71</b>	<b>61,90</b>	<b>5.544.125,29</b>

Continua 1/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>2.154.325,49</b>	<b>14,81</b>	<b>9.005.874,71</b>	<b>61,90</b>	<b>5.544.125,29</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	258.851,90	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.550.000,00	14.550.000,00	2.154.325,49	14,81	9.264.726,61	61,90	5.544.125,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.893.061,04	—	—	762.581,29	—	—
Superávit Financeiro	—	1.893.061,04	—	—	762.581,29	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>3.653.248,58</b>	<b>18.203.248,58</b>	<b>1.433.695,17</b>	<b>12.034.027,01</b>	<b>2.504.524,83</b>	<b>9.264.726,61</b>	<b>50,90</b>	<b>8.938.521,97</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.911.400,00</b>	<b>1.531.843,05</b>	<b>14.443.243,05</b>	<b>1.385.359,29</b>	<b>9.715.082,92</b>	<b>1.956.843,49</b>	<b>7.638.712,13</b>	<b>52,89</b>	<b>6.804.530,92</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.020.679,00	195.744,04	6.216.423,04	887.193,02	3.725.524,12	908.605,52	3.699.666,12	59,51	2.516.756,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	158.900,00	0,00	158.900,00	0,00	114.100,00	17.237,49	59.407,47	37,39	99.492,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.731.821,00	1.336.099,01	8.067.920,01	498.166,27	5.875.458,80	1.031.000,48	3.879.638,54	48,09	4.188.281,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.635.600,00</b>	<b>2.121.405,53</b>	<b>3.757.005,53</b>	<b>48.335,88</b>	<b>2.318.944,09</b>	<b>547.681,34</b>	<b>1.626.014,48</b>	<b>43,28</b>	<b>2.130.991,05</b>
INVESTIMENTOS	1.181.400,00	2.126.705,53	3.308.105,53	48.335,88	1.934.044,09	462.127,46	1.351.979,22	40,87	1.956.126,31
INVERSOES FINANCEIRAS	30.000,00	-5.300,00	24.700,00	0,00	8.500,00	700,00	4.277,20	17,32	20.422,80
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	424.200,00	0,00	424.200,00	0,00	376.400,00	84.853,88	269.758,06	63,59	154.441,94
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>3.653.248,58</b>	<b>18.203.248,58</b>	<b>1.433.695,17</b>	<b>12.034.027,01</b>	<b>2.504.524,83</b>	<b>9.264.726,61</b>	<b>50,90</b>	<b>8.938.521,97</b>

Continua 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>3.653.248,58</b>	<b>18.203.248,58</b>	<b>1.433.695,17</b>	<b>12.034.027,01</b>	<b>2.504.524,83</b>	<b>9.264.726,61</b>	<b>50,90</b>	<b>8.938.521,97</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—),00	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>3.653.248,58</b>	<b>18.203.248,58</b>	<b>1.433.695,17</b>	<b>12.034.027,01</b>	<b>2.504.524,83</b>	<b>9.264.726,61</b>	<b>50,90</b>	<b>8.938.521,97</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

\_\_\_\_\_  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Administ.Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.550.000,00	18.203.248,58	1.433.695,17	12.034.027,01	2.504.524,83	9.264.726,61	100,00	50,90	8.938.521,97
Legislativa	268.400,00	265.900,00	38.413,52	156.187,96	38.525,44	155.636,80	1,68	58,53	110.263,20
Ação Legislativa	268.400,00	265.900,00	38.413,52	156.187,96	38.525,44	155.636,80	1,68	58,53	110.263,20
Administração	1.942.628,00	2.047.628,00	163.524,92	1.481.515,80	298.122,42	1.124.562,17	12,14	54,92	923.065,83
Administração Geral	1.942.628,00	2.047.628,00	163.524,92	1.481.515,80	298.122,42	1.124.562,17	12,14	54,92	923.065,83
Segurança Pública	10.000,00	10.000,00	0,00	9.232,50	0,00	9.232,50	0,10	92,33	767,50
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	9.232,50	0,00	9.232,50	0,10	92,33	767,50
Assistência Social	683.200,00	817.622,47	53.628,61	333.418,79	76.523,66	257.778,43	2,78	31,53	559.844,04
Administração Geral	145.000,00	159.000,00	24.821,82	90.670,31	25.141,82	89.950,31	0,97	56,57	69.049,69
Assistência ao Idoso	30.000,00	62.046,60	118,80	10.627,61	1.033,42	5.725,21	0,06	9,23	56.321,39
Assistência ao Portador de Deficiência	11.900,00	20.891,99	4.983,50	8.148,50	1.810,00	2.275,00	0,02	10,89	18.616,99
Assistência à Criança e ao Adolescente	123.000,00	123.000,00	1.839,82	12.309,82	2.662,75	5.801,72	0,06	4,72	117.198,28
Assistência Comunitária	373.300,00	452.683,88	21.864,67	211.662,55	45.875,67	154.026,19	1,66	34,03	298.657,69
Saúde	3.266.151,00	4.077.843,79	322.699,16	2.614.660,46	513.014,19	1.992.015,05	21,50	48,85	2.085.828,74
Atenção Básica	3.021.881,00	3.524.001,31	318.072,82	2.413.373,41	476.336,99	1.860.842,47	20,09	52,80	1.663.158,84
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	167.300,00	423.751,61	370,00	160.405,60	34.582,27	96.624,08	1,04	22,80	327.127,53
Vigilância Sanitária	35.570,00	88.690,87	380,82	36.945,93	1.269,41	33.662,98	0,36	37,96	55.027,89
Vigilância Epidemiológica	41.400,00	41.400,00	3.875,52	3.935,52	825,52	885,52	0,01	2,14	40.514,48
Educação	3.530.064,00	3.838.793,86	419.648,85	2.751.580,94	607.900,35	2.222.046,06	23,98	57,88	1.616.747,80
Alimentação e Nutrição	99.860,00	103.900,00	11.761,49	56.117,94	14.761,53	51.026,24	0,55	49,11	52.873,76
Ensino Fundamental	2.840.704,00	2.890.786,17	303.454,47	2.088.718,17	425.234,33	1.687.757,74	18,22	58,38	1.203.028,43
Ensino Médio	24.500,00	24.500,00	0,00	6.920,00	2.660,00	6.920,00	0,07	28,24	17.580,00
Ensino Superior	141.000,00	155.700,00	0,00	140.197,40	29.393,26	83.504,98	0,90	53,63	72.195,02
Educação Infantil	400.000,00	622.607,69	79.432,89	424.379,71	129.601,23	376.339,38	4,06	60,45	246.268,31
Educação Especial	24.000,00	41.300,00	25.000,00	35.247,72	6.250,00	16.497,72	0,18	39,95	24.802,28
Cultura	56.000,00	91.500,00	14.774,15	85.601,79	21.079,63	70.004,20	0,76	76,51	21.495,80
Difusão Cultural	56.000,00	91.500,00	14.774,15	85.601,79	21.079,63	70.004,20	0,76	76,51	21.495,80
Urbanismo	360.000,00	460.000,00	44.902,13	313.707,98	66.940,19	224.327,95	2,42	48,77	235.672,05
Serviços Urbanos	360.000,00	460.000,00	44.902,13	313.707,98	66.940,19	224.327,95	2,42	48,77	235.672,05
Habitação	62.900,00	437.320,00	0,00	392.120,00	95.388,86	199.623,42	2,15	45,65	237.696,58
Habitação Urbana	62.900,00	437.320,00	0,00	392.120,00	95.388,86	199.623,42	2,15	45,65	237.696,58

Continua 1/3



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.550.000,00	18.203.248,58	1.433.695,17	12.034.027,01	2.504.524,83	9.264.726,61	100,00	50,90	8.938.521,97
Saneamento	195.000,00	195.000,00	0,00	176.759,28	29.459,88	103.109,58	1,11	52,88	91.890,42
Saneamento Básico Urbano	195.000,00	195.000,00	0,00	176.759,28	29.459,88	103.109,58	1,11	52,88	91.890,42
Gestão Ambiental	85.000,00	85.000,00	104,00	8.312,00	104,00	104,00	0,00	0,12	84.896,00
Administração Geral	80.000,00	80.000,00	104,00	8.312,00	104,00	104,00	0,00	0,13	79.896,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	1.345.000,00	1.452.500,00	154.094,53	1.150.749,18	165.371,06	955.468,37	10,31	65,78	497.031,63
Saneamento Básico Rural	80.000,00	51.000,00	165,00	4.375,00	165,00	4.375,00	0,05	8,58	46.625,00
Promoção da Produção Vegetal	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	4.354,40	0,05	43,54	5.645,60
Promoção da Produção Animal	115.000,00	115.000,00	33,89	98.455,90	615,14	51.407,67	0,55	44,70	63.592,33
Abastecimento	320.000,00	354.000,00	6.500,00	323.269,40	2.500,00	317.717,38	3,43	89,75	36.282,62
Extensão Rural	820.000,00	922.500,00	147.395,64	714.648,88	162.090,92	577.613,92	6,23	62,61	344.886,08
Indústria	175.400,00	170.400,00	23.153,65	26.653,65	7.783,00	9.883,00	0,11	5,80	160.517,00
Promoção Industrial	175.400,00	170.400,00	23.153,65	26.653,65	7.783,00	9.883,00	0,11	5,80	160.517,00
Transporte	2.257.257,00	3.804.440,46	162.957,15	2.174.242,96	538.232,63	1.754.889,97	18,94	46,13	2.049.550,49
Transporte Rodoviário	2.257.257,00	3.804.440,46	162.957,15	2.174.242,96	538.232,63	1.754.889,97	18,94	46,13	2.049.550,49
Desporto e Lazer	210.000,00	346.300,00	35.794,50	331.683,72	39.217,37	168.442,31	1,82	48,64	177.857,69
Desporto Comunitário	210.000,00	346.300,00	35.794,50	331.683,72	39.217,37	168.442,31	1,82	48,64	177.857,69
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00	0,00	27.600,00	6.862,15	17.602,80	0,19	17,60	82.397,20
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00	0,00	27.600,00	6.862,15	17.602,80	0,19	17,60	82.397,20

Continua 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.550.000,00	18.203.248,58	1.433.695,17	12.034.027,01	2.504.524,83	9.264.726,61	100,00	50,90	8.938.521,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	14.550.000,00	18.203.248,58	1.433.695,17	12.034.027,01	2.504.524,83	9.264.726,61	100,00	50,90	8.938.521,97

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
 Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI      GENECCI DELLAI  
 Sec.Administ.Ordenadora de Despe      Contadora CRC/SC 016795/O-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Jun 2013 (B)	Em 31 Ago 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.028.184,99	1.003.786,81	918.932,93
DEDUÇÕES (II)	2.977.529,06	2.600.229,92	2.181.700,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.004.708,00	2.885.864,34	2.398.400,07
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.178,94	285.634,42	216.699,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.949.344,07	-1.596.443,11	-1.262.767,79
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.949.344,07</b>	<b>-1.596.443,11</b>	<b>-1.262.767,79</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>333.675,32</b>	<b>686.576,28</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-267.200,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Jun 2013 (B)	Em 31 Ago 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Administ.Ordenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>14.295.000,00</b>	<b>2.024.749,98</b>	<b>8.335.593,53</b>	<b>8.115.802,67</b>
Receita Tributária	737.585,00	67.587,97	381.489,22	444.409,29
I.P.T.U.	143.465,00	6.719,44	80.346,63	75.942,59
I.S.S.	308.000,00	35.703,00	128.316,69	191.317,29
I.T.B.I.	72.100,00	11.385,06	38.674,87	59.605,13
I.R.R.F.	70.120,00	7.268,96	56.359,08	45.417,90
Outras Receitas Tributárias	143.900,00	6.511,51	77.791,95	72.126,38
Receita de Contribuição	262.300,00	26.856,47	148.012,15	163.262,36
Receitas Previdenciárias	70.200,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	192.100,00	26.856,47	148.012,15	163.262,36
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	29.953,74	112.465,48	162.397,14
(-) Aplicações Financeiras	165.000,00	29.953,74	112.465,48	162.397,14
Transferências Correntes	13.033.770,00	1.905.643,37	7.726.012,57	7.394.459,53
F.P.M.	4.800.000,00	601.636,53	2.858.311,64	2.677.341,68
I.C.M.S.	5.352.000,00	849.104,82	3.084.608,26	3.070.361,17
Convênios	176.440,00	33.767,12	101.301,32	188.619,34
Outras Transferências Correntes	2.705.330,00	421.134,90	1.681.791,35	1.458.137,34
Demais Receitas Correntes	261.345,00	24.662,17	80.079,59	113.671,49
Dívida Ativa	71.895,00	4.208,17	13.923,81	24.129,35
Diversas Receitas Correntes	189.450,00	20.454,00	66.155,78	89.542,14
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>90.000,00</b>	<b>99.621,77</b>	<b>557.815,70</b>	<b>796.349,08</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	50.000,00	6.055,78	15.474,88	16.687,87
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	73,31	1.466,96	1.681,77
Transferências de Capital	0,00	93.492,68	540.873,86	777.979,44
Convênios	0,00	93.492,68	540.873,86	777.979,44
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>93.492,68</b>	<b>540.873,86</b>	<b>777.979,44</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>14.295.000,00</b>	<b>2.118.242,66</b>	<b>8.876.467,39</b>	<b>8.893.782,11</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>14.443.243,05</b>	<b>1.956.843,49</b>	<b>7.638.712,13</b>	<b>6.874.194,83</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.216.423,04	908.605,52	3.699.666,12	3.164.486,65
Juros e Encargos da Dívida (IX)	158.900,00	17.237,49	59.407,47	90.318,02
Outras Despesas Correntes	8.067.920,01	1.031.000,48	3.879.638,54	3.619.390,16
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>14.284.343,05</b>	<b>1.939.606,00</b>	<b>7.579.304,66</b>	<b>6.783.876,81</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.757.005,53</b>	<b>547.681,34</b>	<b>1.626.014,48</b>	<b>1.864.011,19</b>
Investimentos	3.308.105,53	462.127,46	1.351.979,22	1.598.620,08
Inversões Financeiras	24.700,00	700,00	4.277,20	2.100,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	2.100,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	24.700,00	700,00	4.277,20	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	424.200,00	84.853,88	269.758,06	263.291,11
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.332.805,53</b>	<b>462.827,46</b>	<b>1.356.256,42</b>	<b>1.598.620,08</b>

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>3.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>17.620.148,58</b>	<b>2.402.433,46</b>	<b>8.935.561,08</b>	<b>8.382.496,89</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.325.148,58</b>	<b>-284.190,80</b>	<b>-59.093,69</b>	<b>511.285,22</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	762.581,29	0,00
Superávit Financeiro	-	-	762.581,29	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>125.000,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/09/2013

\_\_\_\_\_  
 PEDRO ARI PARIZOTTO  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Sec.Administ.Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
 GENECCI DELLAI  
 Contadora CRC/SC 016795/O-0

# Mafra

## PREFEITURA

### Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços N° 092/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 092/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de produtos para manutenção dos veículos de uso da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 23/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE	FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal	Pregoeiro Municipal

### Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços N° 105/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 105/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de limpeza, utensílios, gêneros alimentícios e gás de cozinha, destinados as Secretarias da Prefeitura Municipal de Mafra, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 16/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE	JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal	Pregoeira Municipal

### Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços N° 051/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 051/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais elétricos e ferramentas destinados as Secretarias Municipais de Educação, Obras, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 29/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE	FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal	Pregoeiro Municipal

### Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços N° 089/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 089/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de mobiliários, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados aos E.S.F.s e Ambulatórios, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 24/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE	JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal	Pregoeira Municipal



# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei Complementar N° 056/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 056, DE 30 DE AGOSTO DE 2013

Altera o valor do vencimento do Cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterado o vencimento do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, para R\$ 812,50 (oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Art. 2º O percentual de alteração de que trata o artigo 1º será na ordem 10% (dez por cento) e terá efeito a partir de 1º setembro de 2013.

Art. 3º O item "Agente Comunitário de Saúde – ACS", do anexo I, da Lei Complementar nº 023, de 28 de abril de 2009, o qual foi alterado pela Lei Complementar nº 037, de 22 de junho de 2011, passa a vigorar conforme seguinte:

CARGOS	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL/HS	VENCIMENTO BASE (R\$)
Agente Comunitário de Saúde - ACS	57	40	812,50

[...]

Art. 4º As despesas decorrentes da realização desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de agosto de 2013.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei N° 3.691/2013

LEI N° 3.691, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre contribuição financeira para Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Maravilha - ASPMA e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar em forma de contribuição financeira o valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) à Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Maravilha - ASPMA, inscrita no CNPJ 06.339.232/0001-55, situada na Avenida Euclides da Cunha, nº 229, Casa da Cidadania, em Maravilha/SC.

Parágrafo único. O repasse da referida contribuição financeira à Entidade será realizado em cota única, no mês subsequente à aprovação da presente LEI.

Art. 2º A contribuição de que trata o artigo 1º tem por objetivo, conforme plano de trabalho, custear o conserto de cadeiras de rodas e outros equipamentos destinados ao uso das pessoas portadoras de deficiência cadastradas na ASPMA.

Art. 3º A ASPMA deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012, apresentando os documentos relacionados no Anexo Único da presente LEI.

Art. 4º Fica o beneficiário proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º Caso a ASPMA não comprove a aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 23 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### ANEXO ÚNICO

Documentos que devem acompanhar a prestação de contas dos recursos concedidos a título de subvenção, auxílio ou contribuição (Art. 43, § 4º):

- I - Processo de concessão dos recursos;
- II - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- III - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- IV - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- V - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório - resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
- VI - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- VII - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
- VIII - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- IX - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- X - Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
- XI - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto

do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

### **Lei N° 3.692/2013**

LEI N° 3.692, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre repasse de recursos financeiros à Comissão Central Organizadora - CCO e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à Comissão Central Organizadora dos eventos do Município, inscrita no CNPJ nº 01.244.124/0001-85, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).

Art. 2º Os recursos repassados serão utilizados para promoção e realização do evento "Festa da Terceira Idade com Escolha da Rainha".

Art. 3º A Comissão beneficiada deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012, apresentando os documentos relacionados no Anexo Único da presente LEI.

Parágrafo único. O prazo para prestação de contas de que trata este artigo é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso.

Art. 4º Fica o beneficiário proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos e/ou caso a prestação de contas não seja aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 30 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **ANEXO ÚNICO**

Documentos que devem acompanhar a prestação de contas dos recursos concedidos a título de subvenção, auxílio ou contribuição

(Art. 43, § 4º):

I - Processo de concessão dos recursos;

II - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

III - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

IV - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

V - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório - resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

VI - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;

VII - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

VIII - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

IX - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

X - Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

XI - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

### **Decreto N° 096/2013**

DECRETO N° 096/2013, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL EM EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica do Município, art. 77, inciso VI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo designados, representantes da FUNOESC - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, para comporem a COMISSÃO EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO visando à Contratação Temporária de Pessoal em Excepcional Interesse Público:

- Leonésio Eckert
- Evelacio Roque Kaufmann
- Andréia Carla Liberalesso
- Janes Terezinha Cerezer Köhnlein
- Lediani Mohr

Art. 2º Compete a Comissão Executora: elaboração do Edital, elaboração, aplicação, correção das provas objetivas, fornecimento de gabaritos, elaboração do relatório final de classificação das provas objetivas e de títulos, respostas aos recursos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a a Prefeita para homologação, sempre

de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

**Parágrafo único.** A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo.

**Art. 3º** Fica vedada a inscrição de parentes até o segundo grau, inclusive, no referido processo seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão e dos profissionais contratados para a elaboração das referidas provas.

**Art. 4º** A Comissão executora, para pleno atendimento de suas atribuições, poderá utilizar-se de profissionais devidamente habilitados, de fora de seu quadro funcional para todas as etapas.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 16 de Setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto N° 097/2013

DECRETO N° 097, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e na forma da Lei,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica pelo presente Decreto autorizado o Setor de Tributação a proceder a baixa de dívida em decorrência da Lei Complementar nº 010/2003, Lei Municipal nº 2.918/2004, Art. 25 da Lei Municipal 1.942/1993, Lei Municipal nº 3001/2005 e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 25/2009, conforme relação e valores abaixo discriminado:

Contribuinte	Ano	Imposto	Valor R\$	Cadastro
Cláudio Donhauser	2006 e 2007	Territorial urbano	108,32	270903-0
Cristio Maiko de Lima Mario	2012 e 2013	Taxa de visto-ria anual	866,06	1967-0
Daniel Ferreira da Silva	2005	ISS fixo	198,34	2563-0
Elice Bohrer	2007	Contribuição de melhoria	3.616,01	408400-0
Fabio Rodrigo e Luis Felipe Licks	2006	Territorial urbano	1.389,45	490600-0
José Antonio Lara Dias	1991	Contribuição de melhoria	284,43	204000-0
José Antonio Lara Dias	1991	Contribuição de melhoria	264,11	203900-0
José Antonio Lara Dias	1992	Contribuição de melhoria	697,84	204200-0
José Antonio Lara Dias	1992	Contribuição de melhoria	542,76	204300-0

Leonir Antonio Dreyer e/ou Valdir Lemes	2003 a 2007	Predial territorial urbano	611,53	468300-0
Magne Alves Casemiro	2000 a 2007	Territorial urbano	513,79	246205-0
Maria Loiva de Andrade	2003 e 2004	ISS fixo	896,02	2132-0
R. Z. Obras em Terraplanagem Ltda ME	2012 e 2013	Taxa de visto-ria anual	494,89	10012-0
Universal Leaf Tabacos Ltda	2011 a 2013	Predial territorial urbano	14.287,18	541000-0

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 18 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto N° 098/2013

DECRETO N° 098, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA E FISCALIZADORA DO PROCESSO SELETIVO/EDITAL N° 002/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica do Município, art. 77, inciso VI,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica nomeada a Comissão Coordenadora e Fiscalizadora do Processo Seletivo/Edital nº 002/2013, para Contratação Temporária de Pessoal em Excepcional Interesse Público, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento do referido processo, a ser realizado pelo Município de Maravilha/SC, a qual será composta pelos membros a seguir:

**PRESIDENTE:**

Claudia Adriana Lang Vendrame

**MEMBROS:**

Marília Dessbesell

Miriane Sartori

**SUPLENTE:**

Táise Maiara de Souza Leite

Cleiton Borgaro

**Art. 2º** Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 18 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto N° 099/2013

DECRETO N° 099, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "BELO HORIZONTE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o Loteamento denominado "BELO HORIZONTE", de propriedade de Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.925.185/0001-21, com sede na Avenida Entre Rios, nº 950, em Maravilha/SC.

Art. 2º O imóvel onde está sendo implantado o Loteamento "BELO HORIZONTE" é o seguinte: Parte das chácaras rurais nºs (33), com área de (7.286,77 m²) e (34), com área de (14.606,23 m²) perfazendo a área total de "vinte e um mil, oitocentos e noventa e três metros quadrados" (21.893,00 m²), ambas do Bloco "A", situadas nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, sem benfeitorias, devidamente matriculado no ORI da Comarca de Maravilha/SC sob o nº 10.583, nas seguintes confrontações:

Ao norte:

Com parte do lote urbano nº (14), da quadra nº (14), do Bairro Universitário, do Município de Maravilha, Matrícula 16.060;

Ao noroeste:

Com parte do lote urbano nº (01), de Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda, Matrícula 13.015, na extensão de 10,70 metros; com parte do lote urbano nº (02), de Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda, Matrícula 13.015, na extensão de 9,55 metros; com parte do lote urbano nº (07), de Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda, Matrícula 13.015, na extensão de 71,62 metros;

Ao nordeste:

Por duas linhas, uma com parte das mesmas chácaras rurais nºs (33 e 34), de Paulo Roque Kreutz, Matrícula 10.545 e, outra com parte da mesma chacara rural nº (33), de Paulo Roque Kreutz, Matrícula 10.545;

Ao sudoeste:

Por duas linhas, uma com os lotes urbanos nºs (1), do Município de Maravilha, Matrícula 10.547, (2), de Altevir Carlos Hammes e Adriane Ludwig, Matrícula 16.304; (3, 4, 5, 6 e 7), de Theobaldo Antonio Müller, Matrícula 10.547, (8) de Alaidés Müller Guedes, Matrícula 16.279, (9), de Cláudio Piegel, Matrícula 16.287 e, (10), do Município de Maravilha, Matrícula 10.547, todos da quadra nº (1); com a Rua Guido Willibaldo Kochan, com os lotes urbanos nºs (1 e 2), da quadra nº (2), de Fernando Luiz Kappaun, Matrícula 17.061 e Vanderlei César Feldmann, Matrícula 16.526, respectivamente; com a Rua "D";

com os lotes urbanos nºs (5), de Neide de Queiroz, Matrícula 16.359, (2), de Theobaldo Antonio Müller, Matrícula 10.547 e, (1) de Daniela Ebertz Porto e Diego Ebertz, Matrícula 16.278, todos da quadra nº (3); com a Rua Pioneiro Otto Jahnel, e com o lote urbano nº (1), da quadra nº (4) de Theobaldo Antonio Müller, Matrícula 17.244, tudo do Loteamento Müller e, outra, com o lote urbano nº (2) da quadra nº (4), do Loteamento Müller, de Theobaldo Antonio Müller, Matrícula 10.547;

Ao sudeste:

Com a Avenida Sul Brasil.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "BELO HORIZONTE", o imóvel objeto da Matrícula nº 10.583 da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 21.893,00 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

Das Quadras:

A área de (21.893,00 m²) que constituirá o Loteamento denominado "Belo Horizonte", composta de 05 (cinco) quadras, estas divididas em 39 (trinta e nove) Lotes Urbanos assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	12	6.726,00	
	2	13	3.947,69	
	3	04	2.393,33	
	4	06	2.126,81	
	5	04	2.459,85	
Total	5	39	17.653,68	17.653,68
	Área das vias de circulação			4.239,32
	Total da área loteada (área de matrícula 10.583)			21.893,00

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "BELO HORIZONTE", obedecerão ao traçado viário existente, constante no Plano Diretor, com suas denominações e larguras:

Prolongadas: Rua Guido Willibaldo Kochan, com 12,00 metros de largura.

Rua "D", com 12,00 metros de largura.

Rua Pioneiro Otto Jahnel, com 12,00 metros de largura.

Projetadas: Rua Franklin Lauthart Lopes, com 12 metros de largura.

Rua Belo Monte, com 12 metros de largura.

Direcionamento das vias de circulação:

-Noroeste – Sudeste: Rua Franklin Lauthart Lopes.

-Sudoeste – Nordeste: Rua Guido Willibaldo Kochan, Rua "D", Rua Pioneiro Otto Jahnel e Rua Belo Monte.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal uma área de "sete mil seiscentos e sessenta e dois metros com cinquenta e seis centímetros quadrados (7.662,56 m²), correspondente

a 35,00004568% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do ato do registro do Loteamento, sendo:

Áreas destinadas ao Poder Público:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	4.239,32	19,36381492
Área Verde Lote Urbano nº 3, da Quadra nº 1	1.774,83	8,106837802
Área Institucional (5% da área dos lotes) Lote Urbano nº 12, da Quadra nº 1	1.648,41	7,529392957
Totais	7.662,56	35,00004568

Art. 6º A área loteada destina-se a uma ZONA RESIDENCIAL, devendo ser nas edificações, observada a legislação municipal que



disciplina o assunto.

Art. 7º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 23 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Licita 72.2013 - P 34.2013 Rp - Iluminação Publica

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 72/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2013

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial- Registro de Preço, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de diversos materiais elétricos (luminárias, lâmpadas, reatores, reles) para manutenção da Rede de Iluminação Pública Municipal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 h do dia 11/10/2013  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 h do dia 11/10/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 30 de Setembro de 2013.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Aditivo 1/2013 - Capinzal Center

ADITIVO Nº 01/2013 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS AOMUNICIPIO DE MONTE CARLO

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICIPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede

sito á Rodovia SC 456, Km 15- centro, neste ato representado por seu Prefeito, o SrMarcos Nei Correa Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CAPINZAL CENTER – DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.383.088.0001.17, representada neste ato pelo SrEnioDelazeri, brasileiro, administrador, portador do CPF nº 453.533.100.63, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços, e pelas clausulas e condições que abaixo seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo de contrato é a reajuste do preço de contratação de gêneros alimentícios do Município de Monte Carlo, pelo período de validade conforme Processo Licitatório nº 50/2012 e Pregão Presencial nº 32/2012 e parecer jurídico da procuradoria do município e acolhimento de decisão pelo prefeito municipal.

Que a contratada obriga-se a fornecer á contratante conforme quantificação e especificação de acordo com as condições apresentadas na proposta inicial.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Vigência do presente instrumento permanece inalterado em concordância ao instrumento original.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Os itens reajustados passam a ter seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	REAJUSTE %	VALOR ATUAL DO ITEM
5	Leite de Vaca – Desnatado tipo longa vida –Lt.	34,59	2,49

#### CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da presente aditivo correrão a conta da dotação orçamentária de município, constantes do orçamento geral do município de 2013.

#### CLÁUSULAS QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original ao qual este termo aditivo fica subordinado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Fraiburgo - SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo - SC, 02 de Setembro de 2013  
MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Contratante

CAPINZAL CENTER DISTRIB. E LOGÍSTICA LTDA  
ENIO DELAZERI  
Contratada

Testemunhas:

1ª) Delcir Barzotto – 522.5218.229.00

2ª) Vanderléia Alves Fernandes – 077.361.879.16

# Navegantes

## PREFEITURA

### Extrato Contrato N° 156/2013

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato n° 156/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado : Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA-

Licitação: Dispensa 137/2013

Valor: R\$ 3.150,00

Período: 19/09/2013 a 31/12/2013

Dotação: 3.1.71.70, 3.3.71.70 e 4.4.71.70

Objeto :. Constitui objeto do presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 2380 de 08/12/2010, Serviços de Tecnologia da Informação, no Âmbito do Programa de Gestão de Obras.

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### Extrato Termo Aditivo Contrato N° 160/2013

EXTRATO CONTRATUAL N° 160/2013.

Contrato N°.: 160/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Vigência : Início: 27/09/2013 Término: 26/11/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.:130/2011.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto : SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 208/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA AMANDIO GAZANIGA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 27 de setembro de 2013

### Extrato Termo Aditivo Contrato N° 158/2013

EXTRATO CONTRATUAL N° 158/2013.

Contrato N°.: 158/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Vigência : Início: 27/09/2013 Término: 26/11/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.:130/2011.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto : SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 206/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011,REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DA RUA AMÉLIA JOSÉ BENTO, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 27 de setembro de 2013.

### Extrato Termo Aditivo Contrato N° 159/2013

EXTRATO CONTRATUAL N° 159/2013.

Contrato N°.: 159/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Vigência : Início: 27/09/2013 Término: 26/11/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.:130/2011.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto : SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 207/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011,REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA PREFEITO JOÃO JOSÉ FAGUNDES, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 27 de setembro de 2013.

### Extrato Termo Aditivo Contrato N° 161/2013

EXTRATO CONTRATUAL N° 161/2013.

Contrato N°.: 161/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Vigência : Início: 27/09/2013 Término: 26/11/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.:130/2011.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto : SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 209/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA FRANCISCO M. NUNES, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 27 de setembro de 2013.

### Extrato Termo Aditivo Contrato N° 162/2013

EXTRATO CONTRATUAL N° 162/2013.

Contrato N°.: 162/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Vigência : Início: 27/09/2013 Término: 26/11/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.:130/2011.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto : SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 210/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA GERMANO LOPES, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 27 de setembro de 2013.

### Comunicado Abertura Envelope Propostas Concorrência 123/2013

Ficam desde já Notificados Licitantes e Interessados de que os envelopes das propostas referente a CONCORRENCIA nº 123/2013 serão abertos no dia 02/10/2013 as 09:00h no Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes SC.

Navegantes 30 de setembro de 2013

### Decisão Recurso 123/2013 Pacopedra

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

CONCORRÊNCIA nº 123/2013

Aos 30 (trinta) dias de setembro de 2013, às 10:30 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1165 de março de 2013, com intuito de analisar e julgar o Recurso Administrativo inerente a Tomada de Preços nº 123/2013,



cujo objeto é a CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO DA RUA ONÓRIO BORTOLATTO - 1ª ETAPA (BR 470 - LEAR) ATRAVÉS DO PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - MINISTÉRIO DO TURISMO - CONVÊNIO SICONV Nº 780207/2012, protocoladas pela empresa PACOPEDRA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - CNPJ: 79.485.892/0001-18, em 25/09/2013.

#### PRELIMINARMENTE

A Comissão Permanente de Licitação resolve receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 109º inciso I da Lei 8.666/93 que regulamentou as Licitações e os Contratos Administrativos no Âmbito Nacional:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

#### DO RECURSO:

Em síntese, manifesta-se a empresa PACOPEDRA COMERCIO DE PEDRAS LTDA arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

a) A recorrente pleiteia o conhecimento do presente recurso e a reconsideração da decisão prolatada pela Comissão Permanente de Licitação no que tange a desclassificação da empresa PACOPEDRA COMERCIO DE PEDRAS LTDA, para participar da fase de abertura das propostas de preços.

Foram elencados os dispositivos arguidos, a fim de responder aos questionamentos de forma individualizada, conforme segue:

##### a) - DOS FATOS

A empresa por hora Requerente impetrou o presente Recurso Administrativo solicitando a reconsideração dos termos presentes na ata oriunda da Concorrência nº 123/2013 que visa à contratação do objeto supramencionado.

O fato que em tese caracteriza a irregularidade dos documentos apresentados para a habilitação da proponente é a falta da descrição de todos os profissionais que participarão da execução do projeto licitado, contudo ao ler os termos presentes no edital se extrai que o referido documento menciona a necessidade da designação do pessoal técnico responsável e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizara pelos trabalhos.

Verifica-se que o instrumento convocatório não determina de forma clara que a empresa deve qualificar todos os profissionais que atuarão de alguma forma no presente empreendimento, motivo pelo qual não seria coerente a Comissão Permanente de Licitação excluir uma proponente da disputa somente por que a mesma preferiu qualificar somente a responsável maior pela execução do projeto, sendo que dentre os documentos apresentados existem diversas provas de que a referida empresa possui a qualificação, capacidade e corpo técnico exigível no presente ato administrativo.

#### CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação decidiu

pela procedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

1) O deferimento do Requerimento protocolado pela empresa PACOPEDRA COMERCIO DE PEDRAS LTDA a classificação da proponente para participar da próxima fase do certame.

É a decisão.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR  
Presidente da Comissão de Licitação

Membros da Comissão de Licitação:  
PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO

MARIA BENEDITA CORRÊA

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

#### Extrato Decisão Adm Concorrenca Nº 123/2013 - Múltiplos

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO  
CONCORRENCIA nº 123/2013

Aos 27 (vinte e sete) dias de setembro de 2013, às 16:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1165 de março de 2013, com intuito de analisar e julgar o Recurso Administrativo inerente a CONCORRENCIA nº 123/2013, cujo objeto é a CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO DA RUA ONÓRIO BORTOLATTO - 1ª ETAPA (BR 470 - LEAR) ATRAVÉS DO PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - MINISTÉRIO DO TURISMO - CONVÊNIO SICONV Nº 780207/2012, protocoladas pela empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA ME - CNPJ: 10.788.391/0001-04, em 25/09/2013.

#### PRELIMINARMENTE

A Comissão Permanente de Licitação resolve receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 109º inciso I da Lei 8.666/93 que regulamentou as Licitações e os Contratos Administrativos no Âmbito Nacional:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

DO RECURSO: Em síntese, manifesta-se a empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA ME arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

a) A recorrente pleiteia o conhecimento do presente recurso e a reconsideração da decisão prolatada pela Comissão Permanente de Licitação no que tange a desclassificação da empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA ME, para participar da fase de abertura das propostas de preços.

Foram elencados os dispositivos arguidos, a fim de responder aos questionamentos de forma individualizada, conforme segue:

##### a) - DOS FATOS

A empresa por hora Requerente impetrou o presente Recurso Administrativo solicitando a reconsideração dos termos presentes na ata oriunda da Concorrência nº 123/2013 que visa à contratação do objeto supramencionado.

Considerando a nota de esclarecimento apresentada pela empresa proponente, resolveu reavaliar a aceitabilidade do acervo técnico contestada pelos demais proponentes por apresentar possível rasura na autenticação do CREA/SC, contudo após contato com o órgão expedidor recebemos termo elucidando a admissível dúvida, onde o referido órgão declara a autenticidade nos seguintes termos:

#### CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação decidiu pela procedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

1) O deferimento do Requerimento protocolado pela empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA ME a classificação da proponente para participar da próxima fase do certame.

É a decisão.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR  
Presidente da Comissão de Licitação

Membros da Comissão de Licitação:  
PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO

MARIA BENEDITA CORRÊA

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

DOUGLAS LEMOS

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Resultado Habilitação e Propostas PL Nº 65/13-CV Nº 023/13

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2013 - CONVITE Nº 023-2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada à execução da obra de engenharia PARA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 01 (UMA) EDIFICAÇÃO POPULAR MISTA, COM ÁREA TOTAL DE 108,01 (Cento e oito metros quadrados), situada na Rua Sotério Caciatori, Centro, no município de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Orçamento, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital. QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: DIANA CANTON SPGANOLLO E CIA LTDA ME, PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, VISOLI CONSTRUCTORA LTDA ME. Sendo que as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela desistência de recursos desta fase, por parte das licitantes.

Novo Horizonte (SC), em 27 de Setembro de 2013  
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2013 - CARTA CONVITE Nº 023/2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação

em epígrafe, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada à execução da obra de engenharia PARA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 01 (UMA) EDIFICAÇÃO POPULAR MISTA, COM ÁREA TOTAL DE 108,01 (Cento e oito metros quadrados), situada na Rua Sotério Caciatori, Centro, no município de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Orçamento, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa: DIANA CANTON SPGANOLLO & CIA LTDA-ME, vencedora do item 01 com valor total de R\$ 11.490,42 (Onze mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta dois centavos), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), 27 de Setembro de 2013  
Comissão Permanente de Licitação

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Lei Nº861/2013

LEI Nº. 861/2013

"Inclui Ação no Plano Plurianual do Município para o Exercício de 2013 e na Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2013, Abre Crédito Adicional Especial, autoriza transferências de recursos e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluído no Anexo III do Plano Plurianual do Município para o Exercício de 2013, constante na Lei Municipal nº. 818, de 11 de Dezembro de 2012 e no Anexo III das Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município, constante na Lei Municipal nº. 819, de 11 de Dezembro de 2012, com a seguinte ação conforme especifica:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Classificação		Especificações					Códigos
Órgão		SECRETARIA/COORD DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					04
Unidade Orçamentária		SECRETARIA/COORD DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					0401
Função		EDUCAÇÃO					12
Subfunção		ENSINO FUNDAMENTAL					361
Programa		EDUCAÇÃO PARA TODOS					1201
Projeto/Atividade		Aquisição de Terrenos P/Construção Escola Municipal					1064
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES							
Código	Ação	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Fonte de Recurso	Valor (R\$)

	Aquisição de Terrenos P/ Construção Escola Municipal		Área de Terra	Terrenos	M2	6.400	0189 0101	80.000,00	165.000,00
0064	P								
TOTAL GERAL								245.000,00	

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal também autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 245.000,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

04 – SECRETARIA/COORD DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
04.01 – SECRETARIA/COORD DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12 – EDUCAÇÃO		
361 – ENSINO FUNDAMENTAL		
1201 – EDUCAÇÃO PARA TODOS		
1064 – Aquisição de Terrenos P/Construção Escola Municipal		
40000000 – DESPESAS DE CAPITAL		
45000000 – INVERSÕES FINANCEIRAS		
45900000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	245.000,00
TOTAL GERAL	R\$	245.000,00

Art. 3º - O Crédito aberto por esta Lei correrá por conta de Alienação de Bens 0189 – Alienações de Bens Destinados a Outros Programas no Valor Total de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) e pela anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

03.01 – SECRETARIA/COORD DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
04.122.0402.1006 – Aquisição de Veículo		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Reduzido 007	R\$	85.000,00
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0189 – Reduzido 007	R\$	7.400,00
SUB-TOTAL	R\$	92.400,00
06.01 – SECRETARIA/COORD DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
17.511.1701.1021 – Construção de Obras de Saneamento Básico Rural		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Reduzido 029	R\$	4.600,00
20.606.2001.2022 – Manutenção das Atividades Agropecuárias		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Reduzido 032		25.000,00
SUB-TOTAL	R\$	29.600,00
07.01 – SECRETARIA/COORD DE INFRA-ESTRUTURA		
15.452.1502.2026 – Manutenção dos Serviços Urbanos		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Reduzido 038	R\$	15.000,00
22.661.2201.2028 – Manutenção das Atividades da Indústria		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Reduzido 040		18.000,00
23.691.2301.2030 – Manutenção das Atividades do Comércio e Serviços		

33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Reduzido 042	R\$	10.000,00
SUB-TOTAL	R\$	43.000,00
TOTAL GERAL	R\$	165.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 5º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Setembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

A presente Lei foi publicada e registrada em data supra.

NILSON SANTIN  
Vice-Prefeito Municipal

### Lei Nº862/2013

LEI Nº. 862/2013

REVOGA LEI MUNICIPAL 495/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS Rosane Minetto Selig, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a revogar a Lei 495/2006, que concedeu direito real de uso do imóvel objeto da matrícula n.º 6281 para o LEO CLUBE DE OURO VERDE.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 30 de Setembro de 2013

ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

NILSON SANTIN  
Vice-prefeito Municipal

### Lei Nº863/2013

LEI Nº863/2013

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE OURO VERDE - SC AO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos artigos 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO ao Estado de Santa Catarina o imóvel com as seguintes especificações:

I - um lote urbano sob n.º. 3 da quadra 02 do loteamento "Reni e Jacir Sgarbossa" medindo 525m² (Quinhentos e Vinte e Cinco Metros Quadrados) matriculado no CRI da comarca de Abelardo Luz - SC sob n.º. 6.281

II - o imóvel objeto da Concessão de Direito Real de Uso está individualizado nas seguintes confrontações: ao Norte, pela Avenida Pedro Bioto Sobrinho numa linha de 17,50 metros corridos; ao Sul,

com parte do lote nº 06 de Elvira Barbiero Sgarbossa, numa linha de 17,50 metros corridos; a Leste, com o lote nº. 04 de Afonso Kosinski, numa linha de 30,00 metros corridos; e a Oeste, com o lote nº 02 de Emerson Andretta Giacomini, numa linha de 30,00 metros corridos, distante 20 metros da esquina entre a Rua São Pedro e Rua Santa Catarina, conforme descrito na matrícula do imóvel, cuja cópia faz parte integrante deste Projeto de Lei;

Art. 2º. - A Concessão de Direito Real de Uso objeto do presente Projeto de Lei, tem por finalidade a instalação do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) na sede do município de Ouro Verde.

Art. 3º. - A presente Concessão de Direito Real de Uso terá prazo indeterminado e durará enquanto sobre o imóvel for mantido o Centro de Referência de Assistência Social.

Art. 4º. Caso o imóvel venha a ser utilizado para outra finalidade que não a implantação e manutenção do CRAS, extingue-se a Concessão do Direito Real de Uso, voltando a situação do imóvel ao status quo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde, 30 de setembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Ouro Verde - SC

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

Ouro Verde - SC

### Decreto N°2395

DECRETO N.º 2395/2013

"Dispõe Sobre a Suplementação e Anulação de Dotação Orçamentária no Orçamento Vigente e da outras providências".

Rosane Minetto Selig, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Mun. 821/2012, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), destinados a reforçar a seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente:

0401 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12.361.1201.2009 – Manutenção do Ensino Fundamental		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0101 – Reduzido 011	R\$	48.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>48.000,00</b>

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de anulação parcial e/ou total das seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

0401 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12.361.1201.2009 – Manutenção do Ensino Fundamental		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0118 – Reduzido 011	R\$	38.000,00

SUB-TOTAL	R\$	38.000,00
0401 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12.361.1201.2009 – Manutenção do Ensino Fundamental		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0101 – Reduzido 012	R\$	10.000,00
SUB-TOTAL	R\$	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>48.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, 25 de Setembro de 13

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

### Decreto N°2396

DECRETO N.º 2396/2013

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 2º da Lei Municipal N.º 861 de 27 de setembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal também autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 245.000,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

04 – SECRETARIA/COORD DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
04.01 – SECRETARIA/COORD DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12 - EDUCAÇÃO		
361 – ENSINO FUNDAMENTAL		
1201 – EDUCAÇÃO PARA TODOS		
1064 – Aquisição de Terrenos P/Construção Escola Municipal		
40000000 – DESPESAS DE CAPITAL		
45000000 – INVERSÕES FINANCEIRAS		
45900000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	245.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$</b>	<b>245.000,00</b>

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de Alienação de Bens 0189 – Alienações de Bens Destinados a Outros Programas no Valor Total de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) e pela anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

03.01 – SECRETARIA/COORD DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
04.122.0402.1006 – Aquisição de Veículo		



44900000 – Aplicações Diretas – Fonte		
0100 – Reduzido 007	R\$	85.000,00
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte		
0189 – Reduzido 007	R\$	7.400,00
SUB-TOTAL	R\$	92.400,00
06.01 – SECRETARIA/COORD DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
17.511.1701.1021 – Construção de Obras de Saneamento Básico Rural		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte		
0100 – Reduzido 029	R\$	4.600,00
20.606.2001.2022 – Manutenção das Atividades Agropecuárias		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Reduzido 032		25.000,00
SUB-TOTAL	R\$	29.600,00
07.01 – SECRETARIA/COORD DE INFRA-ESTRUTURA		
15.452.1502.2026 – Manutenção dos Serviços Urbanos		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte		
0100 – Reduzido 038	R\$	15.000,00
22.661.2201.2028 – Manutenção das Atividades da Indústria		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Reduzido 040		18.000,00
23.691.2301.2030 – Manutenção das Atividades do Comércio e Serviços		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte		
0100 – Reduzido 042	R\$	10.000,00
SUB-TOTAL	R\$	43.000,00
TOTAL GERAL	R\$	165.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Setembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

**Paial**

**PREFEITURA**

### **Ata de Julgamento de Habilitação e Proposta TP 011/2013**

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2013. OBJETO: contratação de empresa(s) do ramo de engenharia e/ou construção do jardim de infância Pingo de Gente, em anexo ao CEMPA, conforme disposto no Anexo "E" deste edital.

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura

Municipal de Paial, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 03/2013, sob a presidência do Senhor Antonio Soster, membros o Senhor Ivandro Zuchi e a Senhora Soeli Braatz, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA representada pelo Sr. Sergio Conrado Casasola, e a empresa LEANDRO PAGLIARI-ME, representada pelo Sr. Emerson Salvagni. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros, os Envelopes 01 - Documentação e os Envelopes 02 - Propostas apresentados pelas concorrentes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 do Edital. Após isso, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentação de Habilitação das licitantes. Nessa ocasião, a empresa SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA declara que a empresa LEANDRO PAGLIARI -ME não apresentou a certidão simplificada expedida pela junta comercial não podendo assim usufruir dos benefícios da Lei 123/06. Enquanto isso, a empresa LEANDRO PAGLIARI -ME declara que o edital não está solicitando a certidão simplificada e que o documento de Constituição da empresa menciona que a empresa é ME. Após a referida impugnação a comissão de licitações analisou a redação do item 5.6 do edital, que prevê que as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, inclusive as exigidas nas alíneas "b" a "f" do item 5.1, mesmo que estas apresentem alguma restrição quanto à regularidade fiscal, sob pena de inabilitação. Nesse passo, verificou a comissão que ambas as licitantes atenderam adequadamente os requisitos de habilitação do Edital, destacando que o mesmo não exige a apresentação da certidão simplificada para dispor do benefício de 10%, bastante o ato constitutivo, documento que a empresa impugnada juntou. Por conseguinte, ambas foram julgadas HABILITADAS. Os representantes renunciaram expressamente ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação bem como ao respectivo prazo recursal, através da assinatura da presente ata. Isto posto, a comissão procedeu então a abertura dos Envelopes 02 - Proposta de Preços da licitante habilitada, a qual foi conferida com os requisitos constantes do ato convocatório e rubricada pelos membros da Comissão, constando-se que a licitante atendeu às exigências formais relativas a proposta, constantes no item nº 6 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. De consequência, foi apurado o seguinte resultado: a licitante LEANDRO PAGLIARI-ME sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor total de R\$ 104.131,39 (cento e quatro mil e cento e trinta e um reais e trinta e nove centavos), ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 109.940,93 (cento e nove mil e novecentos e quarenta reais e noventa e três centavos) Quanto aos preços propostos pela licitante vencedora, verificou-se que os valores ficaram abaixo do valor máximo estipulado no subitem 9.1 do presente Edital. Os representantes legais renunciaram expressamente ao direito de recorrer do julgamento da fase de classificação de preço, bem como ao respectivo prazo recursal, através da assinatura da presente ata, relativo a esta fase. Ficou ressalvado, ainda, que a Comissão verificará a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores, antes da emissão de seu parecer final. Deixada à palavra livre, o responsável pela empresa SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA declarou que estava se retirando da sessão alegando que a empresa LEANDRO PAGLIARI não apresentou o cronograma de execução da obra, sendo que no edital proposta não exige tal documentação e se recusou a assinar a presente ata. Abre-se o prazo de 05 dias úteis caso a empresa queira apresentar recurso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações e representante presente.

ANTONIO SOSTER  
Presidente da CPL

IVANDRO ZUCHI  
Vice-Presidente da CPL

SOELI BRAATZ  
Secretária CPL

BIBIANE BROCK FERREIRA  
Auxiliar Administrativo

SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA  
SERGIO C. CASASOLA

EMERSON SALVAGNI  
Leandro Pagliari ME

## Palhoça

### PREFEITURA

#### **Decreto N° 1.563, de 25 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 1.563, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA  
MESMA ATIVIDADE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº  
3798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar o  
valor de R\$ 600.000,00, (seiscentos mil reais), na dotação orça-  
mentária abaixo:

14 - SECRET DE INFRAEST.TRANS.DEF.CIV.ENERG.  
14.01 - SECRET.DE INFRAEST.TRANS.DEF.CIV.ENERG.  
2.028 - Manutenção da Iluminação Pública R\$ 600.000,00  
SUPLEMENTA  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0051.000000 - Aplicações Diretas R\$  
600.000,00  
ANULA  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0255.000000 - Aplicações Diretas R\$  
600.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de setembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

#### **Decreto N° 1.564, de 26 de Setembro de 2013.**

DECRETO N°. 1.564, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.  
COMITÊ GESTOR DE GOVERNO. Dá Nova redação ao Decreto nº  
1.515, de 14 de junho de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o inciso IV do art. 79 da Lei Orgânica do Município, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º O art. 2º e seu §1º, ambos do Decreto nº 1.515, de 14 de junho de 2013 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Comitê Gestor de Governo será composto pelo Secretário Municipal de Administração, que o presidirá, pelo Secretário Municipal de Gestão Governamental, pelo Secretário Municipal de Finanças e pelo Procurador Geral do Município.

§ 1º O Comitê Gestor de Governo reunir-se-á 02 (duas) vezes por semana, em datas e locais a serem definidas pelo Presidente, para discutir, deliberar, e propor ao Prefeito Municipal sobre os temas que lhe sejam afetos por competência, com apoio de servidor a ser convocado pelo Presidente do Comitê Gestor."(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 26 de setembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2914/2013**

PORTARIA N° 2914/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

CONTRATAR KATIA REGINA HILLESHEIN, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, bem como Processo Seletivo 009/FMP/2013, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Estágio em Educação Infantil, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/09/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora Executiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

#### **Portaria N° 2935/2013**

PORTARIA N° 2935/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,,

#### RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) DIONI LIBERATO, matrícula nº. 500443, ocupante da categoria funcional de Operador de Máquinas, lotado (a) na Secretaria de Administração, averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 26 (vinte e seis) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 25/07/2013.



Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2936/2013**  
 PORTARIA Nº 2936/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LOURDES MINOZZO FURTADO, matrícula nº. 800666, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo que pela como Professor ACT pela Prefeitura de Urubici, totalizando 04 (quatro) ano, 03 (três) meses e 11 (onze) meses, averbar tempo que pela como Professor ACT pela Prefeitura de Bituruna Paraná, totalizando 05 (cinco) anos, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**SHIRLEY NOBRE SCHARF**  
 Secretária de Educação e Cultura

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 2869/2013.**  
 PORTARIA Nº. 2869/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400859	Martila da Silva	Pós Graduação	15%	06/03/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 2870/2013.**  
 PORTARIA Nº. 2870/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401361	Edson Ebert	Pós Graduação	15%	03/04/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 2871/2013.**  
 PORTARIA Nº. 2871/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401843	Daiane Regina Tavares Gomes	Pós Graduação	15%	07/03/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 2872/2013.**  
 PORTARIA Nº. 2872/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401057	Carine Sens Hinkel	Pós Graduação	15%	01/04/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2873/2013.**  
PORTARIA N°. 2873/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401806	Eleomar Paes	Pós Graduação	15%	01/04/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2874/2013.**  
PORTARIA N°. 2874/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402129	Flavia de Castro oreno	Pós Graduação	15%	18/06/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2875/2013.**  
PORTARIA N°. 2875/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401812	Ariane Zanetta Justino Pierri	Pós Graduação	15%	25/06/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2876/2013.**  
PORTARIA N°. 2876/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401793	Renata de Souza Fagundes	Pós Graduação	15%	02/05/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2877/2013.**  
PORTARIA N°. 2877/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401020	Helen Francis Bressan Gazola	Pós Graduação	15%	25/01/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2878/2013.**

PORTARIA N° 2878/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400891	Giovani Sant'Anna Garcia	Pós Graduação	15%	30/04/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2879/2013.**

PORTARIA N° 2879/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
160191	Felipe Neves Linhares	Mestrado	20%	23/07/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2880/2013.**

PORTARIA N° 2880/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
500949	Adriana Fernanda Costa	Pós Graduação	15%	20/06/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2881/2013.**

PORTARIA N° 2881/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
100299	Ledia Mara Rosa Silva Martins	Pós Graduação	15%	04/06/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2882/2013.**

PORTARIA N° 2882/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400850	Aline Soares Suarez	Pós Graduação	15%	17/04/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2883/2013.**  
PORTARIA N°. 2883/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402118	Roseli Rodycz Wendt	Pós Graduação	15%	26/06/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2884/2013.**  
PORTARIA N°. 2884/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401362	Maria de Fátima Ebert	Pós Graduação	15%	05/04/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2885/2013.**  
PORTARIA N°. 2885/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
100426	Mavia Aparecida Maier	Pós Graduação	15%	10/06/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2886/2013.**  
PORTARIA N°. 2886/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401108	Fabiana Farias	Pós Graduação	15%	29/05/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2887/2013.**  
PORTARIA N°. 2887/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401205	Carin Costa Moraes	Pós Graduação	15%	05/04/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração



MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2888/2013.**  
PORTARIA N° 2888/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
100593	Andrea de Abreu	Pós Graduação	15%	08/07/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2889/2013.**  
PORTARIA N° 2889/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400953	Luciane Zandonadi Geraldo	Pós Graduação	15%	23/05/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2890/2013.**  
PORTARIA N° 2890/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS

REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
500950	Jordana Einsfeld	Pós Graduação	15%	10/06/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2891/2013.**  
PORTARIA N° 2891/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400946	Eliana Maria Thome da Silva	Pós Graduação	15%	22/02/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2892/2013.**  
PORTARIA N° 2892/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402157	Denise Asari Saito	Pós Graduação	15%	04/07/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2893/2013.**  
PORTARIA N°. 2893/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
100417	Leonildo Sivi-ro Junior	Pós Gradu-ação	15%	08/01/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2894/2013.**  
PORTARIA N°. 2894/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MAIKEL REUS RICK, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Prof°. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/08/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Marcos P. Sartor, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2895/2013.**  
PORTARIA N°. 2895/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ERIKA APARECIDA DE JESUS COSTA, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Prof°. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/09/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Almir S. Lo-pes, que se encontra e Licença Premio.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2896/2013.**  
PORTARIA N°. 2896/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2365 de 05 de agosto de 2011, que Concedeu Licença para Capacitação Profissional ao servidor PAULO VALÉRIO MENDONÇA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 190, da Lei n°. 097/2010, processo n°. 17524/2013, pelo período de 02/08/2013 a 02/02/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2897/2013.**  
PORTARIA N°. 2897/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DAIANA LEONTILA DA CRUZ FARIAS, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de



Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/09/2013 a 26/11/2013, face ao impedimento da titular Alba Terezinha da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2898/2013.**  
PORTARIA N° 2898/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOÃO RISDEN DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/09/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Cleusa S. P. Galvani, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2899/2013.**  
PORTARIA N° 2899/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A contar de
Daniela de Almeida	40	30	01/09/2013 a 15/12/2013
João Paulo Osmar da Silva	15	30	21/08/2013 a 15/12/2013

Juraci de Aviz	30	20	28/08/2013 a 15/12/2013
Rosângela Maria da Silva	20	40	26/08/2013 a 15/12/2013
Verusca Feitoza dos Reis	40	20	12/08/2013 a 15/12/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2900/2013.**  
PORTARIA N° 2900/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013.

**RESOLVE:**

DESIGNAR como Responsável Geral pelo CREAS da Secretaria de Assistência Social, JANE CAMPOS DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2901/2013.**  
PORTARIA N° 2901/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NICOLLE BUTKA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/08/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2902/2013.**  
PORTARIA N°. 2902/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARGARETE DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Mara Luiza V. Liberato da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 19/08/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2903/2013.**  
PORTARIA N°. 2903/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EMILENA PALMAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/08/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatas aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2904/2013.**  
PORTARIA N°. 2904/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCIA CARVALHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI José Miguel Ferreira da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 05/08/2013 a 22/09/2013, face ao impedimento da titular Lucia Helena Truppel, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2905/2013.**  
PORTARIA N°. 2905/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOSIANE PEREIRA DE FREITAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/08/2013 a 30/11/2013, face ao impedimento da titular Gisele M. L. Ventura, que se encontra em Licença Premio.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2906/2013.**  
PORTARIA N°. 2906/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA PAULA SOARES SÁ BRITO FORNARI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/08/2013 a 20/10/2013, face ao impedimento da titular Sandra C. Saibert, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 2907/2013.**

PORTARIA Nº. 2907/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MIRIÃ NUNES DE MATOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 05/08/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Ana Paula Oliveira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 2908/2013.**

PORTARIA Nº. 2908/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FLAVIA MONTIBELLER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do

Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 07/08/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Eliete Nunes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 2909/2013.**

PORTARIA Nº. 2909/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PATRICIA REGINA LOURENÇO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/08/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Luana Pierri, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 2910/2013.**

PORTARIA Nº. 2910/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR TUANNY KAROLINE DA SILVA SOTERO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da

Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/08/2013 a 26/11/2013, face ao impedimento da titular Deise Luz, que se encontra em Licença Premio.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2911/2013.**  
PORTARIA N°. 2911/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BRUNA JARDIM FRANCO BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/08/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2912/2013.**  
PORTARIA N°. 2912/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAOLA LESSA DE FREITAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 20/08/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Nelsa H. Mayer, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2913/2013.**  
PORTARIA N°. 2913/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DONIZETE FORMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/08/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Rafael K. Avila, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2915/2013.**  
PORTARIA N°. 2915/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor em 02 de setembro de 2013.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR
800744	Adriana Gomes Gonçalves	R\$ 600,00
300007	ALBERTO PRIM	R\$ 1.000,00
300406	Ana Cristina de Jesus dos Santos	R\$ 100,00
300412	Ana Karina da Cunha	R\$ 100,00
800681	Clarice Maria dos Santos Galvão	R\$ 570,00
190083	Débora Luciane Novelletto	R\$ 500,00



200061	Edione Maria Coelho	R\$ 100,00
802382	Elias Zacarias Romão	R\$ 300,00
300414	Elisangela Galliani	R\$ 100,00
801122	Eliziana Regina Flores Schmidt	R\$ 500,00
300485	Eronita Magalhães S. dos Santos	R\$ 100,00
300499	Ezenir Fatima Gaspar	R\$ 100,00
800383	Jair Joaquim Pereira	R\$ 640,00
500941	Jane Lourdes dos Santos Ferreira	R\$ 100,00
500445	Jucelio Jorge Pereira Warmling	R\$ 400,00
300413	Leoni Terezinha da Silveira	R\$ 100,00
500910	Luiz Carlos Moreira	R\$ 200,00
800938	Marcia Bruggemann Spricigo	R\$ 640,00
801536	Márcia Elia da Costa	R\$ 300,00
190023	Maria Lourdes Fontoura	R\$ 600,00
801575	Maria Odete Vieira	R\$ 100,00
300523	Marilene da Silva e Silva	R\$ 200,00
800461	Mary Lucia de Souza da Silveira	R\$ 690,00
800081	Maurina Moura Alves	R\$ 300,00
500214	Onildo Jose de Souza	R\$ 500,00
300493	Rosana Marlene da Silva	R\$ 100,00
200024	Rosane Ondina de Souza Quadros	R\$ 150,00
190065	Sara de Avila Rosa	R\$ 1.000,00
500190	Silvio da Silva	R\$ 100,00
800378	Susi Nilza Goulart	R\$ 1.000,00
300424	Terezinha da Silva Sanceverino	R\$ 100,00
300407	Vera Regina Siegel	R\$ 100,00
500248	Vilson Arent Willemann	R\$ 400,00

## ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
600002	Elisabete da Silva	R\$ 300,00	R\$ 600,00
300433	Oswaldo Bossolan Neto	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
800393	Rafaela Maria Freitas	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2916/2013.**  
PORTARIA N° 2916/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

CONTRATAR ALBERTINA AURORA MIRANDA, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/08/2013 a 11/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**SHIRLEY NOBRE SCHARF**  
Secretária de Educação e Cultura

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2917/2013.**  
PORTARIA N° 2917/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GEISICLEIA DE ASSIS VIEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**SHIRLEY NOBRE SCHARF**  
Secretária de Educação e Cultura

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2918/2013.**  
PORTARIA N° 2918/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO THAYSE APARECIDA PASSOS, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO**  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2919/2013.**  
PORTARIA N° 2919/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE IVONE SUMAR, matrícula nº. 100010, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao

quinquênio de 30/12/2006 a 30/12/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 16/09/2013 à 16/10/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2920/2013.**  
PORTARIA N°. 2920/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
RETIFICAR a Portaria 2498 de 01 de agosto de 2013, que Exonerou a servidora ELI-ZANDRA MARIA DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deverá ser ELIZANDRA MARIA DA ROSA e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2921/2013.**  
PORTARIA N°. 2921/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
NOMEAR POR CONCURSO IVANIR MACIEL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Alfabetização e Letramento, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital n°. 001/2010/FMP, homologado em 29/09/2010, conforme a Lei n°. 097, de 15 de dezembro de 2010

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2922/2013.**  
PORTARIA N°. 2922/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
CONTRATAR SILVIA REGINA CITADIN, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/08/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2923/2013.**  
PORTARIA N°. 2923/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
CONTRATAR DILMAR EVARISTO VOGES, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/08/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2924/2013.**  
PORTARIA N°. 2924/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
PRORROGAR a Portaria 2432 de 20 de agosto de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor ARI RODÃO DA ROSA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta



Prefeitura, pelo período de 04/09/2013 a 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2925/2013.**  
PORTARIA N°. 2925/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 2501 de 03 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor FRANCISCO JOSÉ GARCIA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/09/2013 a 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2926/2013.**  
PORTARIA N°. 2926/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 2464 de 03 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor HAMILTON RAMOS DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2013 a 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2927/2013.**  
PORTARIA N°. 2927/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 2430 de 20 de agosto de 2012, que Contratou por Tempo De-terminado o servidor HÉLIO JOÃO DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/09/2013 a 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2928/2013.**  
PORTARIA N°. 2928/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 2605 de 10 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JAIRO EUCLIDES PEREIRA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/09/2013 a 17/09/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2929/2013.**  
PORTARIA N°. 2929/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 2682 de 10 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor LUIZ PAULO DE OLIVEIRA DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/09/2013 a 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO**  
 Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2930/2013.**  
 PORTARIA N° 2930/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
 PRORROGAR a Portaria 2500 de 03 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor MAURO DO AMARAL, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/09/2013 a 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO**  
 Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2931/2013.**  
 PORTARIA N° 2931/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
 PRORROGAR a Portaria 2705 de 17 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor NELSON CHAVES, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2013 a 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO**  
 Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2932/2013.**  
 PORTARIA N° 2932/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
 PRORROGAR a Portaria 2681 de 10 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor PEDRO NEMEZIO RODRIGUES, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2013 a 03/09/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO**  
 Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2933/2013.**  
 PORTARIA N° 2933/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
 PRORROGAR a Portaria 2431 de 03 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor VALDIR OLIVIO DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2013 a 03/09/2014.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO**  
 Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2934/2013.**  
 PORTARIA N° 2934/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**  
 CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
800920	Lucia T. Espindola Pierri	ASG	ANFB-I-C	ANFB-II-C	31/07/2013

300216	Susane C. de Farias Broering	Assistente Administrativo	ANM -I-E	ANM-II-E	12/08/2013
--------	------------------------------	---------------------------	----------	----------	------------

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.  
**DANIEL BROERING HARGER**  
 Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
 Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2937/2013.**  
**PORTARIA N°. 2937/2013.**

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Lostada	Professor	15	19/08/13	I – M 54-5, II – M 65-9, III – M 79-6
Aline Soares Suares	Enfermeiro	05	19/08/13	I – M 25-5
Ana Carolina Xavier	Professor	07	14/08/13	I – O 20
Arlete da Rosa Silva	Professor	07	21/08/13	I – M 76-5, II – M 25-5
Arlete da Rosa Silva	Professor	03	28/08/13	I – M 76-5, II – M 25-5
Arlete da Rosa Silva	Professor	07	02/09/13	I – M 76-5, II – M 25-5
Carlos Roberto Freitas	ASO	20	08/08/13	
Catarina Maria Nunes	ASG	30	04/08/13	I – M 47-2, II – M 76-0
Claudiceia Dantas da C. Oliveira	Professor	60	26/08/13	I – F 31-9
Cleusa Cristina Romanski	ASG	10	15/08/13	II – Z 76-3
Daiana Assis Dibaquer	ACS	120	14/07/13	I – C 56
Dineia Maria da Silva	ASG	20	21/08/13	I – F 32-1
Dineia Odete de Souza	Professor	04	20/08/13	I –
Dineia Odete de Souza	Professor	15	02/09/13	I –
Elenita da Silva	ASG	90	19/08/13	I – F 31-2, II – F 32
Eliane Izaura Martins Abreu	Professor	120	04/09/13	I –
Eunice Luz dos Santos	ASP	30	15/08/13	I – Z 54-0
Fabio Linder de Souza	Motorista	60	19/08/13	I – M 20-2

Fabiola Pires Fermino	Monitora	10	16/08/13	I – M 54, II – Z 76-3
Fabiola Pires Fermino	Monitora	20	27/08/13	I – M 54, II – Z 76-3
Gisele da Silva	ACS	10	15/08/13	I – Z 76-3
Janaina Rosilda Kammers	ACS	180	19/08/13	I – Z 33
Jandira Maria Camargo	Professor	40	15/08/13	I – F 41-2
Jane Lucia Ferreira	Professor	60	28/08/13	I – F 41-0
Jucelandia de Souza	ASG	07	21/08/13	I – M 25-5
Jucelandia de Souza	ASG	30	02/09/13	I – M 25-5
Julio Cesar de Macedo	Professor	10	20/08/13	I – Z 76-3
Kátia Aparecida de Souza	Professor	05	11/08/13	I – S 93-4
Kátia Aparecida de Souza	Professor	08	19/08/13	I – S 93-4
Kelly Vivian dos Santos Silva	Professor	10	19/08/13	I – Z 76-3
Luana Andrade Inacio Mello	ACD	02	15/08/13	I – O 26-8
Luana Andrade Inacio Mello	ACD	04	17/08/13	I – O 26-8
Luana Andrade Inacio Mello	ACD	180	04/09/13	I – Z 33
Luana Passos Pierri	Professor	180	19/08/13	I – Z 33
Luciano C. da Silva	Assessor	12	19/08/13	I – S 93-4
Luzia Helena dos Santos	Assistente Administrativo	30	29/08/13	I – Z 76-3
Mabel Eliane Mendes da Silva	Merendeira	05	19/08/13	I – M 25-5
Márcia Regina da Conceição	ASG	90	21/08/13	I – Z 76-3
Maria Clarisse da Silva	ACS	07	19/08/13	I – S 30, II – S 20
Maria Cristina Pierri	Professor	15	20/08/13	I – Z 76-3
Maria Gorete Machado	ASO	30	17/08/13	I – C 44
Marisa de Melo	Professor	15	18/08/13	I – Z 76-3
Nara Cristina Candido	Monitor	07	16/08/13	I – S 93-4
Roseli Hilda de Souza Dimon	Assistente Tec. Pedagógico	60	16/08/13	I – Z 76-3
Samara Silva Cravo	Professor	15	07/08/13	I – F 41-2
Sandra C. Saibert Ventura	Professor	30	22/08/13	I – Z 54-0
Sandra Tereziha Gomes	ASG	30	22/08/13	I – I 69
Taise Cardoso da Silva	Enfermeiro	10	23/08/13	I – F 43

Tania Walter	Merendeira	60	19/08/13	I – M 75, II – M 25-5, III – G 56
Tatane Mariano	ASG	180	20/08/13	I – Z 33
Telmo da Rocha	Técnico em Edificações	60	21/08/13	I – S 42-0
Thayse Talita Pereira	Professor	12	05/08/13	I – S 20
Vanessa Cristina de Souza	ASO	180	12/08/13	I – Z 33

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2938/2013.**  
PORTARIA N°. 2938/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei n°. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOSE MAURICIO DOS SANTOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**SHIRLEY NOBRE SCHARF**  
Secretária de Educação e Cultura

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ata Julgamento Cp 150/2012 - Proposta Técnica**  
ATA DE JULGAMENTO PROPOSTA TÉCNICA, APÓS RECURSO INTERPOSTO, APRESENTADA PARA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°150/2012

Aos vinte sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, a partir das 13:30 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL, sob a presidência o Senhor ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA, convocando o servidor Júlio César da Cruz, para secretariar os trabalhos, a fim de divulgar o resultado após fase para interposição de recurso - PROPOSTA TÉCNICA, apresentadas para a Concorrência Pública n°150/2012, tendo como critério de julgamento, a conformidade das propostas com o edital e o julgamento das propostas técnicas.

A Comissão Permanente de Licitações deixa registrado em Ata que o recurso interposto pela Empresa SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP, na data de 13 de dezembro de 2012, foi prontamente enviado a Autarquia Águas de Palhoça e em seguida a Procuradoria Jurídica do Município. Ocorre que em face ao cenário eleitoral conturbado de 2012/2013, somente obteve-se resultado final na fase PROPOSTA

TÉCNICA neste momento. A Comissão Permanente de Licitações fez subir, devidamente informado o recurso interposto, no qual o Prefeito Municipal, na qualidade de Autoridade Superior deferiu o Recurso.

Após, levando em conta a Planilha de pontuação da Proposta Técnica apresentada para Empresa SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP, elaborada pela Comissão Técnica Especial de Licitação, com os poderes conferidos pela Portaria n°2546/2012, a Comissão Permanente de Licitações declara CLASSIFICADA na fase PROPOSTA TÉCNICA a Empresa SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP.

O Presidente declara que o resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no Mural Público e no Site da Prefeitura Municipal de Palhoça, para ciência de todos. Após, a Licitante classificada será comunicada da data de abertura do invólucro n°3 PROPOSTA DE PREÇOS.

Nada mais a tratar, a sessão foi encerrada, na qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos membros da comissão abaixo assinados.

Palhoça, 26 de setembro de 2013.

**ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA JÚLIO CÉSAR DA CRUZ**  
Presidente da Comissão Membro da Comissão

**JANE DAS DORES DA SILVA**  
Membro da Comissão

**Aviso de Licitação - Concorrência Pública N°177/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 177/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública n°177/2013, no dia 31 de outubro de 2013, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA n°177/2013 que tem como objeto a contratação de empresa para execução de obras civis com fornecimento de materiais, equipamentos e supervisão ambiental para continuação da implantação do sistema de abastecimento de água das Praias da Pinheira, Guarda do Embaú e Praia do Sonho, no Município de Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.sc.gov.br](http://www.palhoça.sc.gov.br).

Palhoça, 27 de setembro de 2013.

**CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS**  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Pregão Presencial 178-2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO N°. 178/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial n°. 178/2013, no dia 14 de outubro de 2013, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto a aquisição de veículo zero quilômetro para a Secretaria de Habitação, deste Município.



O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.sc.gov.br](http://www.palhoça.sc.gov.br).

Palhoça, 27 de setembro de 2013.  
PREGOEIRO (A).

### Extrato de Ata de Registro de Preços N°100/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º100/2013 – Pregão Presencial 29/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 02/09/2013 à 01/09/2014.

Item	Qtd	Un.	Descrição do objeto licitado	Marca	Preço Unitário	Preço total
31	100	lata	Preges-timil, fórmula infantil, lata com 454 gramas.	PREGES-TIMIL - MEAD	R\$56,00	R\$5.600,00
32	100	lata	Supra Soy sem Lactose, natural, lata com 300 gramas.	SUPRA-SOY - JOSAPAR	R\$18,50	R\$1.850,00
33	50	lata	Supra Soysem Lactose, sabor de banana, lata com 300 gramas.	SUPRA-SOY - JOSAPAR	R\$17,50	R\$875,00
34	60	lata	Supra Soy sem Lactose, sabor iogurte, lata com 300 gramas.	SUPRA-SOY - JOSAPAR	R\$17,50	R\$1.050,00
						R\$9.375,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços N°96/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º96/2013 – Pregão Presencial 29/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 02/09/2013 à 01/09/2014.

Item	Qtd	Un.	Descrição do objeto licitado	Marca	Preço Unitário	Preço total
3	60	lata	Fiber Mais, suplemento alimentar, nestlé, lata com 260 gramas.	NESTLÉ	R\$73,00	R\$4.380,00
10	100	lata	Leite em pó Alfaré, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	NESTLÉ	R\$137,00	R\$13.700,00
18	200	lata	Leite em pó NutrenActiva, sabor banana, lata com 400 gramas.	NESTLÉ	R\$23,70	R\$4.740,00
19	200	lata	Leite em pó NutrenActiva, sabor baunilha, lata com 400 gramas.	NESTLÉ	R\$23,70	R\$4.740,00
20	300	lata	Leite em pó Nutren Jr, lata com 400 gramas.	NESTLÉ	R\$40,90	R\$12.270,00
21	600	lata	Leite em pó Peptamen Junior, lata com 430 gramas.	NESTLÉ	R\$156,10	R\$96.660,00
						R\$133.490,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços N°97/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º97/2013 – Pregão Presencial 29/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 02/09/2013 à 01/09/2014.

Item	Qtd	Un.	Descrição do objeto licitado	Marca	Preço Unitário	Preço total
11	600	lata	Leite em pó Nan1, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	NAN 1 PRÓ/NESTLÉ	R\$20,00	R\$12.000,00
12	300	lata	Leite em pó Nan2, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	NAN 2 PRÓ/NESTLÉ	R\$19,00	R\$5.700,00
13	300	lata	Leite em pó Nan sem Lactose, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	NAN SEM LACTOSE/NESTLÉ	R\$28,50	R\$8.550,00
14	800	lata	Leite em pó NanSoy, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	NAN SOY/NESTLÉ	R\$24,00	R\$19.200,00
15	150	lata	Leite em pó NanAR, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	NAN AR/NESTLÉ	R\$16,00	R\$2.400,00

24	30	lata	Mucilon de Arroz com Aveia, cereal Infantil para complementar a alimentação, latacom 400 gramas.	MUCILON/NESTLÉ	R\$6,50	R\$195,00
25	30	lata	Mucilon de Arroz, cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas.	MUCILON/NESTLÉ	R\$6,50	R\$195,00
26	60	lata	Mucilon de Milho, é o cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas.	MUCILON/NESTLÉ	R\$6,50	R\$390,00
27	60	lata	Mucilon Multicereais, cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gr.	MUCILON/NESTLÉ	R\$6,50	R\$390,00
28	200	lata	Nestogeno1, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	NESTOGENO1/NESTLÉ	R\$12,00	R\$2.400,00
29	150	lata	Nestogeno2, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	NESTOGENO2/NESTLÉ	R\$12,00	R\$1.800,00
35	600.000	gr.	Fórmula infantil para crianças de 0 a 06 meses, contendo: soro de leite desmineralizado, lactose, leite desnatado, fibras alimentares, óleo de palma, coco e canola, concentrado protéico de soro de leite, óleo de milho, carbonato de cálcio, citrato de potássio, bitartarato de colina, cloreto de potássio, vitamina C, citrato de sódio, taurina, óxido de magnésio, sulfato ferroso, inositol, sulfato de zinco, vitaminas A e E, niacina, gluconato de cobre, sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, beta caroteno, vitaminas B6 e B1, iodeto de potássio, ácido fólico, sulfato de manganês, selenito de sódio, vitamina D, biotina, vitamina K. Atendendo aos padrões do Codex Alimentarius FAO/OMS, embalagem deverá vir no mínimo com 400 gramas, prazo de validade mínima de 02 anos.	NAN COMFORT1/NESTLÉ	R\$0,03	R\$18.000,00

R\$71.220,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços N°98/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º98/2013 – Pregão Presencial 29/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 02/09/2013 à 01/09/2014.

Item	Qtd	Un.	Descrição do objeto licitado	Marca	Preço Unitário	Preço total
1	200	lata	Bebelac2, em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	MILUPA 2	R\$10,50	R\$2.100,00
4	500	lata	Leite Aptamil1 em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	APTAMIL 1	R\$12,95	R\$6.475,00
5	300	lata	Leite Aptamil2 em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	APTAMIL 2	R\$12,85	R\$3.855,00
6	200	lata	Leite Aptamil-Pepti em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	APTAMIL PEPTI	R\$31,50	R\$6.300,00
7	300	lata	Leite Aptamil AR, em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	APTAMIL AR	R\$18,56	R\$5.568,00
8	200	lata	Leite Aptamil sem lactose, em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	APTAMIL SEM LA-SOJA 2	R\$23,80	R\$4.760,00
9	400	lata	Leite Aptamil de Soja 2, fórmula infantil, lata com 400 gramas.	APTAMIL SOJA 2	R\$15,30	R\$6.120,00
22	400	lata	Leite em pó PregominPepti, lata com 400 gramas.	PREGOMIM PEP	R\$80,96	R\$32.384,00
23	200	lata	Milupa1, fórmula, infantil, lata com 400 gramas.	MILUPA 1	R\$10,68	R\$2.136,00
						R\$69.698,00



**Extrato de Ata de Registro de Preços N°99/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º99/2013 – Pregão Presencial 29/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NUTROSUL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 02/09/2013 à 01/09/2014.

Item	Qtd	Un.	Descrição do objeto licitado	Marca	Preço Unitário	Preço total
2	600	lata	Fortini em pó, sem sabor, suplemento infantil, lata com 400 gramas.	DANONE/FORTINI PÓ	R\$32,58	R\$19.548,00
16	700	lata	Leite em pó Neocate, lata com 400 gramas.	SUP-PORT/NEOCATE	R\$150,00	R\$105.000,00
17	120	lata	Leite em pó Neocateadvanced, lata com 400 gramas.	SUP-PORT/NEOCATE ADV	R\$150,00	R\$18.000,00
						R\$142.548,00

**Palmitos****PREFEITURA****Contrato 138/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório: nº 86/2013. Modalidade: Concorrência nº 03/2013. Contrato: nº 138/2013. Objeto: Execução de obras do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Palmitos/SC, Etapa I. Valor Total R\$: 4.548.261,22. Contratada: Crivelatti Engenharia LTDA. Vigência: 23/09/2014.

Palmitos 23/9/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

**Papanduva****PREFEITURA****1ª Retificação - Pregão Presencial Registro de Preços N° 141/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

**1ª RETIFICAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N° 141/2013.

Onde Lê-se: 15/10/2013, Leia-se: 17/10/2013 conforme segue:

Objeto: Registro de preços para aquisição de produtos de limpeza e gêneros alimentícios para atender o serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 17 de outubro de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 17/10/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação

subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 26 de setembro de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 142/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 142/2013. Objeto: Contratação de empresa que detém autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, por intermédio de até 67 (sessenta e sete) códigos de acesso, com o fornecimento das até 67 (sessenta e sete) estações móveis, devidamente ativadas, associadas a um plano pós-pago, com franquia global, que possibilite o atendimento da contratante em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de Longa Distância Nacional e Roaming nacional, devendo possuir sistema de acompanhamento (consulta de resumos de minutos e detalhamentos de faturas de cada acesso) por meio da internet, conforme condições constantes do Edital e seus Anexos. Tipo: Menor Preço Global e Presencial, Entrega dos envelopes: 18 de outubro de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 18 de outubro de 2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de setembro de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

**Passos Maia****PREFEITURA****Aviso de Licitação**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO n°. 0050/2013

PREGÃO PRESENCIAL n°. 0036/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n°. 0036/2013. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços médicos (Clínico Geral) para prestar atendimento nas Unidades de Saúde do Município de Passos Maia. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 horas do dia 11 de outubro de 2013.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente. Maiores Informações pelo telefone 0\*\*49- 3437-0010.

Passos Maia, 30 de setembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

#### **Portaria**

PORTARIA Nº 225/2013

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade da disposição na Lei Complementar nº 497 de 18 de fevereiro de 2001, Cap. VIII, Art. 213, resolve:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de infração administrativa, ao Servidor Público Municipal Eduardo Manuel da Rosa, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 000.176.079-30, matrícula nº 987, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, com lotação na Secretaria de Finanças, tendo em vista o abandono injustificado de sua função laboral por prazo superior a 60 dias, muito embora devidamente notificado para retornar as suas atividades, enquadrando-se, desta forma, no delito administrativo descrito no art. 190, parágrafo único do Estatuto dos Servidores;

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos seguintes servidores: i) Carlos Eduardo Moises (Presidente); ii) Ângela Correa Moises (Relatora); iii) Maria Aparecida dos Santos (Membro).

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinente a análise processual.

Art. 4º - A presente instrução administrativa terá como prazo de vigência de 60 (sessenta dias), podendo ser prorrogado por igual período, nos moldes do artigo 210, parágrafo único da Lei Complementar 497.

Município de Paulo Lopes/SC, em 30 de setembro de 2013  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 225/2013  
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes,

no uso de suas atribuições legais e de conformidade da disposição na Lei Complementar nº 497 de 18 de fevereiro de 2001, Cap. VIII, Art. 213, resolve:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de infração administrativa, ao Servidor Público Municipal Eduardo Manuel da Rosa, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 000.176.079-30, matrícula nº 987, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, com lotação na Secretaria de Finanças, tendo em vista o abandono injustificado de sua função laboral por prazo superior a 60 dias, muito embora devidamente notificado para retornar as suas atividades, enquadrando-se, desta forma, no delito administrativo descrito no art. 190, parágrafo único do Estatuto dos Servidores;

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos seguintes servidores: i) Carlos Eduardo Moises (Presidente); ii) Ângela Correa Moises (Relatora); iii) Maria Aparecida dos Santos (Membro).

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinente a análise processual.

Art. 4º - A presente instrução administrativa terá como prazo de vigência de 60 (sessenta dias), podendo ser prorrogado por igual período, nos moldes do artigo 210, parágrafo único da Lei Complementar 497.

Município de Paulo Lopes/SC, em 30 de setembro de 2013  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 50/2013**

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 50/2013, de 21/02/2013 conforme Processo Licitatório 10/2013. Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado TAF Distribuidora LTDA . CNPJ nº 83.017.350/0001-98, Objeto: acréscimo de R\$7.582,90 (sete mil quinhentos e oitenta e dois reais e noventa centavos) referente ao reajuste de preço do item nº36 conforme parecer jurídico anexo ao processo licitatório.

26 de agosto de 2013  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## CÂMARA MUNICIPAL

### **Resolução N° 07, de 27 de Setembro de 2013.** RESOLUÇÃO N° 07, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

REESTRUTURA O QUADRO ÚNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO E A CRIAÇÃO DE CARGOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON ANTONIO MANICA, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, no art. 28, IV, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

#### **CAPÍTULO I** **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Os serviços da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto serão atendidos por funcionários cujos cargos são classificados como de provimento efetivo e de provimento em comissão, regidos por esta Lei e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto.

Art. 2º. Os cargos de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto obedecerão às diretrizes de classificação estabelecidas nesta Lei.

#### **CAPÍTULO II** **DO QUADRO ÚNICO**

Art. 3º. Fica aprovado no Quadro Único da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto os cargos de provimento efetivo de Contador e Servente, criados pela Resolução nº 05, de 14 de junho de 2011, constantes no Anexo I.

Art. 4º. Fica aprovado no Quadro Único da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, criado pela Resolução nº 05, de 14 de junho de 2011, constante no Anexo I.

Art. 5º. Fica criado no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto um cargo de provimento efetivo de Secretária Executiva, nível alfabético CPE-03, código 03, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Art. 6º. Fica extinto no Quadro de Pessoal da Câmara o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral da Secretaria Administrativa, nível CC-1, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Art. 7º. As atribuições dos cargos referidos nos artigos 3º, 4º e 5º são as constantes do Anexo II ao V, que passam a fazer parte integrante desta Lei.

#### **CAPÍTULO III** **DO PROVIMENTO DOS CARGOS**

Art. 8º. Os cargos de provimento efetivo somente poderão ser providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação.

Art. 9º. Os cargos de provimento em comissão serão providos mediante livre escolha do Presidente da Câmara e seu ocupante demissível ad nutum.

Art. 10. Os serviços da Câmara Municipal de Pinheiro Preto poderão ser atendidos, temporariamente, por funcionários ou servidores do Poder Executivo, colocados à disposição, cujas características das atividades e atribuições deverão ser análogas aos cargos desta Lei.

Art. 11. O Poder Legislativo Municipal, poderá efetuar, também contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições previstas em legislação específica.

#### **CAPÍTULO IV** **DOS VENCIMENTOS**

Art. 12. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei.

Art. 13. Os vencimentos dos cargos do quadro de pessoal corresponderão a níveis alfabéticos numéricos, com as suas referências básicas fixadas nesta Lei, através da tabela constante do Anexo VI.

Art. 14. Remuneração é o vencimento do cargo, acrescidos das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidos em Lei Municipal.

Art. 15. Qualquer medida que vise à majoração de vencimentos abrangerá, obrigatoriamente, todos os cargos do Quadro Único devendo ser uniforme o percentual de aumento.

Art. 16. Asseguram-se aos servidores efetivos todas as vantagens constantes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e demais Leis relativas aos servidores.

Art. 17. Os funcionários da Câmara Municipal poderão receber diárias quando, a serviço ou por interesse comprovado do Poder Legislativo, se afastarem da sede do Município, em caráter eventual.

Parágrafo Único - O valor e as demais disposições sobre as diárias estão fixadas na Lei nº 1.531, de 18 de agosto de 2011.

#### **CAPÍTULO V** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 18. O horário de trabalho dos funcionários da Câmara Municipal será fixado pelo Presidente da Mesa do Poder Legislativo.

Art. 19. Os funcionários com expediente noturno ou depois do horário normal terão seu horário de trabalho reduzido na mesma proporção à quantidade de horas trabalhadas.

Art. 20. As questões não previstas expressamente nesta Lei reger-se-ão pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto e demais Leis relativas aos servidores municipais.

Art. 21. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal e ainda de créditos suplementares devidamente autorizados.

Art. 22. Ficam convalidados todos os atos referentes ao cargo de CONTADOR, retroagindo os efeitos desta Resolução à partir da data de 01/12/2009.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, com seus efeitos a

partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 24. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as constantes na Resolução nº 05, de 14 de junho de 2011.

Pinheiro Preto (SC), 27 de setembro de 2013.

EDISON ANTONIO MANICA

Presidente

Publicada a presente Resolução na Secretaria da Câmara aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e treze.

THAIS MARIANI BEE

Diretora Geral da Secretaria Administrativa

#### ANEXO I TABELA DE CARGOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEL ALFABÉTICO NUMÉRICO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Contador	01 (um)	001	CPE - 01	10 (dez) horas
Servente	01 (um)	002	CPE - 02	10(dez) horas
Secretária Executiva	01 (um)	003	CPE - 03	40(quarenta) horas

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO				
CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEL ALFABÉTICO NUMÉRICO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Assessor Parlamentar	01 (um)	030	CPC-01	10 (dez) horas

#### ANEXO II DESCRIÇÃO DO CARGO DE CONTADOR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executar trabalhos inerentes à contabilidade do serviço público municipal.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES	
ATRIBUIÇÕES	
01	Planejamento e execução das atividades relacionadas à contabilidade;
02	Elaboração da escrituração, balanços anuais, balancetes mensais e demonstrativos contábeis;
03	Analisar e organizar dados para a proposta orçamentária;
04	Conciliação das contas;
05	Conferência das notas fiscais;
06	Elaboração de empenho;
07	Elaboração de ordens de pagamento;
08	Elaboração e entrega de declarações obrigatórias;
09	Supervisionar e controlar as prestações de contas;
10	Controle de vencimento de contas a pagar;
11	Tomar providência para devolução do saldo financeiro no final de cada exercício;
12	Preencher cheques bancários;
13	Confeccionar boletins de caixa;
14	Supervisão das movimentações e dos saldos bancários;
15	Colaborar com a elaboração da folha de pagamento dos servidores e vereadores;
16	Levantamento e recolhimento dos impostos da folha de pagamento;
17	Parecer contábil nos processos de licitação e dispensa de licitação;

18	Acompanhar os limites constitucionais para aplicação dos recursos;
19	Realizar todas as demais atividades atinentes ao cargo e função, de acordo com as normas que regulamentam a profissão.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO	
Escolaridade	Nível Superior em Contabilidade com registro no órgão de classe
Remuneração Inicial	R\$ 900,00
Carga Horária	10 (dez) horas semanal

#### ANEXO III DESCRIÇÃO DO CARGO DE SERVENTE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executar trabalhos de limpeza em geral, na área interna e externa das instalações da Câmara Municipal.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES	
ATRIBUIÇÕES	
01	Obedecer as determinações do Presidente ou seu substituto no que se refere as orientações de limpeza e conservação da Câmara Municipal de Vereadores;
02	Executar trabalho rotineiro de limpeza geral, espanando, varrendo, lavando ou encerrando as dependências, móveis, utensílios e instalações, para manter as condições de higiene e conservação das dependências da Câmara Municipal de Vereadores;
03	Remover o pó dos móveis, paredes tetos, portas, janelas, e equipamentos, utilizando os meios necessários para conservá-los a boa aparência;
04	Preparar com antecedência o que for necessário para as sessões e eventos da Câmara Municipal de Vereadores;
05	Limpar banheiros, escadas, pisos, varrendo-os ou encerrando-os para retirar poeira e detritos;
06	Limpar utensílios e objetos de adorno, utilizando produtos adequados, para manter a boa aparência dos locais;
07	Retirar os lixos e varrer o local;
08	Molhar jardins e plantas do edifício;
09	Limpar o hall de entrada, assim como vidros e portas do mesmo;
10	Varrer e lavar a área da frente do edifício;
11	Utilizar todos os EPIs que as funções exigirem;

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO	
Escolaridade	Ensino Fundamental
Remuneração Inicial	R\$ 247,38
Carga Horária	10 (dez) horas semanais

#### ANEXO IV DESCRIÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executar e colaborar em atividades complexas, rotineiras ou não, da Câmara Municipal.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES	
ATRIBUIÇÕES	
01	Orientar os assessores na execução de suas tarefas relacionadas com o processo legislativo;
02	Controlar a movimentação dos processos legislativos, inclusive os prazos regimentais;



03	Confeccionar atos oficiais, portarias, decretos, projetos de lei, indicações, pedidos de providências e pedido de informações e outros existentes no processo legislativo municipal;
04	Elaborar a pauta das sessões de acordo com o Regimento Interno;
05	Expedir ofícios determinados pela Presidência;
06	Transcrever atos oficiais em livros próprios;
07	Confeccionar as atas das sessões e das comissões;
08	Organizar, manter registro e encaminhar os documentos/ofícios recebidos e enviados pertinentes a Câmara ;
09	Organizar e remeter declaração de bens de Vereadores ao Tribunal de Contas do Estado e manter arquivadas as dos servidores;
10	Organizar, controlar e arquivar atos oficiais para a publicação legal no Diário Oficial do Município e/ou na imprensa e murais oficiais da Câmara ;
11	Executar serviços de reprodução xerográfica, expedição e recebimento de fax-símile, arquivos, atendimentos de telefone, digitação ou transcrições em livros, apanhar e encaminhar correspondências, efetuar atendimento e orientações ao público, encaminhando-os aos setores competentes e, fazer pagamentos;
12	Registrar o recebimento, conferir e arquivar as leis sancionadas;
13	Executar e colaborar com os trabalhos relativos a atividades administrativas, contábeis, legislativas, de manutenção da Câmara, arquivos, aquisição, conferência e controle de material de expediente;
14	Executar outras atividades correlatas a pedido da Presidência;

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO	
Escolaridade	Ensino Médio
Remuneração Inicial	R\$ 1.480,00
Carga Horária	40 (quarenta) horas semanais

#### ANEXO V DESCRIÇÃO DO CARGO DE ASSESOR PARLAMENTAR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Representar e assessorar a Câmara Municipal em juízo quando designado pela Presidência, dar assistência à Presidência, emitir parecer prévio sobre as proposições submetidas ao Legislativo, bem como os processos administrativos em geral.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES ATRIBUIÇÕES	
01	Assessorar o Presidente e os Vereadores em assuntos jurídicos, exceto os de ordem particular;
02	Assessorar, coordenar e controlar as atividades jurídicas da Câmara, competindo-lhe pronunciar-se sobre toda matéria que lhe for submetida pelo Presidente, Mesa, Vereadores e as Comissões;
03	Elaborar pareceres sobre consultas formuladas por escrito pelo Presidente e Vereadores referentes a assuntos de natureza jurídico-administrativa;
04	Orientar na organização da coletânea da legislação federal e estadual aplicáveis ao Município;
05	Assistir ao Presidente na elaboração de contratos de compra, alienação de bens, prestação de serviços e processos;
06	Participar de Comissões de Inquérito Administrativo;
07	Representar e ajuizar ações da Câmara em juízo, quando for expressamente designado pelo Presidente;

08	Auxiliar na elaboração de projetos de em geral;
09	Elaborar instruções técnicas, sob o aspecto formal, dos processos legislativos, quando houver necessidade;
10	Sempre que necessário e no interesse público, a assessoria parlamentar deverá participar de reuniões e audiências na sede administrativa do Município e ou em outro local, com eventual participação de entidades particulares, entidades públicas da administração direta e indireta e Vereadores do Município, além de outros casos de interesse público.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO	
Escolaridade	Nível superior em Direito, com registro no órgão de classe
Remuneração Inicial	R\$ 2.826,26
Carga Horária	10 (dez) horas semanal

#### ANEXO VI TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO		
NÍVEL ALFABÉTICO NUMÉRICO	CÓDIGO	REMUNERAÇÃO MENSAL EM R\$
CPE-01	001	R\$ 900,00
CPE-02	002	R\$ 247,38
CPE-03	003	R\$ 1.480,00

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
NÍVEL ALFABÉTICO NUMÉRICO	CÓDIGO	REMUNERAÇÃO MENSAL EM R\$
CPC-01	030	R\$ 2.826,26

Pomerode

**PREFEITURA**

#### Extrato do Contrato N° 004/2013 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE POMERODE FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO N° 004/2013

Processo Administrativo n.º 002/2013. Convite p/ Compras e Serviços n.º 002/2013. Contratante: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE POMERODE. Contratado: GRUTZMACHER ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E OPERACIONAL PARA O CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - FAP DE POMERODE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL. Valor Total contratado: R\$19.080,00 (dezenove mil e oitenta reais). Prazo de vigência: 15/08/2014.

Pomerode/SC, 16 de Agosto de 2013.

EDOARDO RIEMER

Diretor Superintendente do FAP

**Extrato do Contrato N° 048/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 048/2013

Processo Administrativo n.º 090/2013. Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 015/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP. Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA (01) SALA DE AULA E CIRCULAÇÃO (CALÇADA) NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VIDAL FERREIRA, LOCALIZADA NA RUA LEOPOLDO BLAESE, NR. 170, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA DE 50,39 METROS QUADRADOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL. Valor Total contratado: R\$62.703,50 (sessenta e dois mil, setecentos e três reais e cinquenta centavos). Prazo de execução: 04/12/2013.

Pomerode/SC, 05 de Setembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**Extrato do Contrato N° 048/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 048/2013

Processo Administrativo n.º 090/2013. Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 015/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP. Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA (01) SALA DE AULA E CIRCULAÇÃO (CALÇADA) NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VIDAL FERREIRA, LOCALIZADA NA RUA LEOPOLDO BLAESE, NR. 170, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA DE 50,39 METROS QUADRADOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL. Valor Total contratado: R\$62.703,50 (sessenta e dois mil, setecentos e três reais e cinquenta centavos). Prazo de execução: 04/12/2013.

Pomerode/SC, 05 de Setembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**Extrato do Contrato N° 050/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 050/2013

Processo Administrativo n.º 098/2013. Inexigibilidade de Licitação n.º 008/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: EDITORA GRÁFICA OPET LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE UM SISTEMA DE ENSINO COMPOSTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES, INCLUINDO SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA EQUIPE DIRETIVA E DO CORPO DOCENTE, REFERENTE AO 4º (QUARTO) BIMESTRE DO

ANO DE 2013. Valor Total contratado: R\$194.975,00 (cento e noventa e quatro mil e novecentos e setenta e cinco reais). Prazo de vigência: 31/12/2013.

Pomerode/SC, 26 de Setembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

## Porto União

### PREFEITURA

**Decreto N° 290/2013**

DECRETO n° 290, de 30 de setembro de 2013.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por ALAGAMENTOS (COBRADE - 12.300).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO a ocorrência de alagamentos provocados por chuvas intensas e concentradas ocorridas nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2013, atingindo todo o território do Município, principalmente no interior, conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

CONSIDERANDO que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo, combinada com deslizamento de barreiras, causou danos a pontes e pontilhões em aproximadamente 1.500 km de estradas rurais do Município, isolando parcialmente e até totalmente algumas comunidades do interior de Porto União - SC, comprometendo o setor agrícola e pecuário, resultando em significativos danos materiais e prejuízos econômicos e sociais constantes no Formulário FIDE, anexo;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ALAGAMENTOS (COBRADE - 12.300), conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a: I- penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a





pronta evacuação;

II- usar da propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5o do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

#### **Portaria N.º 672/2013 - RH**

PORTARIA Nº 672, de 09 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de setembro a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Janete Ribas da Silva, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, combinado com o Artigo 64 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Jane Regina Barth Brixner que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo d Educação Infantil Moranguinho, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 679/2013 - RH**

PORTARIA Nº 679, de 12 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de setembro de 2013 a 01 de setembro de 2014 ou até que a realização de Concurso Público Municipal para o cargo, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Dario Sczimanski Júnior, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de setembro de 2013.

Porto União - SC, em 12 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 680/2013 - RH**

PORTARIA Nº 680, de 12 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de setembro a 29 de novembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Thais Aparecida de Lima, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Elaine de Oliveira Carvalho, que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades

junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de setembro de 2013.

Porto União - SC, em 12 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 681/2013 - RH**

PORTARIA Nº 681, de 12 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cintia Mauren Alves da Silva, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 682/2013 - RH**

PORTARIA Nº 682, de 13 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 13 de setembro a 18 de dezembro de 2013, o Contrato de Trabalho nº 106/2013, de 19 de março de 2013, de Denise Maria Soares Soares dos Santos, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Joseane Cristina Jung Berezza, que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 683/2013 - RH**

PORTARIA Nº 683, de 16 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 16 de setembro de 2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Esmael Adam Pereira, ocupante do cargo de Mecânico de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 684/2013 - RH**

PORTARIA Nº 684, de 16 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 16 de setembro de 2013, referente ao período aquisitivo de maio de 2003 a maio de 2008, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Bernardo Marek, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 685/2013 - RH**

PORTARIA Nº 685, de 16 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Josilde Tusset, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 16 de setembro a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal

nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento).

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Fundação Hermon, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 16 de setembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 686/2013 - RH**

PORTARIA Nº 686, de 16 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de setembro a 15 de outubro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marli Ribas dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Sueli Polika Talasz, que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de setembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 687/2013 - RH**

PORTARIA Nº 687, de 18 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Roseli dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de setembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 688/2013 - RH**

PORTARIA Nº 688, de 18 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 18 de setembro de 2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2013, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Izaías de Bairros, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de setembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 689/2013 - RH**

PORTARIA Nº 689, de 20 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Seila Maria Marques, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de setembro de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 690/2013 - RH**

PORTARIA Nº 690, de 23 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso

II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ana Aparecida de Oliveira Bueno Brand, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 691/2013 - RH**

PORTARIA Nº 691, de 23 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Regina Jak Weiwanko, aprovada em 50º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 692/2013 - RH**

PORTARIA Nº 692, de 23 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Mariza Djanira Pereira, aprovada em 52º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 693/2013 - RH**

PORTARIA Nº 693, de 24 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Elisabeth de Fátima Alves da Silva, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 24 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 694/2013 - RH**

PORTARIA Nº 694, de 30 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Cláudia Cristina Topolski, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



**Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Poder Executivo**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.014.040,29	0,00
Pessoal Ativo	25.006.608,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	7.431,92	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>25.014.040,29</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>25.014.040,29</b>	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	50.626.540,69	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,41	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	27.338.331,97	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	25.971.415,37	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 31/12/2012

RENATO STASIAK  
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL  
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO  
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Poder Legislativo**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER LEGISLATIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	989.744,45	0,00
Pessoal Ativo	989.744,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	989.744,45	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	989.744,45	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	50.626.540,69	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,95	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	3.037.592,44	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	2.885.712,82	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 31/12/2012

JOAQUIN BOENO DE OLIVEIRA FILHO  
PRESIDENTE

SILVIA R. G. GRINKO  
TEC. CONTABILIDADE



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato N° 142/2013

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 142/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME

OBJETO: Contratação da "Banda Musical Naveson" (nome fantasia), para apresentação artística e animação musical durante o evento da Abertura Natalina 2013 a ser realizada no Município de Presidente Castello Branco/SC, em 14 de novembro de 2013.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 27/09/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI  
Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Decreto N° 3642

DECRETO N° 3642, de 26 setembro de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto, o veículo, conforme segue:

O Veículo Celta - Placa MJV 7727 - Frota 376 - Chassi n° 9BGR-P48FODG162242 - ano 2012/13 N° do Patrimônio 20470 da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado entre os dias: 27.09.2013 a 07.10.2013.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desporto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito.  
12 de setembro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3644

DECRETO N° 3644, 27 de setembro de 2013.

"NOMEIA PRESIDENTE E MEMBROS PARA COMPOR O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE RIO DO SUL

- FUNMPDEC"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto nos termos do Art. 2º, da Lei Complementar N° 264, de 26 de Agosto de 2013, bem como o Art. 4, do Decreto n° 3625, de 19 de Setembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º - Fica designado o Sr. André Gustavo Wormsbecher para presidir a Comissão Gestora do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUNMPDEC.

Art. 2º - A comissão ora composta tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 3º - Os membros da Comissão não serão remunerados a qualquer título, sendo entretanto as atividades desenvolvidas, consideradas como serviços públicos relevantes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 2.519, de 03 de Abril de 2012.

Gabinete do Prefeito.

27 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3645

DECRETO N° 3645, de 27 de setembro de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO A FUNDAÇÃO DE DESPORTO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto, o veículo, conforme segue:

O Veículo Kombi Escolar - Placa MDK 2403 - Frota 268 - Chassi n° 9BWGF07X36P012455 - Ano 2006/2006 - Renavan 886869765 - Cor Branco - da Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo determinado entre os dias: 27.09.2013. à 07.10.2013.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desporto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

27 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3646

DECRETO N° 3646, de 27 de setembro de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO A FUNDAÇÃO DE DESPORTO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação de Desporto de Rio do Sul, o veículo, conforme segue:

O Veículo Caminhão Ford F 4000 ( Furgão) - Placa LXC 1435 - Frota 162 - Chassi nº 9BFTNT315DB66681 - Ano 1995 - Cor Dourada - Renavan nº 635313936 da Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo determinado entre os dias: 27.09.2013. à 30. 09.2013

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação de Desporto de Rio do Sul

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

26 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto N° 3641**

DECRETO N° 3641, de 26 de setembro de 2013.

“CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Administração, o veículo, conforme segue:

O Veículo FIAT Uno - Placa MDC 8313 - Frota 261 - Chassi nº 9BD15822764833368 - Ano 2006/2006 - Cor Branco - da Fundação Municipal de Desporto, pelo prazo determinado entre os dias: 27.09.2013. à 07.10.2013

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

26 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Portaria N. 1152/RH**

PORTARIA N. 1152/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aplicar ao servidor municipal JELINO FRANCISCO

HEIDERSCHIEDT, matrícula n. 6416/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, a penalidade de Suspensão de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de outubro de 2013, com fundamento ao disposto no Art. 172, incisos I, III e IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2013, que concluiu que o servidor transgrediu o Art. 157, incisos III, XI da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

**Portaria N. 1153/RH**

PORTARIA N. 1153/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora DAIANE BRANG FELDHAUS, matrícula n. 35211/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de setembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

**Portaria N. 1159/RH**

PORTARIA N. 1159/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora CELESTE OELKE SCHAEFER, matrícula n. 1074/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, a terceira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de setembro de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1162/RH**  
PORTARIA N. 1162/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 20/09/2013 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2013, designada pela Portaria n. 0781/RH de 18/06/2013 (publicada em 24/06/2013), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2013.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 014/I.A./009/2013, de 19/09/2013, em face da necessidade de juntada de documentos indispensáveis no processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de setembro de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1165/RH**  
PORTARIA N. 1165/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Depto de Patrimônio n. 136/2013 e documentos em anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 023/2013, a fim de apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de um banheiro químico, bem patrimonial de n. 21967 situado no Parque Municipal Harry Hobus, conforme Boletim de Ocorrência n. 00015-2013-04547.

Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art. 3º. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de setembro de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**PORTARIA N. 1165/RH**

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Depto de Patrimônio n. 136/2013 e documentos em anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 023/2013, a fim de apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de um banheiro químico, bem patrimonial de n. 21967 situado no Parque Municipal Harry Hobus, conforme Boletim de Ocorrência n. 00015-2013-04547.

Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art. 3º. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de setembro de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1171/RH**  
PORTARIA N. 1171/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Suspender até 10 de novembro de 2013, os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2013, em virtude da servidora Sirlei Fiamoncini estar em Licença para Tratamento de Saúde no período correspondente ao da Suspensão.

Art. 2º Os trabalhos da comissão citada acima deverá reiniciar-se em 11 de novembro de 2013.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1178/RH**  
PORTARIA N. 1178/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao servidor VOLNI ROGERIO SILVA, matrícula n. 29980/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional,

referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de julho de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de setembro de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

#### **Portaria N. 1179/RH** PORTARIA N. 1179/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 017/2013, referente ao servidor Jeferson Padilha dos Santos, matrícula n. 27626/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro, para apurar os fatos relatados no Memorando SMA/GAB n. 202/2013 e documentos em anexo.

Parágrafo único - O servidor em questão, em tese, teria infringido o Art. 157, incisos II, III e X e 158, inciso I, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhe ser imputado a penalidade prevista no Art. 171, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Carlos Alberto Luithardt, matrícula n. 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Ana Paula Meneghetti Fiamoncini, matrícula n. 35520/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de setembro de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

#### **Portaria N. 1180/RH** PORTARIA N. 1180/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SMA/GAB n. 204/2013 e documentos em anexo,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 024/2013, a fim de apurar a responsabilidade pelo não encaminhamento de documentos solicitados pela Comissão Permanente de Sindicância à Secretaria Municipal de Educação através do Ofício n. 031/S.A./2013.

Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art. 3º. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de setembro de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

## **Salto Veloso**

### **PREFEITURA**

#### **Edital de Pregão Presencial N° 0037/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2013  
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 037/2013, que se realizará conforme dispõe Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem por finalidade Aquisição de tinta para demarcação viária.

Entrega dos Envelopes: 07/10/2013 até as 09h00min.

Abertura: 07/10/2013, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 30 de setembro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal



**Editais de Pregão Presencial N° 0038/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2013

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 038/2013, que se realizará conforme dispõe Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem por finalidade Aquisição de gêneros alimentícios que compõem a merenda escolar

Entrega dos Envelopes: 07/10/2013 até as 14h00min.

Abertura: 07/10/2013, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 30 de setembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

**Decreto 249/2013**

DECRETO N° 249/2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, a partir de 13 de Setembro de 2013, o seguinte servidor público municipal:

NOME: SOLIMAR JOSÉ GRANDO

CARGO: Gerente de Abastecimento

NÍVEL: CC-01

CÓDIGO: 1048

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de Setembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretario de Gestão e des. Econômico

Matricula nº 1157/6

**Decreto 251/2013**

DECRETO N° 251/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal; Considerando a recente transição governamental e a faculdade conferida ao Prefeito Municipal de designar os representantes do Poder Executivo.

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE do Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina com os seguintes representantes:

I.Representantes do Poder Executivo:

Titular: Eroni Allebrandt

Suplente: Vanilde Salette Guarnieri

II.Representantes de Professores:

Titulares: Sidiane Baruffi dalla corte e Gesiane Maria Secco

Suplentes: Marcia Jacoby e Neide Delalibera

III.Representantes dos Pais e Alunos:

Titulares: Solimar Grando e Nelson Liebert

Suplentes: Sidnei Baranoski e Valdecir da Cruz

IV.Representantes da Sociedade Civil:

Titular: Olavio Jacoby e Eder Jacoby

Suplente: Iranilde Salette Grilli e Roseli Vater Gehlen

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 25 de Setembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Matricula 1157/6

**Decreto 252/2013**

DECRETO N° 252/2013

DISPÕE SOBRE DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições municipais no dia 30 de Setembro de 2013 em decorrência do feriado municipal do dia da Padroeira do Município (Santa Terezinha) comemorado no dia 01 de Outubro.

Art. 2º. Todos os departamentos e secretarias municipais voltam ao atendimento normal no dia 01 de Outubro de 2013.

Art. 3º No período em que perdurar o ponto facultativo será

disponibilizado aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde Pública, plantão, onde os pacientes com necessidades médicas serão encaminhados a hospitais da região.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC), 27 de Setembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário Mun. De estão e Des. Econômico

Matricula 1157/6

### Decreto 253/2013

DECRETO N° 253/2013

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1144/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.01 Administração Superior do Município

041220006.2.002000 Manutenção das Atividades de Administração Superior do Município

77 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 1.500,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.01 Administração Superior do Município

041220006.2.002000 Manutenção das Atividades de Administração Superior do Município

81 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico

03.01 Depto de Administração

041220009.2.003000 Manutenção das Atividades do Depto de Administração

149 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico

03.02 Depto de Fazenda

041230009.2.004000 Manutenção das Atividades do Depto de Fazenda

231 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.02 Depto de Serviços Urbanos

154520040.2.033000 Manutenção das Atividades de serviços urbanos

427 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 1.500,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.02 Depto de Serviços Urbanos

154520040.2.033000 Manutenção das Atividades de serviços

urbanos

430 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

717 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

721 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

766 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

770 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 2º Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, até o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo

133920021.2.021000 Manutenção das atividades do setor de cultura

103 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo

278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esportes

124 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo

278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esportes

127 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico

03.01 Depto de Cultura, Esporte e Turismo

061220009.2.006000 Manutenção do Convenio Radio Patrulha

215 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

04.00 Secretaria de Educação

04.1 Depto de Educação

123060018.2.014000 Merenda Escolar para ensino fundamental

245 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.000,00

04.00 Secretaria de Educação

04.1 Depto de Educação

123060018.2.015000 Merenda Escolar educação infantil

251 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

205110048.2.041000 Implantação e Manutenção de rede de distribuição de água nas comunidades do interior

756 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 8.000,00





12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária  
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária  
206020048.2.039000 Programa de incentivo a inseminação artificial para pecuária.  
762 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 26 de Setembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Assessor de Projetos

Matricula n° 136/8

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Termo Aditivo N° 209/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 209/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de n° 265/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, em 23 de JULHO de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços n° 250/2012.

Considerando o objeto do Contrato n° 265/2012, que consiste na modernização (Item 1 - Reforma) do Condomínio Empresarial Colonial, no Município de São Bento do Sul/SC, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias constante do Plano de Trabalho e de acordo com o Processo n° SDR25 00001507/2012, Convênio n° 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra; Considerando que a falta de regularidade das transferências de recursos oriundos do Estado prejudicou o andamento da obra em questão;

Considerando que essas transferências já estão normalizadas, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato para a conclusão dos serviços, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 02 (dois) meses, a contar de 06 de julho de 2013 e com término em 05 de setembro de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 27 de julho de 2013 e com término em 26 de setembro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de julho de 2012, Termo Aditivo n° 380/2012 de 05 de novembro de 2012, Termo Aditivo n° 051/2013 de 04 de fevereiro de 2013 e Termo Aditivo n° 149/2013 de 03 de maio de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de julho de 2013.

Ass: DANIEL LUTZ, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, como Contratada.

#### Extrato de Termo Aditivo N° 250/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 250/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de n° 266/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 23 de JULHO de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços n° 250/2012.

Considerando o objeto do Contrato n° 266/2012, que consiste na modernização (Item 2 - Adequação da parte elétrica, telefone e preventivo elétrico) do Condomínio Empresarial Colonial, no Município de São Bento do Sul/SC, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias constante do Plano de Trabalho e de acordo com o Processo n° SDR25 00001507/2012, Convênio n° 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra;

Considerando a falta de repasse dos recursos advindos do Estado de Santa Catarina, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato para a conclusão dos serviços, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 06 de agosto de 2013 e com término em 05 de novembro de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 27 de agosto de 2013 e com término em 26 de novembro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de julho de 2012, Termo Aditivo n° 379/2012 de 05 de novembro de 2012, Termo Aditivo n° 052/2013 de 04 de fevereiro de 2013 e Termo Aditivo n° 150/2013 de 03 de maio de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2013.

Ass: DANIEL LUTZ, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

### IPRESBS

#### Edital de Convocação Para Eleições dos Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPRESBS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES DOS MEMBROS DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPRESBS

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso das atribuições legais, CONVOCA a todos os segurados do IPRESBS, servidores Ativos e Inativos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, bem como das Fundações e Autarquias instituídas e mantidas pelo Município, às eleições dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal que se realizarão nos dias 27 e 28/11/2013, sendo, dia 27, das 07:30 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situado na Rua Jorge Lacerda, n° 75 - Centro; das 07:30 às 09:00 horas, na Secretaria de Obras, Rodovia SC 301, 80 - Boehmerwald, exclusiva para funcionários desta secretaria e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, seguindo após para a sede do IPRESBS até o dia 28/11/2013 às 12:00 ; e, das 08:00 às 17:00 horas, quatro (04) urnas itinerantes que percorrerão trajeto a ser definido pela Comissão Eleitoral. Dia 28, em todos os locais de votação com o mesmo horário de início do primeiro dia, porém com encerramento às 12:00. E se no final do segundo dia da eleição constatar-se que menos de 1/3 dos segurados do IPRESBS votou, o presidente da Comissão Eleitoral poderá prorrogá-las por

tantos dias quanto necessário até que o quorum seja alcançado. Inscrições: Os registros das candidaturas serão recebidos de 01 a 15 de outubro de 2013, no IPRESBS, das 07:30 às 17:00 horas, com apresentação da cópia da Carteira de Identidade; para candidatos ao Conselho Fiscal deverão anexar, também, cópia do comprovante de conclusão do ensino médio. Exemplares de requerimentos serão disponibilizados no local das inscrições e poderão ser realizados por procuração, sendo necessário indicar para o qual Conselho estão aportando os registros de suas respectivas candidaturas

Funções: De acordo com os artigos 123 e 128, da Lei Municipal nº 1718/06: três (03) titulares para o Conselho Deliberativo, sendo dois (02) Ativos e um (01) Inativo, e igual número de condições de suplentes. Dois (02) titulares para o Conselho Fiscal, devendo possuir instrução do ensino médio completo, obedecendo ao disposto do parágrafo 4º, do artigo 128 da Lei Municipal nº 1718/06; e parágrafo único do artigo 7º da Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre o Regime Eleitoral, e igual número e condições de suplentes. Todas as normas à condução e desenvolvimento do processo eleitoral estão estabelecidas no Regimento Eleitoral publicado no Informativo Municipal nº 497, de 09 de setembro de 2011.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente do IPRESBS

## **SAMAE-SÃO BENTO DO SUL**

### **Aviso de Licitação - Pregão Nr. 39/2013**

Resumido Edital de Pregão Presencial nº 39/2013

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:00 horas do dia 11 de outubro de 2013, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GEOFONE ELETRÔNICO E DATA LOGGER DE PRESSÃO COM DISPLAY.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacoes](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacoes)

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

## **São Domingos**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Legislativo N. 274, de 30 de Setembro de 2013.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO PERANTE A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Resolução nº 001/2011, de 19 de março de 2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretaria quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, e dá outras providências e Lei Complementar n. 045/2012.

Considerando aprovação no concurso público lançado pelo Edital de Concurso Público 001/2012, de 24 de outubro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor MARCIO LUIZ BIGOLIN GROS-BELLI para exercer o Cargo de Advogado, com carga horária de vinte (20) horas semanais, nos termos da Resolução n. 001/2011, de 19 de março de 2011, e Lei Complementar n. 045/2012.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, em 30 de setembro de 2013.

JOSÉ ALTAIR MARQUES

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

#### **Portaria Nº 014/2013, de 30.09.2013.**

PORTARIA Nº 014/2013, DE 30.09.2013.

CONCEDE FÉRIAS DA SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretaria, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, e dá outras providências,

Considerando que o período de gozo das férias da servidora correspondente ao período de 26/08/2013; à 14/09/2013 foi interrompido na data de 12 de setembro de 2013 em virtude da necessidade da continuação do serviço público e em virtude da exoneração do Secretário Administrativo;

Considerando que a servidora ainda possui direito a 02 (dois) dias de férias correspondente ao período aquisitivo 03/12/2011 à 02/12/2012;

Considerando a regularização dos serviços públicos que gerou a interrupção das férias;

Resolve:

Art. 1º Conceder FÉRIAS a servidora da Câmara de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITI- VO	DIAS	GOZO
Beatriz Hen- nerich	Assessora Legislativa	03/12/2011 à 02/12/2012	02	01/10/2013 à 02/10/2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ ALTAIR MARQUES

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

#### Ata de Reunião da Comissão de Licitações

Reuniram-se na data de 27 de setembro de 2013, às 09:00 horas, o Pregoeiro e Equipe de Apoio para Sessão Pública para dar continuidade à sessão referente ao Processo de Licitação PRE-FE N. 053/2013, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços n. 026/2013 que visa eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DESTINADOS À REESTRUTURAÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, vez que, como consta na decisão final do pregoeiro, a licitante ACMM Serviços de Energia Elétrica Ltda ME, CNPJ n. 07.258.181/0001-08 fora desclassificada por não ter apresentado alvará de funcionamento que comprovasse ter sua sede ou filial uma distância inferior a 120 Km deste município (item 1,5 do edital). Assim restou declarada vencedora a segunda colocada, qual seja, a empresa Edmar da Silva ME CNPJ n. 11.354.002/0001-03, com o valor total do lote de 130.600,00 (cento e trinta mil e seiscentos reais). Inicialmente verificou-se novamente a inviolabilidade do envelope de n. 02 - Documentos de Habilitação - pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelo representante da licitante Edmar da Silva ME, onde foi verificado que esta cumpriu com todas as exigências editalícias. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para conhecimento de todos os interessados. O presente processo será remetido na íntegra ao Setor Jurídico para elaboração de parecer e posteriormente à autoridade competente para deliberação. Nada mais.

São Domingos, SC, 27 de setembro de 2013.

ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ

Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE

Membro da Comissão

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**São José****PREFEITURA****Decreto N° 1.459/2013**

DECRETO N° 1459/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 2.460.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.17.512.0212.2.019 - Coleta e Transporte ao Destino Final de Lixo

867 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Recursos Próprios R\$ 2.460.000,00  
Total desta Atividade R\$ 2.460.000,00  
Total do Órgão R\$ 2.460.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 2.460.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 2.460.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.126.0204.2.122 - programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal - PNAFM

167 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,  
Recursos Próprios R\$ 50.000,00  
Total desta Atividade R\$ 50.000,00  
Total do órgão R\$ 50.000,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.453.0208.1.004 - Construção, Implantação, Manutenção,  
Abrigos de Passageiros, Ponto de Taxi e Terminais  
495 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,  
Recursos Próprios R\$ 311.000,00  
Total deste Projeto R\$ 311.000,00  
Total do Órgão R\$ 311.000,00

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0204.2.035 - Manutenção da Frota Municipal

707 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,  
Recursos Próprios R\$ 79.000,00  
708 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Recursos Próprios R\$ 33.000,00  
Total desta Atividade R\$ 112.000,00

14.01.15.451.0205.1.540 - Programa Operação Tapete Preto

746 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,  
Recursos Próprios R\$ 380.000,00  
Total deste Projeto R\$ 380.000,00

14.01.15.451.0205.2.022 - Conservação de Estradas Vicinais, Pontes e Pontilhões

751 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,  
Recursos Próprios R\$ 92.000,00  
Total desta Atividade R\$ 92.000,00

14.01.15.451.0205.2.023 - Manutenção das Vias Urbanas

753 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,  
Recursos Próprios R\$ 277.000,00  
Total desta Atividade R\$ 277.000,00

14.01.15.451.0205.2.217 - Manutenção e Conservação de Praças, Parques e Jardins

762 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,  
Recursos Próprios R\$ 212.000,00  
Total desta Atividade R\$ 212.000,00

14.01.15.451.0209.2.205 - Elaboração e Execução de Projetos

773 - 4.4.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,  
Recursos Próprios R\$ 361.000,00  
Total desta Atividade R\$ 361.000,00

14.01.15.451.0211.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

789 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Recursos Próprios R\$ 28.000,00  
Total desta Atividade R\$ 28.000,00

14.01.15.452.0205.2.020 - Serviço de Limpeza Pública (José Limpo)

800 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,  
Recursos Próprios R\$ 64.000,00  
803 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Recursos Próprios R\$ 155.000,00  
Total desta Atividade R\$ 219.000,00

14.01.16.482.0209.1.084 - PAC - Poligonal II

820 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,  
Recursos Próprios R\$ 394.000,00  
Total desta Atividade R\$ 394.000,00

14.01.16.482.0209.1.109 - Implantação do Projeto Habitar Brasil - BID

838 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,  
Recursos Próprios R\$ 24.000,00  
Total desta Atividade R\$ 24.000,00  
Total do Órgão R\$ 2.099.000,00  
Total da Anulação R\$ 2.460.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de setembro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**Portaria N°: 11/2013/Ssdst, de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA N°: 11/2013/SSDST, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

A SECRETÁRIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, no uso de suas atribuições de acordo com o art.37, CF e no art.66, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de São José/SC;

Considerando que a Corregedoria Geral da Guarda Municipal - CGGM/SJ é um órgão autônomo e subordinado diretamente ao gabinete do Titular da Pasta da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, possui a função de orientação, apuração e fiscalização das atividades funcionais e da conduta de todos os integrantes da Guarda Municipal;

Considerando que este Órgão necessita estabelecer o curso dos procedimentos inerentes e indispensáveis ao desenvolvimento de suas funções;

**RESOLVE:**

Art.1º. Os procedimentos processuais a serem executados pela Corregedoria Geral da Guarda Municipal, são:

- a) Sindicância Investigativa ou Apuração Preliminar;
- b) Sindicância Disciplinar Acusatória;
- c) Processo Disciplinar.

Art.2º. As denúncias e as representações formuladas por particulares e agentes da GMSJ serão apresentadas junto à sala da Corregedoria Geral - CGGM/SJ, devendo conter a narração dos fatos originários do manifesto, bem como a qualificação do denunciante, se assim o desejar, com nome e documentos que o identifique, afim que se possa averiguar sobre a verdade dos fatos alegados.

§1º - Caso seja verificado a possibilidade de coação ou qualquer repressão que almeje frustrar a apuração da denúncia formulada, poderá haver o afastamento prévio do agente denunciado de suas funções;

§2º - O denunciante terá seu nome e documentos preservados em sigilo, até que conclusão da apuração dos fatos;

§3º - Quando se tratar de denúncia ou representação por parte do Comandante da GMSJ ou dos GM's Inspetores, estes poderão dar início aos procedimentos encaminhando memorandos para a Corregedoria, o qual será recebido pelo Setor de Protocolo, desde que contenha a qualificação do denunciante e do denunciado, bem como o fato gerador, de forma circunstanciada;

§4º - Quando o denunciante for Secretário de outra pasta ou outra instituição, deverá ser realizado por memorando ou ofício, devendo qualificar-se e qualificar o denunciado, sempre que possível, bem como a narração do fato gerador da denúncia;

Art. 3º. Como Sindicância Investigativa ou Apuração Preliminar entende-se o procedimento que visa apurar irregularidades imprecisas ou difusas, em que não há vestígio de indicação de autoria, e prescinde da observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

§1º - Em sendo apurada a autoria do(s) fato(s), o Corregedor deverá propor a instauração de Sindicância Acusatória ou Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com a natureza e gravidade da infração e dos danos dela gerados;

§2º - No caso de inexistência de irregularidade ou impossibilidade de apuração da autoria, o procedimento será arquivado.

Art. 4º. O Corregedor Geral deverá comunicar e requerer, ao Titular da Pasta, a expedição e publicação de Portaria para a instauração do procedimento pertinente, que indicará de forma sucinta as irregularidades a serem apuradas.

Art. 5º. Na Sindicância Investigativa ou Apuração Preliminar, em sendo apurada a autoria, o investigado será notificado sobre os fatos, para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias;

Art. 6º. Publicada a Portaria de instauração da Sindicância Investigativa, inicialmente, serão realizadas:

I - Diligências prévias;

II - Oitiva das pessoas citadas no fato gerador da denúncia, bem como todas aquelas que tiverem conhecimento dos fatos.

Art. 7º. Identificado o autor do fato narrado, este será intimado para acompanhar o procedimento, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da ciência desta.

§1º - Caso desejar, o investigado poderá constituir procurador/defensor, cumprindo as prerrogativas constitucionais.

§2º - Se, o investigado negar-se a dar ciência à contrafé, o membro encarregado deverá descrever o ocorrido e solicitar a assinatura de duas (02) testemunhas, da referida negativa; o que importará em revelia até que ocorra a sua manifestação no processo;

§3º Os prazos e ritos correram normalmente, não retroagindo, recebendo o investigado o processo na fase que se encontrar na data do seu manifesto.

Art. 8º. A Sindicância Investigativa ou Apuração Preliminar possui o prazo de até 30 (trinta) dias para apuração dos fatos, que poderá ser prorrogado por igual período, mediante autorização do Secretário, em pedido motivado.

Art. 9º. Por Sindicância Disciplinar Acusatória entende-se o procedimento para apurar responsabilidade de servidor, por infração no exercício de sua função ou que tenha relação com as atribuições do cargo que exerce.

Art. 10. Este procedimento será conduzido pelo Corregedor Geral da Guarda Municipal, sendo designado seu presidente, juntamente com mais dois (02) Guardas Municipais; com observação das questões relativas a impedimentos e suspeições.

Art. 11. A Sindicância Disciplinar Acusatória desenvolver-se-á da seguinte forma:

I - Instauração, com a publicação do ato constitutivo da Comissão Sindicante;

II - Instrução probatória do feito e Relatório; sendo que todos os atos devem ser comunicados ao investigado, garantindo-lhe a ampla defesa e o contraditório;

III - Julgamento, no prazo de vinte (20) dias, contados do

recebimento do Relatório Final pela autoridade competente.

Art. 12. O prazo deste procedimento será de trinta (30) dias, contados da publicação da Portaria de abertura.

Parágrafo Único - Por motivo relevante e justificado a autoridade superior, poderá ser prorrogado o feito, por igual período.

Art. 13. Ao final deste procedimento, o Corregedor Geral poderá:  
I - arquivar o feito, com exposição motivada;  
II - aplicar penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;  
III - solicitar abertura de processo disciplinar.

Art. 14. Caso no Relatório Final conclua-se pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar pela natureza e gravidade da infração praticada pelo servidor, bem como dos danos causados em decorrência desta, os autos da Sindicância Disciplinar Acusatória integrará este como peça informativa da instrução.

Parágrafo Único - Verificado que o ato praticado trata-se de ilícito penal, o Corregedor Geral comunicará ao Titular da Pasta para remessa de cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da instauração do Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 15. Por Processo Administrativo Disciplinar entende-se o procedimento para apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos, com o objetivo de cumprir os princípios norteadores da Administração Pública.

Parágrafo Único - Este procedimento terá seu início com a expedição de Portaria de Instauração, contendo todos os elementos acusatórios, nome dos envolvidos, descrição fática e dispositivo legal infringido.

Art. 16. O Processo Administrativo Disciplinar obedecerá as fases da Sindicância Disciplinar Acusatória, observado que a instrução dar-se-á com a ouvida do denunciante, das testemunhas, realização de perícias, juntada de documentos e, por último, será inquirido o processado.

Parágrafo Único - A autoridade processante deverá indeferir, em decisão motivada, pedido de diligências e/ou provas que possuam cunho protelatório.

Art. 17. O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da Portaria, admitida a sua prorrogação por igual período, mediante autorização do Titular da Pasta, em pedido motivado.

Art. 18. No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado a autoridade competente que decidirá em igual prazo;

§2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá a autoridade competente para a imposição de pena mais grave;

§3º - Se a penalidade prevista for à de exoneração, cassação de aposentadoria ou demissão, o julgamento caberá ao Chefe do Executivo;

§4º - Ocorrido o julgamento do investigado, será notificado o Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de São José, com a respectiva decisão e fundamentos, para que ocorram os registros devidos na ficha funcional.

Art. 19. A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade e aposentadoria;  
II - em dois anos, quanto à suspensão;  
III - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado;

§2º - Os prazos de prescrição previstos em lei penal aplicam-se as infrações disciplinares capituladas, também como crime;

§3º - A abertura de sindicância ou a instalação de processo disciplinar interrompe a prescrição;

§4º - Interrompido o curso da prescrição, este começará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 20. São penalidades disciplinares:

I - advertência;  
II - suspensão;  
III - demissão;  
IV - cassação da disponibilidade.

Art. 21. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade de infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 22. A advertência será aplicada por escrito, em caso de violação de proibição constante do artigo Art. 146, incisos I a IX, Lei Municipal nº 2248/91 e de inobservância de dever funcional prescrito em lei, regulamento ou norma interna.

Art. 23. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de noventa dias.

Art. 24. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo Único - O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 25. Configura abandono de cargo a ausência intencional e injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 26. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 27. Todos os atos praticados pelo Corregedor e sua Equipe serão comunicados ao Titular da Pasta, através de Relatório Mensal circunstanciado.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 29. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São José, 30 de setembro de 2013.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1701/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1701/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABG0117	54446978E	6920/0	26/07/2013	R\$ 127,69	233
AJA9720	54141992D	6920/0	20/05/2011	R\$ 127,69	233
AKH9598	54445882E	5010/0	09/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
ALG2974	55165712C	6920/0	09/03/2011	R\$ 127,69	233
AMZ1924	55155975C	6599/2	28/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
BTL0343	54142884D	6599/2	30/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
BTL0343	54142884D	6610/2	30/06/2011	R\$ 127,69	230 * VII
CAI1293	55058985D	6599/2	04/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
CAI1293	55058986D	6912/0	04/04/2012	R\$ 53,20	232
CAZ6500	55163981C	5010/0	23/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
CAZ6500	55163982C	5169/1	23/12/2010	R\$ 957,69	165
CEC4182	54141298D	6599/2	16/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
CEQ4540	54445887E	6912/0	09/07/2013	R\$ 53,20	232
CJQ8077	55159279C	6610/2	12/05/2011	R\$ 127,69	230 * VII
COI3586	55919372D	6599/2	07/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
DMY5116	54142406D	6920/0	01/06/2011	R\$ 127,69	233
DRN9129	54445696E	6920/0	17/06/2013	R\$ 127,69	233
DSQ8916	55056041D	5045/0	08/11/2011	R\$ 191,53	162 * V
HXO3948	55056129D	6912/0	03/11/2011	R\$ 53,20	232
IAS0759	55159260C	5010/0	04/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
IBU5367	55055708D	6637/2	21/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
IBU5367	55055709D	5045/0	21/10/2011	R\$ 191,53	162 * V
IGP6578	55916636D	6599/2	01/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
ILV1480	55055168D	6599/2	22/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
ILV1480	55055168D	6637/2	22/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
ILV1480	55055169D	5010/0	22/10/2011	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IMC1483	55920368D	5010/0	09/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
IMC1483	55920369D	6416/0	09/05/2013	R\$ 85,12	221 § Único
JPA6250	54140692D	5010/0	24/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
JPA6250	54140692D	5274/2	24/07/2011	R\$ 191,53	175
KZT9954	54445820E	6920/0	12/07/2013	R\$ 127,69	233
LAV0114	54446005E	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	233
LWU5233	54445611E	6599/2	09/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXA4922	55165015C	5010/0	12/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXA4922	55165015C	6912/0	12/02/2011	R\$ 53,20	232
LXB6803	54140545D	6599/2	23/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXB6803	54140545D	6610/2	23/08/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LXB6803	54140546D	6912/0	23/08/2011	R\$ 53,20	232
LXE8490	55054673D	6599/2	26/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXH2479	55917983D	6637/1	02/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LXH8893	55055158D	5010/0	04/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXH8893	55055158D	6912/0	04/10/2011	R\$ 53,20	232
LXH8893	55055159D	6599/2	04/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXH8893	55055159D	6602/0	04/10/2011	R\$ 191,53	230 * VI
LXK6338	55160589C	6599/2	31/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXK6338	55160589C	6637/1	31/03/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXK6338	55160589C	6637/2	31/03/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXL5738	54447504E	6912/0	02/07/2013	R\$ 53,20	232
LXN0651	55912272D	6920/0	23/10/2012	R\$ 127,69	233
LXQ2984	55054861D	6599/2	26/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXU5076	55160716C	5045/0	18/09/2010	R\$ 191,53	162 * V
LXU5076	55160716C	6599/2	18/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXZ4084	54141193D	6912/0	25/04/2011	R\$ 53,20	232
LXZ7230	54562788C	5010/0	26/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXZ7230	54562788C	6912/0	26/02/2011	R\$ 53,20	232
LXZ7230	54562789C	6556/1	26/02/2011	R\$ 191,53	230 * I
LXZ7230	54562789C	6599/2	26/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXZ7230	54562790C	6726/1	26/02/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYA3890	55054377D	5010/0	10/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYA3890	55056140D	6610/2	07/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LYM8430	54444401E	6599/2	17/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYO9628	55055952D	5010/0	26/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYO9628	55055952D	6599/2	26/10/2011	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYP5272	55056127D	6912/0	03/11/2011	R\$ 53,20	232
LYW7146	54564191C	5010/0	16/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYW7146	54564191C	6599/2	16/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYY4418	55157980C	5010/0	17/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYY4418	55157981C	6637/2	17/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LYZ8807	54444128E	6610/2	23/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYZ8807	54444129E	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZA6100	54444632E	6700/0	21/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LZG6138	54142306D	6599/2	12/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZK0229	54446073E	5010/0	11/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZK0229	54446074E	6599/2	11/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZT3553	55162334C	6920/0	07/12/2010	R\$ 127,69	233
LZU9524	54142251D	6599/2	25/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZW0220	54144102D	6912/0	28/07/2011	R\$ 53,20	232
LZW4352	54139975D	5010/0	23/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZW5115	55158122C	6610/2	27/05/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LZW5916	54444797E	6599/2	28/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAF9593	54141718D	5010/0	09/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAG2127	55159292C	5274/1	22/07/2011	R\$ 191,53	175
MAH0425	54444852E	6610/2	29/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAH0425	54444853E	6700/0	27/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MAM1851	54143790D	5010/0	14/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAM1851	54143790D	6912/0	14/09/2011	R\$ 53,20	232
MAM9515	55056765D	6599/2	28/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAS9735	54139991D	5010/0	16/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAS9735	54139991D	6700/2	16/06/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
MAS9735	54139999D	6637/1	16/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MAS9735	54139999D	6700/1	16/06/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
MAW4858	54444902E	6599/2	02/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAX4271	55915563D	6912/0	27/03/2013	R\$ 53,20	232
MBB5552	55159059C	6912/0	06/05/2011	R\$ 53,20	232
MBB6350	54142791D	5010/0	01/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBF4967	55159299C	5010/0	07/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBF8981	54140039D	5010/0	21/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBG6392	54142484D	5169/1	27/08/2011	R\$ 957,69	165
MBI8561	54140111D	6912/0	07/04/2011	R\$ 53,20	232
MBL3434	55917984D	6912/0	02/07/2013	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBP0212	54446051E	5010/0	21/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBP0212	54446052E	6599/2	21/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBP0212	54446053E	6610/2	21/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBQ7674	55165738C	6599/2	24/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBQ7674	55165738C	6963/1	24/03/2011	R\$ 127,69	237
MBQ7674	55165739C	5010/0	24/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBQ8077	55054395D	6912/0	14/10/2011	R\$ 53,20	232
MBQ8077	55054396D	6599/2	14/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBR9164	55056703D	6920/0	27/10/2011	R\$ 127,69	233
MBV9521	54142436D	6920/0	06/06/2011	R\$ 127,69	233
MCD7490	54570631C	5010/0	15/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCD7490	54570631C	6599/2	15/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCD7490	54570632C	5061/0	15/08/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCD7490	54570632C	6556/4	15/08/2009	R\$ 191,53	230 * I
MCD7490	54570633C	6726/1	15/08/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCD8208	54446670E	6700/0	15/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MCE0698	54444147E	6599/2	25/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCE8622	55056016D	6556/1	27/10/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCE8622	55056016D	6556/5	27/10/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCH1639	54141351D	5010/0	25/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCH1639	54141351D	6912/0	25/04/2011	R\$ 53,20	232
MCI3624	54142941D	6599/2	05/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCI3624	54142942D	6556/1	05/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCR7428	54141417D	6599/2	19/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCV0492	54143703D	6920/0	21/07/2011	R\$ 127,69	233
MCW7714	55920849D	6653/2	06/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MCX8489	54142852D	6912/0	20/06/2011	R\$ 53,20	232
MDA9557	54140698D	5045/0	31/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
MDE3093	55159307C	5010/0	08/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDE3093	55159308C	6599/2	08/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDE3093	55159309C	5274/3	08/08/2010	R\$ 191,53	175
MDM2124	54143644D	6912/0	26/07/2011	R\$ 53,20	232
MDM2124	54143764D	6556/5	15/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDN0418	55159112C	6556/1	03/12/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDN0418	55159112C	6599/2	03/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDN0418	55159113C	5010/0	03/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDQ2417	55161023C	6653/1	22/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDW0137	55165680C	6599/2	14/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDY9417	54446402E	6726/1	20/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDZ9912	54139766D	6920/0	10/03/2011	R\$ 127,69	233
MEE5981	55055451D	6556/1	24/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
MEH0596	54140578D	5010/0	13/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEH0596	54140579D	6599/2	13/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEN0945	55916815D	5010/0	08/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEN0945	55916816D	6599/2	08/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEN4217	54444895E	6610/2	04/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MEN5725	54139967D	6912/0	23/04/2011	R\$ 53,20	232
MEQ9170	54143725D	6912/0	05/08/2011	R\$ 53,20	232
MES4376	54141171D	5045/0	15/04/2011	R\$ 191,53	162 * V
MEV0594	54445890E	6599/2	10/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEW0523	54444118E	6912/0	17/05/2013	R\$ 53,20	232
MFC7828	54566464C	5010/0	22/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFC7828	54566464C	6637/1	22/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFC7828	54566465C	6912/0	22/03/2009	R\$ 53,20	232
MFC7828	54566465C	7340/0	22/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MFC7828	54566466C	6726/1	22/03/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFE8541	55919748D	6637/2	02/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFF3423	54140862D	6599/2	31/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFO3042	54141664D	5010/0	24/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFO9933	55160167C	5010/0	25/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFS6482	54142097D	6637/2	20/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MFV1832	55162210C	6653/1	26/03/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFV6124	55918667D	5010/0	09/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFV6124	55918668D	6416/0	09/05/2013	R\$ 85,12	221 § Único
MFY8761	54446780E	6920/0	19/07/2013	R\$ 127,69	233
MGE9746	55055516D	6599/2	30/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGH1387	55161408C	5010/0	07/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGH8455	54567176C	6599/2	18/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGH9584	55915404D	6599/2	09/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGI2423	54139668D	5010/0	22/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGI2423	54139669D	6599/2	22/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGI4466	54446501E	6920/0	04/07/2013	R\$ 127,69	233
MGL2195	55162006C	6599/2	08/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGQ0623	54141419D	5010/0	19/05/2011	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGQ0623	54141420D	6599/2	19/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGQ0623	54143501D	5010/0	11/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGQ0623	54143502D	6599/2	11/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGS0595	54143395D	6599/2	24/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGT3465	55055735D	5010/0	17/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHF8601	55165133C	5045/0	08/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
MHI4214	54445487E	5010/0	27/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHP0684	54446995E	6920/0	26/07/2013	R\$ 127,69	233
MHR1485	55161245C	5010/0	13/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHR1485	55161245C	6610/2	13/06/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MHS7016	54444628E	6599/2	21/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHT2220	54140040D	6556/4	08/07/2011	R\$ 191,53	230 * I
MHT2220	54140040D	6610/2	08/07/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MHU3635	54141738D	6912/0	17/05/2011	R\$ 53,20	232
MHV2473	55057650D	6912/0	10/07/2013	R\$ 53,20	232
MHX5279	54447101E	6920/0	29/07/2013	R\$ 127,69	233
MHZ0642	54140593D	6610/2	13/04/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MHZ9100	54141700D	6599/2	26/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MIB7862	54142964D	5010/0	05/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIE9038	55920141D	6700/0	20/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MIF9249	55154159C	5045/0	08/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
MIG0984	54443630E	6726/1	13/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIL3270	54142773D	6700/1	20/06/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
MIO6233	55054906D	6912/0	10/09/2011	R\$ 53,20	232
MIT1789	55165905C	5010/0	22/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIZ3264	55056930D	6726/1	09/01/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIZ3264	55056930D	7340/0	09/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MJA2405	54142516D	5010/0	24/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJG3069	54446999E	6920/0	26/07/2013	R\$ 127,69	233
MJO2772	54444102E	6599/2	15/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MLF8011	54444520E	6700/0	25/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1702/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1702/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALA0895	55920629D	5541/1	25/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CIR5161	55062750D	5452/1	24/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LWY1002	55917091D	5452/1	05/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDA3145	55920873D	5452/1	07/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFE8541	55919747D	7030/2	02/07/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGD3394	55913197D	5509/0	06/07/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MGI5029	55916811D	5541/4	03/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP4841	54140415D	5185/1	28/05/2011	R\$ 127,69	167
MGP4841	54140415D	5185/2	28/05/2011	R\$ 127,69	167
MGP4841	54140416D	5614/1	28/05/2011	R\$ 127,69	182 * V
MKN0605	55913198D	5738/0	06/07/2013	R\$ 191,53	186 * II
MXK6990	54446104E	5550/0	25/06/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 714 1228/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 714 1228/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFV3847	55657456C	5274/1	01/05/2013	R\$ 191,53	175
HIK4596	55657918C	5010/0	29/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
HIK4596	55657919C	6610/2	29/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXE9227	55634092C	6637/1	12/12/2010	R\$ 127,69	230 * IX
LXK0866	55637114C	6637/1	01/05/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXK0866	55638533C	6637/1	14/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXK0866	55638820C	5010/0	14/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXK0866	55638821C	6637/1	14/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXK0866	55638822C	6637/1	14/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXK0866	55638824C	6599/2	14/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXS3745	55637116C	5010/0	05/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXS3745	55637117C	6637/1	05/05/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LZH5822	55640207C	5010/0	08/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZH5822	55640208C	6637/2	08/07/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MAK5047	55658793C	6599/2	10/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAK5282	55639019C	6599/2	16/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAQ0702	55623832C	6637/1	11/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MBD1192	55122721C	6599/2	14/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBL0874	55653971C	6599/2	04/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCA2964	55637584C	5010/0	06/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCA2964	55637585C	6599/2	06/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCA2964	55637586C	6637/1	06/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MCC1931	55637262C	6599/2	13/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCD1986	55639732C	6599/2	24/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCD1986	55639733C	5010/0	24/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCF7133	55127565C	6599/2	21/07/2009	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCG4159	55636293C	6653/1	16/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MCG4159	55636294C	6637/1	16/04/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MCW5467	55657268C	5045/0	29/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCW5467	55657269C	6599/2	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDQ2417	55637328C	6637/1	23/05/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDW7610	55129590C	6599/2	27/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEF6443	55632581C	5010/0	09/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEF6443	55632584C	6653/1	09/10/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MEK5426	55637603C	5010/0	09/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEK5426	55637604C	6653/1	09/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MEK5426	55637605C	6599/2	09/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFA7388	55637573C	5010/0	29/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFA7388	55637574C	6653/1	29/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFB6484	55640627C	6599/2	13/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFB6484	55640628C	6637/1	13/08/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MFD1745	55658169C	6610/2	19/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MFF2359	55638972C	5010/0	18/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFG7584	55660109C	6599/2	10/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFG7584	55660110C	5045/0	10/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFH4661	55637281C	6599/2	25/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFH4661	55637282C	5010/0	25/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFL7521	55635090C	5274/1	08/05/2011	R\$ 191,53	175
MFM4133	55624698C	6653/2	31/03/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MFT4028	55635427C	6637/1	18/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MFT4028	55635428C	6653/1	18/02/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFT4028	55637384C	6602/0	21/05/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MFW2689	55660104C	6599/2	10/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGS0595	55636229C	6599/2	07/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGS0595	55636230C	6653/1	07/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MHV4551	55637579C	6637/1	29/05/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MIL2453	55640331C	5010/0	28/09/2011	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 714 1229/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 714 1229/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BID8318	55657099C	5452/1	18/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CYR9487	55659377C	5703/0	13/06/2013	R\$ 85,12	185 * I
EBC3013	55659384C	5452/1	16/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
HEW1476	55657437C	5550/0	16/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
HEW1476	55657673C	5568/0	14/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
HVV3254	55636860C	5550/0	02/07/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
IEB6472	55656728C	5550/0	09/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
IHP4926	55660468C	6122/0	23/07/2013	R\$ 191,53	214 * I
IJJ5083	55658496C	5541/1	17/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JJA3062	55658967C	7366/2	04/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
JXG2587	55658265C	5550/0	24/06/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LOU7899	55635817C	5452/1	28/02/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
LWY5425	55660313C	6122/0	10/07/2013	R\$ 191,53	214 * I
LXJ2892	55658055C	5452/1	14/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LZO5462	55660348C	7366/2	16/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZT7133	55660230C	5185/1	06/07/2013	R\$ 127,69	167
MAN7604	55657577C	5541/4	22/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAP5916	55636536C	5185/1	01/04/2011	R\$ 127,69	167
MAT1545	55660332C	7366/2	16/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAT1682	55657979C	5550/0	11/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBM2272	55657086C	5819/6	14/05/2013	R\$ 574,61	193
MBN3943	55650509C	5541/1	03/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA4724	55636511C	5452/1	28/03/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MEE7171	55660465C	7366/2	23/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEF3536	55651912C	6122/0	04/04/2013	R\$ 191,53	214 * I
MEG1468	55659247C	5185/1	28/06/2013	R\$ 127,69	167



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEI5604	55660967C	5525/0	04/08/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MEQ5639	55642256C	5452/1	23/10/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MER2344	55660317C	7366/2	10/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MET5397	55660043C	5819/6	17/07/2013	R\$ 574,61	193
MEX3527	55635882C	5550/0	28/03/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFB9885	55635888C	5452/1	28/03/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MFH5801	55632079C	5541/1	27/03/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI4620	55660215C	7366/2	04/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFN6032	55657206C	5550/0	27/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFP1295	55660096C	6122/0	01/07/2013	R\$ 191,53	214 * I
MFP2713	55659863C	7366/2	03/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFQ0983	55660018C	5460/0	03/07/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MGA1586	55660452C	5452/1	19/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGD7910	55658314C	5541/4	28/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM7293	55657970C	5452/1	11/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGV9223	55655149C	5550/0	19/06/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHE2042	55658246C	5452/1	26/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHG2232	55657695C	5541/6	16/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH9322	55657243C	5568/0	14/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHP2311	55659436C	5541/1	17/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR8413	55659423C	5568/0	05/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHT9867	55635195C	5460/0	20/02/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MHV0980	55660753C	5452/1	29/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHW6138	55652208C	5541/4	01/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ7596	55657677C	7366/2	14/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJA7028	55658587C	5550/0	15/07/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJO3013	55657996C	5185/1	15/05/2013	R\$ 127,69	167
MJX5708	55660759C	5568/0	29/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJZ3273	55659776C	5819/6	02/07/2013	R\$ 574,61	193
MKM2704	55660143C	5550/0	23/07/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKY4962	55659337C	5452/1	13/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MLD5969	55656806C	5819/6	09/04/2013	R\$ 574,61	193
MMD0885	55660711C	7366/2	30/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MMH5941	55660021C	5452/1	03/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MMJ3181	55658492C	5541/1	17/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MML6690	55660087C	7366/2	28/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
NTU2592	55660095C	6122/0	01/07/2013	R\$ 191,53	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1699/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 023 1699/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADJ5342	54767819E	6912/0	11/09/2013	232
ADJ5342	54767820E	5045/0	11/09/2013	162 * V
ADJ5342	54767821E	6599/2	11/09/2013	230 * V
AIG2869	54767793E	6416/0	13/09/2013	221 § Único
AJM1646	54448096E	6726/1	30/08/2013	230 * XVIII
AOY6557	54446702E	5010/0	11/09/2013	162 * I
BBA1620	55060384D	6637/1	31/08/2013	230 * IX
DCM9800	54767806E	6912/0	09/09/2013	232
IKE5015	54767672E	5010/0	09/09/2013	162 * I
IKE5015	54767673E	6912/0	09/09/2013	232
KLJ5115	54448033E	6599/2	05/09/2013	230 * V
KLJ5115	54448034E	6556/1	05/09/2013	230 * I
KLJ5115	54448035E	6700/0	05/09/2013	230 * XVI
KLJ5115	54448036E	6726/1	05/09/2013	230 * XVIII
LVY2935	54447926E	6599/2	02/09/2013	230 * V
LVY2935	54447927E	6610/2	02/09/2013	230 * VII
LVY2935	54447928E	6416/0	02/09/2013	221 § Único
LUI0990	54447637E	6700/0	14/08/2013	230 * XVI
LVT8266	54447750E	5010/0	30/08/2013	162 * I
LVT8266	54448351E	6610/2	30/08/2013	230 * VII
LWW2202	54448037E	6726/1	05/09/2013	230 * XVIII
LWX7686	54767544E	6599/2	06/09/2013	230 * V
LWY0978	54767703E	6610/2	06/09/2013	230 * VII
LWY3595	54767518E	6599/2	04/09/2013	230 * V
LXA9305	54767778E	5010/0	23/08/2013	162 * I
LXI8157	55060380D	6599/2	31/08/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXI8157	55060381D	5010/0	31/08/2013	162 * I
LYK5204	54448393E	6610/2	09/09/2013	230 * VII
LYP4763	55918099D	5010/0	26/07/2013	162 * I
LYP4763	55918100D	6599/2	26/07/2013	230 * V
LYS8976	54448378E	6726/1	06/09/2013	230 * XVIII
LZC1376	54767510E	6599/2	04/09/2013	230 * V
LZC1376	54767511E	6912/0	04/09/2013	232
MAC5092	54767565E	6920/0	03/09/2013	233
MAR3257	54767538E	6653/1	04/09/2013	230 * XI
MBK1261	54767828E	6912/0	11/09/2013	232
MCA9254	54767655E	5010/0	06/09/2013	162 * I
MCA9254	54767657E	6599/2	06/09/2013	230 * V
MCQ5335	54767507E	6599/2	04/09/2013	230 * V
MCQ5335	54767508E	5010/0	04/09/2013	162 * I
MCQ9483	54767701E	6599/2	06/09/2013	230 * V
MCT0485	54447311E	5045/0	13/08/2013	162 * V
MCT0485	54447312E	6912/0	13/08/2013	232
MCV2505	54767839E	6599/2	11/09/2013	230 * V
MCV2505	54767840E	5010/0	11/09/2013	162 * I
MDA5368	54448105E	6599/2	02/09/2013	230 * V
MDG9520	54767732E	6599/2	12/09/2013	230 * V
MDL6616	54767731E	6912/0	12/09/2013	232
MDN4970	54767724E	6599/2	12/09/2013	230 * V
MDR1050	54448068E	5010/0	27/08/2013	162 * I
MDR1050	54448069E	6599/2	27/08/2013	230 * V
MDS4621	54768068E	6912/0	12/09/2013	232
MDY1495	54448304E	6637/1	31/08/2013	230 * IX
MDY1495	54448305E	6653/1	31/08/2013	230 * XI
MDY1495	54448306E	6912/0	31/08/2013	232
MDY6133	54767737E	6726/1	12/09/2013	230 * XVIII
MDZ7898	54767674E	6599/2	09/09/2013	230 * V
MEA6222	54767540E	6912/0	06/09/2013	232
MEE0575	54767531E	6599/2	04/09/2013	230 * V
MEE0575	54767532E	5010/0	04/09/2013	162 * I
MES8061	54445252E	6599/2	07/09/2013	230 * V
MEY1765	54448076E	6726/1	29/08/2013	230 * XVIII
MFC0604	54448021E	6599/2	03/09/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC0604	54448022E	5010/0	03/09/2013	162 * I
MFL3141	55909037D	6599/2	04/09/2013	230 * V
MFL3141	55909038D	5045/0	04/09/2013	162 * V
MFL3141	55909039D	6556/1	04/09/2013	230 * I
MFO4683	54448356E	6599/2	05/09/2013	230 * V
MGF2695	54767734E	6599/2	12/09/2013	230 * V
MGG4555	54447834E	5045/0	16/08/2013	162 * V
MGG4555	54447835E	6610/2	16/08/2013	230 * VII
MGL5772	54447954E	6599/2	06/09/2013	230 * V
MGL5772	54447955E	5010/0	06/09/2013	162 * I
MGQ6189	54447924E	6726/1	30/08/2013	230 * XVIII
MGR6705	54767537E	6599/2	04/09/2013	230 * V
MGU3139	54448380E	5010/0	06/09/2013	162 * I
MGW8811	54767725E	5010/0	12/09/2013	162 * I
MGW8811	54767726E	6599/2	12/09/2013	230 * V
MGX2214	54448025E	6726/1	03/09/2013	230 * XVIII
MGY9486	54767525E	6599/2	04/09/2013	230 * V
MHI0506	54448360E	6912/0	05/09/2013	232
MHJ9235	54767822E	6912/0	11/09/2013	232
MHK2224	54448296E	6920/0	03/09/2013	233
MHP2311	54767738E	5010/0	12/09/2013	162 * I
MHR5616	54768066E	6599/2	12/09/2013	230 * V
MHR5616	54768067E	5010/0	12/09/2013	162 * I
MHR6114	54767707E	6599/2	06/09/2013	230 * V
MHU7054	54767528E	6599/2	04/09/2013	230 * V
MHU7192	54767735E	6912/0	12/09/2013	232
MHZ9100	54447911E	6599/2	27/08/2013	230 * V
MHZ9100	54447912E	5045/0	27/08/2013	162 * V
MIC9831	54768060E	6599/2	12/09/2013	230 * V
MII9993	54448307E	5010/0	03/09/2013	162 * I
MII9993	54448308E	6637/2	03/09/2013	230 * IX
MIP1042	54767803E	6599/2	09/09/2013	230 * V
MIS3740	54767728E	5010/0	12/09/2013	162 * I
MIX1719	54767837E	6726/1	11/09/2013	230 * XVIII
MJF5656	54767824E	6700/0	11/09/2013	230 * XVI
MJX7409	54445637E	6416/0	30/08/2013	221 § Único
MKA7943	54447932E	5010/0	06/09/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKA7943	54447933E	6599/2	06/09/2013	230 * V
MKG3019	54448379E	5010/0	06/09/2013	162 * I
MKG9614	54447285E	5045/0	14/08/2013	162 * V
MKG9614	54447287E	6912/0	14/08/2013	232
MLB0021	54448008E	6912/0	29/08/2013	232
MLB0021	54448009E	6670/0	29/08/2013	230 * XIII
MLB0021	54448010E	6726/1	29/08/2013	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1700/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 023 1700/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HPG0958	54447007E	5452/1	27/08/2013	181 * VIII
LVT8266	54448190E	5819/1	30/08/2013	193
LYP4763	55913321D	5207/0	26/07/2013	169
LYP4763	55918098D	5835/0	26/07/2013	195
LZQ0283	54767955E	5452/2	13/09/2013	181 * VIII
MDL2821	54445215E	5452/1	05/09/2013	181 * VIII
MHR4398	54444698E	5541/1	12/08/2013	181 * XVII
MIF0707	54767954E	5541/6	13/09/2013	181 * XVII
MIH8900	54446086E	5541/1	08/09/2013	181 * XVII
MKF9727	54445640E	5452/1	09/09/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1226/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 714 1226/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYH9464	55661109C	6912/0	12/08/2013	232
LYH9464	55661110C	6610/2	12/08/2013	230 * VII
LYH9464	55661111C	6653/2	12/08/2013	230 * XI
LZR6893	55661410C	6599/2	20/08/2013	230 * V
LZR6893	55661411C	5010/0	20/08/2013	162 * I
MEL5044	55659536C	6637/1	19/08/2013	230 * IX
MGW7329	55651882C	6408/0	01/09/2013	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 714 1227/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N° 714 1227/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM5980	55662427C	5185/1	09/09/2013	167
ALA4400	55660749C	5452/1	19/08/2013	181 * VIII
AMB7983	55660822C	6122/0	20/08/2013	214 * I
AOQ7628	55655031C	5541/1	11/09/2013	181 * XVII
ARD0919	55656588C	5550/0	17/08/2013	181 * XVIII
BTP1427	55661173C	5550/0	19/08/2013	181 * XVIII
CLP0914	55660773C	5550/0	14/08/2013	181 * XVIII
CTM1806	55660811C	5541/1	06/08/2013	181 * XVII
EDK4928	55655030C	5541/1	11/09/2013	181 * XVII
HIO3205	55661670C	5541/1	12/09/2013	181 * XVII
ICE1715	55662405C	5185/1	09/09/2013	167
IJS4918	55661992C	5541/5	11/09/2013	181 * XVII
KLI8221	55661156C	5550/0	15/08/2013	181 * XVIII
LBQ7920	55661616C	5487/0	04/09/2013	181 * XI
LCK3672	55662229C	5452/1	09/09/2013	181 * VIII
LWX1848	55661757C	5550/0	04/09/2013	181 * XVIII
LXP7100	55658146C	5550/0	18/08/2013	181 * XVIII
LZQ5172	55661268C	5959/1	19/08/2013	203 * IV
MAM7971	55661116C	5541/4	12/08/2013	181 * XVII
MAQ3485	55661115C	5509/0	12/08/2013	181 * XIII
MCO0266	55659528C	5550/0	15/08/2013	181 * XVIII
MCR2877	55660770C	5568/0	14/08/2013	181 * XIX
MCW7662	55660797C	6050/1	20/08/2013	208
MDA6637	55660953C	5720/0	04/08/2013	186 * I
MDG8968	55661045C	7366/2	16/08/2013	252 * VI
MEK3005	55661855C	7366/2	28/08/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEL1269	55661189C	5568/0	12/09/2013	181 * XIX
MEP4724	55660922C	5703/0	23/08/2013	185 * I
MER7006	55662222C	5185/1	05/09/2013	167
MFR5519	55661790C	5541/1	16/09/2013	181 * XVII
MFS1469	55659545C	7366/2	09/09/2013	252 * VI
MFT3623	55637667C	7366/2	20/08/2013	252 * VI
MFW7403	55662147C	5185/1	05/09/2013	167
MFY4389	55637665C	5460/0	16/08/2013	181 * IX
MFY6901	55660374C	5568/0	06/09/2013	181 * XIX
MGS7363	55662208C	5185/1	05/09/2013	167
MGS7629	55661047C	6122/0	16/08/2013	214 * I
MGW4449	55661359C	5452/1	20/08/2013	181 * VIII
MHC6918	55661765C	5541/6	12/09/2013	181 * XVII
MHF2507	55651950C	6122/0	14/08/2013	214 * I
MHP8694	55662316C	5452/1	12/09/2013	181 * VIII
MHR9017	55660741C	5568/0	19/08/2013	181 * XIX
MIF4983	55659290C	7366/2	21/08/2013	252 * VI
MIJ7330	55660779C	5550/0	19/08/2013	181 * XVIII
MIM0022	55661060C	5550/0	11/08/2013	181 * XVIII
MIR5240	55661266C	6050/1	19/08/2013	208
MIT0010	55661049C	7366/2	16/08/2013	252 * VI
MIX6636	55661402C	5380/0	20/08/2013	181 * I
MJE7149	55662435C	5452/1	13/09/2013	181 * VIII
MJF1322	55661011C	5541/6	12/08/2013	181 * XVII
MJH6705	55661979C	5819/6	10/09/2013	193
MJL9589	55661258C	5959/1	19/08/2013	203 * IV
MJL9589	55661259C	5835/0	19/08/2013	195
MJQ7847	55662214C	5185/1	05/09/2013	167
MJS2724	55661775C	5541/1	12/09/2013	181 * XVII
MJZ9610	55661012C	5509/0	12/08/2013	181 * XIII
MKB0234	55659634C	5819/6	29/08/2013	193
MKC0517	55662154C	6122/0	13/09/2013	214 * I
MKC1872	55661976C	5819/6	10/09/2013	193
MKG0017	55660667C	7366/2	15/08/2013	252 * VI
MKN0110	55660783C	5550/0	19/08/2013	181 * XVIII
MKS1031	55659285C	6041/2	17/08/2013	207
MMK1071	55662311C	7366/2	11/09/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NBT6985	55661710C	5460/0	31/08/2013	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Lei Complementar N° 154, de 09 de Setembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR N° 154, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a organização administrativa e define atribuições na estrutura dos cargos de provimento comissionado do Poder Executivo do Município de São Lourenço do Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

#### TÍTULO I

#### DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO PODER EXECUTIVO

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### Das Disposições Preliminares

#### SEÇÃO I

#### Do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Secretários Municipais.

§ 1º O Vice-Prefeito Municipal, além das atribuições que lhe forem conferidas por esta lei complementar, auxiliará o Prefeito Municipal quando convocado para missões especiais.

§ 2º Compete ao Vice-Prefeito auxiliar diretamente o Prefeito Municipal na formulação e execução da política de estímulo ao desenvolvimento institucional do município, de forma articulada com as Secretarias Municipais e os órgãos da Administração Pública Estadual e Federal.

#### SEÇÃO II

#### Dos Secretários Municipais

Art. 2º Os Secretários Municipais, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito Municipal, exercem atribuições constitucionais, legais e regulamentares, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, de provimento em comissão a eles subordinados direta ou indiretamente.

Parágrafo único. A investidura no cargo de Secretário Municipal dar-se-á em solenidade oficial que será reduzida a termo em ata registrada em livro próprio, na qual os nomeados prestarão o seguinte compromisso: "Eu, ..., consciente de minhas responsabilidades legais, assumo o compromisso de honrar o cargo de Secretário Municipal para o qual fui nomeado, exercendo minhas atribuições nos estritos limites dos princípios constitucionais e da legislação aplicável à administração pública, promovendo o desenvolvimento do meu município por meio do fortalecimento das instituições, do aprimoramento da democracia participativa e do trabalho incansável pela melhoria da qualidade de vida do povo lourenciano".

Art. 3º No exercício de suas atribuições cabe aos Secretários Municipais:

I - expedir ordens de serviço disciplinadoras das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias Municipais, exceto quanto às inseridas nas atribuições constitucionais e legais do Prefeito Municipal;

II - respeitada a legislação pertinente, distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias Municipais

que dirigem e cometer-lhes tarefas funcionais executivas;

III - auxiliar o Prefeito Municipal no ordenamento, fiscalização e impugnação de despesas públicas;

IV - assinar em conjunto com o Prefeito Municipal, contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais, relativos à sua pasta;

V - revogar, anular e sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais de administração pública praticados por seus subordinados;

VI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e prover as correções exigidas;

VII - aplicar penas administrativas e disciplinares, exceto as de demissão de servidores estáveis e de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; e

VIII - decidir, mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de competência das Secretarias Municipais que dirigem.

#### SEÇÃO III

#### Dos Órgãos Especiais da Administração Superior Do Poder Executivo

Art. 4º Os Órgãos Especiais da Administração Superior, com atribuições específicas nos termos desta lei complementar, são auxiliares diretos e imediatos do Prefeito Municipal, exercem atribuições legais com o apoio dos servidores titulares de cargos de provimento efetivo e em comissão a eles subordinados direta ou indiretamente.

#### TÍTULO II

#### DO FUNCIONAMENTO E DO MODELO ORGANIZACIONAL DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO

#### CAPÍTULO I

#### Dos Órgãos e das Entidades da Administração Pública Municipal

Art. 5º A administração pública municipal compreende:

I - a administração direta, constituída pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional administrativa do Gabinete do Prefeito Municipal, do Gabinete do Vice-Prefeito, das Secretarias Municipais, da Procuradoria Geral do Município, da Controladoria Geral do Município e da Contadoria Geral do Município;

II - a administração indireta, constituída pelas seguintes espécies de entidades dotadas de personalidade jurídica:

a) autarquia;

b) fundação pública;

c) empresa pública; e

d) sociedade de economia mista.

§ 1º Somente por lei complementar específica que defina a finalidade, a vinculação e o funcionamento, poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

§ 2º As entidades compreendidas na administração indireta serão vinculadas aos Gabinetes do Prefeito Municipal e Vice-Prefeito Municipal ou ainda à Secretaria Municipal em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

§ 3º As entidades de direito civil cujos objetivos e atividades identifiquem-se com as competências das Secretarias Municipais ou com as das entidades da administração indireta e que recebem contribuições de natureza financeira, a título de subvenções, ou de transferências à conta do Orçamento do Município, em caráter permanente, com vistas à sua manutenção, ficam sujeitas à supervisão da Administração Municipal e atuarão sob vinculação às Secretarias Municipais em cuja área de competência estiver enquadrada a sua principal atividade.

§ 4º Assegurar-se-ão às empresas públicas, às sociedades de economia mista, fundações e autarquias, condições de funcionamento, garantindo sua função social, cabendo a essas entidades,



sob a supervisão do Prefeito Municipal ou do Secretário Municipal competente, ajustar-se ao Plano Plurianual de Governo.

Art. 6º Os atos de organização e reorganização institucional, estrutural e funcional dos órgãos da administração direta e das entidades autárquicas e fundacionais deverão incluir os respectivos cargos de provimento em comissão e funções de confiança e serão expedidos sempre acompanhados da respectiva nominata.

## SEÇÃO I

### Do Funcionamento

Art. 7º O funcionamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, ao disposto nesta Lei e também na legislação aplicável relativa a planejamento, coordenação, descentralização, execução, delegação de competência e controle.

§ 1º O Poder Executivo deverá implementar modelo Gerencial sintonizado com as modernas técnicas de planejamento público, primando pela flexibilidade da gestão, qualidade dos serviços públicos e prioridade às demandas do cidadão.

§ 2º A administração pública municipal deverá atuar estrategicamente com o processo de gestão, priorizando a ação preventiva, aliada à descentralização e desconcentração das ações e à capacitação dos recursos humanos, com amparo na tecnologia de informação para dar suporte aos processos operacionais.

§ 3º O servidor público será profissionalizado e valorizado, por meio de amplo programa de capacitação, que o habilite para desenvolver várias atividades inerentes às funções do cargo e o qualifique para o atendimento ao cidadão, tornando-o capaz de encontrar novas soluções e de modernizar o fluxo de decisões, bem como de congregar seu grupo de trabalho na busca destes objetivos.

§ 4º A administração pública municipal primará por maior eficiência na gestão da estrutura pública, pela participação da sociedade, pela transparência dos processos administrativos, pela melhoria da prestação de serviços ao cidadão e pela redução dos custos administrativos.

§ 5º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar, observando-se o que determina a legislação federal vigente.

## SEÇÃO II

### Do Planejamento

Art. 8º A ação administrativa obedecerá a um sistemático processo de planejamento que vise promover o desenvolvimento do Município, a democratização das ações com amplo engajamento das comunidades e a transparência do processo.

§ 1º A ação administrativa de que trata o caput deste artigo será efetivada mediante a formulação da programação financeira de desembolso e dos seguintes instrumentos básicos, elaborados em conformidade com as definições de interesse apontadas pela sociedade:

I - planos decenais, com ênfase para indicadores de desenvolvimento social e econômico, a serem definidos pela Administração Pública;

II - plano plurianual de governo;

III - programas gerais e setoriais de duração anual e plurianual;

IV - diretrizes orçamentárias;

V - orçamento anual.

§ 2º A ação administrativa de planejamento, atendidas as

peculiaridades do município e quando necessário e conveniente, guardará perfeita coordenação e sintonia com os planos, programas e projetos dos governos do Estado e da União.

§ 3º A administração pública municipal poderá promover políticas diferenciadas para equilibrar os diversos segmentos e setores da atividade econômica.

## SEÇÃO III

### Da Coordenação

Art. 9º As atividades da administração municipal e os programas de governo serão objetos de permanente coordenação.

§ 1º A coordenação será exercida em todos os níveis da administração mediante atuação das chefias individuais e a realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e dos funcionários bem como, se necessário, pela instituição e o funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.

§ 2º No nível superior da administração municipal a coordenação será assegurada através de:

I - reuniões do secretariado, com a participação de titulares de cargos ou funções convocados pelo Prefeito;

II - reuniões de Secretários Municipais e titulares de cargos ou funções, por áreas afins;

III - atribuição a um Secretário Municipal ou à Controladoria Geral do Município da tarefa da coordenação das ações que envolvam a participação de mais de uma Secretaria Municipal ou entidades da administração indireta vinculadas a Secretarias distintas.

Art. 10. Os convênios com a União, com o Estado e com Entidades, deverão ser celebrados sob coordenação integrada entre a Secretaria envolvida e o Gabinete do Prefeito.

## SEÇÃO IV

### Da Execução

Art. 11. Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e às normas regulamentares, observados principalmente os critérios de racionalização, qualidade e produtividade.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos serviços de execução respeitarão a metodologia de participação comunitária, as normas, o planejamento, os princípios, os critérios e os programas estabelecidos pelos órgãos centrais de direção a que estiverem subordinados, vinculados ou supervisionados e as definições do planejamento municipal, para solução de todo e qualquer caso e no desempenho de suas competências.

## SEÇÃO V

### Da Delegação de Competência

Art. 12. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização e desconcentração administrativas, com o objetivo de assegurar rapidez às decisões.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a delegar competência aos Secretários Municipais, nos termos e limites da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º O ato de delegação indicará a autoridade delegante, a autoridade delegada e as competências da delegação.

§ 2º O exercício de funções em regime de substituição abrange os poderes delegados e subdelegados ao substituído, salvo se o ato de delegação ou subdelegação ou o ato que determina a substituição dispuser em contrário.

## SEÇÃO VI

### Do Controle

Art. 14. O controle das atividades da administração municipal será

exercido em todos os níveis, órgãos e entidades pelas respectivas chefias sendo que o controle da aplicação do dinheiro público e a guarda dos bens do Município serão exercidos pela Controladoria Geral do Município.

Art. 15. As tarefas de controle têm o objetivo de melhorar a qualidade e a produtividade do serviço público e serão implementadas mediante revisão de processos e supressão de meios que se evidenciem puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

## CAPÍTULO II

### Da Supervisão Superior e Secretarial

#### SEÇÃO I

##### Da Supervisão Superior

Art. 16. Estão sujeitos à supervisão direta do Prefeito Municipal os órgãos vinculados ao Gabinete do Prefeito, as Secretarias Municipais, a Procuradoria Geral do Município, a Controladoria Geral do Município e a Contadoria Geral do Município, bem como os que vierem a ser subordinados ou vinculados diretamente ao seu Gabinete.

#### SEÇÃO II

##### Da Supervisão Secretarial

Art. 17. O Secretário Municipal é responsável perante o Prefeito Municipal pela supervisão dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta enquadrados em sua área de competência.

Parágrafo único. A supervisão a cargo dos Secretários Municipais é exercida através de orientação, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados e das entidades vinculadas ou supervisionadas.

Art. 18. O Secretário Municipal exercerá a supervisão de que trata esta seção com o apoio da Controladoria Geral do Município.

Art. 19. A supervisão dos Secretários Municipais tem por principal objetivo, na área de sua respectiva competência:

- I - assegurar a observância da legislação;
- II - promover a execução dos programas de governo;
- III - coordenar as atividades das entidades vinculadas ou supervisionadas e harmonizar a sua atuação com as das demais Secretarias Municipais;
- IV - avaliar o comportamento administrativo das entidades vinculadas ou supervisionadas;
- V - fiscalizar a aplicação e utilização de dinheiro, valores e bens públicos;
- VI - acompanhar os custos globais dos programas setoriais de governo; e
- VII - fornecer aos órgãos próprios da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro.

Art. 20. No que se refere à administração indireta, a supervisão visa assegurar:

- I - a realização dos objetivos fixados nos atos de institucionalização ou de constituição da entidade;
- II - a harmonia com a política e a programação do governo no setor de atuação da entidade;
- III - a eficiência administrativa;
- IV - a diminuição dos custos e das despesas operacionais; e
- V - a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

## CAPÍTULO III

### Do Modelo Institucional e da Organização Sistêmica

## SEÇÃO I

### Do Modelo Orgânico Institucional

Art. 21. As Secretarias Municipais, a Procuradoria Geral do Município, a Controladoria Geral do Município, a Contadoria Geral do Município, bem como as entidades autárquicas e fundacionais que vierem a ser criadas, poderão ser organizadas e estruturadas, a critério do Poder Executivo, em até quatro níveis decisórios:

I - secretarial;

II - de direção;

III - gerencial, assessoria ou coordenação; e

IV - função técnica ou chefia.

§ 1º Dos cargos de nível gerencial, 50% (cinquenta por cento) serão ocupados obrigatoriamente por servidores de carreira do serviço público municipal.

§ 2º As funções técnicas ou chefias serão ocupadas exclusivamente por servidores públicos efetivos do município.

§ 3º A substituição temporária de titular de cargo de nível secretarial ou gerencial proceder-se-á obrigatoriamente por titular de cargo de nível equivalente, não se admitindo o acúmulo de mais de 02 (dois) cargos pelo mesmo titular, vedado o acréscimo de remuneração.

§ 4º O não provimento de cargo de nível de direção ou gerência atribui a competência da respectiva área ao titular da Secretaria Municipal ao qual a mesma esteja vinculada.

## SEÇÃO II

### Dos Sistemas de Execução das Atividades Administrativas Auxiliares

Art. 22. As atividades administrativas auxiliares serão desenvolvidas e executadas sob a forma de sistemas, integrados por todos os órgãos e entidades da administração municipal que exerçam atividades de natureza semelhante.

Art. 23. Serão estruturadas, organizadas e operacionalizadas sob a forma de sistemas, além de outras atividades, as seguintes:

I - planejamento e orçamento;

II - informações estatísticas;

III - recursos humanos;

IV - administração financeira, contábil e auditoria;

V - administração de materiais e serviços;

VI - serviços jurídicos;

VII - tecnologia de informação;

VIII - qualidade e produtividade;

IX - administração patrimonial;

X - infraestrutura pública;

XI - metodologias participativas.

§ 1º Os órgãos integrantes de um sistema administrativo de atividades auxiliares, qualquer que seja a sua subordinação, ficam submetidos à orientação normativa, ao controle técnico e à fiscalização específica do órgão central do sistema.

§ 2º O dirigente do órgão central do sistema é responsável pelo fiel cumprimento das leis e regulamentos pertinentes, bem como por seu funcionamento eficiente e coordenado.

§ 3º Decreto do Chefe do Poder Executivo disporá sobre a estruturação, organização, implantação e operacionalização dos sistemas de que trata este artigo e sobre a definição do responsável pela execução das atividades inerentes a cada sistema, no caso da estrutura organizacional não dispor de cargo específico.

## TÍTULO III

### DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

## CAPÍTULO I

### Da Administração Direta

Art. 24. A estrutura organizacional básica da administração direta do município de São Lourenço do Oeste, criada por esta Lei

Complementar, compreende:

- I - Gabinete do Prefeito Municipal - GPM;
- II - Procuradoria Geral do Município - PGM;
- III - Controladoria Geral do Município - CGM;
- IV - Contadoria Geral do Município - CCP;
- V - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - SAF;
- VI - Secretaria Municipal de Educação - SME;
- VII - Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
- VIII - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SDU;
- IX - Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura - SAA;
- X - Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS;
- XI - Secretaria Municipal do Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico - SDE.

## SEÇÃO I

Do Gabinete do Prefeito

Art. 25. O Gabinete do Prefeito é integrado por:

I - Órgãos de administração direta:

- a) Gabinete do Vice-Prefeito;
- b) Assessoria de Gabinete;
- c) Assessoria de Comunicação;
- d) Chefia de Gabinete.

II - Entidades da administração indireta, com vinculação de natureza especial nos termos do § 2º, do art. 5º, desta Lei Complementar:

- a) Conselho Municipal de Defesa Civil.

Parágrafo único. Os serviços da Junta de Serviço Militar, no que concerne ao Município de São Lourenço do Oeste por força da legislação federal, serão desempenhados por servidor municipal designado para tal fim, dentre servidores do quadro único de pessoal do poder executivo.

## SUBSEÇÃO I

Do Gabinete do Vice-Prefeito Municipal

Art. 26. Ao Gabinete do Vice-Prefeito compete assistir ao seu titular no desempenho de suas atribuições e nas missões especiais que lhe forem confiadas.

## SUBSEÇÃO II

Da Assessoria de Gabinete

Art. 27. A Assessoria de Gabinete assiste direta e imediatamente ao Prefeito Municipal e Vice-Prefeito Municipal nos serviços de secretaria particular, atos relativos ao expediente, registros históricos dos atos de posse e transmissão de cargo do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal, controle e organização das agendas do Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 28. Compete à Assessoria de Gabinete:

- I - as relações intra e intergovernamentais, buscando a inteiração e cooperação entre órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica, fundacional, federal e estadual, e a articulação das políticas públicas voltadas o desenvolvimento e fomento das atividades do 3º setor;
- II - encaminhar e acompanhar projetos de captação de recursos, junto a órgãos governamentais, por meio de convênios, contratos de repasse, termo de cooperação técnica-financeira e documentos afins;
- III - incentivar o desenvolvimento e a organização comunitária, fomentando políticas de articulação e participação de organizações não governamentais nos assuntos de interesse da coletividade;
- IV - oferecer suporte técnico e jurídico à organização de entidades com vista a instrumentalizar sua condição de parceiras do poder público municipal, estadual e federal na implementação de ações voltadas ao interesse coletivo;
- V - oferecer suporte técnico e operacional na elaboração de

projetos das entidades junto a organizações não governamentais e órgãos federais e estaduais; e

VI - articular e organizar reuniões, encontros e eventos entre órgãos governamentais, entidades do 3º setor e órgãos da administração pública municipal.

## SUBSEÇÃO III

Da Assessoria de Comunicação

Art. 29. A Assessoria de Comunicação compete divulgar os atos da administração municipal com o objetivo de conferir-lhes publicidade e transparência, elaborar e promover a propaganda institucional do governo municipal e organização de protocolo e cerimonial.

## SUBSEÇÃO IV

Da Chefia de Gabinete

Art. 30. Compete ao Chefe de Gabinete, por seu titular, coordenar as ações do Gabinete do Prefeito, especialmente no que tange à articulação política e ao relacionamento com autoridades e municípios, desempenhando as seguintes atribuições:

I - planejar as atividades do Gabinete do Prefeito;

II - auxiliar na administração da agenda do Prefeito Municipal, mantendo-o, antecipadamente, informado sobre seus compromissos;

III - promover, tempestivamente, o recebimento, o encaminhamento e o arquivamento da correspondência oficial do Gabinete do Prefeito, segundo seu destino;

IV - articular-se com todos os órgãos e sistemas da Administração Municipal, transmitindo informações ao Prefeito Municipal, quando for o caso;

V - promover condições para locomoção e viagens do Prefeito Municipal, seu atendimento, suprimento e apoio logístico;

VI - desincumbir-se de outras funções boas e necessárias para o desempenho dos demais atos relativos ao expediente do Gabinete do Prefeito.

## SEÇÃO II

Dos Órgãos Especiais da Administração Superior

Art. 31. São Órgãos Especiais da Administração Superior:

I - a Procuradoria Geral do Município - PGM;

II - a Controladoria Geral do Município - CGM;

III - a Contadoria Geral do Município - CGP.

## SUBSEÇÃO I

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 32. A Procuradoria Geral do Município - PGM é órgão especial da administração superior, diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Parágrafo único: Compete à Procuradoria Geral do Município - PGM, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei:

I - propor orientação jurídico-normativa para os órgãos e agentes da administração pública municipal;

II - pronunciar-se sobre a legalidade dos atos praticados pelos agentes políticos, cargos de provimento em comissão e servidores da administração municipal;

III - coordenar os serviços de cobrança da dívida ativa do Município na esfera judicial, e, na esfera administrativa, de forma articulada com a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

IV - promover a unificação de jurisprudência administrativa do Município;

V - manifestar-se nos processos administrativos disciplinares nos casos previstos em lei;

VI - representar o Município perante quaisquer órgãos e entidades administrativas ou judiciais, em que o Município seja parte ou tenha interesse;

VII - pronunciar-se sobre a legalidade dos processos licitatórios



promovidos pela administração municipal;

VIII - emitir parecer sobre a regularidade formal e material de convênios, contratos e acordos a serem firmados pela administração municipal; e

IX - formalizar os processos para concessão de direito real de uso de bens imóveis, na forma da lei.

Art. 33. À Procuradoria Geral do Município, como órgão central do Sistema de Serviços Jurídicos, compete, nos termos da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e desta lei complementar, representar o Município judicial e extrajudicialmente, bem como desenvolver as atividades de assessoramento jurídico dos órgãos do Poder Executivo do Município.

§ 1º As atividades de consultoria jurídica das autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista que vierem a ser criadas, serão desenvolvidas de forma articulada sob a coordenação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2º Os cargos de Procurador do Município serão preenchidos exclusivamente mediante concurso público de provas e títulos, admitindo-se a contratação de serviços jurídicos de alta especialização, quando necessário, mediante parecer fundamentado expedido pelo Procurador Geral do Município, em que fiquem comprovados o interesse público relevante, o grau de especialização exigido para a matéria e a inexistência de funcionário habilitado para a execução do serviço no quadro funcional da Procuradoria.

## SUBSEÇÃO II

Do Procurador Geral do Município

Art. 34. O cargo de Procurador Geral do Município é de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Constitui requisito essencial para o provimento do cargo, de que trata o caput, a observância da habilitação em Direito e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º O vencimento do cargo de Procurador Geral do Município é o previsto no Anexo II desta Lei Complementar.

§ 3º A investidura no cargo de Procurador Geral do Município requer do seu ocupante dedicação exclusiva ao serviço público municipal.

Art. 35. Compete ao Procurador Geral do Município:

I - distribuir funções aos servidores da Procuradoria Geral do Município;

II - dar ciência imediata ao Prefeito Municipal de seu conhecimento da prática de qualquer irregularidade ou ilegalidade pelos agentes da administração municipal, propondo as medidas cabíveis;

III - representar ao Ministério Público quando não adotadas as medidas administrativas sugeridas na conformidade do inciso anterior, ou a prática de qualquer ato lesivo ao patrimônio público que possa configurar crime de responsabilidade.

IV - responder solidariamente com o Prefeito Municipal pela prática de atos administrativos nos quais tenha tido participação efetiva.

## SUBSEÇÃO III

Da Controladoria Geral do Município

Art. 36. A Controladoria Geral do Município - CGM é órgão especial da administração superior, diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 37. Compete à Controladoria Geral do Município:

I - fiscalizar a Contadoria Geral do Município quando da elaboração dos anteprojetos de lei e outros atos relacionados com o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e proposta orçamentária anual;

II - fiscalizar as áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município, procedendo ao controle interno da gestão pública, avaliando a eficiência e eficácia da administração direta,

indireta e fundacional, propondo medidas corretivas para cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, administrativas e legais em vigor;

III - supervisionar e fiscalizar as obras públicas e acompanhar a execução dos contratos de fornecimento de bens, serviços e materiais;

IV - realizar a conferência dos dados do e-SFINGE e posterior envio - em meio eletrônico e escrito - ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 38. A atuação da Controladoria Geral do Município abrangerá, no mínimo, o exame dos seguintes setores ou serviços:

I - análise contábil, com a finalidade de examinar a correta escrituração, a legitimidade dos atos e fatos que deram origem aos lançamentos e formalização dos documentos comprobatórios próprios da contabilidade;

II - análise financeira, com a finalidade de verificar a regularidade dos recebimentos e pagamentos efetuados, conferir os saldos de caixa e bancos declarados como existentes;

III - análise da receita, com a finalidade de verificar a situação de controles existentes sobre o lançamento, cobrança e arrecadação das receitas municipais;

IV - análise da despesa, com a finalidade de verificar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência na realização da despesa pública, bem como se está sendo cumprida a legislação pertinente;

V - análise na administração de pessoal, com a finalidade de verificar a compatibilização da estrutura do quadro de pessoal à situação existente, as formas de admissão, a regularidade na concessão de direitos e vantagens, recrutamento, seleção, estágio probatório, treinamento, avaliações, promoções, transferências, licenças e aplicação da legislação;

VI - análise de bens permanentes, com a finalidade de verificar a guarda, responsabilidade, movimentação, conservação, segurança e uso dos bens públicos municipais;

VII - análise da administração de material, cuja finalidade relaciona-se com os controles existentes, almoxarifados e depósitos, objetivando a verificação de condições adequadas de recebimento, armazenamento, distribuição, controle e segurança dos estoques; e

VIII - análise sobre veículos e máquinas, com a finalidade de verificar a situação das condições gerais de uso dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal.

§ 1º A Controladoria Geral do Município elaborará o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal de acordo com os prazos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda mensalmente quanto ao seguinte:

I - pessoal: admissão, contratação, exoneração, demissão, aumentos diferenciados, concessão de gratificações, frequência, diárias e outros atos de gestão de pessoal;

II - receita - instituição, arrecadação, renúncia por ação ou omissão;

III - dívida ativa: lançamento, cancelamento, cobrança administrativa, encaminhamento e cobrança judicial;

IV - despesa: equilíbrio em relação a receita arrecadada, empenho, liquidação, pagamento, despesas de caráter continuado ou aperfeiçoamento de ação governamental;

V - licitações e contratos: despesas não incluídas nos processos licitatórios, os processos licitatórios e os contratos;

VI - análise patrimonial: ativo financeiro, passivo financeiro, ativo permanente, passivo permanente, patrimônio líquido;

VII - patrimônio: incorporações, baixas, desapropriações; e

VIII - demais relatórios julgados necessários.

§ 2º As Secretarias Municipais designarão os responsáveis pelo encaminhamento das informações mensais à Controladoria Geral do Município.

§ 3º A Controladoria Geral do Município poderá ter Regimento Interno Próprio, o qual será aprovado por ato do Poder Executivo e terá poderes para baixar normas e regulamentos ao fiel

cumprimento das ações do Sistema de Controle Interno.

Art. 39. A Controladoria Geral do Município contará com quadro técnico de servidores na área de planejamento, contabilidade, auditoria e engenharia, integrantes do quadro único de pessoal do Poder Executivo Municipal.

#### SUBSEÇÃO IV

Do Controlador Geral do Município

Art. 40. O cargo de Controlador Geral do Município é de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Constitui requisito essencial para o provimento do cargo de que trata o caput, a observância de habilitação específica em Ciências Contábeis, Direito, Administração ou Economia.

§ 2º O vencimento do cargo de Controlador Geral do Município é o previsto nos Anexos II e III desta Lei Complementar.

Art. 41. Compete ao Controlador Geral do Município:

I - distribuir as funções aos servidores da Controladoria Geral do Município;

II - dar ciência imediata ao Prefeito Municipal de seu conhecimento da prática de qualquer irregularidade ou ilegalidade pelos agentes da administração municipal, propondo as medidas cabíveis;

III - representar ao Ministério Público quando não adotadas as medidas administrativas sugeridas na conformidade do inciso anterior, ou a prática de qualquer ato lesivo ao patrimônio público que possa configurar crime de responsabilidade;

IV - elaborar, conjuntamente com a Administração Municipal, os Projetos de Lei do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA e demais instrumentos de Programação Financeira, Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, Metas Bimestrais de Arrecadação, bem como outras peças de planejamento a serem exigidas pela legislação vigente e pelos órgãos de controle externo;

V - supervisionar, coordenar e orientar as atividades da Controladoria Geral do Município;

VI - baixar Instruções Normativas relativas a assuntos de competência da Controladoria Geral do Município;

VII - apresentar junto com o Balanço Geral do Município, relatório sintético da execução do Orçamento e a situação da administração financeira municipal;

VIII - propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas que devem ser observadas pelas Secretarias e órgão vinculados ou subordinados para a melhoria do sistema de controle interno, objetivando a eficiência e a eficácia da administração municipal;

IX - acompanhar e avaliar os resultados das ações advindas dos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno;

X - responder solidariamente com o Prefeito Municipal pela prática de atos administrativos nos quais tenha tido participação efetiva.

Parágrafo único. O Controlador-Geral do Município será auxiliado diretamente pelo Analista de Controle Interno.

#### SUBSEÇÃO V

Da Contadoria Geral do Município

Art. 42. A Contadoria Geral do Município - CCP é órgão especial da administração superior, diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito Municipal, composta das seguintes gerências:

I - Gerência de Administração Financeira;

II - Gerência de Controle Patrimonial.

Art. 43. Compete à Contadoria Geral do Município:

I - organizar e fazer a manutenção dos arquivos da documentação contábil;

II - controlar sistematicamente o patrimônio do município;

III - realizar a guarda, estocagem e distribuição de materiais de uso e consumo;

IV - registrar e controlar o patrimônio municipal;

V - promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos;

VI - providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;

VII - providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

VIII - promover os atos bons e necessários à escrituração e registro dos bens imóveis;

IX - promover o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação, carga e descarga de bens patrimoniais;

X - promover a execução dos laudos de avaliação dos bens móveis e materiais inservíveis, bem como os demais atos necessários à alienação, na forma da lei;

XI - fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da administração direta e indireta, com vistas à implantação regular e à utilização dos recursos públicos;

XII - elaborar, apreciar e submeter ao ordenador da despesa, estudos e propostas de diretrizes, programas e ações que objetivam racionalizar a execução da despesa e aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

XIII - acompanhar a execução física e financeira e dos projetos e atividades, bem como a aplicação sob qualquer forma dos recursos públicos;

XIV - subsidiar os responsáveis pela elaboração de planos, orçamentos e programas, com informações e avaliações relativas à gestão dos órgãos da administração municipal;

XV - verificar e certificar as contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores municipais, ou de todo aquele que, por opção ou omissão, der causa à perda, subtração ou extravio de valores, bens e materiais de propriedade ou responsabilidade do Município;

XVI - organizar e manter atualizado o cadastro dos responsáveis por dinheiro, valores e bens públicos, assim como dos órgãos e entidades sujeitos à fiscalização do controle interno e externo;

XVII - assinar balancetes, balanços, relatórios em geral da gestão municipal, bem como todos os demais atos contábeis do Município, quando delegado por ato do Prefeito Municipal;

XVIII - realizar as prestações de contas do Poder Executivo Municipal, bem como dar publicidade de todos os atos e fatos da gestão financeira, orçamentária e patrimonial nos termos e prazos da legislação pertinente;

XIX - desempenhar todas as demais atribuições inerentes à Contabilidade, no que diz respeito à escrituração e guarda dos documentos contábeis do Município;

XX - realizar a administração financeira geral do Município;

XXI - executar e controlar os serviços relativos à pagamentos, repasses e demais desembolsos do tesouro municipal;

XXII - realizar outras atividades relativas à administração de material e patrimônio que lhe forem cometidas na forma desta Lei; e

XXIII - auxiliar a elaboração dos anteprojetos de lei e outros atos relacionados com:

a) planos decenais, com ênfase para indicadores sócio-econômicos e de desenvolvimento humano;

b) o plano plurianual;

c) as diretrizes orçamentárias;

d) a proposta orçamentária anual.

#### SUBSEÇÃO VI

Do Contador Geral do Município

Art. 44. O cargo de Contador Geral do Município é de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Constitui requisito essencial para o provimento do cargo de que trata o caput deste artigo a observância de habilitação específica em Ciências Contábeis, com registro no Conselho Regional

de Contabilidade.

§ 2º O vencimento do cargo de Contador Geral do Município é o previsto nos Anexos II e III desta Lei Complementar.

Art. 45. Compete ao Contador Geral do Município:

I - distribuir as funções aos servidores da Contadoria Geral do Município;

II - estudar, classificar, escriturar e analisar os atos e fatos administrativos municipais, de forma analítica e sintética;

III - assessorar na elaboração dos projetos de Lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, na forma e tempo adequados;

IV - efetuar o controle dos créditos orçamentários;

V - registrar a movimentação de recursos financeiros da administração de pessoal e material;

VI - registrar, na forma prevista, a movimentação de bens;

VII - apurar contas dos responsáveis por recursos financeiros, bens e valores;

VIII - analisar planos e prestações de contas de recursos financeiros;

IX - levantar mensalmente os balancetes e anualmente o balanço;

X - prestar contas dos recursos financeiros recebidos pelo Município, conforme as disposições legais pertinentes, inclusive de acordos e convênios ou outros ajustes;

XI - elaborar cronograma de desembolso financeiro;

XII - assinar balancetes, balanços, relatórios em geral da gestão municipal, bem como todos os demais atos contábeis da Prefeitura Municipal, quando delegado por ato do Prefeito Municipal;

XIII - preparar relatórios informativos referentes à situação financeira e patrimonial do Município;

XIV - dar ciência imediata ao Prefeito Municipal de seu conhecimento da prática de qualquer irregularidade ou ilegalidade pelos agentes da administração municipal, propondo as medidas cabíveis;

XV - representar ao Ministério Público quando não adotadas as medidas administrativas sugeridas na conformidade do inciso anterior, ou a prática de qualquer ato lesivo ao patrimônio público que possa configurar crime de responsabilidade;

XVI - responder solidariamente com o Prefeito Municipal pela prática de atos administrativos nos quais tenha tido participação efetiva.

#### SUBSEÇÃO VII

Da Gerência de Administração Financeira

Art. 46. Compete à Gerência de Administração Financeira:

I - a administração financeira geral do Município e suas autarquias;

II - elaborar boletins diários de caixa;

III - produzir informações estatísticas;

IV - acompanhar a arrecadação de tributos municipais e repasses das demais esferas do governo, elaborando relatórios de controle e gestão; e

V - executar e controlar os serviços relativos a pagamentos, repasses e demais desembolsos do tesouro municipal;

VI - acompanhar a movimentação bancária e realizar as conciliações bancárias.

#### SUBSEÇÃO VIII

Da Gerência de Controle Patrimonial

Art. 47. Compete à Gerência de Controle Patrimonial:

I - a organização e manutenção dos arquivos da documentação administrativa;

II - a organização e arquivamento da documentação histórica do Município;

III - o controle sistemático do patrimônio do Município;

IV - guarda, estocagem e distribuição de materiais de uso e consumo;

V - formalizar os processos para concessão de direito real de uso

de bens imóveis, na forma da lei;

VI - administrar o patrimônio municipal;

VII - promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos;

VIII - providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o município;

IX - providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

X - promover os atos bons e necessários à escrituração e registro dos bens imóveis;

XI - promover o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação, carga e descarga de bens patrimoniais;

XII - promover a execução dos laudos de avaliação dos bens móveis e materiais inservíveis, bem como os demais atos necessários à alienação, na forma da lei.

#### SEÇÃO III

Da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Art. 48. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda é formada pelos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Secretário;

Gerência de Licitações e Compras;

b) Gerência de Recursos Humanos e Capacitação;

c) Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos;

d) Gerência de Tecnologia da Informação;

II - Diretoria de Orçamento Participativo;

III - Diretoria de Fazenda;

IV - Conselho Municipal de Contribuintes.

#### SUBSEÇÃO I

Do Gabinete do Secretário

Art. 49. Compete ao Gabinete do Secretário:

I - expedir comunicações internas;

II - assistir ao Prefeito Municipal em todas as suas atribuições administrativas;

III - coordenar as ações dos órgãos de assessoramento e aconselhamento municipal;

IV - assistir ao Prefeito Municipal na elaboração do planejamento municipal;

V - assistir ao Prefeito Municipal na elaboração dos atos de instituição, constituição, organização e reorganização administrativa;

VI - elaborar e publicar atos oficiais;

VII - acompanhar, avaliar e controlar a execução do Plano de Governo;

VIII - efetuar o controle dos programas de governo, sistêmicos ou isolados, objetivando racionalizar e harmonizar as ações administrativas; e

IX - coordenar ações relativas à administração tributária do Município e assuntos a ela direta ou indiretamente relacionados;

X - formular as políticas de crédito do Governo Municipal;

XI - definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros objetivando a elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com a Contadoria Geral do Município;

XII - coordenar e controlar a cobrança da dívida ativa na esfera administrativa, de forma articulada com a Procuradoria Geral do Município;

XIII - administrar os encargos gerais do Município;

XIV - desenvolver as atividades relacionadas com:

a) administração orçamentária;

b) organização administrativa e gestão tributária;

c) cadastro, tributação, arrecadação e fiscalização de tributos municipais;

d) contencioso administrativo tributário.

XV - criar sistema permanente de acompanhamento do movimento



econômico do Município e avaliar seus reflexos no incremento dos recursos recebidos pelo Município a título de participação na arrecadação de tributos federais e estaduais;

XVI - implementar política pública municipal voltada ao estímulo e conscientização da população ao combate à sonegação fiscal;

XVII - implementar, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Secretarias de Estado da Fazenda e Secretaria da Receita Federal do Brasil, programa permanente de educação fiscal nas escolas do Município;

XVIII - administrar a aquisição dos materiais necessários ao exercício das atribuições da secretaria, mantendo controle do respectivo almoxarifado;

XIX - realizar os procedimentos relativos aos orçamentos tributários;

XX - atualizar o cadastro imobiliário;

XXI - expedir certidões, alvarás e demais documentos.

## SUBSEÇÃO II

### Da Gerência de Licitações e Compras

Art. 50. Compete à Gerência de Licitações e Compras:

I - realizar os procedimentos relativos às licitações públicas, em qualquer de suas modalidades e elaboração de contratos relativos a compras de materiais, bens e serviços;

II - promover o cadastro geral de fornecedores e mantê-lo atualizado;

III - atestar os requisitos legais à condição de fornecedor;

IV - formalizar os processos licitatórios de concessão, permissão ou a terceirização de serviços públicos, segundo dispuser a legislação específica;

V - coordenar trabalhos relacionados com a organização e atualização de fichários e arquivos da Gerência;

VI - auxiliar na coordenação, supervisão e execução de estudos e trabalhos relativos a projetos e planos de ação, em especial àqueles relativos à Gerência; e

VII - emitir relatório e pareceres sobre assuntos de sua competência.

## SUBSEÇÃO III

### Da Gerência de Recursos Humanos e Capacitação

Art. 51. Compete a Gerência de Recursos Humanos e Capacitação:

I - fazer cumprir a legislação aplicável à relação funcional dos servidores públicos municipais;

II - elaborar e executar a política de capacitação de recursos humanos;

III - formular a política e implementar ações que visem a melhoria das condições de saúde ocupacional dos servidores públicos municipais e a prevenção contra acidentes de trabalho;

IV - elaborar os registros sistemáticos dos atos administrativos relativos ao provimento, posse, assunção, movimentação e a lotação dos servidores públicos;

V - coordenar os atos relativos a perícia médica;

VI - propor e realizar seminários, cursos de capacitação e de reciclagem para garantir permanentemente a qualidade e produtividade no serviço público, de forma articulada com as demais secretarias.

VII - promover a aquisição e fiscalizar a regular utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) por parte dos servidores municipais, em estrita observância à legislação pertinente; e

VIII - comunicar a sua chefia imediata a não utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's) por parte dos servidores municipais, sendo estes oferecidos, sempre que de tal fato tiver conhecimento;

IX - incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;

X - assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;

XI - promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;

XII - incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal;

XIII - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

XIV - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública;

XV - avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação;

XVI - promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação.

## SUBSEÇÃO IV

### Da Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos

Art. 52. Compete à Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos:

I - supervisionar diretamente os serviços de reparos e manutenção das máquinas, equipamentos e veículos pertencentes ao Município;

II - manter controle individualizado relativo à manutenção e conservação de cada um dos bens mencionados no inciso anterior;

III - organizar, controlar o estoque de peças de reposição e materiais de uso e consumo relativo às suas atividades, bem como solicitar a sua aquisição;

IV - supervisionar a produção com equipamentos próprios de derivados de concreto; e

V - controlar estoques de combustíveis e lubrificantes.

## SUBSEÇÃO V

### Da Gerência de Tecnologia da Informação

Art. 53. Compete à Gerência de Tecnologia da Informação:

I - planejar, executar, realizar a manutenção e supervisão dos sistemas de informação, gerenciamento eletrônico e processamento de dados (software) utilizados pela administração pública municipal;

II - controlar, realizar a manutenção e gerenciar a rede de comunicação e equipamentos de informática (hardware) utilizados no serviço público municipal;

III - acompanhar e propor a atualização de equipamentos e sistemas de informação, avaliar o seu funcionamento e sugerir a substituição dos mesmos;

IV - efetuar perícias e controles nos sistemas e equipamentos adquiridos pela administração municipal;

V - desenvolver e manter atualizados sítios (home-page) institucionais do Município na rede mundial de computadores (Internet);

VI - desenvolver estudos para viabilizar a inserção dos municípios na sociedade da informação;

VII - capacitar os servidores municipais para uso racional e eficaz dos equipamentos e sistemas de informática disponíveis;

VIII - prestar informações em meio eletrônico e escrito e acompanhar a prestação de contas de procedimentos nos quais tenha tido participação direta.

## SUBSEÇÃO VI

### Da Diretoria de Orçamento Participativo

Art. 54. Compete à Diretoria de Orçamento Participativo:

I - Organizar reuniões, assembleias e fóruns para que as decisões sobre a aplicação

de recursos públicos sejam discutidas, analisadas e escolhidas pela população;

II - Gerenciar e implantar uma metodologia para ser utilizada para a condução do processo, na construção de critérios para a distribuição dos recursos e para a escolha de empreendimentos;  
III - Estruturar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo, além de realizar Seminários que debatam as experiências, os desafios e avanços;  
IV - Organizar planilhas que demonstrem a transparência dos gastos públicos;  
V - Acompanhar a elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual de acordo com a legislação vigente, em conjunto com os órgãos próprios do Município;  
VI - Monitorar permanentemente a execução orçamentária, assegurando as decisões do orçamento participativo;  
VII - Organizar um sistema de informações públicas que orientará os beneficiários sobre as políticas e ações executadas;  
VIII - Apoiar iniciativas de organização comunitária que sejam voltadas para melhorias na vida em comunidade e de interesse público;  
IX - Planejar e coordenar a captação de recursos recebidos em caráter eventual, provenientes de financiamentos, empréstimos interno e externo, subvenções, auxílios e doações;  
X - Acompanhar a execução de convênios, contratos ou quaisquer outros atos negociais;  
XI - subsidiar com informações e auxiliar os órgãos da administração pública nas suas relações com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, autarquias, empresas e entidades públicas, instituições financeiras, públicas ou privadas, na elaboração e acompanhamento de projetos e na execução de acordos e convênios;  
XII - Acompanhar a tramitação de projetos de captação de recurso de interesse da administração municipal nos diversos órgãos financiadores;  
XIII - Buscar fontes de financiamento de projetos e coletar informações para a formulação de projetos de captação de recursos.  
XIV - Executar outras atividades correlatas;

#### SUBSEÇÃO VII

Da Diretoria de Fazenda

Art. 55. Compete à Diretoria de Fazenda:

- I - os procedimentos relativos aos orçamentos tributários;
- II - a atualização do cadastro imobiliário;
- III - a expedição de certidões, alvarás e demais documentos;
- IV - desenvolver as atividades relacionadas com:
  - a) cadastro, tributação, arrecadação e fiscalização de tributos municipais;
  - b) despesa e dívida pública ativa e passiva.
- V - produzir informações estatísticas;
- VI - planejar, orientar, dirigir, executar e controlar o processo de tributação municipal, localizando e identificando os contribuintes, lançando os tributos municipais na forma da legislação tributária, especialmente o código tributário municipal;
- VII - executar a política econômico-financeira do Município, aplicando os princípios básicos da administração pública, mormente o planejamento, execução e controle;
- VIII - fiscalizar o cumprimento da legislação tributária e fiscal, posturas e codificações Municipais;
- IX - notificar e aplicar penalidades previstas em leis e regulamentos municipais;
- X - localizar evasões ou clandestinidades de receitas municipais ou de outras formas de sonegação fiscal de tributos municipais;
- XI - executar inspeções de livros, documentos, registros e imóveis, para os devidos enquadramentos dos contribuintes diante do que prevê o Código Tributário Municipal;
- XII - promover a realização e recebimento de declarações fiscais;
- XIII - planejar e coordenar o movimento econômico do Município.

#### SUBSEÇÃO VIII

Do Conselho Municipal de Contribuintes

Art. 56. O Conselho Municipal de Contribuintes, criado por lei específica, tem como principal incumbência a de julgar, em segunda instância, os recursos interpostos pelos contribuintes do Município de São Lourenço do Oeste, dos atos e decisões sobre matéria fiscal, praticados por força das atribuições do órgão fazendário municipal.

#### SEÇÃO IV

Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 57. A Secretaria Municipal de Educação é formada pelos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Secretário;

II - Diretoria Geral de Educação;

a) Gerência de Educação Infantil;

b) Gerência de Ensino Fundamental;

c) Gerência de Apoio Administrativo e Operacional;

III - Conselhos:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

b) Conselho Municipal de Educação;

c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

#### SUBSEÇÃO I

Do Gabinete do Secretário

Art. 58. Compete ao Gabinete do Secretário:

I - organizar a rede municipal de educação, ensino e instrução pública;

II - organizar e distribuir o quadro de funcionários do magistério;

III - formular e executar ações de assistência e apoio ao educando;

IV - selecionar, adotar e produzir tecnologias educacionais e material didático;

V - supervisionar o sistema de ensino fundamental e educação infantil;

VI - formular e executar ações de apoio e estímulo ao ensino médio e a profissionalizante;

VII - supervisionar os serviços de alimentação escolar;

VIII - implementar programas voltados à educação especial;

IX - apoiar a educação de jovens e adultos;

X - garantir a universalização do acesso à educação;

XI - formular políticas nas áreas de educação, com ênfase para a inovação tecnológica e educacional;

XII - desenvolver e implementar ações de erradicação do analfabetismo no Município;

XIII - coletar, atualizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;

XIV - propor a criação, ativação ou extinção das instituições escolares;

XV - controlar a assiduidade do pessoal, determinando, na forma das normas em vigor a justificativa das faltas;

XVI - coordenar a elaboração do projeto político pedagógico das unidades escolares;

XVII - elaborar e atualizar o Plano de Ações Articuladas – PAR (MEC/FNDE);

XVIII - coordenar a elaboração do Plano Municipal de Educação, acompanhar e avaliação a aplicação do mesmo;

XIX - instituir e coordenar a aplicação de instrumentos de avaliação da qualidade dos diversos serviços prestados pela rede municipal de ensino.

XX - administrar a aquisição dos materiais necessários ao exercício das atribuições da secretaria, mantendo controle do respectivo almoxarifado.

XXI - elaborar a planilha das linhas do transporte escolar e encaminhar a realização do processo licitatório para a terceirização dos serviços;

XXII - elaborar o edital dos processos seletivos para contratação

de professores em caráter temporário e acompanhar a efetivação do mesmo;  
XXIII - articular junto às empresas locais a realização do convênio creche/empresa;  
XXIV - coordenar e acompanhar os serviços oferecidos na Biblioteca Pública Municipal;  
XXV - manter atualizado o acervo bibliográfico e tecnológico da biblioteca pública municipal.

#### SUBSEÇÃO II

Da Diretoria Geral de Educação

Art. 59. Compete à Diretoria Geral de Educação:

- I - coordenar e acompanhar as atribuições da Gerência de Educação Infantil, Gerência de Ensino Fundamental e Gerência de Apoio Administrativo e Operacional;
- II - planejar e organizar os dias de estudos nas unidades escolares e cursos de aperfeiçoamentos para os profissionais da rede municipal de ensino;
- III - planejar, juntamente com a direção e orientação escolar, a realização dos conselhos de classe;
- IV - supervisionar, bimestralmente, o desenvolvimento dos conteúdos programáticos, por série e por disciplina, no ensino fundamental;
- V - supervisionar, bimestralmente, o planejamento da educação infantil, por nível de ensino;
- VI - supervisionar a execução da resolução do sistema de avaliação escolar;
- VII - desenvolver projetos, programas e ações em todos os níveis de atuação do ensino no Município;
- VIII - acompanhar junto ao MEC/FNDE os programas educacionais oferecidos e viabilizar a elaboração de projetos para a execução dos mesmos;
- IX - coordenar, juntamente com a direção e orientação educacional da unidade escolar, reuniões com o corpo docente, pais, associações escolares, comunidade e outros.

#### SUBSEÇÃO III

Da Gerência de Educação Infantil

Art. 60. Compete à Gerência de Educação Infantil:

- I - dar suporte técnico pedagógico às direções, orientação educacional, Assistente Técnico Pedagógico e professores;
- II - participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento da escola;
- III - organizar, coordenar, supervisionar e avaliar todas as atividades da escola, assegurando a eficiência do processo ensino-aprendizagem;
- IV - coordenar e acompanhar o processo de avaliação na educação infantil;
- V - propiciar os meios necessários para a formação continuada e demais encontros pedagógicos.
- VI - promover a interação entre escola-família-comunidade;
- VII - elaborar programas de apoio aos alunos com necessidades de acompanhamento individual;
- VIII - coordenar e acompanhar com os serviços dos gestores escolares e da equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação;
- IX - considerar as diretrizes do ensino, emanadas dos órgãos superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Projeto Político Pedagógico Participativo;
- X - coordenar, juntamente com as direções, orientação educacional e Assistente Técnico Pedagógico, a elaboração de projetos educacionais bem como de atividades que visam à formação continuada e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal;
- XI - acompanhar a execução do que determina a lei do Sistema Municipal de Ensino;
- XII - Manter a atualização do Sistema Municipal de Ensino, de acordo com as mudanças legais estabelecidas pelo MEC/FNDE;

#### SUBSEÇÃO IV

Da Gerência de Ensino Fundamental

Art. 61. Compete à Gerência de Ensino Fundamental:

- I - dar suporte técnico pedagógico às direções, orientação educacional, Assistente Técnico Pedagógico e professores;
- II - participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento da escola;
- III - organizar, coordenar, supervisionar e avaliar todas as atividades da escola, assegurando a eficiência do processo ensino-aprendizagem;
- IV - coordenar e acompanhar o processo de avaliação no Ensino Fundamental;
- V - propiciar os meios necessários para a formação continuada e demais encontros pedagógicos.
- VI - promover a interação entre escola-família-comunidade;
- VII - elaborar programas de apoio aos alunos com necessidades de acompanhamento individual;
- VIII - coordenar e acompanhar com os serviços dos gestores escolares e da equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação;
- IX - considerar as diretrizes do ensino, emanadas dos órgãos superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Projeto Político Pedagógico Participativo;
- X - coordenar, juntamente com as direções, orientação educacional e Assistente Técnico Pedagógico, a elaboração de projetos educacionais bem como de atividades que visam à formação continuada e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal;
- XI - acompanhar a execução do que determina a lei do Sistema Municipal de Ensino;
- XII - manter a atualização do Sistema Municipal de Ensino, de acordo com as mudanças legais estabelecidas pelo MEC/FNDE.

#### SUBSEÇÃO V

Da Gerência de Apoio Administrativo e Operacional

Art. 62. Compete à Gerência de Apoio Administrativo e Operacional:

- I - acompanhar e promover o regular funcionamento dos programas de merenda escolar, transporte escolar, salário educação, dentre outros;
- II - desenvolver as atividades técnico-administrativas da Secretaria;
- III - coordenar as solicitações para a aquisição do material didático pedagógico e a distribuição para as unidades escolares e controle de estoque;
- IV - coordenar as solicitações para a aquisição, controle e distribuição dos alimentos necessários ao regular funcionamento do programa de alimentação escolar;
- V - coordenar todos os serviços relativos ao transporte escolar.
- VI - executar os serviços relativos ao expediente, controle e de todas as atividades da Secretaria Municipal de Educação;
- VII - realizar as atividades relacionadas ao: censo escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola, matrícula dos alunos, expedição de documentos e coordenação dos sistemas informatizados relacionados à Secretaria;
- VIII - supervisionar a distribuição de produtos destinados a alimentação escolar;
- IX - supervisionar o regular funcionamento dos programas de alimentação escolar e transporte escolar;
- X - acompanhar a execução do que determina o plano de carreira do magistério público municipal; e
- XI - manter a atualização do plano de carreira do magistério público municipal, de acordo com as mudanças legais estabelecidas pelo MEC/FNDE.

#### SEÇÃO V

Da Secretaria Municipal de Saúde



Art. 63. A Secretaria Municipal de Saúde é formada pelos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Secretário;

II - Diretoria de Administração;

a) Gerência de Apoio Operacional;

b) Gerência de Vigilância Sanitária;

c) Gerência de Controle Ambulatorial e Farmacológico.

III - Diretoria de Relacionamento e Humanização da Saúde;

a) Gerência de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados;

b) Gerência de Acolhimento ao Cidadão;

IV - Conselhos;

a) Conselho Municipal de Saúde.

#### SUBSEÇÃO I

Do Gabinete do Secretário

Art. 64. Compete ao Gabinete do Secretário:

I - desenvolver ações integradas com as demais secretarias municipais e órgãos públicos federais e estaduais nas áreas de saúde pública preventiva;

II - organizar e supervisionar o funcionamento das diretorias e gerências;

III - organizar e disciplinar o funcionamento de todas as estruturas dos serviços saúde;

IV - coordenar a formulação de convênios com organizações governamentais e não governamentais com vista à implementação e parcerias, de serviços na área da saúde, supervisionando diretamente a execução dos mesmos;

V - elaborar projetos com vista à obtenção de recursos junto a órgãos dos governos federal e estadual;

VI - elaborar e supervisionar a execução de programa de comunicação institucional voltado à educação para a saúde e para o relacionamento do serviço público de saúde e o cidadão;

VII - solicitar a aquisição de bens, equipamentos, materiais e medicamentos;

VIII - providenciar junto à administração superior os recursos físicos, financeiros, materiais e humanos necessários ao fiel desempenho das atribuições que lhe competem;

XIX - organizar e executar em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração, programa de capacitação e formação de recursos humanos da Secretaria Municipal de Saúde;

X - instituir sistema de controle de qualidade e avaliação de desempenho do sistema municipal de saúde, em parceria com a comunidade, criando mecanismos para a melhoria na relação município/cidadão, e dos índices de resolutividade dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde;

XI - organizar em parceria com a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sistemas informatizados de gerenciamento e rigoroso controle das atividades da Secretaria Municipal de Saúde; e

XII - administrar a aquisição dos materiais necessários ao exercício das atribuições da Secretaria, mantendo controle do respectivo almoxarifado.

#### SUBSEÇÃO II

Da Diretoria de Administração

Art. 65. Compete à Diretoria de Administração:

I - supervisionar e acompanhar as ações das Gerências;

II - colaborar na elaboração das diretrizes de políticas públicas na área da saúde e analisar projetos para estruturação e reorganização do serviço;

III - analisar e acompanhar, os trabalhos de elaboração de instrução, ordens de serviços, atos administrativos e oficiais;

IV - elaborar a escala de serviço dos servidores submetidos ao regime de trabalho por plantão;

V - colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de plano de ação;

VI - elaborar e acompanhar novos sistemas de ascensão,

progressão e avaliação de cargo, bem como, registros pertinentes;

VII - promover a capacitação dos servidores;

VIII - informar a Gerência de Recursos Humanos com relação a mudanças e alterações no quadro de servidores da Secretaria, bem como, escalas de trabalho, férias, controle frequência e horas extras;

IX - elaborar escala de férias e folgas, controlar e registrar o cumprimento do horário de trabalho dos servidores da Secretaria;

X - avaliar o desenvolvimento e qualidade dos sistemas de informática nas unidades de saúde do Município;

XI - prestar informações em meio eletrônico e escrito e acompanhar a prestação de contas de procedimentos nos quais tenha tido participação direta.

#### SUBSEÇÃO III

Da Gerência de Apoio Operacional

Art. 66. Compete à Gerência de Apoio Operacional:

I - solicitar a Gerência de Licitações e Compras do Município a aquisição de materiais e equipamentos, bem como, serviços de manutenção e conservação necessários para o funcionamento da Secretaria;

II - prestar assistência à Gerência de Licitações e Compras nos processos licitatórios relativos à Secretaria Municipal de Saúde;

III - controlar o estoque de materiais, verificando qualidade, validade, armazenamento e distribuição dos mesmos;

IV - supervisionar a conservação e manutenção dos bens imóveis, móveis e equipamentos;

V - supervisionar o patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde e comunicar o órgão responsável;

VI - organizar e supervisionar os serviços de manutenção, conservação e limpeza;

VII - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;

VIII - elaborar relatórios mensais de serviços prestados pelos profissionais na área da saúde; e

IX - acompanhar a utilização e o funcionamento dos sistemas de informática nas Unidades de Saúde do Município.

#### SUBSEÇÃO IV

Da Gerência de Vigilância Sanitária

Art. 67. Compete à Gerência de Vigilância Sanitária:

I - promover e proteger a saúde da população por meio de ações integradas e articuladas de coordenação, normatização, capacitação, educação, informação, apoio técnico, fiscalização, supervisão e avaliação em Vigilância Sanitária;

II - coordenar a rede municipal de VISA, garantindo a inclusão social e a construção da cidadania para a proteção da vida;

III - desenvolver plano de trabalho do serviço de Vigilância Sanitária com vista a diminuir transtornos à Saúde;

IV - coordenar a implementação de política municipal de Vigilância Sanitária;

V - opinar sobre normas e padrões técnicos minimamente necessários nesse âmbito para todo o Município;

VI - exercer o controle sanitário nos estabelecimentos de alimentos, de saúde, profissionais de saúde, segurança no trabalho e atividades de saúde;

VII - executar, em caráter complementar, quando for o caso, ou de supervisão e avaliação, ações de Vigilância Sanitária;

VIII - promover capacitações para técnicos da equipe de vigilância sanitária e para técnicos de empresas, empresários, escolas e alunos;

IX - acompanhar a execução das ações, inspeções nos estabelecimentos comerciais, análise dos relatórios do técnico visa, emitir alvarás;

X - realizar as prestações de contas de competência da Vigilância Sanitária; e

XI - coordenar a vigilância de doenças transmitidas por vetores e

antropozoonoses: vigilância entomológica, controle vetorial e controle de reservatórios.

#### SUBSEÇÃO V

Da Gerência de Controle Ambulatorial e Farmacológico

Art. 68. Compete à Gerência de Controle Ambulatorial e Farmacológico:

- I - elaborar as requisições de compra de medicamentos e dos demais materiais necessários ao funcionamento da Secretaria;
- II - acompanhar a distribuição de medicamentos nas unidades básicas de saúde e manter controle de estoques;
- III - controlar a os encaminhamentos de exames via consórcio;
- IV - organizar a escala de produção laboratorial do Município;
- V - responder pela área técnica da farmácia;
- VI - viabilizar a aquisição, guarda e distribuição dos medicamentos manipulados;
- VII - acompanhar a execução da Programação Pactuada Integrada;
- VIII - controlar a distribuição das Autorizações para Internamento Hospitalar;
- IX - assessorar os servidores das Unidades Básicas de Saúde, viabilizando a utilização dos sistemas de informação.

#### SUBSEÇÃO VI

Da Diretoria de Relacionamento e Humanização da Saúde

Art. 69. Compete à Diretoria de Relacionamento e Humanização da Saúde:

- I - organizar o sistema de ouvidoria da saúde e implantar sistema interno de avaliação e controle da qualidade dos serviços prestados;
- II - garantir acesso universal aos serviços de saúde de qualidade;
- III - promover a atuação interdisciplinar às ações de saúde, por meio da abordagem integral do indivíduo no seu contexto familiar e social;
- IV - promover a humanização do atendimento em todas as unidades de saúde do Município;
- V - desenvolver ações educativas objetivando mudança no processo de saúde-doença da população e na melhoria da qualidade de vida;
- VI - assegurar os processos de integração e articulação dos serviços de atenção básica com os demais níveis do sistema e prestadores de serviço; e
- VII - prestar informações em meio eletrônico e escrito e acompanhar a prestação de contas de procedimentos nos quais tenha tido participação direta.

#### SUBSEÇÃO VII

Da Gerência de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados

Art. 70. Compete a Gerência de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados:

- I - coordenar a ação de Vigilância Epidemiológica que compreende informações, investigações, levantamentos e demais atos necessários à programação e à avaliação das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à saúde.
- II - realizar o controle de doenças: diagnóstico e tratamento;
- III - promover rotineiramente campanhas de imunizações;
- IV - realizar a vigilância de eventos de relevância epidemiológica;
- V - realizar divulgação de informações;
- VI - elaborar estudos e pesquisas;
- VII - manter atualizados e em regular funcionamento os sistemas de informações: SIM, SINASC, SINAN;
- VIII - acompanhar a realização de inspeções básicas de vigilância sanitária; e
- IX - orientar a comunidade quanto à educação em saúde.

#### SUBSEÇÃO VIII

Da Gerência de Acolhimento ao Cidadão

Art. 71. Compete à Gerência de Acolhimento ao Cidadão:

- I - acolher e assistir individualmente ao cidadão usuário do sistema público de saúde, quando tal circunstância se verificar necessária, bem como proceder a triagem e o encaminhamento para um atendimento rápido e eficaz;
- II - conceber e implantar programa municipal de acolhimento humanizado nos serviços de saúde;
- III - promover soluções destinadas ao socorro emergencial de vítimas de causas nefastas;
- IV - articular-se com as demais Gerências da Secretaria, visando sincronizar e unificar as atividades desenvolvidas;
- V - efetuar o cadastramento nacional dos usuários do SUS, segundo a estratégia de implantação do Cartão Nacional de Saúde;
- VI - viabilizar o cadastramento de interessados em ingressar nos programas de saúde desenvolvidos pelo Município;
- VII - selecionar, com base nas informações pessoais e cadastrais, os casos prioritários de atendimento;
- VIII - auxiliar, quando solicitado, no planejamento familiar, baseado na livre decisão e na dignidade da pessoa humana, efetuando os encaminhamentos aos órgãos responsáveis;
- IX - proteger a família com seus membros contra qualquer forma ou espécie de violência, discriminação ou intolerância, denunciando os casos de abusos às autoridades competentes;
- X - assistir e amparar as pessoas idosas, mediante ações voltadas para sua ocupação sadia, esportes, lazer e encontros sociais, culturais e de turismo;
- XI - fiscalizar e dar condições de atendimento a pessoas deficientes ou incapacitadas nas repartições públicas de saúde;
- XII - ministrar, regularmente, palestras às comunidades municipais, valendo-se de profissionais de reconhecida capacidade na área da saúde e de prevenção;
- XIII - orientar e assistir as famílias que tenham membros usuários ou dependentes de drogas ofensivas à saúde, encaminhando-os aos demais órgãos auxiliares;
- XIV - promover a capacitação dos servidores da saúde para a melhoria da qualidade e humanização do atendimento aos usuários do sistema;
- XV - assistir as vítimas de abuso, assegurando-lhes o devido encaminhamento; e
- XVI - manter cadastro atualizado de usuários sujeitos a limites na sua capacidade de locomoção a fim de prestar-lhes o necessário acompanhamento e atendimento na área da saúde.

#### SEÇÃO VI

Da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Art. 72. A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano é formada pelos seguintes órgãos:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Diretoria de Planejamento Urbano;
  - a) Gerência de Planejamento Urbano e Obras Públicas;
  - b) Gerência de Apoio Técnico e Fiscalização.
- III - Diretoria de Serviços Urbanos;
  - a) Gerência de Infraestrutura Urbana;
  - b) Gerência de Serviços Urbanos e Meio Ambiente;
  - c) Coordenadoria de Defesa Civil.
- IV - Diretoria de Trânsito;
- V - Conselhos:
  - a) Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste - CONCISLO;
  - b) Conselho Municipal do Transporte Coletivo;
  - c) Conselho Municipal de Trânsito.

#### SUBSEÇÃO I

Do Gabinete do Secretário

Art. 73. Compete ao Gabinete do Secretário:

I - coordenar, controlar, supervisionar e avaliar as ações do governo municipal relacionadas ao desenvolvimento e serviços urbanos;  
II - coordenar os serviços relacionados às Diretorias e Gerências da Secretaria e demais áreas do governo municipal;  
III - conceber programas de apoio ao desenvolvimento urbano;  
IV - elaborar a política municipal de desenvolvimento urbano, com vista a promover as melhorias necessárias na infraestrutura dos equipamentos públicos e serviços urbanos, em consonância com as diretrizes e políticas estaduais e nacionais de desenvolvimento urbano; e  
V - administrar a aquisição dos materiais necessários ao exercício das atribuições da secretaria, mantendo controle do respectivo almoxarifado.

#### SUBSEÇÃO II

##### Da Diretoria de Planejamento Urbano

Art. 74. Compete à Diretoria de Planejamento Urbano:

I - coordenar, controlar, supervisionar e avaliar as ações do governo municipal relacionadas às gerências de Planejamento Urbano e Obras Públicas e de Apoio Técnico e Fiscalização;  
II - promover a integração das ações das gerências que compõe a diretoria;  
III - prestar apoio técnico à implementação do programa municipal de pavimentação em parceria; e  
IV - prestar informações em meio eletrônico e escrito e acompanhar a prestação de contas de procedimentos nos quais tenha tido participação direta.

#### SUBSEÇÃO III

##### Da Gerência de Planejamento Urbano e Obras Públicas

Art. 75. Compete à Gerência de Planejamento Urbano e Obras Públicas:

I - planejar e ordenar a ocupação do espaço urbano, a localização de obras e equipamentos públicos, e implementar as políticas municipais de desenvolvimento urbano e valorização da função social da propriedade;  
II - desenvolver estudos, projetos e orçamentos com vista à edificação, adaptação, restauração e conservação de edifícios públicos ou de interesse do governo municipal;  
III - coordenar o processo de implementação do Plano Diretor Participativo (PDP), e elaborar a legislação complementar necessária;  
IV - promover estudos para a elaboração, organização e revisão periódica do Plano Diretor Participativo do Município;  
V - apoiar tecnicamente e administrativamente os trabalhos do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste - CONCISLO; e  
VI - apoiar tecnicamente as ações das demais gerências que compõe a Secretaria.

Parágrafo único. A Gerência de Planejamento Urbano e Obras Públicas contará com quadro técnico de servidores na área de engenharia civil, tecnologia em edificações e de arquitetura e urbanismo, integrantes do quadro único de pessoal do Poder Executivo Municipal.

#### SUBSEÇÃO IV

##### Da Gerência de Apoio Técnico e Fiscalização

Art. 76. Compete à Gerência de Apoio Técnico e Fiscalização:

I - fiscalizar a observância da legislação municipal relativa ao uso e ocupação do solo, mediante:  
a) análise e aprovação de projetos de edificações e parcelamento do solo urbano;  
b) expedição de licenças, alvarás e demais documentos de responsabilidade da administração municipal relativos ao cumprimento das disposições do Plano Diretor Participativo (PDP) e suas leis complementares.  
c) colaboração na elaboração da legislação complementar necessária a implementação do PDP;

d) promoção de estudos para a elaboração, organização e revisão periódica do PDP;  
e) auxílio aos trabalhos do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste - CONCISLO;  
II - apoio aos órgãos da administração municipal na regularização dos imóveis de propriedade do Município; e  
III - fornecer o alinhamento e nivelamento frontal dos terrenos urbanos a requerimento dos interessados.

#### SUBSEÇÃO V

##### Da Diretoria de Serviços Urbanos

Art. 77. Compete à Diretoria de Serviços Urbanos:

I - coordenar, controlar, supervisionar e avaliar as ações do governo municipal relacionadas às gerências de Serviços Urbanos e Meio Ambiente e de Infraestrutura Urbana;  
II - promover a integração das ações das gerências que compõe a diretoria;  
III - supervisionar a execução de obras de infraestrutura urbana e a conservação do sistema viário, de drenagem pluvial, do sistema de abastecimento de água e demais equipamentos públicos;  
IV - coordenar e acompanhar a execução de obras de pavimentação urbana quer sejam de execução própria, terceirizadas ou vinculadas ao programa municipal de pavimentação em parceria; e  
V - prestar informações em meio eletrônico e escrito e acompanhar a prestação de contas de procedimentos nos quais tenha tido participação direta.

#### SUBSEÇÃO VI

##### Da Gerência de Infraestrutura Urbana

Art. 78. Compete à Gerência de Infraestrutura Urbana:

I - conservar e realizar reparos nas obras públicas municipais;  
II - executar obras de conservação e manutenção das vias urbanas, drenagem pluvial, passeios, praças e equipamentos públicos;  
III - realizar a construção e manutenção de acessos a vias urbanas municipais, bem como o uso de travessias de qualquer natureza na faixa viária compreendida no perímetro urbano; e  
IV - prestar apoio a obras de pavimentação urbana quando esta obrigação derivar de contrato firmado pelo Município.

#### SUBSEÇÃO VII

##### Da Gerência de Serviços Urbanos e Meio Ambiente

Art. 79. Compete à Gerência de Serviços Urbanos e Meio Ambiente:

I - promover programas de conscientização e motivação em torno da qualidade de vida e dos serviços urbanos de limpeza e conservação das vias públicas, passeios públicos, praças e equipamentos urbanos, iluminação pública, abastecimento de água, administração de cemitérios, trânsito;  
II - coordenar a execução e fiscalização dos serviços urbanos municipais:

a) Serviço de limpeza urbana:

1. administrar os serviços de limpeza e conservação das vias públicas, coleta de lixo, passeios públicos, praças e equipamentos urbanos;  
2. administrar a coleta de resíduos sólidos domésticos, comerciais, industriais, da construção civil e recicláveis;  
b) Serviço de administração dos cemitérios municipais:  
1. administrar o serviço Municipal de cemitérios;  
2. coordenar a limpeza e conservação das vias públicas, passeios públicos, praças e equipamentos públicos que compõe o espaço dos cemitérios;  
3. fiscalizar a atuação das empresas permissionárias de serviços funerários; e  
4. manter atualizadas as licenças e outras questões ambientais relativas ao funcionamento dos cemitérios.

c) Serviço de iluminação pública:



1. manter atualizados os dados cartográficos e técnicos referentes a consumo, demanda, ampliação e manutenção de redes energizadas e iluminação pública;
  2. acompanhar os serviços prestados pela concessionária dos serviços públicos energia elétrica e iluminação pública; e
  3. planejar as ampliações e melhorias necessárias ao suporte do desenvolvimento do Município projetado de acordo com o PDP.
- d) Serviço de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário:

1. manter atualizado os dados cartográficos e técnicos referentes aos mananciais de abastecimento do Município, estação de tratamento, rede adutora, armazenamento de água, consumo, demanda futura, ampliação e manutenção de redes de distribuição e abastecimento de água;
  2. fiscalizar os serviços prestados pela concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário;
  3. administrar a coleta, tratamento e disposição final do sistema de esgotamento sanitário;
  4. manter atualizadas as licenças e outras questões ambientais relativas ao saneamento urbano; e
  5. coordenar os trabalhos do Conselho Municipal de Saneamento.
- e) Serviço de publicidade e eventos:
1. fiscalizar a veiculação de publicidade em vias públicas e imóveis particulares;
  2. autorizar a afixação de publicidade, mesmo que de caráter temporário, em espaços públicos;
  3. autorizar a utilização de espaços públicos para realização de eventos;
  4. fiscalizar os serviços prestados pelos permissionários e concessionários dos serviços públicos.

#### SUBSEÇÃO VIII

##### Da Coordenadoria de Defesa Civil

Art. 80. A Coordenadoria de Defesa Civil tem a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 81. Para as finalidades desta Lei Complementar denomina-se:

I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 82. A Coordenadoria de Defesa Civil - COMDEC manterá, com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil e constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil e compor-se-á de:

- I - Coordenador;
- II - Conselho Municipal, criado por lei específica;
- III - Secretaria;
- IV - Setor Técnico;
- V - Setor Operativo.

Art. 83. O Coordenador da COMDEC será indicado pelo Chefe do

Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de defesa civil no Município.

§ 1º Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

§ 2º A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

§ 3º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e as atribuições do Coordenador serão regulamentadas por Lei específica.

#### SUBSEÇÃO IX

##### Da Diretoria de Trânsito

Art. 84. O Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN possui a seguinte composição:

I - Diretor de Trânsito;

II - Conselho Municipal de Trânsito.

Parágrafo único. O Diretor é a Autoridade de Trânsito no âmbito municipal e será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 85. Compete ao DEMUTRAN, como órgão executivo de trânsito urbano e rodoviário do Município, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

V - estabelecer, em conjunto com órgão de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, leis concernentes e devidas resoluções, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII - aplicar as penalidades de advertência e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, bem como em leis concernentes e resoluções dos órgãos de trânsito, dentro de sua competência;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotações dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar, aplicar penalidades e arrecadar multas referentes ao contido no artigo 95 do Código de Trânsito Brasileiro, referente a obras e eventos que possam perturbar ou interromper a livre circulação;

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes da estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas, através de talonário próprio recolhido aos cofres públicos;

XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas

pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de propulsão humana e tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob a coordenação do respectivo CETRAN;

XX - apoiar órgãos municipais específicos fiscalizadores do nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos por veículos automotores ou pela sua carga;

XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;

XXII - sistematizar, normatizar e estabelecer procedimentos para imposição, notificação e arrecadação das multas;

XXIII - gerir e administrar o Fundo Municipal de Trânsito, aplicando sua receita conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro;

XXIV - sistematizar, normatizar e estabelecer procedimentos para registro e licenciamento de ciclomotores e veículos à propulsão humana e tração animal;

XXV - comunicar a repartição de trânsito competente, débitos existentes, para fins de emissão de registro, licenciamento e transferências;

XXVI - regulamentar as operações de carga e descarga;

XXVII - regulamentar, estruturar e administrar o transporte individual e coletivo de passageiros, transporte escolar, conforme legislação vigente;

XXVIII - estruturar o funcionamento da Escola Pública de Trânsito;

XXIX - informar ao CONTRAN sobre o cumprimento das exigências definidas no Código de Trânsito Brasileiro;

XXX - estabelecer, através de Decreto do Poder Executivo, o Regimento Interno da JARI;

XXXI - fiscalizar o serviço público intermunicipal de passageiros;

XXXII - coordenar os trabalhos do Conselho Municipal de Trânsito;

XXXIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas relativas a infrações à legislação que regulamenta a publicidade e sonorização por meio de mídia volante, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar.

Parágrafo único. As multas deverão ser recolhidas aos cofres públicos municipais em conta específica do Fundo Municipal de Trânsito.

Art. 86. Compete ao Diretor do DEMUTRAN, como autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, leis e resoluções concernentes:

I - zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito, com atenção ao disposto no artigo anterior;

II - julgar, nos termos do artigo 281 do Código de Trânsito Brasileiro, a consistência dos autos de infrações de competência do Município, aplicando penalidades ou o que determina o parágrafo único do citado artigo, respeitando-se o amplo direito à defesa prévia;

III - registrar e licenciar veículos de propulsão humana ciclomotores e animal;

IV - expedir autorização para dirigir veículo à propulsão humana e animal;

V - providenciar depósito do valor devido, consoante disposição da legislação federal, ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET);

VI - permitir a realização de provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, mediante prévia solicitação, satisfeitas as exigências de autorização da confederação esportiva, caução, fiança seguro e custos arbitrados;

VII - aprovar a afixação de publicidade ou de qualquer legenda ao longo das vias, retirando aquelas não autorizadas e prejudiciais;

VIII - aprovar previamente, projetos de sinalização de vias pavimentadas, em logradouros, loteamentos, condomínios, mediante o recolhimento das taxas previstas;

IX - autorizar a abertura de via pavimentada ao trânsito, após sinalização vertical e horizontal, cumprindo-se o inciso anterior;

X - salvo casos de emergência, informar por meios de comunicação social, com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição de via, indicando-se os caminhos alternativos;

XI - propor ao Prefeito Municipal a realização de convênios necessários à execução desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O funcionamento do DEMUTRAN observará o disposto em lei específica.

## SEÇÃO VII

Da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura

Art. 87. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura é formada pelos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Secretário;

II - Diretoria de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais;

Gerência de Inspeção Animal e Vegetal;

Gerência de Infraestrutura do Distrito de Frederico Wastner;

Gerência de Infraestrutura do Distrito de Presidente Juscelino;

Gerência de Infraestrutura do Distrito de São Roque;

III - Conselhos:

a) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

b) Conselho Municipal de Defesa do Meio-Ambiente.

## SUBSEÇÃO I

Do Gabinete do Secretário

Art. 88. Compete ao Gabinete do Secretário:

I - supervisionar a utilização e o manejo dos recursos naturais e atividades complementares de saneamento rural e de meio ambiente relacionada com sua área de atuação;

II - promover o associativismo e o cooperativismo;

III - colaborar na execução de programas de regularização fundiária;

IV - coordenar programas e projetos indutores do desenvolvimento com sustentabilidade ecológica;

V - integrar as ações do Governo Municipal com as ações dos Governos Federal e Estadual, através dos seus organismos especializados, nas questões pertinentes ao meio ambiente, inspeção sanitária animal e pesquisa e extensão rural;

VI - promover políticas públicas de apoio ao desenvolvimento econômico na atividade rural;

VII - administrar a aquisição dos materiais necessários ao exercício das atribuições da secretaria, mantendo controle do respectivo almoxarifado;

VIII - planejar, executar, controlar e avaliar as ações na área da agricultura, agropecuária e ações congêneres;

IX - incentivar o ensino agrícola formal e informal, articuladamente com a Gerência específica da Secretaria Municipal de Educação;

X - incentivar a implantação de hortas comunitárias nos bairros e comunidades do interior;

XI - promover ações de apoio à eletrificação e telefonia rurais, articuladamente com órgãos governamentais;

XII - desenvolver ações voltadas para o abastecimento de água potável e de boa qualidade, junto a agrovilas e propriedades rurais;

XIII - formular, planejar, coordenar e executar as políticas e diretrizes para o desenvolvimento sustentável da aquicultura do município;

XIV - estimular estudos, levantamentos e programas de pesquisa e de geração de novas tecnologias, visando o desenvolvimento aquícola no município.

XV - ordenar e fiscalizar a aquicultura no município.

XVI - apoiar iniciativas públicas e privadas que visem agregar inovações tecnológicas, métodos de cultivo sustentáveis, capacitação

técnica e o aperfeiçoamento da mão de obra.

XVII - intensificar o relacionamento externo do Executivo Municipal junto ao Estado e União Federal e às representações governamentais, relativo à aquicultura.

## SUBSEÇÃO II

Da Diretoria de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais

Art. 89. Compete à Diretoria de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais:

- I - conceber e estruturar programa municipal de apoio ao desenvolvimento da agroecologia e agricultura orgânica;
- II - acompanhar a execução do programa municipal de estímulo à reposição florestal;
- III - orientar e fiscalizar o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas;
- IV - difundir novas tecnologias para o setor agrícola;
- V - prestar serviços de assistência técnica aos produtores rurais;
- VI - acompanhar a execução de programa municipal de aprimoramento genético do rebanho de gado leiteiro;
- VII - coordenar as atividades voltadas ao Viveiro Municipal;
- VIII - sistematizar e gerenciar as informações sobre a atividade agrícola do município;
- IX - coordenar programas e projetos de desenvolvimento sustentável nas micro-bacias;
- X - promover ações visando à preservação do meio ambiente;
- XI - promover e apoiar ações voltadas à diversificação das atividades econômicas do meio rural, com ênfase na pecuária, bovino-cultura de leite, suinocultura, avicultura e agroindústrias rurais; e
- XII - prestar informações em meio eletrônico e escrito e acompanhar a prestação de contas de procedimentos nos quais tenha tido participação direta.

## SUBSEÇÃO III

Da Gerência de Inspeção Animal e Vegetal

Art. 90. Compete à Gerência de Inspeção Animal e Vegetal:

- I - a coordenação, o controle e a orientação nas ações e políticas de defesa e inspeção vegetal e de produtos de origem agropecuária;
  - II - fiscalizar a produção animal e vegetal e inspeção de produtos de origem animal;
  - III - planejar, elaborar, coordenar e executar programa de promoção e proteção de saúde vegetal e a educação fitossanitária, constituindo-se na autoridade municipal da sanidade vegetal;
  - IV - fiscalizar a entrada, o trânsito, o comércio, o beneficiamento de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, inclusive atividades em propriedades rurais no território municipal;
  - V - levantar, mapear e monitorar as ocorrências fitossanitárias no território municipal, objetivando o estabelecimento de ações de prevenção ao controle de pragas e doenças dos vegetais;
  - VI - exercer as atividades de vigilância epidemiológica, profilaxia e controle de pragas e doenças vegetais;
  - VII - fiscalizar e inspecionar as pessoas físicas e jurídicas do direito público e privado, que manipulem, produzam, beneficiem, classifiquem, armazenem, transportem ou comercializem produtos e derivados agropecuários e insumos do setor primário;
  - VIII - registrar, cadastrar, fiscalizar e inspecionar pessoas físicas e jurídicas que produzam e comercializem produtos quimioterápicos, biológicos, agrotóxicos e afins, bem como produtos agropecuários e prestadores de serviços fitossanitários;
  - IX - interditar, por descumprimento de medida sanitária, profilática ou preventiva, estabelecimento público ou particular e proibir o trânsito de vegetais e seus subprodutos em desacordo com a regulamentação sanitária;
  - X - desenvolver estudos e ações objetivando o estabelecimento de áreas livres de ocorrência quarentenária;
  - XI - exercer outras atividades correlatas.
- Parágrafo único. As normas pertinentes à regulamentação dos

serviços de inspeção animal e vegetal serão editadas por meio de ato oficial do chefe do poder executivo.

## SUBSEÇÃO IV

Das Gerências de Infraestrutura dos Distritos

Art. 91. Compete às Gerências de Infraestrutura dos Distritos no âmbito de suas abrangências:

- I - executar os serviços de construção e conservação do sistema viário do interior do município, obras de engenharia e canalização pluvial, das vias de acesso às propriedades e da infraestrutura pública dos núcleos comunitários rurais;
- II - executar obras e serviços decorrentes de programa municipal de estímulo à atividade econômica da agricultura;
- III - fiscalizar os serviços previstos nos incisos I e II quando executados por terceiros.

## SEÇÃO VIII

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 92. A Secretaria Municipal de Assistência Social é formada pelos seguintes órgãos:

- I - Gabinete do Secretário;
  - II - Gerência de Proteção Social;
  - III - Gerência de Apoio a Programas Sociais;
  - IV - Gerência de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos;
  - V - Gerência de Habitação.
- VI - Conselhos:
- a) Conselho Municipal de Assistência Social;
  - b) Conselho Municipal de Trabalho e Emprego;
  - c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
  - d) Conselho Tutelar;
  - e) Conselho Municipal do Idoso.

## SUBSEÇÃO I

Do Gabinete do Secretário

Art. 93. Compete ao Gabinete do Secretário:

- I - coordenar, controlar, supervisionar e avaliar as ações do governo municipal relacionadas à assistência social, nos níveis previstos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- II - desenvolver as atividades relacionadas ao planejamento e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, no âmbito do município;
- III - promover a integração de ações na área de assistência social com as demais Secretarias Municipais e Autarquias;
- IV - administrar a aquisição dos materiais necessários ao exercício das atribuições da secretaria, mantendo controle do respectivo almoxarifado.

## SUBSEÇÃO II

Da Gerência de Proteção Social

Art. 94. Compete à Gerência de Proteção Social:

- I - formular e executar a política municipal de assistência social, conjugando esforços dos setores governamental e não governamental, visando proteção à maternidade, à infância, à adolescência à velhice e às pessoas portadoras de necessidades especiais;
- II - formular e implementar a política de promoção, atendimento, proteção, amparo, defesa e garantia dos direitos da criança e adolescente, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, observada a legislação pertinente;
- III - desenvolver planos, programas e projetos, destinados à promoção humana e visando a inclusão social;
- IV - manter atividades de pesquisa da realidade social, desenvolvendo e capacitando recursos humanos, orientando-os à prestação de serviços técnicos na área social;
- V - promover o fortalecimento das relações familiares no âmbito da sociedade;



VI - formular e executar políticas de apoio aos idosos e às minorias;  
VII - fiscalizar entidades sociais beneficiárias de recursos financeiros públicos;  
VIII - formular e executar programas e atividades complementares de organização e proteção do trabalho aos segmentos que dela necessitarem;  
IX - estruturar a política municipal de assistência social nos níveis Básico e Especial, sendo o Especial composto dos níveis de média e alta complexidade.

#### SUBSEÇÃO III

##### Da Gerência de Apoio a Programas Sociais

Art. 95. Compete à Gerência de Apoio a Programas Sociais:

I - apoiar e acompanhar a implementação da política de assistência social, através dos seus instrumentos de gestão – planos, programas, projetos e serviços – previstos no Sistema Único de Assistência Social - SUAS;  
II - coordenar as ações relativas aos programas sociais implementados no município, especialmente aos desenvolvidos no Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente; e  
III - contribuir para realização de eventos da Política de Assistência Social.

#### SUBSEÇÃO IV

##### Da Gerência de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos

Art. 96. À Gerência de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos compete, especialmente:

I - articular, assessorar e apoiar ações e políticas voltadas à valorização da mulher na sociedade;  
II - assegurar a implementação de políticas de promoção dos direitos da Mulher, a eliminação das discriminações, bem como a sua plena integração na vida socioeconômica e político-cultural do Município;  
III - coordenar a criação de espaços públicos de valorização da mulher, atendendo-a social, jurídica e psicologicamente, em suas demandas;  
IV - implementar políticas públicas de defesa dos direitos humanos das mulheres e a incorporação de perspectiva de gênero nas políticas públicas e municipais;  
V - coordenar a implementação do conselho dos direitos da mulher e outras formas de valorização;  
VI - programar, dirigir e supervisionar a elaboração dos programas inerentes à política de proteção da pessoa idosa, fixando os objetivos de ação dentro das disponibilidades de recursos, das características do meio social do idoso e das orientações da Secretaria;  
VII - fortalecer o vínculo com entidades, grupos de convivência e outros com atuação no âmbito de Município, em aspectos relativos às atividades específicas do departamento;  
VIII - proporcionar entrosamento da equipe multiprofissional, através de reuniões mensais e outros encontros;  
IX - participar da organização e fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso e criação da política municipal de atendimento ao idoso;  
X - desenvolver atividades culturais para a integração dos idosos propiciando o fortalecimento e a participação em sua própria comunidade;  
XI - promover a integração dos idosos com seus familiares e comunidade, com autonomia;  
XII - supervisionar as ações municipais de atendimento e encaminhamento de idosos que estejam em situação de risco e abandono;  
XIII - manter estreita relação com o Ministério Público sempre que existirem casos que atentem contra a integridade física e moral do idoso, bem como estabelecer relações com as famílias dos idosos, visando dar-lhes orientações e fortalecer os vínculos familiares;  
XIV - incentivar os grupos de convivência e casas de abrigo

destinadas aos idosos.

#### SUBSEÇÃO V

##### Da Gerência de Habitação

Art. 97. À Gerência de Habitação compete:

I - formular a política municipal de habitação;  
II - motivar a participação da população em soluções de caráter cooperativo, mediante o uso de processos autoconstrutivos e outros que facilitem o acesso à habitação de interesse social;  
III - apoiar e prestar assistência direta na organização de condomínios e conjuntos habitacionais em regime de colaboração direta com a Secretaria Municipal de Assistência Social;  
IV - elaborar normas para a realização de pesquisas na área habitacional, visando levantar as condições sociais, econômicas e sanitárias;  
V - levantar as necessidades das comunidades, para elaboração de diagnósticos da situação existente;  
VI - elaborar planejamento, visando implantar programas habitacionais para pessoas carentes;  
VII - realizar estudos para dotar as zonas periféricas do Município de infraestrutura básica na área de saneamento;  
VIII - definir critérios norteadores para o programa de habitação;  
IX - elaborar em consonância com as demais Secretarias Municipais o cronograma de ação do Programa Habitacional e de Saneamento Básico;  
X - atuar junto às comunidades para desenvolver o trabalho de mutirão de construção da casa própria;  
XI - legalizar a situação do beneficiário final no Registro de Imóvel de acordo com as normas de programas habitacionais específicos;  
XII - coordenar, acompanhar e participar da elaboração de critérios que caracterizem o perfil do indivíduo a ser beneficiado dentro de programas habitacionais;  
XIII - resguardar nos bairros e distritos as condições necessárias para garantir educação, saúde e lazer quando da implantação de programas habitacionais;  
XIV - participar da realização de levantamentos necessários à solução de problemas que dizem respeito às questões de trabalho, área social e habitacional nos diferentes grupos comunitários;  
XV - cumprir outros objetivos que sejam oportunos, pertinentes e adequados ao planejamento e execução de atividades na questão habitacional do Município;  
XVI - executar objetivos correlatos.

#### SEÇÃO IX

##### Da Secretaria Municipal do Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico

Art. 98. A Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico é formada pelos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Secretário;  
Gerência do Desenvolvimento Econômico.  
II - Conselhos:  
a) Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico.

#### SUBSEÇÃO I

##### Do Gabinete do Secretário

Art. 99. Compete ao Gabinete do Secretário:

I - criar políticas públicas que estimulem o crescimento econômico sustentável do município;  
II - identificar as potencialidades do município e proporcionar sua divulgação em nível estadual, nacional e internacional objetivando atrair novas oportunidades de negócios;  
III - propor ações voltadas à implementação de políticas de gestão da tecnologia;  
IV - apoiar a comercialização de produtos da indústria, comércio e do artesanato local por meio da realização de feiras, exposições e outros eventos setoriais;

V - implantar políticas de fortalecimento das empresas já existentes e a oferta de condições favoráveis ao seu crescimento;  
VI - implantar programa de expansão industrial e comercial no município, em especial nas áreas definidas no Plano Diretor Participativo;  
VII - disciplinar a doação de lotes industriais nas áreas industriais existentes no município;  
VIII - estimular os arranjos produtivos locais (APL's) entre os pequenos e microempresários;  
IX - implantar programa de estímulo à criação, crescimento e sobrevivência das micro e pequenas empresas;  
X - implementar programas de crescimento econômico, de capacitação e de orientação do micro e pequeno empreendedor;  
XI - promover cursos de aperfeiçoamento técnico e artesanato, tendo como parceiro o sistema "S" (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Social de Transporte - SEST; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP);  
XII - implementar programas de geração de empregos, coordenando a integração com programas sociais desenvolvidos por outros órgãos da Administração direta e indireta;  
XIII - implantar programas permanentes de capacitação da mão de obra com vista a oferecer suporte ao desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e prestadoras de serviço já instaladas no município bem como, oferecer apoio para capacitação da mão-de-obra em novos empreendimentos;  
XIV - promover a melhoria da infraestrutura turística do Município através de investimentos em parceria com instituições públicas ou privadas;  
XV - elaborar políticas públicas de desenvolvimento e apoio ao turismo, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor Participativo, diretrizes estaduais e nacionais.

## SUBSEÇÃO II

### Da Gerência do Desenvolvimento Econômico

Art. 100. Compete à Gerência do Desenvolvimento Econômico:

- I - coordenar a elaboração e implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- II - desenvolver ações que promovam um desenvolvimento econômico sustentável e solidário;
- III - identificar as potencialidades do município e proporcionar sua divulgação em nível estadual, nacional e internacional objetivando atrair novas oportunidades de negócios;
- IV - propor ações voltadas à implementação de políticas de gestão da tecnologia;
- V - apoiar a comercialização de produtos da indústria, comércio e do artesanato local por meio da realização de feiras, exposições e outros eventos setoriais;
- VI - apoiar a comercialização de produtos da indústria, comércio e do artesanato local por meio da realização de feiras, exposições e outros eventos setoriais;
- VII - identificar políticas de fortalecimento das empresas já existentes e a oferta de condições favoráveis ao seu crescimento;
- VIII - sugerir a implantação de programa de expansão industrial e comercial no município, em especial nas áreas definidas no Plano Diretor Participativo;
- IX - sugerir a doação de lotes industriais nas áreas industriais existentes no município;
- X - sugerir a concessão de novos incentivos econômicos e fiscais às indústrias, comércio e prestadores de serviços;
- XI - estimular os arranjos produtivos locais (APL's) entre os pequenos e microempresários;
- XII - coordenar a implantação de programa de estímulo à criação, crescimento e sobrevivência das micro e pequenas empresas;

- XIII - coordenar programas de crescimento econômico, de capacitação e de orientação do micro e pequeno empreendedor.
- XIV - desenvolver programas e projetos voltados à geração de trabalho, emprego e renda, identificação de oportunidade de trabalho e emprego, inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho, inclusive em articulação com os demais entes federados;
- XV - promover a organização do setor informal da economia do Município;
- XVI - produzir, sistematizar e disponibilizar informações socioeconômicas do Município, essencialmente questões de emprego, qualidade de vida, qualidade de mão de obra, infraestrutura, logística e incentivos concedidos pelo Município;
- XVII - auxiliar no desenvolvimento de programas de qualificação e requalificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado;
- XVIII - colaborar na promoção de cursos de aperfeiçoamento técnico e artesanato, tendo como parceiro o sistema "S" (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Social de Transporte - SEST; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP);
- XIX - promover pesquisas e estudos voltados para o fomento, a produção, a comercialização e a preservação do artesanato;
- XX - exercer outras atividades correlatas

## TÍTULO IV

### DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

#### CAPÍTULO I

##### Da Elaboração e da Eficácia dos Atos Administrativos

Art. 101. Os atos administrativos unilaterais e bilaterais, especialmente quando deles decorrer a execução de serviços ou a utilização de bem pertencente ao município, serão reduzidos a termo e autuados em processos administrativos, devendo deles constar a indicação expressa do dispositivo legal ou regulamentar autorizador da sua expedição.

§ 1º A validade e a eficácia dos atos normativos e administrativos unilaterais de efeitos externos ou individuais, e dos bilaterais dependem de sua publicação no veículo de divulgação oficial do Município.

§ 2º Os contratos, convênios e acordos administrativos e suas respectivas alterações, mediante aditivos, poderão ser publicados em extratos, com a indicação resumida dos seguintes elementos indispensáveis à sua validade:

- I - espécie e número;
- II - nomes das partes contratantes, convenientes ou acordantes;
- III - objeto do ato;
- IV - preço;
- V - forma de pagamento;
- VI - crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa;
- VII - prazo de vigência;
- VIII - data de assinatura e indicação dos signatários.

#### CAPÍTULO II

##### Das Normas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria

Art. 102. O Chefe do Poder Executivo será convidado, anualmente, a prestar contas em audiência pública e documentadamente à Câmara Municipal de Vereadores, incluindo, além das suas próprias, as prestações de contas do Presidente do Poder Legislativo e demais órgãos e fundos vinculados à Administração Municipal, as

quais receberão parecer prévio, separadamente, da Controladoria Geral do Município.

**Parágrafo único.** As contas referidas neste artigo incluem as dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, cabendo à Câmara Municipal de Vereadores o controle externo a que se refere o inciso XIV, do artigo 26 da Lei Orgânica do Município.

**Art. 103.** Os órgãos da administração direta e as entidades autárquicas e fundacionais observarão plano de contas único e as normas gerais de contabilidade e auditoria que forem aprovadas pelo Governo Municipal.

**Art. 104.** Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a prévia existência de crédito que a comporte ou quando imputada à dotação imprópria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços cujo custo exceda os limites previamente fixados.

**Parágrafo único.** Mediante representação dos órgãos de controladoria e contabilidade, serão impugnados quaisquer atos referentes à despesa que incidam na proibição deste artigo.

**Art. 105.** Na realização da receita e da despesa públicas será preferencialmente utilizada a via bancária, de acordo com as normas estabelecidas em regulamento.

§ 1º Nos casos em que se torne indispensável a arrecadação de receita diretamente por unidade administrativa da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, o recolhimento à conta bancária far-se-á no primeiro dia útil subsequente ao ato.

§ 2º O pagamento de despesas, obedecidas as normas que regem a execução orçamentária, far-se-á mediante ordem bancária ou cheque nominativo, contabilizado pelo órgão competente, obedecidas as normas exaradas pela Contadoria Geral do Município e pelos órgãos centrais do Sistema de Administração Financeira e do Sistema de Administração Contábil e Controladoria.

§ 3º O servidor que receber suprimentos de fundos é obrigado a prestar contas de sua aplicação procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas, se ele não o fizer no prazo assinalado.

§ 4º Para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, poderá ser utilizado o regime de adiantamento, sempre precedido de empenhos gravados na dotação própria.

§ 5º O regime de adiantamento de que trata o parágrafo anterior consiste na entrega de numerário a servidor, cuja prestação de contas far-se-á no prazo de sessenta dias, contados da data do recebimento, sob pena da incidência de correção monetária e multa de 10% (dez por cento) a favor do órgão ou entidade a que pertencer o crédito.

§ 6º Decreto do Chefe do Poder Executivo poderá baixar normas complementares ao regime de adiantamento e aos parâmetros para o pagamento de diárias, observando-se o destino da viagem, o grupo, a categoria e nível funcional a que o agente da administração municipal pertence.

**Art. 106.** Decreto do Chefe do Poder Executivo fixará as normas relativas à rotina de execução orçamentária para os órgãos da administração direta e para as entidades autárquicas e fundacionais quando existentes, sendo que qualquer alteração na Lei Orçamentária Anual dependerá de aprovação da Câmara de Vereadores.

**Art. 107.** Os órgãos da administração municipal prestarão ao Tribunal de Contas do Estado os informes relativos à administração dos créditos orçamentários e facilitarão a realização das inspeções de controle externo dos órgãos responsáveis pela orçamentação, administração financeira, contabilidade e controladoria.

**Art. 108.** Caberá à Contadoria Geral do Município ou à autoridade delegada, nos termos do art. 42 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, autorizar a inscrição de despesas processadas e não processadas em restos a pagar, obedecidas na

liquidação às mesmas formalidades fixadas para a administração dos créditos orçamentários.

**Parágrafo único.** As despesas empenhadas e não processadas inscritas em restos a pagar serão liquidadas quando do recebimento do material, da execução da obra ou da prestação do serviço, ainda que ocorram depois do encerramento do exercício financeiro.

**Art. 109.** Todo ato de gestão financeira deve ser realizado por força de documento que comprove a operação e registrado na contabilidade, mediante classificação em conta adequada.

**Art. 110.** O acompanhamento da execução orçamentária é de competência da Contadoria Geral do Município.

**Parágrafo único.** A contabilidade deverá apurar os custos de serviços, de forma a evidenciar os resultados da gestão.

**Art. 111.** Os atos praticados por qualquer agente público municipal que evidenciem desfalque, desvio de bens ou valores, ou a utilização indevida, inadequada ou antieconômica de bens do município, serão apurados mediante Processo Administrativo Especial.

§ 1º Os atos a que se refere o caput serão impugnados quando a despesa ainda não tiver sido liquidada, e, revistos se o foi.

§ 2º Cabe ao superior imediato determinar a instauração do processo para a apuração de responsabilidade e imposição das penalidades cabíveis a que se refere este artigo, tão logo tenha conhecimento do fato, adotando desde logo as providências necessárias à reparação do dano causado.

§ 3º Os processos a que se refere este artigo serão instaurados na conformidade do disposto no Estatuto dos Servidores Municipais e demais normas aplicáveis à matéria.

**Art. 112.** Aos detentores de suprimento de fundos incumbe recolher os saldos em seu poder em 31 de dezembro.

**Art. 113.** Os bens móveis, materiais e equipamentos em uso ficarão sob responsabilidade dos chefes de serviço, cujos órgãos de controle do patrimônio deverão proceder à sua periódica verificação.

§ 1º Decreto do Chefe do Poder Executivo fixará as normas relativas à rotina de controle e reavaliação patrimonial do Município de São Lourenço do Oeste.

§ 2º Os estoques serão obrigatoriamente contabilizados, fazendo-se a tomada anual das contas dos responsáveis.

§ 3º Responderá pelos prejuízos que causar à Administração Pública o responsável pela guarda de dinheiro, valores e bens pertencentes ao Município.

**Art. 114.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, contratos, acordos ou outros termos de ajuste, onerosos ou não, com as entidades da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, devendo oficializar a Câmara de Vereadores, com o encaminhamento de cópia, no prazo de até 30 (trinta) dias.

**Art. 115.** Todo aquele que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviços de contabilidade do Município, é pessoalmente responsável pela exatidão das contas e oportuna apresentação dos balanços, balanços e demonstrações contábeis dos atos relativos à administração financeira e patrimonial do setor sob o seu encargo.

**Art. 116.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 1º Quem quer que utilize dinheiro público terá de comprovar o seu bom e regular emprego, na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.



§ 2º Aos agentes públicos vinculados à Controladoria Geral do Município, quando no exercício de suas funções e mediante identificação funcional de seus servidores, deverá ser permitido o livre acesso a todas as dependências do órgão ou entidade fiscalizada, assim como a documentos, valores, registros, livros e sistemas informatizados considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, processo, documento ou informação.

§ 3º Em caso de não atendimento ao disposto no parágrafo anterior, o Controlador Geral do Município comunicará o fato por escrito ao Prefeito Municipal, que tomará as providências cabíveis junto ao Titular do órgão ou entidade fiscalizada.

#### TÍTULO V

##### DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DOS ADICIONAIS DE RESPONSABILIDADE

Art. 117. Ficam criados, na estrutura dos órgãos da administração direta do Poder Executivo, os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - Procurador Geral do Município;
- II - Controlador Geral do Município;
- III - Contador Geral do Município;
- IV - Secretário Municipal de Administração e Fazenda;
- V - Secretário Municipal de Educação;
- VI - Secretário Municipal de Saúde;
- VII - Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
- VIII - Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura;
- IX - Secretário Municipal de Assistência Social;
- X - Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Os subsídios dos secretários municipais serão fixados por lei específica.

Art. 118. Ficam criados, na estrutura dos órgãos da administração direta do Poder Executivo, cargos de provimento em comissão de direção, gerência, coordenação e assessoramento superior, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, conforme tabela de descrição e fixação do número de vagas constante no Anexo I, observado o quadro remuneratório composto pelo Adicional de Responsabilidade (A.R.) previsto nos Anexos II e III desta Lei Complementar, cujos valores serão reajustados sempre na mesma época e nos mesmos índices dos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos.

Parágrafo único. Ao servidor efetivo do quadro de carreira do serviço público municipal, nomeado para o exercício de cargo comissionado, será facultado optar pela remuneração total atribuída ao mesmo ou pela remuneração própria do cargo de carreira do qual é titular, acrescido do Adicional de Responsabilidade (A.R.) previsto para o respectivo cargo de provimento comissionado.

Art. 119. Ficam criados Adicionais de Responsabilidade de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, a serem atribuídos exclusivamente aos servidores de carreira, designados para o exercício de funções técnicas, de chefia ou comando de equipes; para atividade que exija qualificação diferenciada daquela prevista para o cargo de que é titular; ou ainda para aquele que for nomeado para compor Comissões Especiais, conforme níveis, quantidades e valores definidos nos Anexos III e IV, observando a lotação por secretaria, diretoria ou gerência, constante do anexo IV desta Lei Complementar, cujos valores serão reajustados sempre na mesma época e nos mesmos índices dos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos.

§ 1º As funções especiais ou de confiança passíveis de concessão do Adicional de Responsabilidade de que trata o caput deste artigo serão nominadas e regulamentadas por Decreto, observando-se o número de vagas e correspondente lotação constante nos Anexos III e IV desta Lei Complementar e reservada a quantidade

necessária à composição do quadro remuneratório dos cargos de provimento comissionado de que trata o artigo 118 desta Lei Complementar.

§ 2º O ato relativo à atribuição do adicional a que se refere o presente artigo é de competência do Prefeito Municipal.

§ 3º Aos servidores designados presidente da Comissão Permanente de Licitações e Pregoeiro será atribuído o Adicional de Responsabilidade nível 4 (AR-4), e aos servidores efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação e designados para o exercício das atribuições de Diretor de Unidade Escolar, previstas no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, será atribuído o Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

§ 4º As Comissões Especiais serão criadas por Decreto no qual constarão os Adicionais de Responsabilidades a que fazem jus os servidores que os integram.

§ 5º Os servidores de carreira nomeados a exercer as funções previstas no caput deste artigo e que estejam recebendo Adicionais de Responsabilidade (A.R.), não receberão adicional por serviços extraordinários, devendo representar e se dedicarem ao Município quando necessário.

#### TÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 120. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações orçamentárias dos órgãos, unidades e entidades da administração direta extintos ou transformados em face da presente Lei Complementar, para os órgãos, unidades e entidades que tiverem absorvido as correspondentes atribuições, bem como efetuar as adequações pertinentes à identificação das Secretarias alteradas por esta Lei Complementar.

Art. 121. O Chefe do Poder Executivo disporá, por ato normativo, sobre a organização e o funcionamento dos órgãos da administração direta e, no que couber, das entidades da administração indireta de que trata esta Lei Complementar.

Art. 122. Aos servidores que, em virtude da reestruturação administrativa estabelecida na presente Lei Complementar forem movimentados de uma pasta para outra, fica assegurada a lotação e o regime remuneratório a que fazem jus no órgão de origem.

Art. 123. Fazem parte integrante desta Lei Complementar os seguintes Anexos:

- I - Anexo I: Descrição dos cargos de Provimento em Comissão;
- II - Anexo II: Tabela de Vencimento dos Cargos de Provimento em Comissão;
- III - Anexo III: Adicionais de Responsabilidade;
- IV - Anexo IV: Distribuição dos Adicionais de Responsabilidade;
- V - Anexo V: Organograma Administrativo do Poder Executivo.

Art. 124. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento vigente do Município.

Art. 125. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial:

- I - a Lei Complementar n.º 99, de 03/02/2009;
- II - a Lei Complementar n.º 102, de 05/05/2009;
- III - o artigo 4º da Lei Complementar n.º 105, de 06/11/2009;
- IV - a Lei Complementar n.º 119, de 05/07/2010;
- V - os artigos 5º e 6º e os Anexos II, III, IV e V da Lei Complementar n.º 129, de 06/07/2011;
- VI - a Lei Complementar n.º 134, de 16/12/2011;
- VII - o artigo 3º e os Anexos III e IV da Lei Complementar n.º 141, de 08/03/2012;
- VIII - os incisos I e II do artigo 2º da Lei Complementar n.º 150, de 26/04/2013;
- IX - o artigo 1º e os Anexos I e II da Lei Complementar n.º 152,

de 29/04/2013.

Art. 126. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de setembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

# ANEXO I DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Órgão	Denominação do Cargo	Vagas	Nível de Vencimento
Gabinete do Prefeito	Assessor de Gabinete	1	AGA-1
	Assessor de Comunicação	1	AGA-1
	Chefe de Gabinete	1	AGA-1
Procuradoria Geral do Município	Procurador Geral do Município	1	AGE-1
Controladoria Geral do Município	Controlador Geral do Município	1	AGE-1
Contadoria Geral do Município	Contador Geral do Município	1	AGE-1
	Gerente de Administração Financeira	1	AGA-1
	Gerente de Controle Patrimonial	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Secretário Municipal de Administração e Fazenda	1	AGS-1
	Diretor de Orçamento Participativo	1	AGD-1
	Diretor de Fazenda	1	AGD-1
	Gerente de Licitações e Compras	1	AGA-1
	Gerente de Recursos Humanos e Capacitação	1	AGA-1
	Gerente de Manutenção de Equipamentos e Veículos	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Educação	Gerente de Tecnologia da Informação	1	AGA-1
	Secretário Municipal de Educação	1	AGS-1
	Diretor Geral de Educação	1	AGD-1
Secretaria Municipal de Saúde	Gerente de Apoio Administrativo e Operacional	1	AGA-1
	Gerente de Educação Infantil	1	AGA-1
	Gerente de Ensino Fundamental	1	AGA-1
	Secretário Municipal de Saúde	1	AGS-1
	Diretor de Administração	1	AGD-1
	Diretor de Relacionamento e Humanização da Saúde	1	AGD-1
	Gerente de Apoio Operacional	1	AGA-1
	Gerente de Vigilância Sanitária	1	AGA-1
	Gerente de Controle Ambulatorial e Farmacológico	1	AGA-1
	Gerente de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Saúde	Gerente de Acolhimento ao Cidadão	1	AGA-1

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	1	AGS-1
	Diretor de Planejamento Urbano	1	AGD-1
	Diretor de Serviços Urbanos	1	AGD-1
	Diretor de Trânsito	1	AGD-1
	Gerente de Planejamento Urbano e Obras Públicas	1	AGA-1
	Gerente de Apoio Técnico e Fiscalização	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura	Coordenador de Defesa Civil	1	AGA-1
	Gerente de Infraestrutura Urbana	1	AGA-1
	Gerente de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	1	AGA-1
	Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura	1	AGS-1
	Diretor de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais	1	AGD-1
	Gerente de Inspeção Animal e Vegetal	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Assistência Social	Gerente de Infraestrutura do Distrito de Frederico Wastner	1	AGA-1
	Gerente de Infraestrutura do Distrito de Presidente Juscelino	1	AGA-1
	Gerente de Infraestrutura do Distrito de São Roque	1	AGA-1
	Secretário Municipal de Assistência Social	1	AGS-1
	Gerente de Proteção Social	1	AGA-1
	Gerente de Apoio a Programas Sociais	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico	Gerente de Habitação	1	AGA-1
	Gerente de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico	Secretário Municipal do Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico	1	AGS-1
	Gerente do Desenvolvimento Econômico	1	AGA-1

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de setembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## ANEXO II

### TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO/NÍVEL	*VENCIMENTO	ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE	TOTAL
AGE-1	R\$ 5.217,43	AR-1	R\$ 7.406,33
AGS-1	Fixado por Lei específica		
AGD-1	R\$ 1.795,64	AR-2	R\$ 3.046,44
AGA-1	R\$ 1.609,08	AR-3	R\$ 2.547,18

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de setembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## ANEXO III

## VALORES E QUANTIDADES DE ADICIONAIS DE RESPONSABILIDADE – AR

CÓDIGO/ NÍVEL	ADICIONAL ORIGINAL	QUANTIDADE
AR-1	R\$ 2.188,90	3
AR-2	R\$ 1.250,80	9
AR-3	R\$ 938,10	45
AR-4	R\$ 625,40	4
AR-5	R\$ 375,24	28

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de setembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## ANEXO IV

## DISTRIBUIÇÃO DOS ADICIONAIS DE RESPONSABILIDADE - AR

Órgão	Denominação do Cargo	AR-1	AR-2	AR-3	AR-4	AR-5
Gabinete do Prefeito	Assessoria de Gabinete			2	1	
	Assessoria de Comunicação			1		
	Chefia de Gabinete			1		
Procuradoria Geral do Município	Procuradoria Geral do Município	1				
Controladoria Geral do Município	Controladoria Geral do Município	1				
Contadoria Geral do Município	Contadoria Geral do Município	1				1
	Gerência de Administração Financeira			1		
	Gerência de Controle Patrimonial			1		
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda					
	Diretoria de Orçamento Participativo		1			
	Diretoria de Fazenda		1			
	Gerência de Licitações e Compras			1	2	2
	Gerência de Recursos Humanos e Capacitação			1		1
	Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos			1		3
	Gerência de Tecnologia da Informação			1		1

Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação					
	Diretoria Geral de Educação		1	12	1	5
	Gerência de Apoio Administrativo e Operacional			1		
	Gerência de Educação Infantil			1		
	Gerência de Ensino Infantil			1		
Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde					
	Diretoria de Administração		1			2
	Diretoria de Relacionamento e Humanização da Saúde		1			
	Gerência de Apoio Operacional			1		
	Gerência de Vigilância Sanitária			1		
	Gerência de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados			1		
	Gerência de Controle Ambulatorial e Farmacológico			1		
	Gerência de Acolhimento ao Cidadão			1		
	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano					
	Diretoria de Planejamento Urbano		1			
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Diretoria de Serviços Urbanos		1			
	Diretoria de Trânsito		1			
	Gerência de Planejamento Urbano e Obras Públicas			1		
	Gerência de Apoio Técnico e Fiscalização			2		
	Gerência de Infraestrutura Urbana			1		4
	Gerência de Serviços Urbanos e Meio Ambiente			1		2
	Coordenadoria de Defesa Civil			1		

Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura	Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura				
	Diretoria de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais	1			2
	Gerência de Inspeção Animal e Vegetal		1		1
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de Frederico Wastner		1		
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de Presidente Juscelino		1		1
Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura	Gerência de Infraestrutura do Distrito de São Roque		1		1
	Secretaria Municipal de Assistência Social				1
	Gerência de Proteção Social		1		1
Secretaria Municipal de Assistência Social	Gerência de Habitação		1		
	Gerência de Apoio a Programas Sociais		1		
	Gerência de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos		1		
Secretaria Municipal do Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico	Secretaria Municipal do Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico				
	Gerência do Desenvolvimento Econômico		1		

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de setembro de 2013.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

#### ANEXO V ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de setembro de 2013.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

#### Decreto N° 4.733, de 30 de Setembro de 2013.

DECRETO N° 4.733, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.  
Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.119, de 27 de setembro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.019 3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0002 01  
Aplicação Direta R\$ 75.000,00

13.01.10.301.4506.2.019 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0002 02  
Aplicação Direta R\$ 160.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.047 3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0002 06  
Aplicação Direta R\$ 20.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.021 3.3.7.1.00.00.00.00.00.0.1.0002 37  
Aplicação Direta R\$ 160.000,00

13.00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.045 3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0002 19  
Aplicação Direta R\$ 55.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de setembro de 2013.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

#### Decreto N° 4.734, de 30 de Setembro de 2013.

DECRETO N° 4.734, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.  
Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.120, de 27 de setembro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.019 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0002 02  
Aplicação Direta R\$ 110.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

12.00

SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE

12.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE





12.01.22.661.4515.2.026 3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000 127  
 Aplicação Direta R\$ 10.000,00  
 12.01.22.661.4515.2.026 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 128  
 Aplicação Direta R\$ 50.000,00  
 12.01.22.661.4515.2.026 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 129  
 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de setembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **Decreto N° 4.735, de 30 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 4.735, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei nº 2.121, de 27 de setembro de 2013, com base na Lei nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00  
 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01.04.122.4503.2.006 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 14  
 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

09.00  
 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
 09.01.15.451.4511.2.034 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 85  
 Aplicação Direta R\$ 120.000,00

10.00  
 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
 10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
 10.01.20.606.4507.2.025 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 108  
 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 16.01.28.846.0000.0.001 4.6.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 134  
 Aplicação Direta R\$ 270.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de setembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **Resolução CMAS N° 10 de 27 de Setembro de 2013.**

Resolução CMAS nº. 10 de 27 de setembro de 2013.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - SC (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º: Aprovar a Partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$: 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos Reais), sendo que deste, 100% destina-se a custeio.

Art. 2º. Que os recursos serão destinados aos Serviços ofertados pelo Município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº. 109/2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

A aprovação ocorreu em reunião ordinária realizada no dia 27 de setembro do corrente ano, registrada em ata de N°.11/2013 deste Conselho.

Art. 2º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 27 de setembro de 2013.

ITAMAR FERNANDES

Presidente CMAS

### **Retificação do Extrato do Contrato N° 254/2013, de 02 de Setembro de 2013.**

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N° 254/2013, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 254/2013, de 02/09/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 06/09/2013 - edição 1319 - pag. 417, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO N° 254/2013, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TRANSPORTES VITOR LTDA ME, CNPJ nº 14.373.935/0001-28.

Objeto: Aditar a quantidade do item 12, do Contrato nº 025/2013, de 31/01/2013, a fim de atender a aluna Aline Belo Gonçalves, residente no loteamento industrial EFAISLO e que utiliza o transporte escolar no período noturno para deslocar-se até a EBM Santa Maria Goretti.

Valor: R\$ 801,50 (oitocentos e um reais e cinquenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 02/09/2013.

Vigência: de 02/09/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Simone Cozer - pela Contratada.

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Contrato de Prestação de Serviço N.º 120/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 120/2013

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PEDRO CLASEN, inscrito no CPF sob n.º 222.822.899-00, RG 551.291, PIS/PASEP 116.78911.17-2 residente a Rua Victor Meireles, n.º 567-AP. 102 - bloco D, Kobrasol, São José - SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 Este contrato tem como objeto a cobertura fotográfica da 13ª Oktobertanz, que será realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2013, em São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.735,00 (um mil, setecentos e trinta e cinco reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 28/09/2013 a 29/09/2013.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei n.º 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

PEDRO CLASEN

Contratado

### Contrato de Prestação de Serviço N.º 121/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 121/2013

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MÁRIO MILTON MULLER, inscrito no CPF sob n.º 384.213.569-68, RG 742.236-9, PIS/PASEP 10779916031, residente a Rua Wilson Menezes, n.º 268, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à decoração do salão interno e externo em estilo germânico para a 13ª Oktobertanz, que será realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2013, em São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 5.840,00 (cinco mil oitocentos e quarenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 24/09/2013 a 28/09/2013.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei n.º 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

MÁRIO MILTON MULLER

Contratado



### **Contrato de Prestação de Serviço N.º 122/2013** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 122/2013

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ANDREI JOSÉ DE SOUZA, inscrito no CPF sob nº. 026.984.279-90, RG: 3.856.157, PIS 126.97788.72.9, com sede a Rua Ida Constantino Zuchinali, 120 bl 3 ap 313 - Praia Comprida - São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço o transporte do Triciclo Brigue Luiza para a 13ª Oktobertanz, a ser realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2013 em São Pedro de Alcântara.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 547,00 (quinhentos e quarenta e sete reais).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de apenas um dia, ou seja, 28/09/2013.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

ANDREI JOSÉ DE SOUZA  
Contratado

### **Contrato de Prestação de Serviço N.º 124/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 124/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MARTINS EVENTOS, inscrito no CNPJ sob nº 11.175.887/0001-75, com endereço a Rua Frei Angelo Funger, nº 129, Barra do Aririú, Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1 Este contrato tem como objeto a prestação de serviço a limpeza dos pavilhões de festas da 13ª Oktobertanz, que será realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2013, em São Pedro de Alcântara.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 28/09/2013 a 29/09/2013.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

MARTINS EVENTOS  
Contratado

### **Contrato de Prestação de Serviço N.º 125/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 125/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito

no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JOSÉ SÉRGIO FLORES, inscrito no CNPJ sob nº. 14.670.570/0001-01, com sede a Rua José Matias Junkes, s/nº. São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a confecção de 03 faixas de divulgação da 13ª OKTOBERTANZ..

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais)

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 24/09/2013.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

JOSÉ SÉRGIO FLORES

Prefeito Municipal Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 128/2013****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 128/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Maria Salum Silva, nº 78, Caveiras - Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 16 (dezesesseis) horas de som volante, para divulgação da 13ª OKTOBERTANZ, que será realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2013, em São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 27/09/2013 a 28/09/2013.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de setembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

NENEM SOM

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 129/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 129/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ROBERTO FEUSER, portador do RG: 3.248.001, inscrito no CPF sob nº. 951.748.509-34, PIS/PASEP 128131967-21, residente a Rua Francisco Hawerth, nº. 49 - São Bonifácio/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de Cerimonial para apresentação do desfile da 13ª Oktobertanz.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 29/09/2013.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 27 de setembro de 2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ROBERTO FEUSER

Contratado

#### Contrato de Prestação de Serviço N° 126/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 126/2013

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Senhor ERNANI LUIZ TRIERVEILER, residente em Boa Parada - São Pedro de Alcântara/SC, portador do CPF nº 343.666.879-68, do RG nº 837.764-2, PIS/Pasep nº 1.099.427.795-1, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto à prestação de serviços de colocação de placas com nomes de ruas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 2.450,00 (dois

mil quatrocentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 26/09/2013 a 11/10/2013.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 26 de setembro de 2013

JUCÉLIO KREMER

CONTRATANTE

ERNANI LUIZ TRIERVEILER

CONTRATADO

#### Contrato de Prestação de Serviço N° 127/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 127/2013

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Senhor ERNANI LUIZ TRIERVEILER, residente em Boa Parada - São Pedro de Alcântara/SC, portador do CPF nº 343.666.879-68, do RG nº 837.764-2, PIS/Pasep nº 1.099.427.795-1, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto à prestação de serviços de confecção e colocação de torres para fixação de placas com nomes de ruas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 2.030,00 (dois mil e trinta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 26/09/2013 a



11/10/2013.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 26 de setembro de 2013

JUCÉLIO KREMER

CONTRATANTE

ERNANI LUIZ TRIERVEILER

CONTRATADO

#### **Contrato de Prestação de Serviço N.º. 123/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - administracao@pmspa.sc.gov.br

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º. 123/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado a FREUNDE MUSIKANTEN SOM E EVENTOS LTDA. ME inscrito no CNPJ n.º 06.108.003/0001-20, sob o endereço na Rua Marechal Rondon, 365 Sala 02 Salto do Norte - Blumenau/SC CEP:89.065-200, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço pelo CONTRATADO à PREFEITURA, como segue:

1.1.1 Apresentação da Banda no Palco 03 da 13ª Oktobertanz no dia 29 de setembro no Município de São Pedro de Alcântara /SC;

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviços definidos na cláusula supra, o valor global de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

2.2- Para o pagamento, deverá o CONTRATADO apresentar nota fiscal de realização do objeto, no setor de contabilidade da Prefeitura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de apenas um dia, ou

seja, 29/09/2013.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de setembro de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

FREUNDE MUSIKANTEN SOM E EVENTOS LTDA. ME

CNPJ n.º 06.108.003/0001-20

#### **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N.º. 033/2013**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º. 033/2013, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 586.552.719-34, residente e domiciliada a Rua Francisco de Assis, nº. 362 - Forquilha - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 033/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 033/2013 até o dia 30/12/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 30 de setembro de 2013.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

**Portaria N° 5.263/2013, de 30 de Setembro de 2013**  
PORTARIA N° 5.263/2013, de 30 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Ana Carolina Klein, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK HALINA TEMOTHIO

Prefeito Municipal Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada por.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria N° 5.264/2013, de 30 de Setembro de 2013**  
PORTARIA N° 5.264/2013, de 30 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Iris Sandrine Kroll, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Dispensa N° 70/2013-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 70/2013 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 171/2013</b> <b>Data: 27/09/2013</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> FSC EDITORA JORNALISTICA EDIÇÃO E IMPRESSÃO LTDA <b>Endereço:</b> CORONEL PROCOPIO GOMES DE OLIVEIRA,638 <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC <b>CNPJ:</b> 11.301.548/0001-98	<b>Código:</b> 11886  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Assinatura do Jornal Folha de SC pelo período de 12 meses, com entrega diária para o Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Assinatura do Jornal Folha de SC pelo período de doze meses, com entrega diária.	ASS	200,00	200,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de jornal com boa aceitação no Município, com notícias locais, regionais, do Estado e Federação. trazendo informação, cultura e conhecimentos, necessário na Administração Pública.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 27 de Setembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 70/2013 - DL**

**Processo Nr.: 171/2013**  
**Data: 27/09/2013**

Folha: 2/2

24/9/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Setembro de 2013

---

**Valor da Despesa:** 200,00 (duzentos reais)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---

**I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço N° 72/2013-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

**I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 72/2013-PMS**

PROCESSO N°. 163/2013-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço n°. 72/2013-PMS visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de construção: areia, brita, pó de brita para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1. Os envelopes n°. 01 - Proposta Comercial, n°. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 16 de outubro de 2013.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.  
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.
- d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 16 de outubro de 2013 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

Schroeder, 30 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato N° 116/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato n°. 116/2013-FMS

Inexigibilidade de Licitação n°. 03/2012-FMS - Processo n°. 78/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no

84.438.209/0001-21, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, n°. 460, Czerniewicz, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa de transporte público afim de atendermos aos usuário da política municipal de saúde no que se refere a concessão do auxilio passe, de acordo com a legislação municipal vigente para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	transporte público, a fim de atendermos aos usuários da política municipal de saúde, no que se refere a concessão do auxilio passe, de acordo com a legislação vigente.	1	UNIDADE	500,00	500,00
TOTAL R\$				500,00	

Valor do contrato: R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

Data da Assinatura: 30/09/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato N° 196/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n°. 196/2013 - PMS

Dispensa de Licitação n°. 70/2013-PMS - Processo n°. 171/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: FSC EDITORA JORNALISTICA EDIÇÃO E IMPRESSÃO LTDA, inscrita no CNPJ n°. 11.301.548/0001-98, na Avenida Coronel Procópio Gomes de Oliveira, n°. 638, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-201.

Objeto: Constitui o presente contrato a assinatura do Jornal Folha de SC pelo período de 12 meses, com entrega diária para o Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

Item	Descrição	Qtdd.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Assinatura do Jornal Folha SC pelo período de doze meses, com entrega diária.	01	Assinatura	200,00	200,00
Total R\$				200,00	

Valor do contrato: R\$ 200,00 (duzentos reais) a assinatura).

Data da Assinatura: 27/09/2013 - Vigência: 27/09/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Registro Preço N°. 197/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro Preço n°. 197/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 157/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço n°. 68/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o no 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, n°. 50, Bairro Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em conserto, montagem, balanceamento, geometria e cambagem para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, os serviços deverão ser executados dentro do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conserto de pneu veículo - Aro 13, 14, 15, 16	40	Unidades	20,90	836,00
02	Conserto de pneu veículo - microônibus	8	Unidades	31,90	255,20
03	Conserto de pneu veículo - F 100 - 650 x 16	6	Unidades	32,90	197,40
04	Conserto de pneu - caminhão/Ônibus - Aro 20, 22,5	140	Unidades	47,90	6.706,00
05	Conserto de pneu trator agrícola	20	Unidades	85,90	1.718,00
06	Conserto de pneu carregadeira	10	Unidades	112,90	1.129,00
07	Conserto de pneu moto niveladora	20	Unidades	85,90	1.718,00
08	Conserto pneu retro-escavadeira	30	Unidades	85,90	2.577,00
09	Montagem pneu veículo - aro 13, 14, 15, 16	60	Unidades	14,95	897,00
10	Montagem pneu veículo - microônibus	15	Unidades	21,95	329,25
11	Montagem pneu caminhão/ônibus - aro 20, 22,5	100	Unidades	44,95	4.495,00
12	Montagem pneu trator agrícola	15	Unidades	81,95	1.229,25
13	Montagem pneu carregadeira	10	Unidades	109,90	1.099,00
14	Montagem pneu moto niveladora	20	Unidade	81,95	1.639,00

15	Montagem pneu retro-escavadeira	30	Unidade	81,95	2.458,50
16	Serviço de balanceamento - aro 13, 14, 15, 15, 16 (roda)	60	Unidade	12,95	777,00
17	Serviço de Geometria - aro 13, 14, 15, 16 (roda)	50	Unidade	17,95	897,50
18	Serviço de Cambagem - 13, 14, 15, 16 (roda)	50	Unidade	47,95	2.397,50
19	Serviço de balanceamento - microônibus (roda)	20	Unidade	59,95	1.199,00
20	Serviço de Geometria - microônibus (roda)	20	Unidade	69,95	1.399,00
21	Serviço de Cambagem - microônibus (roda)	20	Unidade	159,95	3.199,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					37.152,60

Valor do contrato: R\$ 37.152,60 (trinta e sete mil cento e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)

Data da Assinatura: 30/09/2013 – Vigência: 30/09/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**PEGASO**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Ata Registro de Preços Pregão Presencial N° 68/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 57/2013****Número do Registro de Preços: 57/2013****Data do Registro: 30/09/2013****Válido até: 30/09/2014****Objeto da Compra:** contratação de empresa especializada em conserto, montagem, balanceamento, geometria e cambagem para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secre

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto de pneu veículo - Aro 13, 14, 15,16	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	20,9000	1
2	Conserto de pneu veículo - microônibus	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	31,9000	1
3	Conserto de pneu veículo - F 100 - 650 x 16	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	32,9000	1
4	Conserto de pneu - caminhão/Ônibus - Aro 20, 22,5	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	47,9000	1
5	Conserto de pneu trator agrícola	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	85,9000	1
6	Conserto de pneu carregadeira	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	112,9000	1
7	Conserto de pneu moto niveladora	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	85,9000	1
8	Conserto pneu retroescavadeira.	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	85,9000	1
9	Montagem pneu veículo - aro 13, 14, 15,16	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	14,9500	1
10	Montagem pneu veículo - microônibus	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	21,9500	1
11	Montagem pneu caminhão/ônibus - aro 20, 22,5	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	44,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 57/2013****Número do Registro de Preços: 57/2013****Data do Registro: 30/09/2013****Válido até: 30/09/2014**

**Objeto da Compra:** contratação de empresa especializada em conserto, montagem, balanceamento, geometria e cambagem para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secre

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Montagem pneu trator agrícola	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	81,9500	1
13	Montagem pneu carregadeira.	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	109,9000	1
14	Montagem pneu moto niveladora.	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	81,9500	1
15	Montagem pneu retroescavadeira.	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	81,9500	1
16	Serviço de balanceamento - aro 13, 14, 15, 15, 16 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	12,9500	1
17	Serviço de Geometria - aro 13, 14, 15, 16 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	17,9500	1
18	Serviço de Cambagem - 13, 14, 15, 16 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	47,9500	1
19	Serviço de balanceamnto - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	59,9500	1
20	Serviço de Geometria - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	69,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2013****Número do Registro de Preços: 57/2013****Data do Registro: 30/09/2013****Válido até: 30/09/2014**

**Objeto da Compra:** contratação de empresa especializada em conserto, montagem, balanceamento, geometria e cambagem para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secre

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Serviço de Cambagem - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	159,9500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 57/2013****Número do Registro de Preços: 57/2013****Data do Registro: 30/09/2013****Válido até: 30/09/2014**

**Objeto da Compra:** contratação de empresa especializada em conserto, montagem, balanceamento, geometria e cambagem para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secre

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 57/2013****PROCESSO N° 157/2013**

(9801) - RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME

Schroeder, 30 de Setembro de 2013.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### Lei Municipal N° 971/2013

LEI MUNICIPAL Nº971 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO, MORTE, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E DE CALAMIDADE PÚBLICA PELA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a presente LEI:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), alterada pela Lei nº. 12.435, de 06 de julho de 2011, art. 22.

Art. 2º Os benefícios eventuais constituem provisões de proteção social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

§ 1º Destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os Benefícios Eventuais só devem atender situações de vulnerabilidade pertinentes a Política de Assistência social. Assim, não serão considerados benefícios eventuais de assistência social situações relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios na área de saúde, educação, e demais políticas setoriais.

Art. 3º Os Benefícios Eventuais que integram esta Lei caracterizam-se pelas modalidades:

- I - Auxílio Natalidade;
  - II - Auxílio Funeral;
  - III - Auxílio a situações de Vulnerabilidade Temporária;
  - IV - Auxílio a situações de Calamidade Pública e de emergências.
- § 1º O benefício eventual deve ser ofertado de forma articulada à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;
- § 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e a fruição do benefício eventual;
- § 3º É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;
- § 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e vítimas de calamidades públicas e de emergências.
- § 5º Os Benefícios Eventuais somente serão concedidos mediante Estudo Social e/ou parecer, elaborado por Assistente Social, que compõe a equipe de referência do CRAS e/ou Assistente Social de referência, vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pela concessão dos Benefícios Eventuais.

### SEÇÃO I

#### DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 4º O Auxílio natalidade será constituído do repasse de itens materiais que irão compor o kit natalidade destinado a auxiliar as necessidades da mãe e da criança.

§ 1º Os itens a serem destinados a família será decorrente de estudo social realizado por profissional de serviço social.

§ 2º O valor limite para concessão deste auxílio será de 50% do salário mínimo vigente, podendo estar diluído em parcelas mensais.

Art. 5º O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

- I - necessidades do recém nascido;
- II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido, através do auxílio funeral, conforme art. 10º.
- III- apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

- I - Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;
- II - Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;
- III - Comprovante de residência;
- IV - Comprovante de renda de todos os membros da família;
- V - Documentos pessoais.

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

§ 3º O Auxílio natalidade não poderá se concedido à beneficiária do salário maternidade pago pela Previdência Social.

Art. 6º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio natalidade será igual ou inferior a 1/4 (um quarto) salário mínimo, sendo concedido às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO).

Art. 7º A família beneficiária do auxílio natalidade deverá ser acompanhada durante o período de recebimento do auxílio pela equipe técnica do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do território a que pertence.

### SEÇÃO II

#### DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 8º O auxílio funeral se constituirá no repasse do valor de um salário mínimo nacional vigente.

Art. 9º O auxílio funeral atenderá:

- I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e,
- III - o ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

- I - Atestado de óbito;
- II - Comprovante de residência;
- III - Comprovante de renda de todos os membros da família;
- IV - Documentos pessoais.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º O valor do auxílio funeral, quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social em situação de abandono ou morador de rua, será o total dos custos das despesas decorrentes do funeral, sendo gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 5º Não poderá ser concedido o auxílio funeral em caso da família requerente possuir acesso a outros auxílios decorrentes do óbito.

Art. 10º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio funeral será igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, sendo concedido às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADUNICO).

§ 1º Os benefícios de transferência de renda de assistência social não serão contabilizados no cálculo da renda per capita para a concessão do auxílio funeral.

### SEÇÃO III

#### DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 11º O auxílio à situação de vulnerabilidade temporária se constituirá no repasse de benefícios prestados em caráter transitório em forma de pecúnia ou de bem material para a reposição de perdas com a finalidade de atender contingências, assegurar a sobrevivência e/ou reconstruir a autonomia individual e/ou familiar através da redução de vulnerabilidades e impactos decorrentes de riscos sociais.

Art. 12º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I- riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II- perdas: privação de bens e de segurança material; e
- III- danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

- I- da falta de:

- a) acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
  - b) documentação; e
  - c) domicílio;
- II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
  - III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;
  - IV- de desastres e de calamidade pública; e
  - V- de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 13º São consideradas provisões compatíveis com os benefícios eventuais, desde que não ofertadas por outras políticas setoriais, as destinadas:

- I - à alimentação (cesta básica de alimentos);
- II - despesas com transporte para o acesso aos serviços socioassistenciais;
- III - ao custeio dos gastos para expedição de documentação pessoal, como fotografia e fotocópia, desde que não disponibilizados por sistemas oficiais facilitadores de documentação;
- IV - auxílio mudança dentro do município;
- V - ao vestuário e agasalhos como colchões e cobertores.

Art. 14º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso

ao benefício de situação de vulnerabilidade temporária é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido às famílias cadastradas no CADUNICO do Programa Bolsa Família.

### SEÇÃO IV

#### DA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS

Art. 15º O auxílio para situação de calamidade pública constitui-se no apoio e proteção a população através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Parágrafo único: A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, conforme resolução do CNAS nº. 109 de 11 de novembro de 2009.

Art. 16º A Situação de Calamidade Pública caracteriza-se quando há reconhecimento pelo poder público de situações anormais como: baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamento, incêndios e epidemias, causando sérios danos à comunidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 17º Para atendimento de vítimas de situação calamidade pública, o benefício eventual deverá ser gerenciado de forma articulada com o serviço de proteção socioassistencial de alta complexidade caracterizado como: de proteção em situação de calamidade pública e de emergências definido pela resolução do CNAS nº. 109 de 11 de novembro de 2009.

Art. 18º São consideradas provisões compatíveis com o auxílio de situações de calamidade pública e de emergências, as destinadas:

- I - à aquisição de materiais para alojamento, moradias provisórias, prestações para aluguel temporário;
- II - à aquisição de materiais de limpeza e desinfecção;
- III - ao vestuário e agasalhos como colchões e cobertores;
- IV - alimentação;
- V - estrutura para guarda de pertences e documentos;
- VI - outras provisões que considerem as especificidades regionais.

Art. 19º A forma de acesso ao Auxílio à Situação de Calamidade Pública e de Emergências se dará através de notificação de órgãos da Administração Pública Municipal definidos em decreto municipal específico e, da defesa civil, sendo dispensada a comprovação de renda.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

- I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;
- II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e
- III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 21º Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - estabelecer critérios de acesso pela população;
- II - estabelecer prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência

Social;

III - fiscalizar a aplicação dos Benefícios Eventuais, se os critérios para seu acesso estão sendo respeitados;

Art. 22º Afirmar que não são provisões da Política de Assistência Social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeira de rodas, muletas, óculos e outros itens referentes à área da saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis.

Art. 23º As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da Assistência Social.

Art. 24º As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Parágrafo Único: Em caso de ocorrência de calamidade pública os recursos financeiros deverão ser complementados com os recursos destinados a defesa civil.

Art. 25º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 787/2009 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 30 de Setembro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **Lei Municipal Nº 972/2013**

LEI MUNICIPAL Nº 972 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUALDO MUNICÍPIO DESERRA ALTA - QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração do Plano Plurianual - quadriênio 2014/2017, constantes dos Anexos a seguir:

I - Anexo I -Relação Detalhada das Receitas Planejadas;

II - Anexo II - Programas de Governo;

III - Anexo III - Programas por Macroobjetivos;

IV - Anexo IV - Compatibilização dos Programas por Fonte de

Recursos;

V - Anexo V - Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014/2017 com a Lei do Orçamento Anual 2013.

Art. 2º- A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específica.

Art. 3º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que as estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

## **Timbé do Sul**

### **PREFEITURA**

### **Lei Nº 1.692/20113**

LEI Nº 1.692, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.  
Anula Trecho de Rodovia do Plano Rodoviário Municipal e Dá Outras Providências

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art.1º- Fica anulado no Plano Rodoviário do Município de Timbé do Sul, o trecho de 210 metros finais da Rodovia TBS 252, dentro da propriedade da Empresa Pedreira Timbé do Sul Ltda, na Localidade de Pedreira, conforme mapa anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 30 de Setembro de 2013.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.



HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

## Timbó

### PREFEITURA

#### **Aviso de Abertura das Propostas Tomada de Preço N.º 01 2013 FMMA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2013 FMMA  
AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da Tomada de Preços n.º 01/2013, referente à Construção do Centro de Educação Ambiental Morro Azul, acontecerá no dia 03/10/2013 às 14h20min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

Timbó, 30/09/2013.  
DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES  
Presidente da Comissão de Licitações

#### **Aviso de Retificação Pregão Presencial N.º 109 2013 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 109/2013  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 109/2013 que trata da aquisição de diversos gêneros alimentícios pouco perecíveis, destinados aos Núcleos, Unidades Pré-escolares e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, para cumprimento do cardápio no período de outubro a dezembro de 2013 e fevereiro a março de 2014 em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação sofreu alteração no item 10.1.1 do edital que trata das datas para entrega das mercadorias. Dessa forma, o item 10.1.1 passa a vigorar com a seguinte redação:

10.1.1 - A previsão de entrega dos produtos para Escolas e U.P.Es é nas datas de 16/10/2013 e 03/02/2014, e para os N.E.Is é 04/11/2013 e 03/02/2014. Havendo recursos ao atraso na homologação a primeira entrega será reagendada, sendo comunicada com uma semana de antecedência a empresa vencedora. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital

TIMBÓ/SC, 30/09/2013  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

#### **Aviso Pregão Presencial N.º 25 2013 FMS - Aquisição de Filme Para Raio-X**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2013 - FMS

OBJETO: aquisição de caixas de filmes para utilização no equipamento de Raio X (Digital Dry Star DT2B Agfa) para a realização de impressão de imagem, instalado na Policlínica de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 14 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 14 de outubro de 2013 às 09h10min.

Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

TIMBÓ/SC, 30/09/2013  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário Municipal de Saúde

#### **Aviso Pregão Presencial N.º 26 2013 FMS - Aquisição de Veículos**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2013 - FMS

OBJETO: aquisição de veículos (tipo passeio) zero km (quilômetro) para atender as necessidades da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 14 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 14 de outubro de 2013 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

TIMBÓ/SC, 30/09/2013  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário Municipal de Saúde

#### **Decisão Concorrência N.º 79 2013 PMT** DECISÃO CONCORRÊNCIA 79/2013

Após a abertura das propostas apresentadas pelas empresas ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA. e QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA. a Comissão de Licitação realizou diligência junto a Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, requerendo a averiguação das planilhas de preços e quantitativos apresentadas pelas empresas licitantes.

Na data de 26/09/2013 a engenheira Luciana Hartmann emitiu parecer técnico acerca das propostas apresentadas pelas empresas, esclarecendo resumidamente que a empresa Quantum, "apresentou todos os preços unitários com média de 52,88% do valor proposto na licitação estando dessa maneira abaixo do limite de 70% determinado no item 8.8 do edital; e que desta maneira a qualidade e a possibilidade de execução está comprometida".

E a empresa Engecel, apresentou proposta conforme as exigências editalícias.

Diante da realidade apresentada nos autos e considerando que a municipalidade poderá ter problemas futuros na aceitação das propostas nos moldes apresentados pela empresa QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA., tais como pedidos de aditivos contratuais para adequação de preços, isso sem mencionar que toda esta situação poderia culminar em eventual serviço de má qualidade, entende-se necessária a desclassificação da proposta apresentada pela empresa já mencionada, nos termos do art. 48 inciso I da Lei 8.666/83.

Ante todo o exposto, atendendo ao princípio da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e considerando o interesse público e os fundamentos acima apresentados, decidimos pela desclassificação da proposta apresentada pela empresa QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA., considerando classificada a proposta da empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA., restando assim vencedora com o valor de R\$ 165.221,14 (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e um reais e catorze centavos).

Timbó(SC), 30 de setembro de 2013.  
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM      ALINE BUERGER  
Secretário(a)              Membro

**Decisão Tomada de Preço N.º 38 2013 SAMAE**  
TOMADA DE PREÇO Nº. 38/2013

No dia 27/09/2013, a comissão de licitação reuniu-se no setor de licitações para análise dos pareceres contábeis e técnicos da Tomada de Preço 38/2013 SAMAE.

As empresas participantes TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA e CONSTRUTORA TERTEL LTDA-ME, apresentaram os balanços patrimoniais de acordo com as exigências do edital, conforme parecer da contadora do SAMAE (fls. 150/151).

Em relação aos acervos técnicos apresentados, o engenheiro responsável pelo SAMAE informou que ambas as empresas preencheram os requisitos exigidos no edital da Tomada de Preço 38/2013 SAMAE.

Na ata de abertura dos envelopes para habilitação das empresas ficou consignado que a empresa Terrabase não apresentou a certidão de pessoa física do engenheiro junto ao CREA (item 7.1.6 "a"). E a empresa Tertel não apresentou o CRC (item 7.1.1). Portanto ambas as empresas estão inabilitadas.

A empresa Terrabase também requereu que constasse em ata que a Const. Tertel não apresentou o termo de vistoria vistado pelo SAMAE. Porém nota-se que o edital não exigia que algum responsável assinasse conjuntamente com o representante da empresa o termo de vistoria.

Diante da urgência da obra e da necessidade de recuperação do aterro e visando a economia e celeridade do procedimento licitatório, a comissão de licitações decide conceder o prazo fixado no art. 48, § 3º da Lei 8.666/93 para que as empresas apresentem os documentos faltantes.

Deve empresa TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA apresentar a certidão de pessoa física do engenheiro junto ao CREA. E a CONSTRUTORA TERTEL LTDA-ME deve apresentar o CRC devidamente atualizado junto ao Município de Timbó.

Intimem-se.

Timbó - SC, 27 de setembro de 2013.  
DEISE A. N. MENDES  
Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM      ALINEBUERGER  
Secretário(a)              Membro

**CÂMARA MUNICIPAL**

**Extrato Primeiro Aditivo ao Contrato 14/2013**  
EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO  
CONTRATO 14/2013

Pregão Presencial 04/2013:  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratado: COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA

Objeto: Substituir o fornecimento de um aparelho de ar condicionado modelo ceiling (teto) com capacidade de 18.000 BTU's/h, conforme especificado no contrato, pelo fornecimento de dois aparelhos de ar condicionado modelo "high-wall" com capacidade de 12.000 BTU's/h.

Procede-se esta alteração em razão da rede frigorígena já instalada no local previsto para receber o equipamento de 18.000 BTU's ser incompatível com o equipamento.

Considerando que a sala onde seria instalado esse equipamento será destinada ao CPD e haver nela instaladas redes frigorígenas de menor bitola para dois aparelhos de ar condicionado, com objetivo de não haver interrupção no funcionamento do sistema de climatização para não comprometer o funcionamento dos equipamentos de informática.

Houvemos por bem substituir a máquina de 18.000 BTU's adquirida para instalação naquele local por duas de 12.000 BTU's, evitando-se assim a realização de obras civis para a troca da tubulação da rede frigorígena para uma bitola compatível com o equipamento de 18.000 BTU's e por consequência gastos desnecessários.

Cláusula Terceira - Do Preço

Valor : O preço do equipamento de 18.000 BTU's corresponde ao preço dos dois equipamentos de 12.000 BTU's, razão pela qual não haverá alteração no valor do contrato 14/2013.

Assinado: 27 de setembro de 2012 pela Câmara Municipal de Timbó (Rubens Borchardt - Presidente) e Comercial de El. Lages LTDA. (Tiago Sandi).

**SAMAE**

**Portaria No SAMAE 94, de 27 de Setembro de 2013**

PORTARIA No SAMAE 94, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Jorge Miguel Vescovi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista e Ambiental, a contar desta data.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001 e pelo art. 49 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal JORGE MIGUEL VESCOVI, do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista e Ambiental, do Quadro da Autarquia Municipal, pela Portaria nº SAMAE 016, de 04 de fevereiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 27 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

**Portaria N° SAMAE-95, de 30 de Setembro 2013**

PORTARIA N° SAMAE-95, DE 30 DE SETEMBRO 2013

Nomeia Servidor Público Municipal para o exercício de cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista e Ambiental junto ao SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de



Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21/12/2001, o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2011:

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**

Cargo: Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Ref.Salarial: 68

Jornada Semanal: 30 h

NOME CPF

Rafael Cisneiros Neto 553.152.247-91

Art. 2º CONVOCAR o Servidor nomeado para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c item 10.2 do Edital de Concurso Público nº 01/2011, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários à posse no cargo para o qual foram nomeados.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir, no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**Três Barras**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 4.282 de 28 de Agosto de 2013**

DECRETO Nº 4.282 DE 28 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 200.000,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), como segue:

16 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA  
01 - Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA  
017.512.0036.2081 - Manutenção da Administração SAMASA

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 200.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação na conta receita 4112290000000000 - Taxa de Limpeza Pública, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no vínculo 10000.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras/SC, 28 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.283 de 29 de Agosto de 2013**

DECRETO Nº 4.283 DE 29 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 50.000,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo de Saúde, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

10.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3390.00.00 16502 Aplic. Diretas / MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag. 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura das despesas previstas no artigo anterior, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) será utilizado os recursos proveniente das seguintes anulações:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

10.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3350.00.00 16502 TRANS. INST. PRIV. S/FINS L./MAC-Redes U./E.-H. R. 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras/SC, 29 de agosto de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto N° 4.284 de 30 de Agosto de 2013**

DECRETO N° 4.284 DE 30 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 416.000,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei n°. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais), como segue:

**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

01 - Secretaria de Administração

004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração

3190.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários 5.000,00

009.272.0006.2011 - Encargos com Inativos e Pensionistas

3190.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários 91.000,00

**08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

01 - Educação, Cultura e Esporte

012.361.0013.2026 - Coordenação Geral da Educação

3190.00.00 10100 Aplic. Diretas/ Rec. Impostos e de Transf. Imp. - Educ. 160.000,00

3390.00.00 11900 Aplic. Diretas/ Transferências do FUNDEB (aplic. outras) 80.000,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras

3190.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários 50.000,00

**10 - ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL DE SÃO CRISTÓVÃO**

01 - Intendência Distrital

004.122.0022.2036 - Manutenção da Intendência

3190.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários 30.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação como segue:

- Conta Receita 411130501000000 - Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza, vínculo 10000, no valor de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

- Conta Receita 411130501000000 - Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza, vínculo 10100, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);

- Conta Receita 417240100000000 - Transferências Recursos do FUNDEB, vínculo 11900 no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 30 de agosto de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de

Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

\*Folha 2 de 2 do Decreto n° 4.272 de 05 de agosto de 2013.

**Decreto N° 4.285 de 02 de Setembro de 2013**

DECRETO N° 4.285 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 846.026,54, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei n° 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso e ou provável excesso de arrecadação, ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 696.026,54 (seiscentos e noventa e seis mil, vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), como segue:

**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

01 - Secretaria de Administração

004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários 20.000,00

**08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

01 - Educação, Cultura e Esporte

012.361.0013.2066 - Construção, Ampliação e Reforma das Escolas do Ens.

4490.00.00 15800 Aplic. Diretas / Salário Educação 14.500,00

012.361.0026.2043 - Equipamento e Mobiliários Escolares

4490.00.00 15800 Aplic. Diretas / Salário Educação 30.000,00

4490.00.00 12254 Aplic. Dir./Transf. Conv. FNDE/PROINF-MOB./EQ. 91.826,54

012.365.0012.1012 - Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's

4490.00.00 11900 Aplic. Dir. / Transferências do FUNDEB (aplic. outras) 29.000,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

015.451.0021.1015 - Ampliação da Pavimentação Urbana (Rua Emilio Mell.

4490.00.00 10000 Aplic. Dir/ Recursos Ordinários 19.000,00

4490.00.00 12454 Aplic. Dir/ Conv. União Min Cidades- Pavimentação 491.700,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e ou provável excesso de arrecadação como segue:

**A - DE RECEITAS**

- Conta Receita 417213501000000 - Transferências do Salário Educação, vínculo 15800 no valor de R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais);

- Conta Receita 411130501000000 - Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza, vínculo 10000, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais);

- Conta Receita 417240100000000 - Transferências Recursos do FUNDEB, vínculo 11900 no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

**B - DE CONVÊNIOS**

- Conta receita 424710200030000 -TRANSF. FNDE/PROINFÂNCIA P/MOB.EQUIP., conforme Termo de Compromisso PAR nº 201300302 do Plano de Ações Articuladas, Processo nº 23400004275201338, no valor de R\$ 91.826,54;  
- Conta receita 424719900160100 - Conv. União - REDUR - Ministérios das Cidades, Contrato de Repasse nº 771071/2012/MCIDADES/CAIXA - PROCESSO Nº 2626.387.914-23/2012, vínculo 12454 no valor de R\$ 245.850,00;  
- Conta receita 424719900160100 - Conv. União - REDUR - Ministérios das Cidades, Contrato de Repasse nº 780734/2012/MCIDADES/CAIXA - PROCESSO Nº 2626.1.002.367-53/2012, vínculo 12454 no valor de R\$ 245.850,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso e ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), como segue:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

01 - Fundo Municipal de Saude  
010.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade  
3390.00.00 16502 Aplic. Diretas / MAC- Redes Urg/Emerg.-Hosp. Retag 150.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 417213300140200 - MAC- Redes Urg./Emerg. - Hosp./Retag, vínculo 16502, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras/SC, 02 de setembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Decreto Nº 4.294 de 16 de Setembro de 2013**

DECRETO Nº 4.294 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 87.628,68, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso e ou provável excesso de arrecadação, ao orçamento da Prefeitura de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 7.897,55 (sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos), como segue:

**08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

01 - Educação, Cultura e Esporte  
012.361.0026.2043 - Equipamento e Mobiliários Escolares  
4490.00.00 11900 Aplic. Dir. / Transferências do FUNDEB ( aplic.

outras) 7.897,55

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e ou provável excesso de arrecadação como segue:

- Conta Receita 417240100000000 - Transferências Recursos do FUNDEB, vínculo 11900 no valor de R\$ 7.897,55 (sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 3º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo de Saúde, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 64.692,00 (sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais) como segue:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade  
3390.00.00 16502 Aplic. Dir. / MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag. 64.692,00

Art. 4º - Para cobertura das despesas previstas no artigo anterior será utilizado os recursos proveniente das seguintes anulações:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade  
3350.00.00 16502 TRANS.INST.PRIV. S/FINS L./MAC-Redes U./E.-H. R. 64.692,00

Art. 5º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações, ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para exercício 2013, no valor de R\$ 4.481,60 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e um reais, sessenta centavos ), como segue:

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
008.244.0010.2016 - Assistência Comunitária  
3390.00.00 10000 Aplic. Diretas/Rec. Ordinários 4.481,60

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos o cancelamento de dotações, como segue:

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
008.244.0010.2016 - Assistência Comunitária  
4490.00.00 10000 Aplic. Diretas/Rec. Ordinários 4.481,60

Art. 7º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 10.557,53 (dez mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, cinquenta e três centavos), como segue:

**03 - Gabinete do Prefeito**

01 - Gabinete do Prefeito  
004.122.0003.2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3390.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários. 2.397,00

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

01 - Secretaria de Agricultura  
004.122.0007.2012 - Manutenção da Secretaria  
3390.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários. 1.355,87

**07 - SECRET. MUNIC. DE DESENV. ECONOMICO E TURISMO**

01 - Secretaria de Desenv. Ec. e Turismo  
023.0695.0008.1007 - Apoio as Atividades de Turismo

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários.  
1.000,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários.  
5.804,66

Art. 8º - Para cobertura das despesas previstas no artigo anterior,  
será utilizado os recursos proveniente das seguintes anulações:

03 - Gabinete do Prefeito

01 - Gabinete do Prefeito

004.122.0003.2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários.  
2.397,00

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

01 - Secretaria de Agricultura

004.122.0007.2012 - Manutenção da Secretaria

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários.  
1.355,87

**07 - SECRET. MUNIC. DE DESENV. ECONOMICO E TURISMO**

01 - Secretaria de Desenv. Ec. e Turismo

023.0695.0008.1007 - Apoio as Atividades de Turismo

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários.  
1.000,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos Ordinários.  
5.804,66

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras/SC, 16 de setembro de 2013.

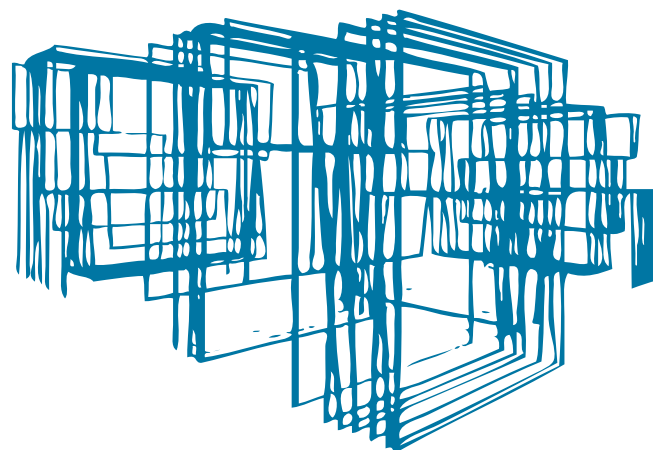
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

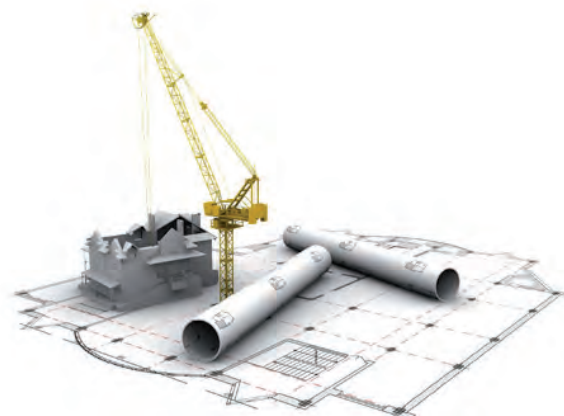
WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Tunápolis

## PREFEITURA

### Nota de Anulação Equipamento

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

**CNPJ:** 78.486.198/0001-52  
**Rua João Castilho, 111**  
**C.E.P.:** 89898-000 - Tunápolis - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 60/2013 - PR**

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 78/2013  
**Data do Processo:** 12/07/2013

**Objeto:** A aquisição de um ROLO COMPACTADOR USADO com impacto de compactação de no mínimo de 22.000kg, peso mínimo de 4.000,00 kg, rebocável, com tomada de força, cilindro com largura de rolagem mínima de 1,90mm, diâmetro do cilindro de no mínimo 1,20mm, com eixo excêntrico e contrapeso, ano mínimo de 1.985, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

### NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2013

**Motivo:** Devolução do Bem devido ao mesmo não atender as especificações constantes no Edital do Processo Licitatório, conforme Parecer da Equipe Técnica emitido em 26/09/2013.

Tunápolis, 26 de Setembro de 2013

-----  
Sheila Inês Bieger  
Responsável pelo Setor Compras



## Videira

### PREFEITURA

#### Cancelamento do Termo Aditivo N° 187/2013

CANCELAMENTO DO TERMO ADITIVO N° 187/2013.

Contrato/Ata nº: 283/2012.

Licitação: TP 38/2012.

Contratada: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Objeto: Cancelamento do termo aditivo tendo em vista o parecer jurídico nº 371/2013, bem como, o despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 25.09.2013.

#### Edital de Convocação N° 067/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 067/2013

PROCESSO SELETIVO N° 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADA	CARGO
1 – Marli Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

Realização de Exame Médico Admissional;

Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

Uma foto 3x4;

Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;

Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;

Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;

Comprovante do tipo sanguíneo;

Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;

Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;

Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;

Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;

Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;

Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;

Declaração de bens;

Certidão negativa de antecedentes criminais;

Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 27 de setembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

## Vitor Meireles

### PREFEITURA

#### Portaria N° 193/2013

PORTARIA N°. 193/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CLAUDINEI FELICIANO

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração e Finanças, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 26/09/2013 a 05/10/2013, referentes ao período aquisitivo de 25/06/2012 a 24/06/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE SETEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/ \_\_/ \_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO N°. 055/11.

#### Portaria N° 194/2013

PORTARIA N° 194/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ELISABETH ZOURA

Cargo: AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Nova Habilitação ou Titulação, pela conclusão do Ensino Médio no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, passando do Nível IV-4 para o Nível IV-5, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE SETEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Portaria Nº 195/2013**  
PORTARIA Nº. 195/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:  
de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: REGIANE KAMMER  
Cargo: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 20 (vinte) dias de férias, pelo período de 03/10/2013 a 22/10/2013, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2011 a 30/11/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE SETEMBRO DE 2013.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

## Associações

### AMMVI

#### Ata

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS  
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2013

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia e fornecimento de materiais na execução de fundações com estaca tipo hélice contínua tele-monitorada por computador para ampliação da área física da sede da AMMVI, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze (27/09/2013), às 14 horas, na sala da assessoria jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise e julgamento da proposta recebida na Licitação nº 04/2013.

Aberta a reunião, foi feita a análise da proposta apresentada pela empresa Ramos Terraplanagem Ltda, e verificado o atendimento das exigências constante do Instrumento Convocatório, a mesma restou classificada.

Desta forma, a Comissão de Licitações decide declarar vencedora do certame a empresa Ramos Terraplanagem Ltda, pelo preço de

R\$ 25.948,00 (vinte e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais) para o item 01 e R\$ 14.288,40 (catorze mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos) para o item 02, totalizando R\$ 40.236,40 (quarenta mil duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 27 de setembro de 2013.  
RICHARD BUCHINSKI  
Presidente

SABRINA FURLANI  
Secretária

RICARDO SORROCHE  
Membro

#### ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2013

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia e fornecimento de materiais na execução de fundações com estaca tipo hélice contínua tele-monitorada por computador para ampliação da área física da sede da AMMVI, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze (27/09/2013), às 14 horas, na sala da assessoria jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise e julgamento da proposta recebida na Licitação nº 04/2013.

Aberta a reunião, foi feita a análise da proposta apresentada pela empresa Ramos Terraplanagem Ltda, e verificado o atendimento das exigências constante do Instrumento Convocatório, a mesma restou classificada.

Desta forma, a Comissão de Licitações decide declarar vencedora do certame a empresa Ramos Terraplanagem Ltda, pelo preço de R\$ 25.948,00 (vinte e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais) para o item 01 e R\$ 14.288,40 (catorze mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos) para o item 02, totalizando R\$ 40.236,40 (quarenta mil duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 27 de setembro de 2013.  
RICHARD BUCHINSKI  
Presidente

SABRINA FURLANI  
Secretária

RICARDO SORROCHE  
Membro

## Consórcios

### CIM-AMAVI

**Resolução Nº 09, de 18/09/2013**

RESOLUÇÃO nº 09, de 18/09/2013.

Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2012.

HUGO LEMBECK, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho de Administração,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por 1 (um) ano, até 19/09/2014, o prazo de validade do Processo Seletivo nº 02/2012, cuja homologação foi publicada em 19/09/2012 no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de setembro de 2013.

HUGO LEMBECK

Presidente do CIM-AMAVI

### CINCO

**Extrato do Aditivo de Contrato 0002 \_2013 Contrato 022013**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATOS DO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0002/2013 REFERENTE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. TA002/2013  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ACT Nº 0002/2013/ CINCO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. CONTRATADO: DIEGO PIRES DA SILVA. FUNÇÃO: OPERADOR DE MÁQUINAS, ESCAVADEIRA HIDRAULICA. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 20/12/2013. EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORARIA 002/2013.

FRAIBURGO (SC), 27 DE SETEMBRO DE 2013

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

### CIS/AMFRI

**Resolução N.º 005/2013**

RESOLUÇÃO N.º 005/2013

PROMOVE AJUSTES NO ORÇAMENTO VIGENTE

O Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e de conformidade com o disposto no artigo 2.º da resolução 005/2012,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Ficam suplementados o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 05 FMS de Ilhota

Despesa: 10 3.1.90.00 Aplicações Diretas. . . . .R\$ 2.875,29

Despesa: 11 3.3.90.00 Aplicações Diretas. . . . .R\$ 9.124,71

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 08 FMS de Ilhota

Despesa: 19 3.1.90.00 Aplicações Diretas. . . . .R\$ 3.025,03

Despesa: 20 3.3.90.00 Aplicações Diretas. . . . .R\$ 6.974,97

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES. . . . .R\$ 22.000,00

Artigo 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á o resultado do excesso de arrecadação conforme termos aditivos.

Artigo 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 30 de Setembro de 2013.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

JEAN CARLOS COELHO

CONTADOR CRC/SC N.º 28.914-O/6

**Extrato de Termo Aditivo ao Contrato de Programa e Rateio Nº. 07/2013**

Extrato de Contrato

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 07/2013

Município: Luis Alves/SC

Cláusula Primeira - Do Aditivo: Fica o valor do repasse previsto na Clausula Terceira do contrato de repasse e rateio original (07/2013) acrescido no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que deverá ser repassado ao CIS-AMFRI em uma única parcela, em até 10 (dez) dias após a assinatura do presente Termo Aditivo, não se eximindo da obrigação de repasse dos valores dos respectivos meses previstas no contrato original, que se dá até o dia 10 de cada mês. Cláusula Segunda - Dos Recursos: As despesas originárias da aplicação deste termo aditivo correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do Município de Luis Alves/SC. Cláusula Terceira - Do Prazo e da Vigência: O presente aditivo terá vigência da sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2013. As demais cláusulas e condições do contrato de repasse e rateio original permanecem inalteradas e com seus efeitos até sua vigência.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07

Data da Assinatura: 25/09/2013.

Assinantes: Viland Bork pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

### CITMAR

**Resolução N.º 04/2013**

RESOLUÇÃO N.º 04/2013

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 2.º da Resolução 07/2012,

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica suplementado o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 - CONSÓRCIO INTER. TURISMO COSTA VERDE E MAR

UNIDADE: 01 - CITMAR

Programa de Trabalho: 23.695.1

Atividade: 1.001 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E AÇÕES DO CITMAR

Fonte de Recursos: 0.3.0303 - Próprio

Elemento Despesa: 3.1.90.00 Aplicações Diretas... R\$ 16.265,00

Art. 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á o resultado da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 - CONSÓRCIO INTER. TURISMO COSTA VERDE E MAR

UNIDADE: 01 - CITMAR

Programa de Trabalho: 23.695.1

Atividade: 1.001 - Recursos Destinados para Sinalização Turística da Costa Verde e Mar

Fonte de Recursos: 0.3.0303 - Próprio

Elemento Despesa: 3.3.90.00 Aplicações Diretas... R\$ 16.265,00

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 27 de Setembro de 2013.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo do CITMAR

JEAN CARLOS COELHO

CONTADOR CRC/SC 028.914/O-6

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

# www.ciga.sc.gov.br